



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
CÂMPUS DE PALMAS

WESLEY DOS SANTOS LIMA

REPRESENTAÇÕES DA HEGEMONIA POLÍTICA: IDENTIDADE E
RELIGIÃO NA ESPACIALIZAÇÃO DAS FORMAS SIMBÓLICAS EM
PALMAS, TO (1989 – 2017)

PALMAS - TO
2025

Wesley dos Santos Lima

**REPRESENTAÇÕES DA HEGEMONIA POLÍTICA: IDENTIDADE E
RELIGIÃO NA ESPACIALIZAÇÃO DAS FORMAS SIMBÓLICAS EM
PALMAS - TO (1989 – 2017)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal do Tocantins, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Regional.

Linha de pesquisa: Sociedade, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional.

Eixo temático: Estudos Culturais e da Religião.

Orientador: Profº Dr. Alex Pizzio da Silva.

Coorientador: Profº Dr. José Rogério Lopes (*in memoriam*).

PALMAS- TO
2025

WESLEY DOS SANTOS LIMA

**REPRESENTAÇÕES DA HEGEMONIA POLÍTICA: IDENTIDADE E
RELIGIÃO NA ESPACIALIZAÇÃO DAS FORMAS SIMBÓLICAS EM
PALMAS - TO (1989 – 2017)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal do
Tocantins, como requisito para a obtenção do título de
Doutor em Desenvolvimento Regional.

Tese defendida e aprovada em 02 de abril 2025.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Alex Pizzio da Silva (Orientador), PPGDR - UFT

Prof. Dr. Antônio José Pedroso Neto (Membro Interno), PPGDR – UFT

Prof. Dr. Carlos Alfredo Gadea (Membro Externo), UNISINOS

Prof. Dr. Moacir José dos Santos (Membro Externo), UNITAU

Profa. Dra. Temis Gomes Parente (Membro Interno), PPGDR – UFT

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- D724r dos Santos Lima, Wesley.
Representações da hegemonia política: identidade e religião na
especialização das formas simbólicas em Palmas, TO (1989 - 2017). / Wesley
dos Santos Lima. – Palmas, TO, 2025.
205 f.
- Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Doutorado) em
Desenvolvimento Regional, 2025.
Orientador: Alex Pizzio da Silva
Coorientador: José Rogério Lopes
1. Formas simbólicas espaciais. 2. Palmas – TO. 3. Monumentos. 4.
Política. I. Título

CDD 338.9

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da
UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

*Aos meus pais, Carlito Lima e Vilma
Fernandes, pelo suporte e pelo afeto ao longo
desta árdua caminhada.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à vida, ao universo e a tudo mais! Agradeço às forças da natureza e aos meus Orixás por tornarem essa trajetória mais suave e possível.

Essa tese é fruto de muito esforço e dedicação, não apenas meus, mas também de todos que passaram pela minha vida e daqueles que continuam ao meu lado. Por isso, meus sinceros agradecimentos, primeiramente:

Ao professor Doutor José Rogério Lopes (*in memoriam*), que me possibilitou ter liberdade na escrita, permitindo-me adotar um estilo mais “poético”. Sou imensamente grato pelos conselhos, pelas dicas e pelas orientações em um período tão sombrio e desafiador, o início desta tese entre 2021 e 2022, quando ainda vivíamos os impactos da pandemia da Covid-19. O “Zé”, como gostava de ser chamado, foi um professor extraordinário, cheio de luz, e sinto-me profundamente honrado por ter tido sua orientação no começo deste estudo.

Ao professor Doutor Alex Pizzio, meu grande orientador, que aceitou embarcar comigo nesse navio interdisciplinar em alto-mar. Agradeço a paciência, confiança e incentivo ao meu potencial como pesquisador.

Ao professor Doutor Emerson Giumbelli e à professora Doutora Temis Parente, pelas preciosas e valiosas recomendações durante o exame de qualificação.

Ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins, aos servidores, professores e colegas de turma, pelo apoio e pela convivência enriquecedora.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo suporte financeiro que possibilitou minha dedicação integral à pesquisa e viabilizou a realização desta tese.

Ao meu grande companheiro, Giovanni Fernandes, pela atenção, pelo cuidado com meus textos, pelas correções ortográficas, pelas dicas e pelo apoio incondicional ao longo de toda essa trajetória. A você, meu amor eterno, minha gratidão infinita.

Às minhas grandes amigas, Ericarla Queiroz e Paloma Lopes, pela parceria, amizade e apoio, sempre me ajudando a abstrair e a seguir em frente durante todo o processo de pesquisa.

Aos meus pais, Carlito Lima e Vilma Fernandes, pelo carinho, atenção e suporte em todos os momentos.

Aos meus irmãos, Milene Fernandes, Anderson Fernandes e Carlito Júnior, pela força e pela união.

À minha segunda família em Palmas, que me acolheu por tanto tempo: Gilvaldo Oliveira, Maria Agricélia, Giovanna Gabriela, Gabriel Felipe e Beatriz Cunha.

A todos os entrevistados que dedicaram parte de seu tempo para contribuir com este estudo, meus sinceros agradecimentos.

Aos funcionários do Museu Palacinho, da Secretaria de Cultura do Estado do Tocantins, da Casa da Cultura de Palmas e da Secretaria de Comunicação do Estado, pelo suporte e colaboração fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

E, finalmente, a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para o sucesso desta pesquisa.

A todos vocês, meu mais sincero agradecimento. Tens minha eterna gratidão!

“O monumento não tem porta

A entrada é uma rua antiga

Estreita e torta”[...]

- Caetano Veloso, *Tropicália* (1968)

RESUMO

A presente tese, intitulada “Representações da hegemonia política: identidade e religião na espacialização das formas simbólicas em Palmas, TO (1989 – 2017)”, tem como objetivo identificar quais grupos políticos edificaram e/ou demoliram os monumentos na cidade de Palmas e, sobretudo, quais as intenções políticas que permearam a edificação dessas formas simbólicas espaciais. Dessa forma, têm-se as seguintes questões norteadoras: Há intenções políticas que permeiam a edificação, a demolição e a restauração dos monumentos na cidade de Palmas? Em que medida há significados nos monumentos presentes na cidade de Palmas dentro da dimensão política, religiosa, cultural e identitária? Quais as possibilidades desses monumentos estarem ligados à construção mnemônica do vir-a-ser da cidade e dos habitantes desta, considerando a solidificação de personagens políticos e dos grupos hegemônicos responsáveis pela edificação desses monumentos, edifícios e praças? O estudo se enquadra no campo da pesquisa qualitativa. Emprega-se o método fenomenológico e utiliza-se o levantamento bibliográfico, a pesquisa em campo e documental, a observação direta e entrevistas. Os resultados das reflexões e dos debates desenvolvidos ao longo deste estudo reforçam a tese de que a construção das formas simbólicas espaciais da cidade foi fruto de um orquestrado conjunto de ações políticas, conduzido por um grupo político hegemônico liderado pelo primeiro governador do estado, José Wilson Siqueira Campos, e seus aliados. Simultaneamente, percebe-se que foi necessária a criação de símbolos e ícones para gerar um sentimento de pertencimento identitário nos novos habitantes desse território. Contudo, apesar da tentativa de inventar tradições por meio desses ícones simbólicos, constatou-se que os habitantes da capital se apropriaram desses símbolos e se identificam com eles, levando à cristalização dos anseios de seu idealizador, José Wilson Siqueira Campos. Este, como primeiro governador do Estado do Tocantins e gestor do território por quatro mandatos políticos, teve papel fundamental ao longo dos 34 anos da fundação da cidade.

Palavras-chaves: Formas simbólicas espaciais. Palmas – TO. Monumentos. Identidade. Política.

ABSTRACT

The present thesis, titled *"Representations of political hegemony: identity and religion in the spatialization of symbolic forms in Palmas, TO (1989 – 2017)"*, aims to identify which political groups built and/or demolished monuments in the city of Palmas and, above all, what political intentions underpinned the construction of these spatial symbolic forms. Thus, the following guiding questions are proposed: Are there political intentions behind the construction, demolition, and restoration of monuments in Palmas? To what extent do the monuments in the city carry meanings within political, religious, cultural, and identity-related dimensions? What are the possibilities that these monuments are linked to the mnemonic construction of the city's becoming and that of its inhabitants, considering the solidification of political figures and hegemonic groups responsible for the construction of these monuments, buildings, and squares? This study falls within the field of qualitative research. It employs the phenomenological method and utilizes bibliographic research, field and documentary research, direct observation, and interviews. The results of the reflections and debates developed throughout this study reinforce the thesis that the construction of the city's symbolic spatial forms was the result of a coordinated set of political actions, carried out by a hegemonic political group led by the state's first governor, José Wilson Siqueira Campos, and his allies.. However, despite the attempt to invent traditions through these symbolic icons, it was found that the capital's inhabitants appropriated these symbols and identified with them, leading to the crystallization of the aspirations of its creator, José Wilson Siqueira Campos. As the first governor of the state of Tocantins and the territory's administrator for four political terms, he played a fundamental role throughout the 34 years since the city's founding.

Keywords: Spatial symbolic forms. Palmas – TO. Monuments. Identity. Politics.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Palmas: Mapa de Localização da cidade	16
Figura 2 – Etapas da pesquisa.....	44
Figura 3 - Palmas: Localização da Praça dos Girassóis com seus principais monumentos e edifícios	47
Figura 4 - Estátua de Edward Colston sendo lançada no Rio do Porto, Bristol	71
Figura 5 - Monumento The Volunteers/Les Bénéloves.....	72
Figura 6 - Palmas. Celebração da Primeira Missa e fixação do Monumento O Cruzeiro.....	79
Figura 7 - Palmas. Celebração da Primeira Missa em solo palmense com o erguimento do Monumento o Cruzeiro em 1989 e Missa Campal em comemoração ao aniversário de Palmas em 1991	79
Figura 8 - Palmas. Memorial da Primeira Missa, Monumento o Cruzeiro, e o mapa do Tocantins esculpido no monumento juntamente com a representação de duas mãos erguidas aos céus no seu centro	82
Figura 9 - Palmas. Monumento à Bíblia instalado a frente do Palácio Araguaia e no local considerado o centro geodésico do Brasil	83
Figura 10 - Palmas. Monumento Súplica dos Pioneiros, com destaque para o enquadramento do monumento, em que as mãos da escultura, atribuídas a Siqueira Campos, seguram o Brasão do Estado ao fundo e, acima, a bandeira do Brasil no mastro.....	85
Figura 11- Palmas. Monumento Súplica dos Pioneiros e, ao fundo, o Memorial a Primeira Missa, o Cruzeiro.....	86
Figura 12 - Palmas. Edifício monumental da Catedral Católica do Divino Espírito Santo, em fase final de construção	87
Figura 13 - Palmas. Santuário de Nossa Senhora de Fátima, 308 Sul.....	90
Figura 14 - Palmas. Painéis sacros na Praça de Nossa Senhora de Fátima	91
Figura 15 - Palmas. Rotatória dos Terços: Vista área entre as avenidas LO-05 e a NS-04.	92
Figura 16 - Palmas. Edifício Monumental Catedral Igreja Evangélica de Palmas da Universal do Reino de Deus, na quadra 101 Norte, proximidades da Praça dos Girassóis	94
Figura 17 - Palmas. Museu Histórico do Tocantins – Palacinho.....	115
Figura 18 - Palmas. Edifício da Casa Suçupara.....	116
Figura 19 - Palmas. Edifício Monumental do Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos.....	117
Figura 20 - Palmas. construção do Palácio Araguaia no centro da rotatória elíptica, retirada em 1998	118
Figura 21 - Palmas. Palácio Araguaia: Pannel de Lutas.....	119
Figura 22 - Palmas. Palácio Araguaia: Vitrais religiosos.....	119
Figura 23 - Palmas. Palácio Araguaia com os Frontispícios	121
Figura 24 - Palmas. Palácio Araguaia com os Frontispícios iluminados, vista lateral.....	121
Figura 25 - Palmas. Palácio Araguaia com os Frontispícios iluminados, vista frontal	121
Figura 26 - Palmas: Brasão de Armas fixado acima da fachada do Palácio Araguaia.....	123
Figura 27 - Palmas: Brasão de Armas do Estado no piso institucional da Praça	123
Figura 28 - Palmas. Morador do Povoado do Canela com sua viola de Buriti, sentado no Monumento à Lua Crescente.....	124

Figura 29 - Palmas. Monumento à Lua Crescente retirado da Praça dos Girassóis	124
Figura 30 - Palmas. Frisas retratando a chegada de Siqueira Campos à Vila de Colinas de Goiás, município de Tupiratins – GO, 1963; e Siqueira Campos eleito em 03 de outubro de 1965, sendo o vereador mais votado	125
Figura 31 - Palmas. Frisas, retratando cena histórica, faz alusão aos vultos tocantinenses, a exemplo do ouvidor Theotônio Segurado que está recostado sobre a cabeceira da cama onde repousa Siqueira Campos, no momento em que o mesmo faz greve de fome	126
Figura 32 - Palmas. Edifício Monumental do Palácio Deputado João D’Abreu.....	128
Figura 33 - Edifício Monumental do Palácio da Justiça Rio Tocantins	128
Figura 34 - Palmas. Antiga Sede do Edifício da Prefeitura de Palmas	130
Figura 35 - Palmas. Edifício Monumental do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins.....	130
Figura 36 - Palmas. Memorial Coluna Prestes: área externa em fase de construção e após sua inauguração; abaixo se tem a parte interna do memorial com exposição de painéis	133
Figura 37 - Palmas. Edifício do Espaço Cultural José Gomes Sobrinho	134
Figura 38 - Girassol de Pedra: Rocha misteriosa que tornou-se símbolo da capital tocantinense e fonte d’água vista do alto com girassol desenhado.....	146
Figura 39 - Palmas. Plantações de Girassóis na Avenida Teotônio Segurado e ao fundo o prédio do Fórum da Comarca de Palmas.....	147
Figura 40. Palmas. Praça Indígena Krahô: As homenagens aos povos Krahô, Apinajé, Karajá, Javaé, Xambioá e Xerente também aparecem no calcamento em vários outros pontos da Praça. Cada etnia tem os seus traços específicos.....	151
Figura 41. Vista panorâmica da Aldeia Pedra Branca.....	152
Figura 42. Palmas. Mapa do Tocantins no calcamento da Praça dos Girassóis.....	159
Figura 43. Palmas. Rosa dos Ventos com o monumento à Bíblia ao centro indicando o Centro Geodésico do Brasil.....	161
Figura 44. Base do Cristo de Palmas pronta e projeto do Cristo.....	163
Figura 45. Palmas. Vista aérea do Monumento Jacaré de Pedras do Siron.....	165
Figura 46. Palmas. Monumento Relógio do Sol vista área	166
Figura 47. Palmas. Monumento Relógio do Sol vista terrestre	166
Figura 48. Palmas. Monumento Cascata localizado na Praça dos Girassóis.....	167
Figura 49. Palmas. Monumento das Relógio das Flores localizado na rotatória da quadra 402 Sul.....	168
Figura 50. Monumento Obelisco à Consciência situado na Orla da Praia da Graciosa	169
Figura 51. Palmas. Monumento Ao Dezoito do Forte de Copacabana	170
Figura 52. Palmas. Monumento Ao Dezoito do Forte de Copacabana	170
Figura 53. Palmas. Edifício Monumental do Museu da Coluna Prestes	171

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I	24
POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA CRIAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS E SUA CAPITAL, PALMAS.....	24
1.1 A figura de José Wilson Siqueira Campos na criação de Palmas	29
1.2 Metodologia da pesquisa, instrumentos e meios	34
1.3 Primeiros atos: a monumental Praça dos Girassóis como expressão política ..	45
1.4 Um esforço conceitual: monumentos e formas simbólicas.....	53
CAPÍTULO II.....	59
REVISÃO TEÓRICA: POLÍTICA DA MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E MONUMENTOS	59
2.1 Políticas memoriais e patrimoniais	59
2.2 Políticas memoriais e patrimoniais no contexto europeu.....	60
2.3 Poder, Direito e memória no contexto europeu	62
2.4 União Europeia, crises e políticas da memória	63
2.5 Para além da Europa: breves recortes de políticas memoriais na África e na Ásia..	67
2.5.1 Um breve recorte de políticas memoriais na África	67
2.5.2 Um breve recorte de políticas memoriais na Ásia	68
2.6 Espaços públicos e monumentos: representação e identidade racial	69
2.7 Arte Pública e monumentos.....	74
2.8 SISTEMATIZANDO ALGUNS PONTOS	75
CAPÍTULO III	77
OS MONUMENTOS RELIGIOSOS DA CIDADE DE PALMAS.....	77
3.1 Símbolos políticos e religiosos: Monumento o Cruzeiro, Monumento à Bíblia e o Monumento Súplica dos Pioneiros.....	78
3.2 O edifício monumental da Catedral Católica do Divino Espírito Santo e a Praça Católica da Nossa Senhora de Fátima	86
3.3 Católicos versus Evangélicos: disputa ideológica e simbólica no espaço urbano de Palmas, TO.....	92
3.4 A política locacional dos monumentos religiosos.....	96
3.5 O estado é laico, mas a cidade não? Monumentos religiosos e laicidade.....	99
3.6 Construindo o imaginário social: os monumentos religiosos no espaço público como símbolos identitários.....	104

3.7 SISTEMATIZANDO ALGUNS PONTOS	111
CAPÍTULO IV.....	113
CIDADE ARTEFATO: OS EDIFÍCIOS MONUMENTAIS DA CAPITAL TOCANTINENSE	113
4.1 Edifícios públicos monumentais de Palmas	114
4.2 O Monumento as Frisas	124
4.3 O Tribunal de Justiça, Assembleia Legislativa e as Secretarias do Estado	127
4.4 O Edifício do Tribunal Regional Eleitoral e da Prefeitura de Palmas	129
4.5 O Edifício do Memorial Coluna Prestes e do Espaço Cultural	130
4.6 O primeiro-construtor: Siqueira campos como idealizador.....	135
4.7 Cidade artefato e histórias em pedras	139
4.8 Alterações e reivindicações ao fim de uma era: a morte do Sr. Tocantins.	144
4.9 SISTEMATIZANDO ALGUNS PONTOS	148
CAPÍTULO V	149
INVENTANDO A TRADIÇÃO: IDENTIDADE E POLÍTICA NA IDEALIZAÇÃO DOS MONUMENTOS	149
5. Tessitura Memorial: Os monumentos invisíveis, silenciados, antimonumentos e contramonumentos	150
5.1 Concreto, aço e flores: as formas simbólicas espaciais da natureza	165
5.2 Direito à memória e monumentos políticos.....	169
5.3 Quem escreve a história? Inventando a tradição e forjando identidades	175
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	181
Referências	181
APÊNDICES	202
Apêndice A – Ofício – Solicitação de Autorização de Pesquisa.....	202
Apêndice B – Termo de consentimento informado, esclarecido e livre para participação em estudo	203
Apêndice C- Questionário das Entrevistas.....	205

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa provém da predisposição que eu, enquanto sujeito pesquisador, tenho demonstrado no campo simbólico e material de estudo, com suas confluências. Os pressupostos que remetem às questões desta tese surgem *a priori* na graduação, período em que tive a oportunidade, como estudante bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID, de desenvolver um plano de trabalho que tinha como fito compreender como as identidades se moldavam a partir da vivência dos sujeitos com o espaço simbólico da cidade¹. Enquanto sujeito vindo do interior da Bahia, de uma cidade com aproximadamente 160 mil habitantes, sempre foram latentes as interrogações em torno da minha própria construção identitária, e sobre como os monumentos da cidade (ou seja, as formas simbólicas) ofereciam elementos profícuos para a construção das identidades, associadas à arena do político e do religioso.

As questões debatidas, portanto, foram construídas de modo paulatino, sendo que esse estudo apresenta o amadurecimento e a educação de um olhar sobre a cidade, os monumentos, os edifícios, a urbanidade e, sobretudo, sobre a atuação política no espaço urbano que orchestra e molda os sentidos e percepções que dão pertencimento aos sujeitos que o ocupam a cidade.

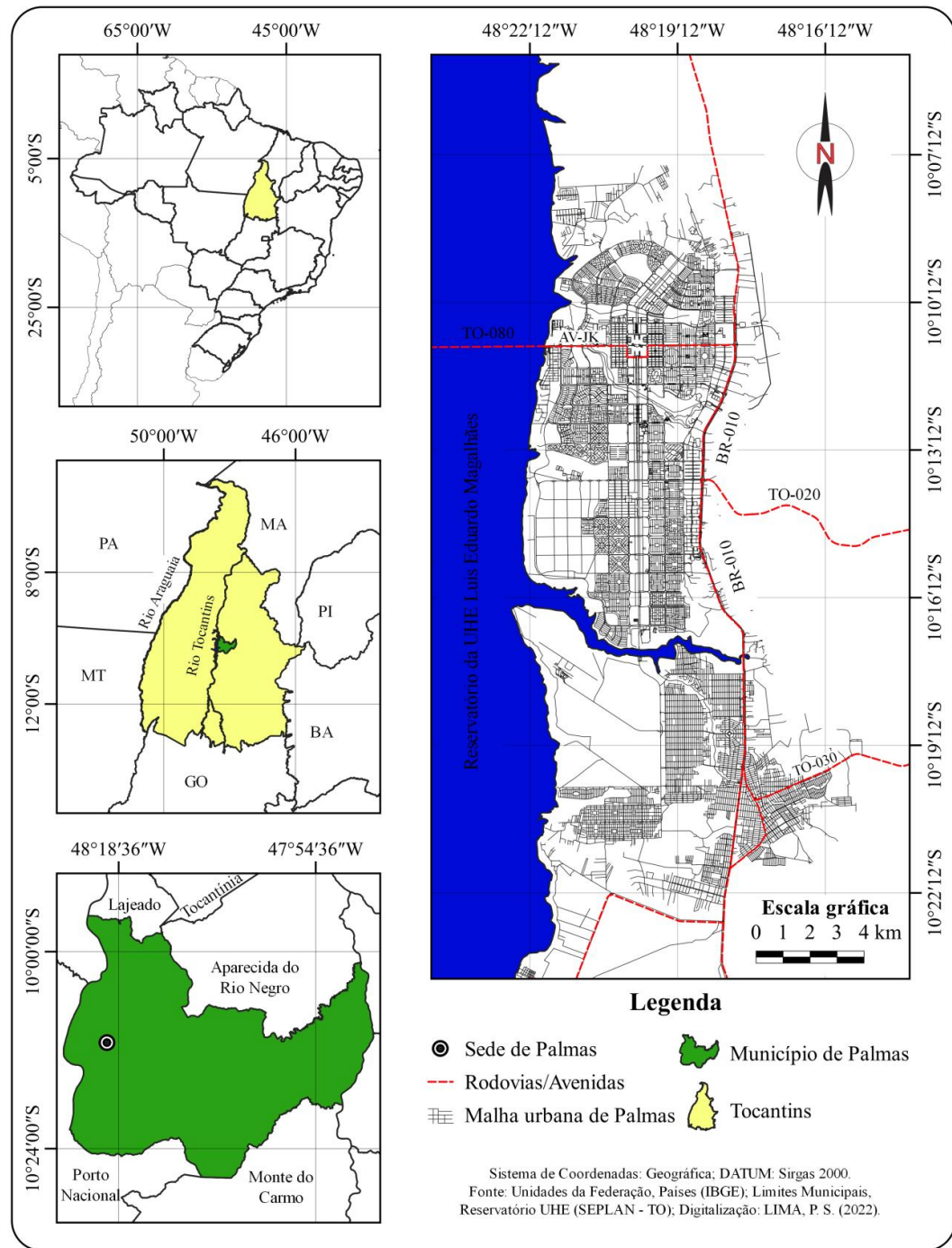
Desse modo, as inquietações e interrogações que emergiram a partir da ótica instalada no espaço vivido, e a relação entre o ser pesquisador e os monumentos como produtos simbólicos dotados de sentidos e significados, que ainda eram ausentes a mim, possibilitaram a elaboração da minha dissertação de mestrado denominada *Formas simbólicas espaciais: os monumentos na Praça dos Girassóis em Palmas, TO*. Neste estudo, verificou-se que os monumentos construídos na Praça dos Girassóis portam inclinações manifestamente políticas, mormente datadas de um período correspondente ao governo estadual de José Wilson Siqueira Campos, primeiro governador do estado do Tocantins.

Além disso, com base no estudo mencionado anteriormente e considerando as lacunas existentes sobre a cidade de Palmas e seus monumentos, devido à escassez de pesquisas relacionadas a esse tema, origina-se o interesse por percorrer outros caminhos para além da referida Praça de Palmas, de modo que, agora, partimos de uma análise que pode ser

¹ Em 2016, ainda na graduação, participei do PIBID. Neste programa, fora elaborado um plano de trabalho a ser aplicado em uma Escola da rede estadual de Educação da Bahia. A partir desse plano, intitulado “A construção identitária nos espaços públicos: Uma conexão entre História e Patrimônio no Centro Educacional de Barreirinhas, Barreiras, Bahia”, surge então, meu interesse por entender as relações sociais que podem ser compreendidas a partir da implantação dos monumentos e dos significados que estas formas simbólicas fornecem para o corpo social.

considerada microespacial para uma análise macroespacial, abrangendo toda a cidade explorada (Figura 1).

Figura 1 - Palmas: Mapa de Localização da cidade



Fonte: Péricles Lima, 2022.

Com efeito, têm-se, então, reflexões que contornam o sentido dos monumentos na cidade de Palmas - TO e a hegemonia de grupos políticos que projetaram esses monumentos baseados em ideais particulares como se fossem de todos, promovendo, em certa medida, a instalação de monumentos fixos que subsistem ao tempo presente, intencionando, desse modo, a perpetuação de valores simbólicos, políticos, religiosos, identitários e culturais no vir-a-ser da cidade e, especialmente, no imaginário social dos cidadãos que ocupam ou transitam nesses espaços em que essas formas simbólicas estão fixadas.

Palmas, a capital do estado tocantinense, nasce em 1989, considerada a última capital criada no Brasil. Está situada em uma localização geograficamente estratégica, no centro do estado, o que propicia o fluxo entre as cidades tocantinense, e a ligação entre o Norte do Brasil e os demais estados do país. A cidade de Palmas tem sua gênese marcada pela terra vermelha do cerrado. Dos croquis aos desenhos, a projeção da malha urbana da cidade ganha vida, sai dos papéis da arquitetura e da construção civil e passa a se apropriar deste território “esquecido”. A construção permeia os interesses políticos e ideológicos, o que evidentemente buscou marcar o novo território com edificações arquitetônicas nos moldes da capital federal, Brasília.

Destarte, a cidade configura-se como um campo de forças políticas, que articulam ações para transformar e produzir o espaço urbano. Desse modo, e acerca da criação da capital tocantinense, destaca-se que esta foi a “consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos” (CORRÊA, 2019, p. 43). As alteridades anunciadas frente ao processo de criação marcam uma demanda por criar temporalidade em um espaço que advém do *ex-nihilo*, sobretudo pela atuação dos agentes responsáveis pela organização urbana, que materializaram as ações que resultaram na edificação do espaço construído. Assim, esse espaço materializado está impregnado de concepções ideológicas.

Em visto disso, nota-se como a cidade de Palmas e suas formas simbólicas espaciais são formas concretas das relações entre o homem político e o espaço urbano. Os monumentos, foco central de nossas reflexões, são, então, arquitetados como “algo a ser apreendido, entendido, aprofundado” (CARLOS, 2019, p. 28), produtos concretos fixados em locais acessíveis da cidade, portadores de visibilidade pela dimensão escalar e espacial. Portanto, enquanto produções simbólicas visíveis, estes representam a temporalidade de um espaço tramado para ser rememorado, sobretudo evocando os agentes idealizadores e produtores destas. Assim, a cidade não é apenas um aglomerado de casas, carro e sujeitos, pois perpassa os fragmentos de concepção, de modo que a cidade pode ser entendida como um espaço

aglomerado em que os sujeitos se relacionam entre si, desenvolvendo aspectos particulares em grupos, identidades religiosas, formação de culturas, hábitos, práticas, ritos, sistemas políticos. É, portanto, na cidade que a pluralidade e multiplicidade de práticas e representações são desenvolvidas e, como parte dos sistemas de representação, têm-se os símbolos expressos e distribuídos pelo tecido urbano.

Nesta perspectiva, devido ao curto tempo histórico da cidade de Palmas, nota-se a ausência de aspectos culturais, identitários, religiosos e políticos que formem a estrutura da nova cidade. Assim, nos primeiros anos de criação, objetivou-se desenvolver um aparato simbólico que pudesse fornecer elementos de identidade para os novos habitantes. Nota-se que a ratificação desses elementos simbólicos foi produção arquitetada por personagens políticos, que reverberaram discursos e práticas, materializando-os sob o novo território.

Com pouco mais de três décadas de sua fundação, o estado do Tocantins teve sete governadores à frente da administração estadual, sendo que destes a figura mais emblemática é a do primeiro governador do estado, José Wilson Siqueira Campos, que comandou a política estadual por quatro mandatos, respectivamente: 1989 - 1991; 1995 - 1998; 1999 - 2003; 2011 - 2014.

Durante suas gestões governamentais, principalmente as primeiras (cujos inícios foram 1989, 1995 e 1999), Siqueira Campos utilizou-se de sua sagacidade política para alicerçar sua imagem na historiografia oficial da cidade de Palmas, e conseqüentemente na do estado. Foi durante os períodos supracitados que os monumentos de maior visibilidade e acessibilidade da cidade foram construídos. Esses monumentos representam: ícones religiosos, como a Cruz e a Bíblia; ícones políticos diversos, como o próprio ex-governador Siqueira Campos, inscrito no monumento das Frisas, o Tenente Siqueira Campos, caracterizado no conjunto arquitetônico do Monumento aos Dezoito do Forte de Copacabana, e Luiz Carlos Prestes, representado no Monumento Cavaleiro da Luz. Nesse contexto, é possível traçar um panorama histórico-político que determinou a produção destas formas simbólicas e das demais em Palmas.

No presente, na capital tocantinense encontram-se outros monumentos de relevância na escala urbana. Neste aspecto, pontuamos as formas simbólicas que foram edificadas entre 1989 e 2017, como sendo um período em que os monumentos mais notórios foram instalados: o edifício monumental Palacinho; o Palácio Araguaia; o monumento das Frisas; os doze edifícios das secretarias estaduais; o edifício monumental da Assembleia Legislativa (Palácio João D'Abreu); o edifício monumental do Tribunal de Justiça (Palácio da Justiça Rio Tocantins); o edifício monumental do Memorial da Coluna Prestes; a Catedral Católica do Divino Espírito Santo; o monumento Súplica dos Pioneiros; o monumento o Cruzeiro; o

edifício do Espaço Cultural; o edifício do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-TO); o edifício monumental da Prefeitura de Palmas; o monumento à Consciência; o monumento Jacaré de Pedra; além de uma rotatória com o Relógio de Flores e a Praça Católica da Nossa Senhora de Fátima.

Todos esses monumentos estão edificadas em espaços públicos, tornando-se uma “paisagem simbólica, na qual a cidade é um símbolo” (COSGROVE, 2012 p. 227), que podem se tornar “espaços de recordação [...] [nos quais], sob determinadas condições do presente, alicerçam o futuro” (ASSMANN, 2011, p. 125).

Com isso, a cidade transforma-se em um espaço de controle no qual os agentes políticos exercem suas influências, modificando não só o espaço como também a forma de interação entre os indivíduos e o próprio meio. Nesse contexto, a construção de formas simbólicas imbuídas de significados diversos exprime a natureza políticas desses monumentos. Utilizados como símbolos portadores de tendências políticas, os monumentos construídos pelo poder público objetivam, sobretudo, a consolidação de identidades, ou inclusive a criação destas.

Sob o mesmo ponto de vista, tem-se a dualidade que se correlaciona com a idealização dos monumentos. De um lado, os agentes políticos e, portanto, a elite, edificam monumentos com o objetivo de expressar o poder que estes detêm; por outro lado, as instituições religiosas edificam templos e santuários no intuito de exprimir o domínio da instituição. Indo além, a construção dos monumentos está vinculada ao processo de modificação da paisagem, já que esta tem a capacidade de modelar o imaginário social², “gerando a formação de imagens do passado e do futuro, criando e alterando padrões de significados” (PEET, 1996, p. 23).

Desse modo, constrói-se nesse estudo uma narrativa que compõe a articulação entre os simbolismos e significados, evidenciando a potência desses monumentos na tentativa de modelar a imaginação social e o fortalecimento dos grupos políticos mediante a construção dessas representações monumentais. Destacam-se, ademais, os principais monumentos da cidade, com a finalidade de identificarem-se os sentidos e as intenções dos grupos hegemônicos que idealizaram essas obras monumentais. Apreende-se, ainda, que os monumentos se consagram como portadores de mensagens ideológicas, uma vez que são

² Ao longo do texto, utilizam-se das noções “imaginário social e imaginação social”. As definições em torno destes são mutáveis, contudo, os empregos destas colocações estão em consonância com as pesquisas desenvolvidas por Gilbert Durand (1998), Cornelius Castoriadis (2010) e o historiador polonês Bronislaw Baczko, este último pondera que o imaginário social “designa a inserção da atividade imaginativa individual em um fenômeno coletivo (...). Os imaginários sociais são referências específicas no vasto sistema simbólico que produz toda coletividade e através do qual ela ‘se percebe, se divide e elabora suas finalidades’ (BACZKO, 1984, p. 27). Neste sentido, têm-se, em evidência, as relações de poder que disputam socialmente pelo fortalecimento ou a manutenção de um imaginário coletivo, constituindo um campo de disputas.

construídos por governantes políticos que podem idealizar formas simbólicas com bases em valores individuais.

Considerando a espacialidade dos monumentos presentes na cidade de Palmas - TO, além da distribuição espacial, da escala e do idealizador dessas obras edificadas e/ou demolidas, torna-se necessário pensar a formação da cidade em conjunto com a paisagem simbólica e suas representações. Em adição à análise da espacialidade das principais formas simbólicas fixadas pelo tecido urbano da cidade, verifica-se que o poder político molda a cidade, conforme desejos e intentos pessoais e/ou coletivos.

Nesse aspecto, a produção de formas simbólicas pelo poder público é imbricada por uma “política de significados” (GEERTZ, 1989). Na produção simbólica do espaço, pondera-se acerca das relações entre política, cultura, identidade e religião, uma vez que os monumentos são portadores de “mensagens de cunho nitidamente político, envolvendo poder” (CORRÊA, 2014, p. 29).

Dessa maneira, e postas as considerações apresentadas, surgem as seguintes questões: Há intenções políticas que permeiam a edificação, a demolição e a restauração dos monumentos na cidade de Palmas? Em que medida há significados nos monumentos presentes na cidade de Palmas dentro da dimensão política, religiosa, cultural e identitária? Quais as possibilidades desses monumentos estarem ligados à construção mnemônica do vir-a-ser da cidade e dos habitantes desta, considerando a solidificação de personagens políticos e dos grupos hegemônicos responsáveis pela edificação desses monumentos, edifícios e praças?

Diante dessas questões anunciadas, o objetivo da presente tese é investigar quais grupos políticos edificaram e/ou demoliram os monumentos na cidade de Palmas e, sobretudo, quais as intenções políticas que permearam a edificação dessas formas simbólicas espaciais. Parte-se da hipótese de que a construção das formas simbólicas espaciais da cidade de Palmas foi resultado de um conjunto coordenado de ações políticas, conduzidas pelo grupo político hegemônico liderado por José Wilson Siqueira Campos, como forma de legitimar sua trajetória e projetar sua memória na paisagem urbana. O escopo é produzir uma dialética que apresente a conjunção dos saberes teóricos acerca dos monumentos da cidade com a realidade

empiricamente dada, instalada pela representação material³, isto é, por formas e objetos que o sujeito visualiza e conhece (SCHOPENHAUER, 2015).

Em vista disso, nesse estudo pretende-se descrever os principais monumentos presentes na cidade de Palmas - TO, destacando principalmente a gestão governamental do período em que foram implantados, demolidos ou restaurados; além de identificar os significados políticos, religiosos, identitários e culturais que abarcam esses monumentos, discorrendo-se, portanto, sobre o potencial simbólico dos monumentos para construção do imaginário social local e sobre a probabilidade dessas formas simbólicas estarem fixadas no intuito de perdurar personagens políticos no vir-a-ser da cidade.

As reflexões das análises estão concernentes ao método empregado, qual seja, o de natureza qualitativa. Assim, a realidade se configura como um amplo campo social em que as relações se estabelecem e geram contextos históricos que podem ser analisados, identificados e compreendidos sob uma perspectiva plural. Nesse sentido, recorre-se à fenomenologia para captar como os atores de um acontecimento compartilham a essência dos fenômenos. Logo, no campo fenomenológico, “os sentidos atribuídos pelas pessoas às suas ações só podem ser compreendidos se considerarmos o significado que elas conferem ao seu mundo” (OLTRAMARI e NAUJORKS, 2022, p. 10).

Nesse aspecto, para compreender o mundo fenômenos associados à experiência, utiliza-se da percepção para analisar de modo integrado o espaço vivido e construído. Portanto, trata-se de um estudo voltado para a análise das estruturas simbólicas. Destarte, utilizar-se também da semiótica para entender os monumentos como produções iconográficas. Ademais, a tese está fundamentada em um amplo conjunto bibliográfico de estudos nacionais e internacionais, clássicos e contemporâneos, além de empregar a pesquisa documental associada ao estudo de campo, com observação direta e entrevistas na coleta de dados. Tais procedimentos realizados foram vitais para a construção de uma narrativa que assegura as questões levantadas desta tese.

É relevante ressaltar que o presente estudo está vinculado à linha de pesquisa “Sociedade, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional”, integrante do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins. Nesse

³ Em sua obra “Como as coisas importam: uma abordagem material da religião”, a antropóloga Birgit Meyer analisa a materialização da religião e como ela transformou as relações simbólicas em relações práticas, corporais e materiais. Ela conceitua a materialidade como “[...] (“substancialidade”), [...] (“coisidade”), [...] (“corporeidade”), e (referindo-se ao que é essencial, substancial,)[...]” (MEYER, 2019, p. 88). A partir disso, ela explora as práticas sensoriais e experimentais entre os sujeitos e os objetos materiais. Deste modo, propõe-se utilizar o termo materialidade definido por Meyer (2019) para relacionar os monumentos à ideia de objetos materiais, carregados de significados religiosos, políticos e culturais que materializam não somente narrativas de poder, mas também interesses de grupos e práticas sociais.

sentido, é pertinente observar que as iniciativas políticas empreendidas pelo primeiro governador, visando a perenização de sua figura, de suas ações e de seu legado na evolução da cidade e da narrativa histórica desta, são partes integrantes de uma estratégia de fomento ao desenvolvimento regional. Tal assertiva é especialmente notável ao considerarmos a fundação da cidade de Palmas e sua concepção, a qual foi meticulosamente delineada sob a liderança de José Wilson Siqueira Campos, este que desempenhou um papel fundamental na formulação da lógica desenvolvimentista do Estado do Tocantins e de sua capital, Palmas, lançando luz sobre os modelos de desenvolvimento almejados para o estado na prática.

Desse modo, a presente tese está dividida em cinco capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo, intitulado de “Política de desenvolvimento regional na criação do Estado do Tocantins e sua capital Palmas”, apresenta uma breve caracterização histórica sobre as nuances políticas que efetivaram a criação do estado do Tocantins e sua capital, Palmas, abordando os principais sujeitos que estiveram frente ao processo de emancipação do antigo Norte Goiano. Assim, apresentam-se os feitos políticos do primeiro governador do estado, José Wilson Siqueira Campos, suas ações e sua posição como personagem de destaque frente à criação de Palmas. Ademais, nesta primeira parte tem-se a conceituação dos termos-chaves desta tese, além da metodologia empregada e os caminhos traçados para obtenção dos levantamentos expostos. No segundo capítulo, intitulado de “Revisão teórica: política da memória, patrimônio e monumentos”, constrói-se um amplo levantamento bibliográfico com referências nacionais e internacionais sobre a temática dos monumentos, da política, do patrimônio e das relações entre o espaço público e a identidade racial.

No terceiro capítulo, a abordagem empírica é apresentada com o objetivo de identificar os monumentos religiosos da cidade de Palmas - TO e quais os seus significados. Nesse capítulo, “Os monumentos religiosos da cidade de Palmas”, destacam-se, além dos monumentos religiosos, edifícios e praças que foram construídos sob o mando político governamental. Com isso, pondera-se acerca de uma política locacional, isto é, uma política na qual os monumentos recebem a fixação em locais amplamente visíveis e acessíveis na cidade; bem como se discute sobre a laicidade do estado frente à gama de símbolos religiosos presentes nos espaços públicos, e sobre como estes símbolos agem na imaginação social por meio do fortalecimento de uma identidade religiosa e cultural de grupos políticos-religiosos hegemônicos.

No quarto capítulo, intitulado “Cidade artefato: os edifícios monumentais da capital tocantinense”, aborda-se sobre a hegemonia política orquestrada por meio das formas

simbólicas espaciais. Nesta seção, discutir-se-á acerca dos monumentos e dos edifícios públicos monumentais construídos na capital. Para tanto, elaborar-se-á uma reflexão aprofundada com o objetivo de identificar os significados desses monumentos e como o poder governamental idealizou essas formas simbólicas com o fito de perpetuar no imaginário social personas e grupos políticos. Assim, ter-se-á uma descrição detalhada dos feitos governamentais do primeiro governador do Estado e da forma com que este agiu ao longo dos seus quatro mandados, com a construção de símbolos monumentais, religiosos, identitários e culturais que fixaram a sua história política no vir-a-ser da cidade e do estado do Tocantins.

Por fim, no quinto capítulo, “Inventando a tradição: identidade e política na idealização dos monumentos”, dedica-se a identificar os monumentos que apresentam elementos identitários. Dessa forma, serão analisados os significados desses monumentos na historiografia oficial da cidade de Palmas e do próprio estado tocantinense. Além disso, nesse capítulo será discutido o papel do governo como agente de transformação, construção e forjamento de identidades regionais, articulando-se a discussão principalmente aos debates sobre memória, cultura e patrimônio.

CAPÍTULO I

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA CRIAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS E SUA CAPITAL, PALMAS

O período que marcou a criação do estado do Tocantins, no final da década de 1980, também foi testemunha de acontecimentos históricos de grande impacto nacional e internacional. Neste trabalho, vamos nos concentrar no contexto nacional. Depois do fim do regime militar (1964-1985) e da eleição do primeiro presidente civil do Brasil (Tancredo Neves e José Sarney), houve uma mobilização pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte (ANC), que teria a tarefa de reorganizar a sociedade brasileira e conduzi-la a um processo de redemocratização, elaborando uma nova Constituição.

Promulgada em 5 de outubro de 1988, a Constituição Cidadã, documento aprovado pela Assembleia Constituinte, “representa o coroamento do processo de transição do regime autoritário em direção à democracia” (SARMENTO, 2010, p. 28). Neste documento, nota-se a presença marcante do direito à liberdade humana em um estado democrático, em que ocorra a participação popular frente às decisões políticas da nação. Nesse panorama, são definidos os direitos e deveres dos cidadãos em relação ao Estado e dos deveres do Estado em relação aos seus cidadãos. Assim, a Constituição Cidadã marca intensas transformações no cenário político, cultural e econômico do Brasil.

É partir desta Carta Magna que se vislumbra a gênese do estado do Tocantins: “instituto legalmente em 1988, por ocasião da aprovação, pela Assembleia Nacional Constituinte da Constituição Federal, o estado do Tocantins realiza e vivencia, desde então, a construção de sua história, visando [...], a demarcação de sua identidade” (FIRMINO, 2003, p. 33). Esse novo território, pertencido anteriormente ao norte do Goiás, se instaura tão logo com intensas modificações na paisagem e com o anseio por demarcações culturais e identitárias para o povo tocaninense.

Apesar de ter sido emancipado em 1988 e instalado definitivamente em 1989 como a última unidade federativa brasileira, as nuances engendradas na tessitura da história do Tocantins remontam a tempos de outrora, considerado como uma luta datada ao século XIX e apoiada por grande parte da elite política do Goiás. Nessa conjuntura, destacam-se as moções de enfretamento para a conquista e autonomia do desmembramento do antigo norte goiano, em sua maioria representada por personagens políticos que idealizaram toda essa emancipação territorial do Norte de Goiás e consequente criação do Estado do Tocantins e de sua capital, Palmas.

Acerca desses fatores, importa-nos descrever sumariamente a participação de alguns sujeitos que estavam à frente do processo emancipatório e que hoje são memoráveis para a historiografia oficial do Estado. Nesse contexto, personas como tenente-coronel Felipe Antônio Cardoso, Antônio de Moura Teles, tenente-coronel Lysias Rodrigues, Juiz Feliciano Braga Machado, Osvaldo Aires da Silva, Fabrício Cesar Freire, Joaquim Teotônio Segurado e José Wilson Siqueira Campos (FIRMINO, 2003; RODRIGUES, 2012; OLIVEIRA, 2018), são recordadas quanto se rememora da luta política pela emancipação desse território.

Importa-nos contextualizar que o projeto de autonomia do Tocantins legitimou as necessidades político-administrativas de uma época que remonta ao início do século XIX. Dessa forma, e de acordo com Cavalcante (2003), as discussões sobre a fragmentação desse território, que viria a ser o Tocantins, perpassam por três recortes históricos importantes: “os anos 20 do século XIX (1821 – 1823) e as décadas de 50 e 80 do século XX (1956 – 1960 e 1985 – 1988)”.

Inicialmente, vale destacar que o Goiás, como uma antiga capitania, surgiu com o movimento dos bandeirantes, que, ao chegarem nesse território ainda no século XVII, descobriram minas de ouro. Esta chegada e, conseqüentemente, a descobertas das minas, provocam a ocupação desse território. Acerca disso, Cavalcante (2003) argumenta que primeira metade do século XVIII, já se evidenciava o sentimento de oposição por parte do Norte em relação ao Centro-Sul de Goiás. Essa discordância estava predominantemente relacionada às taxações de impostos aplicadas, uma vez que as Minas da região norte de Goiás tinham uma tributação mais elevada do que as minas do Centro-Sul. Nesse contexto, propôs-se uma reconfiguração das taxações, sugerindo que, “em vez de impor o quinto em ouro em pó sobre a produção das minas auríferas, seria mais seguro determinar uma taxa de imposto sobre cada escravo utilizado, acrescida de uma sobretaxa para as minas do Norte” (CAVALCANTE, 2003, p. 21). Esse fato levou os mineiros do Norte a perceberem uma discriminação fiscal que, somada ao isolamento territorial, permitiu o despertar da população nortista para os discursos separatistas.

Assinala-se que a mineração e a extração do ouro foram o grande marco dessa região. As cidades de Natividade, Porto Real (atual Porto Nacional), Conceição, entre outras, principiaram do sucesso da mineração, que ocasionou a ocupação dessas cidades e o protodesenvolvimento do norte goiano. Oliveira (2018) e Vieira (2014) ponderam que o ouro foi o ápice para o descerramento das estradas de Goiás e das capitanias limítrofes. Porém, como todo recurso natural findável, a mineração que possibilitou grandes riquezas para a região goiana chegou à ruína ainda no século XIX.

Ademais, apesar do fim da mineração, a pecuária já marcava presença como renda significativa na região. Nesse cenário, devido à dimensão territorial do estado e à impossibilidade de administrar e fiscalizar as fronteiras, conta-se que ocorria frequentemente o contrabando de mercadorias. Na tentativa de solucionar esse impasse para o controle fiscal, em 1809 ocorreu a primeira divisão territorial, a qual consideramos como a primeira iniciativa da sequência para o êxito da futura criação do Estado do Tocantins no século XX (VIEIRA, 2014; OLIVEIRA, 2018).

Destarte, dividiu-se o Goiás em duas comarcas: “a Comarca de Goiás localizava-se no sul, e a Comarca de São João das Duas Barras ficava na repartição norte” (VIEIRA, 2014, p. 65). A comarca de Goiás ficou sob o comando do capitão-general Manoel Inácio Sampaio e a do Norte ficou sob o comando do célebre desembargador português Joaquim Teotônio Segurado (CAVALCANTE, 2004; OLIVEIRA, 2018). As distâncias geográficas entre as duas comarcas, Norte e Sul, eram extremamente significativas, mas não foram as únicas diferenças.

Em consequência, nota-se que, em 1820, a comarca do Norte sob o mando de Teotônio Segurado encontrava-se pouco desenvolvida, com escassas casas e sem nenhum edifício administrativo. Por outro lado, a Comarca do Sul já dispunha no mesmo período de um povoado e de agrupamentos bem mais organizados quando comparada à Comarca do Norte. Dessa forma, e de acordo com Vieira (2014), essas discrepâncias econômicas no desenvolvimento territorial dessas Comarcas estavam ligadas principalmente “ao fato da Comarca do Sul consumir a maior parte dos impostos arrecadados na região” (VIEIRA, 2014, p. 66). Para Cavalcante (2003, p.13), a região Norte de Goiás, atual estado do Tocantins, sofria com as desvantagens econômicas e, principalmente, pelo sentimento de abandono político quando se comparado com o Centro-Sul do Estado.

Como esperado, o povo da Comarca do Norte notava esse afastamento político-administrativo, uma vez que os recursos não eram repartidos de forma igualitária; as distâncias desfavoreciam qualquer comunicação; e o deslocamento por transporte era inexecutável frente ao afastamento da sede administrativa que se situava na cidade de Goiás. Dadas as dificuldades enfrentadas pela Comarca do Norte, Oliveira (2018, p. 59) destaca que “o sentimento que iniciou a se instalar na mente da população do norte de Goiás era o de desprezo político e de desamparo administrativo pelas precariedades em infraestruturas básicas”. Frente a essa realidade, os nortenses se articulam para o movimento separatista, objetivando desfazer o vínculo da província de Goiás. Assim, “o movimento divisionista

ocorrido na região do norte goiano aconteceu no início do século XIX (1821-1823)” (REIS, 2011, p. 69).

Nota-se que a figura do Dr. Joaquim Teotônio Segurado desempenhou um papel significativo nesse cenário, uma vez que ele “assumiu a condição de grande defensor dos interesses da região ao instalar a Junta Provisória Independente do Norte de Goiás em 1821, que evidenciou a propagação dos ideais do liberalismo no Brasil” (CAVALCANTE, 2003, p. 31). Dessa forma, Teotônio Segurado, como articulado defensor e simpatizante do povo Norte, trouxe consigo ideias que buscavam a superação da estrutura colonial da época. Importa-nos, ainda, salientar que:

[...] dos grandes benefícios que Segurado prestou à Capitania, a navegação do Tocantins foi a principal. [E assegurou:] a sabedoria de suas medidas, a bem da administração da justiça e do progresso econômico, granjeou-lhe a solidariedade dos habitantes do Norte, entre os quais tornou-se popularíssimo, [o que lhe facultou assumir a condição de] de líder do povo do Norte, por força da sua situação econômica, grande fazendeiro, e por ser homem, dotado de certa inteligência e bom nível cultural para a época e o lugar (BRASIL, 1980, p. 76).

Entre os anseios e pautas do movimento autonomista, Teotônio Segurado instalou de modo definido um governo provisório, rompendo com a província de Goiás. Seu movimento pela autonomia prevalece até 1822, ano em que Segurado parte para “Lisboa para assumir o cargo de deputado nas Cortes de Lisboa pela província de Goiás” (VIEIRA, 2014, p. 67). Sua retirada de cena e de liderança enfraquece o movimento pela autonomia do Norte e, mais adiante, provoca a centralização da comarca na província de Goiás.

Cavalcante (2003) destaca que, a partir do momento em que Segurado se retira de cena diante do movimento autonomista, emerge uma série de conflitos, resultando na ausência de um líder robusto na comarca do Norte e em uma situação político-administrativa notavelmente confusa e indefinida. Essa percepção fundamentava-se na ineficácia da liderança exercida pelo tenente-coronel Pio Pinto Cerqueira, sucessor de Segurado, conforme relatos que indicavam sua falta de aptidão para gerir a administração da Comarca.

Em 1940, o brigadeiro Lysias Rodrigues, importante personagem frente ao movimento separatista na década de quarenta, despacha um projeto dando continuação aos ideais de Segurado, ainda no período das províncias. Lysias Rodrigues pensou a separação de Goiás e a criação do Tocantins a partir da seguinte divisão: “norte de Goiás e do Sul do Maranhão, com a capital em Carolina (MA) ou Pedro Afonso (GO). Entretanto em 1949, a Comissão de Constituição e Justiça da Administração Federal rejeitou e arquivou o projeto” (XAVIER,

2007. P. 46). As tentativas separatistas não cessaram por aí, pois em 1950 retoma-se a discussão em torno da emancipação territorial.

Ato contínuo, anos depois, em 1950, tem-se a participação do juiz Feliciano Machado Braga, que atuou no “Comitê Pró-Território” - movimento social que emergiu pela luta e emancipação do Norte goiano- e que na época foi constituído para a comarca de Porto Nacional - GO. Esse personagem foi considerado (depois de Segurado) um grande líder frente ao projeto de autonomia da região norte goiana. Na época, Machado Braga elaborou um manifesto à nação, no qual abraçava a causa pela criação do estado do Tocantins, utilizando dos recursos midiáticos desse período para reverberar o movimento autonomista. Assim, pode-se apontar que o Jornal O Estado do Tocantins, que era editado por Machado Braga, “serviu de espaço de divulgação e vinculação da causa pela criação do novo estado e da própria importância com que os populares atribuíam à sua liderança” (FIRMINO, 2003, p. 35).

Fato é que, nas entrelinhas desse relato que paira a separação do Norte do Goiás e a emancipação do Tocantins, estabelece-se uma memória em torno desses personagens que se tornaram “pais fundadores”. Consagra-se em torno desses sujeitos um discurso de “fundadores do Tocantins”, “criadores do Tocantins”, “heróis”, “mitos políticos” que desbravaram o norte do Goiás para consolidação de um Estado no norte do país (FIRMINO, 2003; RODRIGUES, 2008; REIS, 2011).

Apesar destes nomes e de suas contribuições particulares no processo da emancipação, um nome acabou se sobressaindo e sendo recordado insistentemente, qual seja, o do primeiro governador do estado, José Wilson Siqueira Campos, mais conhecido simplesmente por Siqueira Campos. Este esteve à frente de três projetos para a criação do Tocantins, sendo que dois desses foram vetados pelo então presidente José Sarney, em 3 de abril de 1985 e 9 de dezembro do mesmo ano (RODRIGUES, 2008). Nas palavras de Rodrigues (2008), o então deputado federal Siqueira Campos “soube associar sua imagem à de Segurado, dando à história um novo sentido: se foi Segurado que iniciou a emancipação, foi somente com Siqueira Campos que ela se tornou realidade” (ibidem, 2008, p. 15).

A figura de Siqueira Campos paulatinamente obteve destaque dentro do cenário político nacional. Sua trajetória política tem início em 1965, como vereador do município de Colinas do Sul - GO. Em 1971 tornou-se deputado federal, função que ocupou até 1987. Nesse ínterim, Siqueira Campos já organizava movimentos pró-criação do estado do Tocantins, e por isso é um dos relatores do projeto na ANC. Importa-nos destacar que em 1986, quando Siqueira Campos é reeleito para o cargo de deputado federal, sua campanha

eleitoral carregava o slogan “SIQUEIRA CAMPOS — O TOCANTINS NA CONSTITUINTE”. Com a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, torna-se definitivamente a figura central na fusão das emendas que criariam o Estado do Tocantins. (SOUZA, 2016, p. 77).

Evidentemente, todas as discussões realizadas antes da atuação política de Siqueira Campos já encaminhavam para o futuro da repartição entre Goiás e a criação do estado tocaninense. Diante disso, seria prudente erguer bandeira frente ao movimento pró-criação e buscar aliados que pudessem votar a favor do novo estado. Nesse ínterim, ressalta-se que após a construção da rodovia Belém-Brasília ainda na década de 1960, houve um salto significativo que culminou na visibilidade do norte goiano, possibilitando a entrada de novos cidadãos nessa região pouco povoada e a tonificação dos discursos pela autonomia nortense.

A articulação dos movimentos emancipatórios iniciada na década de 1950, com o Comitê Pró-Território e posteriormente com o CONORTE (Comissão de Estudo dos Problemas do Norte Goiano) em 1981, teve como resultado ações grupais bem articuladas, deixando um vasto material midiático, e resultou em debates que reafirmavam a necessidade da criação do Estado do Tocantins. A união do ideário de emancipação com a representação de Siqueira Campos na ANC possibilitou o fortalecimento e a coalizão em prol de um interesse comum.

Dessa forma, a partir da ANC, e por meio da Comissão Especial de Redivisão do Território Nacional, Siqueira Campos, nomeado como relator da Subcomissão dos Estados em 1987, tem sua primeira aprovação na comissão de sistematização, fruto da apresentação de uma emenda parlamentar (que objetiva a criação do Estado do Tocantins) elaborada por ele e pelo deputado José Freire. Após a votação e aprovação da emenda referente, o documento foi estampado na Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988, criando-se definitivamente a última unidade federativa do Brasil, o Estado do Tocantins.

Diante do sonho realizado e do fim da luta emancipatória, Siqueira Campos deixa o cargo de deputado federal que iria de 1987-1991 para concorrer ao cargo de primeiro governador do estado do Tocantins, em função do pleito criado para ocupação de um mandato tampão de dois anos, que exerceu de 1989-1991 (FEITOSA, 2011).

1.1 A figura de José Wilson Siqueira Campos na criação de Palmas

Diante do exposto, Siqueira Campos torna-se progressivamente, com sua figura, em um mito político. Seus discursos e suas ações conquistaram apoiadores políticos e civis. A partir do momento que assume o mandato tampão para governador do Estado do Tocantins, tinha como tarefa tecer seu nome no imaginário social do Estado e da nova capital, Palmas, como forma de perpetuação de suas ações. Havia um discurso semelhante à do presidente Juscelino Kubitschek. Siqueira Campos, após vencer as eleições de 1988 contra José Freire (PMDB), dizia “20 anos em 2”. Ou seja, o então primeiro governador do Estado destinou todos os recursos para cravar suas ações nos anos iniciais da nova capital (GRUPOQUATRO, 1989).

Operando os recursos midiáticos da época, principalmente jornais, revistas e cartilhas, o primeiro governador do Estado massificou com precisão suas narrativas como o pai fundador desse novo território, e, em sequência, como criador da cidade de Palmas. Acerca disso, Firmino (2003) ressalta que o uso de imagens, discursos e outras estratégias midiáticas foram adotados por Siqueira Campos ao longo de todo o período correspondente ao século XX e, de modo especial, após a fundação da cidade de Palmas, tais instrumentos serviram como mecanismo de controle para transformar as práticas e os discursos do então governador em uma historiografia oficial a ser difundida.

Como qualquer experiência humana, a memória histórica constitui uma das formas mais fortes e sutis da dominação e da legitimação do poder. Nesse sentido, os grupos dominantes vencedores da história tentam impor a sua visão e a perpetuação de uma memória da dominação. Aos vencidos, restam apenas o esquecimento e a exclusão da história e da política preservacionista (ORIÁ, 1998, p. 136).

Habitualmente, entre as táticas utilizadas por Siqueira Campos, havia a invocação do passado como um caminho para a compreensão das conquistas do presente. Essas ratificações foram inscritas no imaginário coletivo⁴ paulatinamente e podem ser notadas nas primeiras edificações da cidade de Palmas, nos discursos oficiais e no próprio Hino do Estado⁵. Dessa forma, tem-se, de acordo com Anjos (2017, p. 96), “a ‘inscrição’ do nome de Siqueira Campos no imaginário, na memória coletiva e no mito da ‘jornada do fundador’ fundida com a ‘construção da nova civilização’”. Ademais, em uma primeira vista, a nova capital surge como um sopro de esperança e de novas oportunidades. Já por outra ótica, o poder governamental utilizou dessa mesma oportunidade e da ausência de historicidade oficializada

⁴ Neste estudo, o imaginário coletivo é compreendido como a construção de símbolos, imagens e narrativas amplamente conhecidas e enraizadas em um grupo social.

⁵ “De Segurado a Siqueira, o ideal seguiu, contra tudo e contra todos, firme e forte, contra a tirania, da oligarquia, o povo queria, Libertar o Norte!” Trecho do Hino Oficial do Estado do Tocantins, nota-se a figura de Siqueira Campos como um sucessor de Teotônio Segurado.

e de uma identidade reconhecida para inventar uma história em uma cidade com tempo ausente. Assim, as práticas de Siqueira Campos corroboraram para a invenção de um imaginário coletivo (SILVA, 2008, REIS, 2011, ANJOS, 2017).

Com relação à formação da cidade e ao modelamento do imaginário coletivo, Souza (1994) pondera alguns apontamentos. Para a autora, a cidade enquanto um campo de representação perpassa pelos campos do simbólico e do político. Nesse sentido, é comum que a cidade seja edificada como uma extensão ou representação do poder, que irá gerar signos e significados no imaginário social. Por conseguinte, compreendemos a noção de imaginário social como “uma das forças reguladoras da vida coletiva [...] porque dele uma coletividade designa sua identidade, elabora uma certa representação de si, estabelece a distribuição de papéis e das posições sociais” (SOUZA, 1997, p. 108).

É também por meio do imaginário social que a ideia de mito, chefe, pai fundador, entre outras tantas expressões utilizadas para diferenciar e estabelecer o dominante e o dominado se eclode. É nesse campo urbano, visto como o *locus* de poder, que a cidade é moldada e constituída como um território prolífico para o desenrolamento das representações, das imagens e das narrativas produzidas. Ademais, “o imaginário social tem que ser visto como uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida coletiva e, em especial, do exercício da autoridade do poder” (Ibidem, p. 109).

Com efeito, ressalta-se que o poder público opera nas cidades mediante os recursos de representação que são desenvolvidos na imagem urbana e nos discursos oficiais. Desse modo, uma vez que os símbolos, representações e narrativas são institucionalizados, estes irão corresponder como um selo que qualifica o poder público sobre a cidade e sobre a memória coletiva, garantindo, desse modo, a permanência e a estabilidade desse mando pelo credenciamento de sua permanência. Ademais, a imagem da cidade é uma efígie “daquele imaginário do poder que usa a cidade como resposta do seu devaneio, com isso, instaura-se a ideologia da imagem urbana que está presente na assinatura dos poderes público” (FERRARA, 1997, p. 198).

Rodrigues, Santos e Alves (2014) apontam que no primeiro governo do hoje ex-governador houve a criação e o desenvolvimento de uma série de projetos, principalmente de infraestrutura e de implantação de secretarias. Desse modo, “este primeiro mandato de governador do estado do Tocantins também foi responsável pelo início da construção da capital definitiva do estado, Palmas, pois a sede administrativa estava instalada provisoriamente na cidade de Miracema do Norte” (RODRIGUES; SANTOS; ALVES, 2014, p. 126).

O estabelecimento de Miracema do Norte como capital provisória foi uma decisão entre Siqueira Campos e o Presidente José Sarney. Desse modo, entre janeiro e dezembro de 1989, Miracema do Norte foi a capital do Estado, cenário que mudaria no ano seguinte, 1990, com a transferência da capital para a cidade de Palmas.

Assim, com o local escolhido para abrigar a nova capital do estado, constrói-se o primeiro edifício monumental, o Palacinho. Este local foi a sede provisória do novo governo, construído em madeira com montagem pré-fabricada (REIS, 2011; SILVA, 2008). Além de ter sido a primeira moradia do governador, serviu como base para receber e abrigar outras autoridades políticas que visitavam as obras da futura cidade, uma vez que “com a antecipação da transferência da capital provisória de Miracema do Norte para o local permanente, foi necessário adaptá-lo para funcionar como sede administrativa do novo governo” (REIS, 2011, p. 119). Além disso, o Palacinho destaca-se como o primeiro monumento histórico da cidade de Palmas, reconhecido como Patrimônio Histórico Estadual, tombado em 1992.

A necessidade de instalação imediata dos governos exigiu prioridade para os investimentos na construção dos edifícios públicos. Algumas instalações, como a própria sede do governo estadual, foram construídas provisoriamente até a conclusão dos edifícios definitivos. O Palacinho, como ficou conhecida a sede provisória do governo estadual, hoje está tombado como bem do patrimônio histórico da cidade (TEIXEIRA, 2009, p. 97).

Reis (2011), Coccozza (2007), Bazolli (2012) e Bessa (2017) destacam que a cidade nasce a partir do projeto denominado “Projeto da Capital do Estado do Tocantins: Plano Básico/Memória”, elaborado pela empresa Arquitetura Sociedade Simples Ltda., o GrupoQuatro, empresa que foi escolhida por Siqueira Campos. Pontua-se que em todo o processo de construção da cidade de Palmas é notável a contribuição ou mesmo a interferência do primeiro governador na estrutura que estava sendo implantada, inclusive no próprio projeto urbanístico.

Ademais, neste documento apresentado pelo GrupoQuatro tem-se as diretrizes para a implantação da nova capital, como também os projetos arquitetônicos dos principais edifícios públicos da cidade. Acerca disso, no projeto urbanístico da cidade é assinalado que inicialmente fora demarcado uma área de “90 x 90 quilômetros, depois alterado para 112 km Norte/Sul por 90 Km Leste/Oeste, o qual contém o centro geográfico estadual em seu âmbito” (GRUPOQUATRO, 1989, p. 5). Dessa forma, a localização da nova capital estava pautada no princípio da centralidade, tanto na questão espacial da cidade em relação ao Estado, quanto em relação ao território tocantinense e os demais estados brasileiros.

Estrategicamente, o governador Siqueira Campos identificou um quadrilátero de 90x90km, situado no centro geodésico do Estado, como área geopolítica mais favorável à construção da capital. Determinou ainda a elaboração de estudos de pré-seleção de áreas para que a Assembleia Constituinte do Estado escolhesse a mais adequada (TEIXEIRA, 2009, p. 92).

Nesse mesmo contexto, Reis (2011, p. 88) aponta que o “fator centralidade também foi importante na tomada de decisões tanto para a localização da nova capital no mapa do Tocantins, quanto para o desenho da própria cidade e esse fator está relacionado com a construção de espaços de poder”, fato esse que também poderá ser observado no projeto urbanístico da cidade. Outrossim, a construção da última capital planejada do século XX, edificada no núcleo do Brasil, foi modelada a partir da idealização entre a relação homem e natureza. Dessa forma, sua localização entre a Serra do Lajeado e o Rio Tocantins “foi escolhida pela sua paisagem natural e pelo sítio geográfico” (COCOZZA, 2007, p. 94).

Além disso, logo nas primeiras páginas do projeto urbanístico da cidade encontra-se uma transcrição em forma de nota, que chama atenção pela forma dirigida ao então primeiro governador:

Uma cidade não é o seu projeto. Ela é muito mais o produto de seus cidadãos; não pertence a ninguém em particular, nem aos que a planejam, nem aos seus iniciadores. No caso da Capital do Tocantins, entretanto, justiça deve ser feita ao impulso que está permitindo sua concretização. Ele advém ao imenso esforço e luta dos tocaninenses desta e de outras épocas, em busca de seu próprio espaço regional e político, e de sua identidade. **Tem sido inegável neste processo a contribuição do Deputado Siqueira Campos, atual Governador do Estado e iniciador de sua capital. Ao longo da elaboração dos planos que ora iniciam sua trajetória, a figura de José Wilson Siqueira Campos destaca-se por seu entusiasmo, equilíbrio, senso de medida, e preocupação com as aspirações de seus liderados.** Suas ideias, ora expostas por ele próprio, ou através de seus auxiliares, têm estado presentes ao longo dos trabalhos que ora começam a tomar forma. Sua constante preocupação com a cultura de seu povo, suas raízes e seu futuro, integra o presente projeto e certamente impulsionarão o seu desenvolvimento (GRUPOQUATRO, 1989, p. 3, grifo nosso).

Observa-se que, no documento oficial do GrupoQuatro, a empresa encarregada do planejamento da capital tocaninense, é elaborado um registro oficial que formaliza uma faceta do discurso fundador proferido pelo primeiro governador do Estado. Esse registro legitima essa narrativa e suprime qualquer expressão que possa surgir no futuro contrária a essa memória emancipatória.

A transcrição da nota é datada de 20 de maio de 1989 e assinada por Luiz Fernando Cruvinel Teixeira e Walfredo Antunes de Oliveira Filho, arquitetos responsáveis pelo projeto da cidade. O fato do nome de Siqueira Campos ocupar logo as primeiras páginas sugere que este deveria ser recordado nos documentos oficiais que deram origem à capital tocaninense.

Dessa forma, sua contribuição foi ressaltada como o “iniciador”, isto é, o “pioneiro”. Tais adjetivos são potencialmente emblemáticos para a construção da memória coletiva que ainda seria concebida.

Ademais, o fato de o projeto da cidade ter começado acentuando os anseios do “criador” possibilitou a presença marcante do nome do primeiro governador no desenvolvimento econômico e cultural da cidade de Palmas. Com isso, é necessário destacar que o planejamento da cidade de Palmas e sua estrutura moderna são “uma espécie de divisor de águas entre um ‘atrasado e velho Tocantins’ e um ‘novo e moderno Tocantins’” (SOUZA, 2016, p. 127). E a figura de Siqueira Campos fez-se representado nesse novo Estado e na sua capital, projetada e orquestrada por mando político governamental.

A projeção desse Tocantins modernizado em meio ao cerrado pode ser verificado a partir das primeiras obras estaduais. Tanto é que a Praça dos Girassóis, local que abrigaria os principais edifícios estaduais e o Palácio do Governador, já estava projetada para ocupar um local de visibilidade e centralidade no aspecto geográfico da cidade:

“no centro do espaço a ser urbanizado inicialmente, de um lado e outro do grande eixo Norte/Sul, foram demarcadas duas grandes praças contendo os principais edifícios do poder estadual, complementados por um museu e um espaço simbólico denominado de Praça do Girassol” (GRUPOQUATRO, 1989, p. 13).

Esse espaço simbólico é o local no qual o poder governamental está situado e amplamente ratificado. Sua localização posicionada entre o cruzamento das duas mais importantes avenidas da cidade, a Avenida Teotônio Segurado e a Avenida Juscelino Kubitschek, demonstra a projeção e o significado que se espera da Praça e de seus edifícios. Corroborando isso, as primeiras ações de Siqueira Campos foram efetuadas a partir desse ponto de origem. Com o lançamento da Pedra fundamental em 1989, “este espaço passa a ser considerado o marco zero da cidade, na futura Praça dos Girassóis, onde se erigiu uma cruz de pau-brasil, com a celebração da primeira missa em solo tocantinense” (LIMA, 2021, p. 18). Essa Cruz, portanto, erguida como ato simbólico, tornou-se o primeiro monumento construído na Praça.

1.2 Metodologia da pesquisa, instrumentos e meios

Os caminhos metodológicos traçados nessa pesquisa demandaram extrema cautela e atenção para a construção de uma narrativa científica robusta e capaz de sustentar a questão norteadora dessa tese. Dessa forma, compreende-se que as trilhas metodológicas selecionadas são os aportes basilares que deram sentido aos resultados e às análises realizadas durante todo

percurso do pesquisador. A construção do conhecimento científico demanda certo rigor, clareza e objetividade na produção da escrita acadêmica. Por isso, a investigação científica deve estar associada a técnicas específicas e, por vezes, sistemáticas.

Para pesquisar precisamos de métodos e técnicas que nos levem criteriosamente a resolver problemas. [...] é pertinente que a pesquisa científica esteja alicerçada pelo método, o que significa elucidar a capacidade de observar, selecionar e organizar cientificamente os caminhos que devem ser percorridos para que a investigação se concretize (GAIO, CARVALHO e SIMÕES, 2008, p. 148).

Nos estudos voltados para a análise e observação dos monumentos, há a articulação de diversas linhas metodológicas. Nesta pesquisa, o método empregado está pautado na construção do conhecimento com base na abordagem fenomenológica, bem como nos estudos da área da semiótica, capaz de interpretar os signos e seus significados.

Acerca da fenomenologia, destaca-se que esta se compreende por caracterizar todo e qualquer estudo que abarque os fenômenos. A abordagem fenomenológica parte inicialmente de alguns filósofos, sobretudo entre indícios no século XIX e o começo do século XX. E é nos trabalhos de Husserl, Heidegger, Sartre e Merleau-Ponty que a fenomenologia como campo de investigação científica alcança demarcações (CERBONE, 2014). Por conseguinte, a fenomenologia como o estudo dos fenômenos está articulada à “noção de um fenômeno e a noção de experiência” (CERBONE, 2014, p. 13). Portanto, enquanto ciência dos fenômenos, na fenomenologia “o conhecimento provém da interface entre o que o mundo entrega ao sujeito e o que o sujeito entrega ao mundo, numa relação dialética, hermenêutica, intencional e intuitiva” (MARCHI, 2015, p. 44).

Nesse aspecto, toma-se a compreensão dada quando se trata de definir, ou melhor, de elaborar uma síntese conceitual que melhor abarque e delimite a noção em torno da fenomenologia:

A fenomenologia é o estudo das essências, e todos os problemas, segundo ela, resumem-se em definir essências: a essência da percepção, a essência da consciência, por exemplo. Mas a fenomenologia é também uma filosofia que repõe as essências na existência, e não pensa que se **possa compreender o homem e o mundo de outra maneira senão a partir de sua ‘facticidade’**. É uma filosofia transcendental que coloca em suspenso, para compreendê-las, as afirmações da atitude natural, mas é também uma filosofia para a qual **o mundo já está sempre ‘ali’, antes da reflexão, como uma presença inalienável, e cujo esforço todo consiste em reencontrar este contato ingênuo com o mundo, para dar-lhe enfim um estatuto filosófico.** É a ambição de uma filosofia que seja uma ‘ciência exata’, mas é também um relato do espaço, do tempo, do mundo ‘vivos’. É a tentativa de uma descrição direta de nossa experiência tal como ela é, e sem nenhuma deferência à sua gênese psicológica e às explicações causais que o cientista, o historiador ou o sociólogo dela possam fornecer [...] (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 1 grifo nosso).

Como exposto, o método fenomenológico consiste em interpretar o mundo e o homem a partir dessa relação integradora entre o ser e o perceber. É nesse aspecto que o conhecimento científico é construído, numa análise integrada que busca vincular o âmago daquilo que está sendo observado, vivido e experimentado, para, a partir desse vínculo, assimilar os fatos da própria existência. É, portanto, um conhecimento axiomático, concebido pela existência do homem no mundo e das coisas expostas no mundo ao homem. O pensamento de Merleau-Ponty descreve precisamente como esse saber é moldado por uma relação daquilo que está dado, objetivando numa ciência das essências.

Assim, o conhecimento é construído com base naquilo que está visível, ou seja, com base nos fenômenos. Segundo Alfred Schutz (1970), os fenômenos podem se configurar de diferentes formas para os sujeitos que os observam, adquirindo, assim, a característica de serem interpretados, vistos e experimentados sob uma perspectiva plural e, por isso, revestem-se de intercambialidade de pontos de vista, ou seja, de sentidos e significados. Logo, os fenômenos são suscetíveis de compreensão por meio dos processos de objetivação, isto é, de intencionalidade (SCHUTZ, 1970).

A partir dessa abordagem focada na cognição das pesquisas realizadas por Schutz (2004), que entende a relação do mundo e da sociedade configurada pelos sentidos e significados produzidos pela interação e pela partilha das experiências entre os grupos sociais, tem-se o espaço vivido e as relações entre o sujeito e o mundo como produtores de um universo simbólico de signos e representações.

A preocupação de Schutz é compreender o mundo social como um mundo constituído intersubjetivamente através dos sentidos dados pelos sujeitos mediados pela interação. Para Schutz, a compreensão da ação envolve o entendimento do seu sentido, ou seja, implica considerar o sujeito dessa ação, seu mundo social, seu contexto intersubjetivo e sua situação biográfica. Esse contexto é, sobretudo, **um contexto de significados. A consciência, como intencionalidade, institui como vivência o mundo da vida, primeiro, como uma experiência natural.** Dessa experiência natural com o mundo da vida decorre uma atitude não problemática, espontânea, que **caracteriza o cotidiano da relação entre o sujeito, os outros e as coisas, uma relação eminentemente prática.** É o caráter concreto desse cotidiano que funda seu significado prático. Assim, o **mundo da vida se caracteriza pela vida cotidiana, pelo sentido do senso comum, um mundo pressuposto e vivido através de uma atitude natural** (SCHUTZ, 1974 ⁶ apud OLTRAMARI e NAUJORKS, 2022, p. 12 grifo nosso).

Nesse aspecto, vê-se que o objeto de pesquisa dessa tese, qual seja, os monumentos, são colocados expressamente como representações materiais que fazem parte da vida cotidiana. Assim, esses objetos simbólicos, como fenômenos edificados, acordam para um

⁶ SCHUTZ, Alfred; LUCKMANN, Thomas. Structures of the Life-World. Heinemann: London, 1974.

estado consciente que oportunizam, além da observação, a descrição e a interpretação dessas construções como manifestações da natureza humana produtoras de significados tácitos e plurais. Para Gil Filho (2008, p. 14):

Nas pesquisas realizadas sob o enfoque fenomenológico, o pesquisador preocupa-se em mostrar e esclarecer o que é dado. Não procura explicar mediante leis, nem deduzir com base em princípios, mas considera imediatamente o que está presente na consciência dos sujeitos. O que interessa ao pesquisador não é o mundo que existe, nem o conceito subjetivo, nem uma atividade do sujeito, mas sim o modo como o conhecimento do mundo se dá, tem lugar, se realiza para cada pessoa. Interessa aquilo que é sabido, posto em dúvida, amado, odiado etc. [...] O objeto de conhecimento para a Fenomenologia não é o sujeito nem o mundo, mas o mundo enquanto é vivido pelo sujeito.

Nesse mesmo sentido, Husserl (1986) nos alerta que na investigação fenomenológica deve-se primeiramente abandonar todo e qualquer julgamento que se possa ter sobre as coisas reais, de modo que é prudente que ocorra um afastamento das convicções do pesquisador para com o objeto pesquisado. Essa postura torna-se necessária para uma leitura mais profunda do fenômeno e para uma análise mais ampla dos sentidos conferidos ao objeto. Com isso, por se tratar de um método filosófico e, portanto, inacabado, pondera-se que esse método se define também pelo “devir, pelo movimento constante, onde o vivido aparece e é sempre ponto de partida para se chegar a algo” (LIMA, 2014, p. 13). Desse modo, por conta da inconstância do vivido e das experiências que se deve ter atenção quanto às análises fenomenológicas.

Acerca disso, Husserl (1986, p. 32) destaca:

[...] o olhar em si indescritível e indiferenciado, mostra-se, porém, que efetivamente não tem sentido algum falar de coisas que simplesmente existem e apenas precisam de ser vistas; mas que esse *meramente existir* são certas vivências da estrutura específica e mutável; que existem a percepção, a fantasia, a recordação, a predicação, etc., e que as coisas não estão nelas como num invólucro ou num recipiente, mas se *constituem* nelas as coisas, as quais não podem de modo algum encontrar-se como ingredientes naquelas vivências. O estar dado das coisas é *exibir-se* (ser representadas) de tal e tal modo em tais fenômenos. E aí as coisas não existem para si mesmas e enviam para dentro da consciência os seus representantes.

A proposta de Husserl baseia-se no afastamento, ou melhor, numa missão a qual o pesquisador deve-se distanciar da ingenuidade (ver as coisas por ver) e estabelecer uma problemática dos fenômenos, esta que dará forma ao conhecimento filosófico. A proposta do autor está pautada, portanto, numa relação entre a imanência, ou seja, aquilo que é visto e interpretado pelo seu próprio existir, e a transcendência, aquilo que adquire valores externos e intenções que vão além do admirar. É nesse aspecto que os fenômenos são dotados de experiências e memórias que são externas ao próprio objeto.

Um dos atributos do método fenomenológico é a intencionalidade, isto é, no campo de tradição dos fenômenos, a intencionalidade é um elemento específico da experiência, por isso, as pesquisas fenomenológicas também podem ser descritas como pesquisas que objetivam desvendar a intencionalidade dos objetos. Acerca disso, Cerbone (2014, p. 39), ao analisar os estudos de Husserl, descreve que para se alcançar a epistemologia dos fenômenos, fazem-se necessários princípios norteadores, dentre eles destacam-se: “(1) discernir e descrever a estrutura essencial da experiência; (2) perguntar e responder questões transcendentais sobre a experiência; (3) atingir a certeza epistemológica”. Elencar esses princípios é estabelecer o potencial da fenomenologia como método científico. Assim, Husserl demonstra que esse método, caracterizado pela experiência e pela intencionalidade, constitui também o que o autor define como “o princípio de todos os princípios” (CERBONE, 2014, p. 39).

Por estar associada ao método fenomenológico e à sua natureza empírica de percepção sensorial e intencional, vincula-se a este estudo a semiótica. Emergida no século XX e considerada a ciência humana mais jovem, a semiótica está relacionada aos campos da comunicação e da linguagem. Desse modo, sua caracterização está voltada para o entendimento de todo tipo de linguagem, “verbal ou não-verbal, constituída de símbolos, sinais, elementos arquitetônicos” (ROCHA, 2003, p. 29). Quando comparada à fenomenologia, a semiótica diferencia-se porque “enquanto a fenomenologia observa todos os fenômenos e, através da análise, postula as formas ou propriedades universais desses fenômenos, a semiótica ou lógica tem por função classificar todos os tipos de signos logicamente possíveis” (ROCHA, 2003, p. 71).

Nesse aspecto, a semiótica como ciência dos signos tem como aporte basilar a fenomenologia. Destaca-se que a semiótica está pautada na pesquisa científica que visa interpretar os signos transmitidos por mensagens. Essas mensagens podem estar inseridas em textos, edifícios, monumentos, gestos etc.

De acordo com Rocha (2003, p. 30), “quando se observa uma cidade, uma praça, um monumento, eles gritam mensagens inseridas num texto não-verbal, à espera de interpretação por parte de quem os observa. Estes elementos constituem o signo”. Em síntese, pode-se destacar que um dos objetivos da semiótica é compreender e contextualizar os signos.

Para a semiótica, o que interessa são todos os tipos possíveis de signo, verbais, não verbais e naturais, seu modo de significação, de denotação e de informação; e todo o seu comportamento e propriedades. Que poderes de referência eles têm, como se contextualizam, como se estruturam em sistemas e processos, como são emitidos, produzidos, que efeitos podem provocar e advir deles a curto, médio e longo prazo?

Eis um quadro de questões que cabe à semiótica investigar (SANTAELLA E NÖRTH, 2004, p. 76).

Destarte, compreendendo o mundo como um espaço simbólico repleto e emaranhado de símbolos, formas e representações, a semiótica busca fornecer elementos combinatórios que possibilitem a interpretação dos signos (DEELY, 1990). Nosso recorte metodológico, portanto, incorpora os princípios desse método por apreender os monumentos como signos arquitetônicos, dotados de uma linguagem não verbal e imagética. Dessa forma, a semiótica atua na interpretação plural dos signos, considerando, sobretudo, a subjetividade de leituras que o mesmo objeto possa fornecer. As diversas interpretações infiltradas nos objetos simbólicos perpassam pelo campo da gnose, ou seja, depende do conhecimento que cada indivíduo tem sobre as formas simbólicas expostas.

E o signo fala. Mas fala diferente para pessoas diferentes, em momentos diferentes. Isto porque a leitura de cada um dos atores sociais depende do conhecimento, do envolvimento emocional que tenha com o signo, seja ele uma rua, uma praça, um prédio, um monumento, uma cidade, uma pessoa. A leitura poderá trazer sentimentos de amor, de carinho, a chamada reação topofílica; ou de ódio, de medo, de ressentimento, a reação topofóbica. Estas reações surgem a partir da percepção e leitura de signos, objeto de estudo da Semiótica (ROCHA, 2003, p. 31).

Salienta-se ainda que, no campo da semiótica, os signos são portadores de sentidos e significados elaborados com finalidades específicas e direcionados para públicos-alvo. No caso dos signos arquitetônicos monumentais, as leituras envolvem categorias de análises distintas, podendo ser signos políticos, religiosos, culturais e identitários. De todo modo, os objetos simbólicos conservam a potência de injetar e ao mesmo tempo despertar no olhar dos observadores sentimentos que são desencadeados em uma primeira observação, ou pela constância do olhar atento no cotidiano — no caso de monumentos edificadas em locais públicos em que ocorre grande trânsito de pessoas.

Essa relação entre os signos e as sensações provocadas está comumente conexa às representações que fazem parte de um imaginário social, de teor sagrado ou político, no âmbito local ou nacional, de modo que esses signos se constituem como “representações imagéticas, intensamente carregadas de afetividade, que organizarão imediatamente sua relação com o mundo exterior” (WUNENBURGER, 2007, p. 16). Dessa forma, ressalta-se a linha tênue entre o imaginário que é acionado a partir da relação entre o sujeito e as imagens e os símbolos, signos, significantes e significados, haja vista que “por significante entende-se a parte material do signo [...] [; e] por significado o conceito veiculado por essa parte material, seu conteúdo, a imagem mental por ela fornecida” (LUBACHEVSKI; SAHR, 2005, p. 28).

Por essas questões, esta pesquisa enquadra-se como uma investigação metodológica qualitativa. A pesquisa qualitativa é a que busca identificar os fenômenos a partir do contexto cultural, histórico e social em que se encontram, dedicando-se a “captar não só a aparência do fenômeno como também suas essências, procurando explicar sua origem, relações e mudanças, e tentando intuir as consequências” (OLIVEIRA, 2011, p. 24).

A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais [...] a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.32).

Nos trabalhos de abordagem qualitativa, a investigação tem bases históricas e, portanto, utiliza questões lógicas. Por isso, para descrever, analisar, identificar e compreender os fenômenos e seus efeitos no campo cultural e social faz-se necessário a pesquisa qualitativa, que “possui o poder de analisar os fenômenos com consideração de contexto [...] baseia-se em objetivos classificatórios utilizando maneiras mais adequadas os valores culturais e a capacidade de reflexão do indivíduo” (LEITE, 2008, p.100).

De acordo com Bogdan & Biklen (2003), citados por Oliveira (2011, p. 25), “o conceito de pesquisa qualitativa envolve cinco características básicas que configuram este tipo de estudo: ambiente natural, dados descritivos, preocupação com o processo, preocupação com o significado e processo de análise indutivo”. Além dessas particularidades, acentua-se outras, sendo essas, “[...] objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.32), que se tornam essenciais para a identificação e análise dos fenômenos tratados nesse estudo.

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro, está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações. (CHIZZOTTI, 2000, p. 83).

Desse modo, explorar a cidade, o espaço urbano e observar o meio em que os objetos, monumentos e edifícios públicos estão construídos são ações tidas como etapas fundamentais para a coleta de outros materiais, como fotografia e documentos. Além disso, possibilitam o encadeamento de reflexões que só são gestadas no espaço vivido.

Nessa perspectiva, para a criação das reflexões e dos nexos estabelecidos nesse estudo, buscou-se um amplo material que fortalecesse teoricamente as questões apontadas. Assim, a pesquisa e a revisão bibliográfica da literatura de estudos posteriores corroboram os apontamentos realizados. Para Caldas (1986, p. 15), a pesquisa bibliográfica caracteriza-se pela “coleta e armazenagem de dados de entrada para a revisão, processando-se mediante levantamento das publicações existentes sobre o assunto ou problema em estudo, seleção, leitura e fichamento das informações relevantes”.

Enfatiza-se que a revisão bibliográfica foi sendo construída paulatinamente, em especial durante a produção de minha dissertação. Portanto, para esta tese, o material obtido em outrora se revelou fundamental para encontrar as novas bases bibliográficas mencionadas ao longo do estudo. Ato contínuo, para o levantamento da revisão bibliográfica, além de livros clássicos sobre o tema, utilizou-se também referências contemporâneas. As buscas de dados bibliográficos foram ativamente utilizadas, tais como a plataforma Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) e o portal de periódicos da CAPES, visando a incorporação de artigos científicos nacionais e internacionais que versassem e dialogassem sobre as proposições.

A revisão bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

De acordo com Bento (2012, p. 43), “a revisão da literatura é indispensável não somente para definir bem o problema, mas também para obter uma ideia precisa sobre o estado actual dos conhecimentos sobre um dado tema, as suas lacunas e a contribuição da investigação para o desenvolvimento do conhecimento”. A revisão bibliográfica configura-se como um dos aportes da construção do conhecimento científico. Essa etapa garante que as questões norteadoras sejam embasadas em dados teóricos já estudados por outros autores, reconhecendo-os, identificando-os e citando-os. Além disso, viabiliza o encontro de lacunas nas pesquisas relacionadas, fornecendo ao pesquisador a tarefa de uma nova investigação que irá contribuir com os estudos no campo cultural. Desse modo e a partir de uma base teórica ampla e interdisciplinar, a revisão bibliográfica foi elaborada.

O estudo também abrangeu a pesquisa documental associada à pesquisa em campo como umas das etapas necessárias para a coleta de dados. Sabe-se que a pesquisa documental aproxima o pesquisador do seu objeto de estudo, e neste caso contou-se com o auxílio de

documentos, jornais, fotografias que foram publicados no período que corresponde desde a criação da cidade de Palmas - TO até a atualidade. Nessa etapa, os documentos foram coletados nas principais instituições da cidade de Palmas e do estado do Tocantins. Entende-se, portanto, que:

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

Os documentos, em pesquisas assim, são selecionados, fotografados e por fim, analisados, já que a do tipo documental tem como particularidade “a coleta de dados em fontes primárias, como documentos escritos ou não, pertencentes a arquivos públicos; arquivos particulares de instituições e domicílios [...]” (OLIVEIRA, 2011, p. 40). Por conseguinte, os dados documentais estabelecem uma historicidade que só pode comprovada por meio de documentos escritos e registrados, principalmente, quando objetivamos analisar os fenômenos materiais. Assim, para elucidarem-se as mudanças, rupturas e deslocamentos de monumentos (erguidos e/ou demolidos), a documentação, sobretudo fotográfica, garantiu nesta tese a objetividade e sustentação das interpretações. Em resumo:

A etapa de análise dos documentos propõe-se a produzir ou reelaborar conhecimentos e criar novas formas de compreender os fenômenos. É condição necessária que os fatos devem ser mencionados, pois constituem os objetos da pesquisa [...]. O investigador deve interpretá-los, sintetizar as informações, determinar tendências e na medida do possível fazer a inferência. [...] Os documentos não existem isoladamente, mas precisam ser situados em uma estrutura teórica para que o seu conteúdo seja entendido. Feito a seleção e análise preliminar dos documentos, o pesquisador procederá à análise dos dados [...]. O pesquisador poderá, assim, fornecer uma interpretação coerente, tendo em conta a temática ou o questionamento inicial (SÁ-SILVA; ALMEIDA e GUINDANI, 2009, p. 10).

Acrescenta-se que, sendo uma das técnicas de pesquisa, a análise documental tem diretrizes próprias para a construção dos dados e para a elaboração das reflexões deles oriundas. Isto é, após a seleção das informações documentais, o pesquisador deve “reunir todas as partes – elementos da problemática ou do quadro teórico, contexto, autores, interesses, confiabilidade, natureza do texto, conceitos-chave” (CELLARD, 2008, p. 303) para aí, então, produzir um ensaio científico com base coesa e com parâmetros.

Para a presente pesquisa, como se perceberá, revistas publicadas por órgãos oficiais, cartilhas, fotografias entre outros materiais compõem parte desta tese. Para a coleta desses

dados, as seguintes instituições foram visitadas, a saber: Memorial Coluna Prestes; Acervo Histórico da Secretaria de Comunicação Social do Estado do Tocantins — SECOM; Museu Casa Suçupara; a Fundação Cultural de Palmas; além de um acervo particular do historiador Rivair Tavares de Moraes.

Uniu-se a essa técnica documental a pesquisa em campo, uma vez que a junção das duas metodologias favorece uma melhor coleta de dados e uma melhor observação dos fenômenos. Isto porque a pesquisa em campo qualifica-se como uma etapa necessária do processo de conhecimento que envolve o pesquisador e os objetos de estudos, favorecendo também a aproximação do fenômeno investigado por meio de uma relação integrada entre o espaço observado e o observador. É ela que “exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...]” (GONSALVES, 2001, p. 67). Essas informações são obtidas principalmente pela análise visual e sensorial, tendo em consideração os aspectos sensíveis dos sentidos. Dessa maneira que foram feitos os trabalhos.

Para além, evidenciado que o estudo em campo é a condição em que o pesquisador integra e vivencia o seu objeto de estudo por meio da investigação empírica, na observação em campo desta tese o pesquisador analisou de perto a dimensão das estruturas dos monumentos, como “escala, localização/distribuição espacial, [...] [verificando] as formas simbólicas espaciais e a estrutura organizacional destas” (CORRÊA, 2005, p. 10).

Bem como Gil Filho (2008) ressalta, as pesquisas em campo possuem como objetivo o aprofundamento das indagações levantadas, e para isso a observação como técnica é o principal meio, porque atentar-se aos fenômenos é mais relevante do que elaborar interrogações. Por isso, na pesquisa em campo desta tese procurou-se analisar a estrutura organizacional dos objetos simbólicos e seus significados inerentes por meio dessas técnicas definidas. Nesta fase em campo também que foi coletado o material fotográfico da tese, tendo as observações sido realizadas e documentadas.

Nesse sentido, incluem-se as observações diretas realizadas em campo, que consistem em “recolher as ações dos atores em seu contexto natural, a partir de sua perspectiva e seus pontos de vista [...] pode visar uma descrição ‘fina’ dos componentes de uma situação: os sujeitos em seus aspectos pessoais e particulares, o local e suas circunstâncias” (CHIZZOTTI, 2000, p. 90). A observação direta tem como objetivo transportar o pesquisador para a realidade dos fenômenos, a fim de vivenciar os objetos investigados e interagir com os sujeitos envolvidos. Dessa forma, essa técnica busca “experenciar e compreender a dinâmica

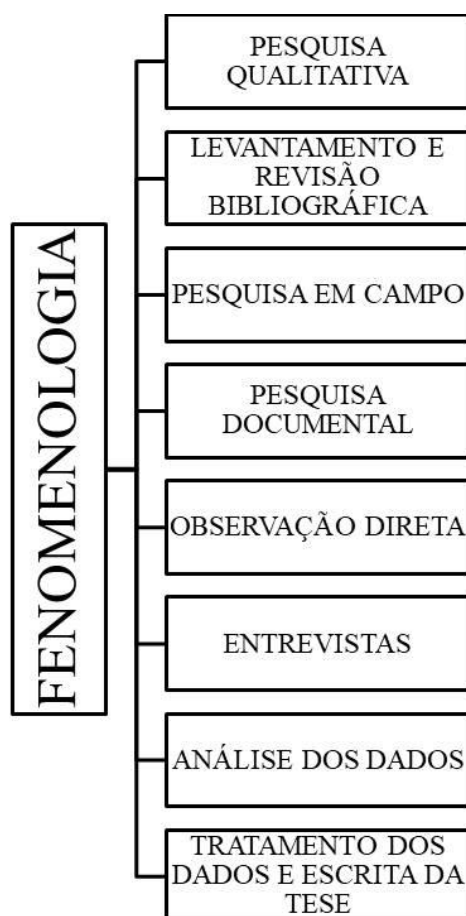
dos atos e eventos, recolher as informações a partir da compreensão e sentido que os atores atribuem aos seus atos” (CHIZZOTTI, 2000, p. 90).

Com o intuito de atender aos objetivos estabelecidos e compreender os sentidos e significados dos monumentos para a população e para os sujeitos que transitam pelos espaços onde essas edificações se encontram, escolheu-se utilizar a observação direta e conduzir entrevistas semiestruturadas com perguntas abertas. A seleção dos entrevistados foi realizada de forma criteriosa, permitindo que as entrevistas refletissem respostas variadas de um público diversificado. Para isso, foram selecionados dois grupos distintos de participantes: indivíduos nascidos em Palmas e indivíduos que, embora não tenham nascido na capital, residem nela atualmente — totalizando oito entrevistados. O grupo é composto por três mulheres, com idades entre 26 e 43 anos, e cinco homens, com idades entre 25 e 43 anos. Todos são profissionais de áreas diversas, como Ciência da Computação, Engenharia, Direito, entre outras.

O objetivo principal foi dar voz aos sujeitos não-hegemônicos da cidade e compreender como percebem os monumentos, seus significados e se utilizam os espaços urbanos nos quais essas formas simbólicas estão estabelecidas. Optou-se por manter o anonimato dos entrevistados, assegurando a preservação de suas opiniões e evitando conflitos de interesse político ou religioso. Assim, a identificação dos participantes está assinalada através de nomenclaturas como “entrevistado 1”, “entrevistado 2”, e assim sucessivamente.

Essas técnicas foram consideradas como adequadas para a obtenção de dados precisos e confiáveis, permitindo uma análise mais aprofundada do fenômeno em estudo (Figura 2).

Figura 2 – Etapas da pesquisa



Fonte: Lima, 2022

Tendo sido estabelecidos os parâmetros desta pesquisa, o seu método e os instrumentos e meios para o desenvolvimento das problemáticas apontadas, realizou-se, então, um minucioso trabalho, e por vezes árduo, no qual a reflexão e as análises críticas focalizaram os objetos e os atores sociais envolvidos na idealização das formas simbólicas espaciais de Palmas - TO. O entendimento reunido nesse estudo preocupou-se em estabelecer a síntese interpretativa dos fenômenos construídos no espaço urbano e como estes são construções empreendidas por meio de ingerências políticas e religiosas.

1.3 Primeiros atos: a monumental Praça dos Girassóis como expressão política

A construção do espaço simbólico denominado de Praça dos Girassóis⁷ é considerada “o marco inicial da nova capital [...] (GRUPOQUATRO, 1989a, p. 11), no qual as primeiras ações estruturais e simbólicas do primeiro governador do estado se perpetuariam. Com uma dimensão territorial de 571 mil m², a praça é considerada a maior da América Latina e, logo

⁷ Como já apontado, a Praça se localiza no Plano Diretor Sul da cidade entre as duas mais importantes avenidas da cidade: Avenida Joaquim Teotônio Segurado e Avenida Juscelino Kubitschek.

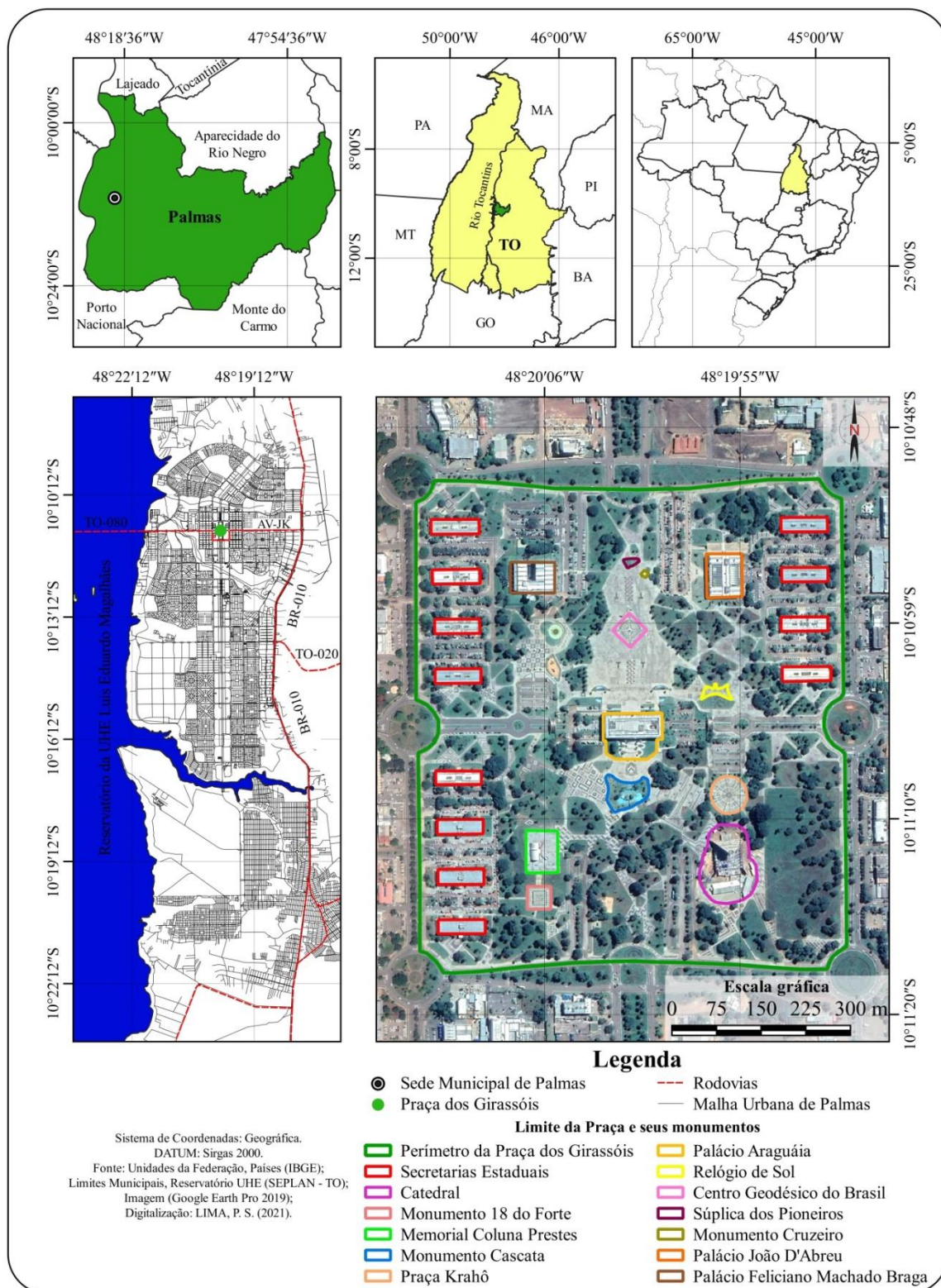
também a maior do Brasil. Toda essa extensão territorial com localização privilegiada e estratégica foi complementada pela edificação dos edifícios públicos do Estado e dos monumentos mais emblemáticos da cidade de Palmas.

Atualmente têm-se no espaço simbólico e político mencionado os edifícios monumentais do Palácio Araguaia, sede do governo; do Tribunal de Justiça, Palácio da Justiça Rio Tocantins; da Assembleia Legislativa, Palácio João D'Abreu; das doze secretárias do Estado; da Catedral Católica do Divino Espírito Santo, em fase final de construção; e do Memorial Coluna Prestes.

Além desses edifícios monumentais, na Praça dos Girassóis também estão erigidos: o monumento da primeira missa, o Cruzeiro, já citado anteriormente; o monumento Cascata; o monumento Relógio do Sol; o Monumento à Bíblia; o Monumento aos Dezoito do Forte de Copacabana; o monumento Súplica dos Pioneiros; e o monumento denominado de Frisas — composto por 144 placas que contam de modo cronológico acontecimentos históricos desde o antigo Norte Goiano até a emancipação do Tocantins.

Ademais, complementando todo o aparato simbólico desse espaço, notam-se por todo o pavimento da Praça, em especial à frente da sede do Executivo estadual: pinturas indígenas cravadas no chão, dividindo espaço com o Brasão de Armas do Estado e com a Rosa dos Ventos no centro máximo; na lateral, a Praça Krahô; e com proeminência no contorno interno central da Praça, em escala macro, percebe-se o formato do mapa do Tocantins, com a ponta sul na entrada principal do Palácio Araguaia, bem melhor visto em visão aérea (Figura 3). Nesse aspecto, todo esse conjunto urbanístico planejado decorreu da intervenção e dos anseios de Siqueira Campos para que a praça se transformasse em um símbolo da cidade. A localização, a acessibilidade da Praça e a dimensão escalar dos monumentos instalados moldaram a praça para vir a ser um lugar de memória ou até mesmo a alma da cidade, a partir da “posição de destaque conformada pelos principais edifícios institucionais (CALDEIRA, 2007, p. 3)”.

Figura 3 - Palmas: Localização da Praça dos Girassóis com seus principais monumentos e edifícios



Elaboração: Péricles Lima, 2021.

Nesse sentido, observa-se que no espaço simbólico moldado “seus afeitos, como condição da sua substância, podem afetar profundamente algumas decisões políticas de prazo mais longo, estabelecendo um nexos entre a ‘praça’ e o ‘palácio’, ou mais objetivamente, entre a sociedade e seus governantes.” (CASTRO, 2018, p. 123). A própria escala monumental estabelece essa continuidade entre os atos do passado e as ações do futuro. Com isso, as implicações entre o espaço aberto visível e tacitamente reconhecido se transfiguram em lugares de manifestações simbólicas, de memória, de ações que indicam a política estabelecida.

Júnia Caldeira (2007), em sua tese “A praça brasileira: trajetória de um espaço urbano, origem e modernidade”, elabora uma reflexão considerável acerca do uso das praças como um espaço coletivo. Historicamente, as praças públicas sempre foram locais característicos na formação das cidades. Ambiente de encontros, celebrações, lazer, festivais, “onde se desenvolve a vida social, e o espaço de identidade, onde os grupos se reconhecem e onde existe a possibilidade de trocas” (CALDEIRA, 2007, p. 15), entre outros tantos usos. Para a referida autora, os espaços coletivos adquirem complexas funções e formas dentro do tecido urbano da cidade.

Nesse aspecto, na cultura ocidental, as praças são tidas como um relevante espaço urbano, de modo que “da antiguidade clássica à era contemporânea, as praças representam elementos-síntese da organização urbana por constituírem lugares de culto, propícios à interação social” (CALDEIRA, 2007, p. 13). Desde os primeiros agrupamentos humanos a praça é considerada uma referência visual e, portanto, focal na organização da *urbe*. De certo, devido à produção do espaço e principalmente à localização das praças em áreas de maior acessibilidade, destacamos o papel da escala como uma ferramenta utilizada pelos agentes sociais.

Diante da diversidade de configurações urbanas existentes **observa-se a praça como um *locus* privilegiado da cidade**, sobretudo pelo seu caráter de espaço multifuncional. Tal importância pode ser constatada nas políticas contemporâneas de intervenção urbana, nas quais a praça aparece como elemento fundamental. Busca-se resgatar valores históricos, evidenciando certa nostalgia de significados perdidos **tanto na escala arquitetônica quanto na escala urbana [...]**. A praça representa uma espécie de espaço camaleônico, capaz de se modificar e se adaptar às transformações das cidades, possibilitando apropriações diversas. Essa peculiaridade fez com que a praça adquirisse, **historicamente, uma diversidade de formas e funções**, sem perder sua essência como espaço coletivo (CALDEIRA, 2007, p. 14 grifo nosso).

Ainda, de acordo com Corrêa (2019, p. 42), “a escala espacial constitui um traço fundamental da ação humana, relacionada a práticas que se realizam em âmbitos espaciais

mais limitados ou mais amplos, mas não dissociados de si”. Vê-se que, na relação entre praça e escala, o agente principal nesse espaço urbano é o indivíduo que molda e busca criar um local de destaque na organização das cidades. Consequentemente, a produção da escala desenvolvida está provida de propósitos e sentidos que foram determinados por seus idealizadores, sendo, por conseguinte uma “consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas sociais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade” (Ibidem, p. 43). Aqui, destaca-se que a produção do espaço envolve anseios individuais ou coletivos e que por muitas vezes são antagônicos, e ao se tratar de um espaço público como a praça esses antagonismos tornam-se muito mais latentes, visto que o uso e a produção desse espaço se consagram em um mecanismo de materialização do poder político.

Em vista disso, a praça como um espaço público de uso comum é, sobretudo, um espaço político. Tanto é que comumente nesses locais se erige algum monumento que homenageia a memória de uma figura reconhecida, a identidade local de um povo, ou símbolos religiosos. Esse espaço configurado explicitamente como político nos remete à noção de que “todo espaço é político ou que toda política tem uma dimensão espacial” (CASTRO, 2018, p. 120). Quando há a diferenciação entre um espaço comum na cidade, em que expressões políticas são explicitadas, torna-se evidente caracterizar a diferenciação da dinâmica espacial e política estabelecida entre esse local e os demais espaços públicos da cidade.

O espaço público administrado e organizado pelo governo também compõe narrativas que podem ser interpretadas. Na Praça dos Girassóis, entendida aqui como um dos primeiros atos de poder e governança na gestão de Siqueira Campos, essas narrativas imagéticas são descritas, contadas e realçadas nos monumentos e na própria produção simbólica do espaço. Concernente a isso, destaca-se que toda ação política é uma ação orquestrada, ou seja, a que objetiva transmitir uma mensagem a ser veiculada em massa. Assim, discursos são fabricados para compor uma identidade. Essa análise pode ser identificada na narrativa de alguns entrevistados, que relatam sobre a Praça.

*Eu nasci aqui mesmo, né? Eu estou morando aqui há 13 anos, mas já tinha morado um tempo antes, quando eu era criança. Nasci aqui e mudei de cidade quando eu tinha 5 anos. Então, assim, eu me sinto muito parte dessa cultura, dessa identidade palmense, né? E eu acho que os monumentos contribuem muito para formar essa questão, toda essa aura em volta disso, né? Porque, às vezes, a gente recebe visita. Ou, então, tem alguém querendo turistar. Ou você conversa com pessoas de fora. E aí você pensa, o que é que define Palmas, né? E aí isso acaba entrando muito nessa questão também. De você falar, ah, e quando você falou, **nós temos aqui a maior praça da América Latina**. Nós temos esses elementos aqui que nos definem. Vem cá,*

vamos conhecer. **Eu acho que é uma coisa muito importante na formação dessa identidade. De você formar, assim, o que é Palmas, o que é morar em Palmas. O que é ser palmense** (Entrevistada 2, grifo nosso).

Essa mesma perspectiva é encontrada na narrativa do entrevistado 3, que nos apresenta um relato bem didático de sua compreensão sobre a Praça dos Girassóis e seus monumentos.

Olha, Palmas é uma cidade do tempo presente, né? Ela é contemporânea. Foi uma cidade construída nesse tempo presente. **E, em Palmas, precisou-se criar alguns monumentos para identificar a cidade com o estado do Tocantins.** Outras cidades poderiam ter sido a capital e já tinham seus próprios monumentos, construídos em diferentes épocas, como o colonial ou imperial. Palmas, por sua vez, não tinha nada disso. **Então, para ligar Palmas à história do Tocantins e criar uma identidade para o povo palmense – para as pessoas que vieram de várias regiões, principalmente do Norte e do Nordeste –, foi necessário construir esses monumentos que refletissem a história do Tocantins.** O objetivo era preservar essa história para a população, para pesquisadores, estudantes e turistas. **Por exemplo, ao passear pela Praça dos Girassóis, mesmo que muitas vezes as pessoas comuns – aquelas que, digamos, não têm tanto acesso à literatura, à história, à cultura ou à arte – não entendam exatamente o que os monumentos representam, ainda assim conseguem ver beleza neles.** Agora, quando há um monitor, um historiador ou um profissional da cultura e das tradições do Tocantins que acompanha essas pessoas pela praça, tudo fica mais claro. Elas passam a entender e relacionar os monumentos com as histórias, especialmente quando observam as frisas no Palácio Araguaia. Uma pessoa que não conhece chega lá, acha bonito. Talvez até imagine que aquilo é parecido com as construções antigas da Grécia que a gente vê em filmes. Mas, quando explicam que cada peça daquelas frisas [...] conta um pedacinho da história do Tocantins, isso se torna muito interessante. Outro ponto importante é que, infelizmente, quando o estado foi criado, uma grande parte da população do Tocantins era analfabeta. O índice de analfabetismo era muito alto. Por isso, a própria imagem, a própria escultura, a própria representação simbólica dos monumentos já conseguem contar uma história para quem não sabe ler ou escrever. Ainda hoje, há pessoas nessa situação, com 30, 40, 50 anos. Quando veem os monumentos pioneiros, as imagens das frisas – com bandeirantes, índios, criadores de gado –, essas pessoas já conseguem imaginar o que aquelas frisas e esses monumentos representam como significado (Entrevistado 3, grifo nosso).

Para a entrevistada 8, a Praça dos Girassóis possui um significado especial ao longo de sua vivência na capital. Embora não tenha nascido em Palmas, ela já se considera uma cidadã palmense, e a praça, com seus símbolos, transmite algo de grande valor.

[...] Já me considero tocaninense, palmense, né? Daqui. E, para mim, é primordial. Porque [...] quando a gente vê, assim, uma cidade que possui monumentos que refletem a sua história, isso daí já significa algo muito valioso. Significa que os governantes, eleitos pelo povo, instituíram esses monumentos para se memorizar parte da sua história. Então, são símbolos. Ah, **eu vou citar o que está pertinho de mim, que é a Praça dos Girassóis, esse grande monumento.** Então, a praça, a construção da praça, desde os detalhes da calçada, os símbolos, aqueles símbolos da pintura corporal dos Carajás, estão presentes ali nas pedras portuguesas, no formato delas. Aí você vai para o centro da praça e vê aqueles monumentos dos primeiros moradores de Palmas. Mas isso é muito significativo. Olha, Palmas é uma cidade grande. É uma cidade muito recente, tem o quê? 33, 34 anos. Tocantins é muito recente. É claro que, antes de Tocantins, já existia o norte de Goiás. Mas, assim, houve uma preocupação em se colocar determinados símbolos. Então, os

pioneiros de Palmas, os primeiros moradores de Palmas, estão representados ali. (Entrevistada 8, grifo nosso).

Já a entrevistada 6 considera a praça como um grande livro a céu aberto, uma espécie de museu ou texto a ser decodificado.

[...] É um dos pontos que a gente leva a família ou amigos, quando vêm conhecer o estado. A gente frequenta mais quando tem algum evento acontecendo na praça, ou no palácio, se for algo, às vezes, de trabalho, algo assim. E em alguns momentos à noite... Que daí tem um espaço bom pra andar lá à noite, né? E não tá tão quente. São momentos que eu identifico, que eu frequento mais a praça. Com eventos, pra levar as pessoas, né? E acaba sendo o momento de falar um pouco do Tocantins, né? E a gente acaba tendo o que está na praça como referência, na memória... pra isso daqui, ouvir falar que é disso... isso daqui pode representar aquilo, né? Então, ela se torna também, acho que, um grande livro, talvez, né? A céu aberto, assim, de Palmas, do Tocantins... um ponto de partida, talvez (Entrevistada 6, grifo nosso).

No caso de Palmas e do seu surgimento em meio ao cerrado de terras vermelhas e árvores retorcidas, elaborou-se de modo racionalizado a produção de símbolos monumentais que pudessem fornecer elementos de assimilação para compor a formação de uma identidade palmense. Nessa composição, forjaram-se elementos dissociados do lugar, ornamentando um cenário imaginário que integrasse não tardiamente o sentimento de pertencimento desse povo nortense. É nesse sentido que, como expressão política, a Praça dos Girassóis transfigura-se em uma espécie de texto suscetível de ser interpretado e codificado por meio da síntese de imagens, de representações e de símbolos.

As imagens, além de ser expressões que se transformam, pela forma representativa ou formativa, em visões emocionais que despertam o olhar do espectador [...] a capacidade de ser sintoma dos aspectos da cultura que as criou ou das pulsões de seu criador (seja este um indivíduo ou uma empresa), assim como da condição dos espectadores (CATALÃ, 2011, p. 43).

Interpretação e análise são os caminhos principais para apreender o que essas imagens dispersas conotam, já que sua produção emite o desejo de seu criador de alcançar seus objetivos em seus espectadores.

Para Charaudeau (2018), espaço político e espaço público são expressões que portam um dinamismo que às vezes ou se aproximam ou se repelem. Nesse aspecto, pode-se afirmar que o espaço público é representado por simulações do discurso, ou seja, a linguagem se configura como texto petrificado no qual os símbolos evidenciam uma relação de poder que é e/ou está instaurada nesses locais, dando legitimidade e alongamento de um poder governamental. Nessa configuração, há um dispositivo de controle entre aquele que domina e o dominado, pois “o sujeito-alvo é colocado em uma posição de dominado, o sujeito de autoridade em uma posição dominante e os dois em uma relação de poder” (CHARAUDEU,

2018, p. 17). Enquanto espaço político, essa interação entre quem projeta e instaura e quem observa e assimila torna-se necessária para a afirmação do poder instaurado. O mesmo autor pondera, ainda, que a ação política nos espaços públicos indica um propósito específico.

Decisor quer que o agente não apenas elaborou um projeto no qual está inscrito o fim de atingir, mas que, além disso, tomou decisão de engajar-se na concretização dessa ação pela qual ele é, a partir do momento, totalmente responsável. Dar-se aos meios de obter um resultado positivo significa que é esse mesmo agente que planifica da melhor forma possível à sucessão de seus atos, preocupando-se unicamente com a eficácia (não se planeja para fracassar) [...] (CHARAUDEU, 2018, p. 17).

A questão da ação política vista com um determinante para o futuro de um grupo apresenta-se como uma articulação muito bem elaborada para que o decisor enquanto agente político e detentor do poder tenha êxito em seu planejamento simbólico e estrutural, adquirindo, assim, o objetivo final que fora proposto. No mais, retoma-se a discussão já apresentada, na qual a Praça dos Girassóis, como um importante espaço de uso coletivo, incorpora na vida dos cidadãos importantes conjunturas rotineiras. Consequentemente, o uso desse espaço, mesmo que eventualmente, constitui-se como um importante elemento para a incorporação de valores simbólicos, identitários, culturais, religiosos e políticos pelos cidadãos, o que acaba efetivando os feitos de seus governantes, já que a ação no campo político favorece a construção desses valores por meio de um arcabouço monumental.

Observa-se, então, que espaço público se estrutura como um conjunto de interações entre o político e o social, calhando a ser um local “fragmentado em diferentes espaços que se entrecruzam e não respondem às mesmas finalidades. O discurso político circula nesses meandros metamorfoseando-se ao sabor das influências que sofre de cada um deles” (CHARAUDEU, 2018, p. 31).

À vista disso, há uma nova contribuição que se insere nesse contexto. A partir das reflexões levantadas por Corrêa (2012), para além de se configurar como espaço público e, portanto, político, a referida Praça dos Girassóis também se enquadra como um lugar simbólico, este que, por sua vez, é assim compreendido:

“Manifestações espaciais da cultura, os lugares simbólicos estão impregnados de **significados políticos, religiosos, étnicos ou associados ao passado**, o que os torna dotados de uma singularidade simbólica, distintos qualitativamente dos demais caracterizados por uma diferenciação quantitativa. Um tipo de centro – como as hierópolis, ou cidade-santuário – ou uma cidade histórica são possíveis exemplos de lugares simbólicos inseridos em uma rede urbana regional. **Um bairro, uma praça ou rua, ou mesmo um prédio, são exemplos possíveis de lugares simbólicos inseridos no complexo urbano, diferenciado em termos econômicos e sociais.** Há, na realidade, **escalas espaciais em que lugares simbólicos podem ser apreendidos**” (CORRÊA, 2012, p. 138 -139 grifo nosso).

Acresce-se que, para melhor simplificar essa relação entre lugares simbólicos, espaço público e espaço político, o supracitado autor ramifica os lugares simbólicos em dois tipos: lugares retóricos, isto é, um lugar no qual ocorrem cerimônias cívicas; e lugares vernaculares. Nesse mesmo sentido, Boyer (1994, p. 321) salienta que os lugares retóricos “nos ensinam a respeito de nossas heranças nacionais e responsabilidades públicas, assumindo que a própria paisagem urbana é a corporificação emblemática do poder e da memória [...] por intermédio de construções monumentais e mnemônicas”, de modo que nesses locais rememoram-se personagens, heróis e mitos que fazem parte de uma memória nacional ou local.

Por outro lado, têm-se os lugares vernaculares, os quais, para Corrêa (2012, p. 139), são:

[...] lugares públicos impregnados de tradições populares locais e marcados por uma conexão identitária. Essa distinção demarca lugares da cidade de acordo com os sentidos das práticas simbólicas realizadas [...]. O sentido de um lugar, por outro lado, pode ser construído tanto por seus moradores quanto por interesses e pessoas externas ao lugar, seja a população em geral ou um específico segmento dela, seja grupos empresariais ou ainda o Estado. Os lugares simbólicos resultam de complexo processo de criação, interno e externo, para o qual há várias tensões que envolvem diferentes agentes sociais, criadores e usuários de significados. Desse processo, resultam a preservação ou a transformação, parcial ou não, dos lugares simbólicos e a **ressignificação de seu status político, religioso, étnico ou histórico** [...] (grifo nosso).

Mediante o exposto, nota-se um complexo e múltiplo uso do espaço público e político da praça, pois, como um local importante na cidade, se estabelece pela distinção simbólica e escalar. Esse espaço evoca simbolismos que remetem ao cotidiano social, favorecendo, assim, uma legitimação de atos políticos e, ainda, uma imposição de valores que perpassam pelos campos da política e da identidade.

1.4 Um esforço conceitual: monumentos e formas simbólicas

Os monumentos são construções que marcam o espaço urbano, tradicionalmente na forma de edificações elitistas que são moldadas para expressar aqueles que detêm o poder ou que já o portaram. Em períodos recentes, são observadas novas formas estratégicas que objetivam ressignificar os monumentos, seja pela inserção de novos monumentos que representam a minoria, ou pela derrubada de antigos monumentos, por repressão, escravismo e ditaduras, estas que são retratadas por personagens de outrora. Nesse sentido, constrói-se aqui um arcabouço teórico sobre o significado dos monumentos numa perspectiva histórica e sobre as formas simbólicas que formarão a chave para a abertura das reflexões futuras.

Para o historiador Jacques Le Goff (1990), os monumentos são como heranças do passado. Por isso, o autor utiliza-se da origem do termo com raízes latinas para chegar a uma definição de monumento:

[...] *monumentum* remete para a raiz indo-européia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa 'fazer recordar', de onde 'avisar', 'iluminar', 'instruir'. **O *monumentum* é um sinal do passado.** Atendendo às suas origens filológicas, **o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos.** [...] o *monumentum* tende a especializar-se em dois sentidos: 1) **uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura: arco de triunfo, coluna, troféu, pórtico, etc.;** 2) um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte. **O monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva)** e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos (LE GOFF, 1990, p. 535).

Nesse mesmo sentido, a historiadora Françoise Choay (2014) tece ressalvas sobre o termo aludido. Para ela, há um desalinho em torno do entendimento dos conceitos de monumentos e de monumentos históricos. Por isso, a autora destaca que “os primeiros são construídos com clara intenção de evocar a lembrança e ligam-se à memória viva. Já os segundos são elaborações de determinado saber sobre a realidade [...] com os valores históricos, artísticos, políticos, dentre outros” (LANARI, 2014, p. 355). O monumento enquanto conceito está intrinsecamente relacionado à memória, dessa forma:

[...] chamar-se-á monumento qualquer artefato edificado por uma comunidade de indivíduos para se recordarem, ou fazer recordar a outras gerações, pessoas, acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. **A especificidade do monumento prende-se então, precisamente, com o seu modo de ação sobre memória.** Não só ele a trabalha, como também a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma a recordar o passado, fazendo-o vibrar à maneira do presente. Mas, **esse passado invocado e convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: foi localizado e selecionado para fins vitais,** na medida em que pode, diretamente, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade, étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar (CHOAY, 2014, p. 17 – 18 grifo nosso).

Nota-se que os monumentos adquirem um papel essencial para a formação cultural e social de um grupo, pois interpelam elementos identitários e, sobretudo, mnemônicos. Nesse aspecto, destaca-se que os monumentos enquanto artefatos detentores de sentidos e atados à memória e identidade são, ademais, produções elaboradas com finalidades exclusivas relacionadas com o espaço social. Ainda sobre a noção de monumentos, têm-se analogamente as contribuições do historiador da arte, Alois Riegl (2014), que pondera que:

Por monumento, no sentido mais antigo e original do termo, entende-se uma **obra criada pela mão do homem e elaborada com o objetivo determinante de manter sempre presente na consciência das gerações futuras algumas ações humanas ou destinos** (ou a combinação de ambos) (RIEGL, 2014, p. 31 grifo nosso).

Há, portanto, uma consonância entre as definições apresentadas por estes autores, de modo que o monumento como uma construção simbólica está relacionado com o passado, buscando ser rememorado no presente e perpetuado no futuro. Assim, o modelo societário, a formação das cidades e o próprio espaço urbano possibilitam o enquadrar de monumentos que irão produzir memórias advindas de uma narrativa simbólica petrificada.

Ademais, não se pode esquecer que os monumentos também são produções ideológicas de cunho potencialmente elitista e governamental. Sob esse ponto de vista, o historiador Giulio Carlo Argan ressalta que o “monumento é o edifício expressivo e representativo de valores históricos e ideológicos de alto valor moral para a comunidade – em outras palavras, é o edifício que pode adquirir valor de símbolo” (ARGAN, 1999, p. 64). Portanto, para esse autor, o monumento consagra-se como um emblema copioso, o qual está conexo com uma história e simbolicamente engendrado por uma representação expressiva para aqueles que o observam. Ademais, o monumento apresenta-se como uma:

“Unidade plástica ou arquitetônica, **o monumento representa a autoridade e os valores que ele é chamado a traduzir em sua retórica**. Não se pode concebê-lo sem o associar à ideia de cidade-capital, não mais que não se pode pensar nesta última sem evocar o estado absoluto. O monumento constitui um núcleo de grande prestígio no conjunto da cidade e ele se situa geralmente no centro de uma zona aberta que está disposta de maneira a lhe colocar em evidência” (ARGAN, 1994, p. 41)

Com efeito, salienta-se que os monumentos externam os anseios de grupos que outrora detiveram o domínio social e político. De modo geral, a produção de monumentos retrata a autoridade e ideologias que foram projetadas para além do discurso e que ganharam contornos e formas no espaço urbano. Por isso, os monumentos também podem ser entendidos como formas simbólicas.

Pondera-se que é a partir das contribuições do filósofo Ernst Cassirer (1944), com sua obra *Filosofia das Formas Simbólicas* (publicada originalmente em 1923), que o termo “formas simbólicas” ganha destaque. Inicialmente, tratar os monumentos enquanto formas simbólicas é um exercício árduo. O laborioso processo para encontrar uma aproximação entre essas duas noções dá-se, principalmente, pela complexidade do que realmente Cassirer (1944) compreende por formas simbólicas, já que é um termo vultoso, múltiplo e que abarca campos de reflexão fartos. Porquanto, para este autor, entende-se que o mundo vivido é transfigurado

em um universo simbólico e que, a partir da produção de formas simbólicas, o homem apreende o mundo e seus significados por meio da produção de imagens, símbolos e simulacros internos. Com isso, “por forma simbólica deve-se entender toda energia da mente através da qual um conteúdo mental de significado está relacionado a um signo concreto e sensível e que lhe é atribuído internamente” (CASSIRER, 1944, p. 175).

Nesse mesmo sentido, Gil Filho (2012) estabelece um significativo diálogo entre as formas simbólicas e o universo geográfico. O autor ressalta que as formas simbólicas constituem um traço elementar do ser humano, porque todo comportamento humano é simbólico e todo símbolo é fabricado em sociedade. Ademais, sobressai que nesse universo simbólico a linguagem, as artes, a religião, a ciência e os próprios mitos são tidos como formas simbólicas. Assim, “cada uma das formas simbólicas age na conformação da realidade de modo específico em sua própria esfera de ação e princípio formador” (GIL FILHO, 2012, p. 52).

A linguagem ocupa uma posição central no sistema das formas simbólicas de Cassirer, pois esta é o cerne da cultura humana e de seu devir. Em um primeiro momento, Cassirer a considera uma forma simbólica, ao lado de outras como a arte, a religião, o mito e a ciência, em sua função de constituição de um universo simbólico-cultural. Em um segundo momento, a linguagem passa a ser o fundamento inicial que possibilita o discernimento da cultura em si mesma na função de todas as formas do espírito humano. O mundo das representações, cuja forma simbólica é a linguagem, se realiza na interseção do campo sensível e a esfera do intelecto (GIL FILHO, 2012, p. 57).

Em consonância com as reflexões ponderadas por Gil Filho (2012), o sociólogo Vandenberghe (2018) pontua que:

Com as noções correlatas de “função simbólica” e “forma simbólica”, chegamos ao coração da filosofia da cultura de Cassirer [...]. **Nós nunca podemos ter acesso imediato ao conteúdo material do mundo como tal; sempre mediada por formas simbólicas**, nossa experiência é, por definição, uma síntese do ideal e do sensual, do espiritual e do material. **Tudo o que é, é dotado de significado, de acordo com Cassirer, precisamente porque só pode ser apreendido através de um ato sintético de formação simbólica** que encontra sentido ou empresta significado ao empiricamente dado (VANDENBERGHE, 2018, p. 660 grifo nosso).

Esta mesma concepção defendida por Cassirer (1944) é reiterada no campo dos estudos culturais, mais especificamente no campo da geografia cultural. No Brasil, os estudos relacionados a essa área emergem após 1970, sendo que na Europa e nos Estados Unidos já havia um desenvolvimento manifesto desde 1890 (CORRÊA, 2009). Por conseguinte, na geografia cultural notam-se amplas discussões que envolvem os monumentos e as formas simbólicas espaciais.

Convém destacar que, no campo de estudos da geografia cultural, o termo 'significados' constitui uma palavra-chave, enquanto os símbolos '[...] podem expressar diversos significados, mesmo que haja a intenção por parte daqueles que os conceberam de dotá-los de um único significado' (CORRÊA e ROSENDAHL, 2012, p. 90). Nessa área, o mundo é visto, então, como um produtor de significados, bem como nos aponta Cosgrove (2000), sendo notável, nesse aspecto, “uma dimensão política na geografia cultural. Essa dimensão aparece ao se apontarem às relações entre cultura, classes sociais, poder, políticas culturais e política de significados” (COSGROVE, 2000, p. 91).

Posto isso, enfatizam-se no mesmo campo as contribuições elaboradas pelo geógrafo Roberto Lobato Corrêa, o qual tece ressalvas sobre o papel das formas simbólicas e sua relação com os monumentos. Esse autor entende que formas simbólicas são construções “grandiosas como estátuas, obeliscos, colunas, memoriais e templos, os monumentos são representações materiais de eventos passados. Integram o meio ambiente construído, compondo de modo marcante a paisagem de determinados espaços públicos da cidade” (CORRÊA, 2007b, p. 9). Diante disso, as formas simbólicas são encarregadas de múltiplas funcionalidades no espaço urbano. Entre estas podemos indicar que seus efeitos podem:

- i – Perpetuar antigas tradições consideradas positivas, tanto para o presente como para o futuro.
- ii – Fazer parecer antigo aquilo que é novo e considerado necessário para o presente e o futuro. A força da tradição, mesmo inventada, asseguraria alcançar os objetivos desejados.
- iii – Transmitir valores de um dado grupo como se fossem de todos. Esses grupos podem ser religiosos, étnicos, raciais e sociais.
- iv – Afirmar a identidade de um grupo religioso, racial ou social. Neste caso, como no anterior, relações de poder estão presentes na concepção e construção de monumentos.
- v – Glorificar o passado, acentuando os seus valores, pensando no presente e mesmo no futuro.
- vi – Sugerir que o futuro já chegou, sendo portador de novos sentidos, vinculados, via de regra, ao progresso e à harmonia social, construídos pelos grupos socialmente poderosos do presente.
- vii – Criar “lugares de memória”, cuja função é a de coesão social em torno de eventos de um passado comum. (CORRÊA, 2007b, p. 10).

De acordo com Corrêa (2007a; 2007b), há uma estreita relação entre formas simbólicas e política, já que os monumentos são apreendidos como formas simbólicas espaciais emolduradas para o devir da cidade e de seus habitantes, sendo duradoura a ação dessas formas simbólicas no imaginário social, o que faz com que o papel político se enquadre para, além de ratificar poder, também imortalizar sujeitos e histórias. Portanto, a produção desses monumentos perpassa a ótica de meras estruturas decorativas:

Mais do que apenas objetos estéticos, os monumentos são intencionalmente dotados de sentido político, capazes de “condensar complexos significados”⁸ em torno de valores e práticas e ao mesmo tempo atuar como “mecanismos regulatórios de informações que controlam significados”⁹. **Podem, assim, serem vistos como textos¹⁰, impregnados de figuras de linguagem como metáforas, metonímias, sinédoques e alegorias, que comunicam mensagens de forma simbólica¹¹, associadas a temas como poder, identidade e conflitos gerados por ambos.** Textos, rituais e símbolos materiais são meios pelos quais afirmação e contestação podem se manifestar. Os monumentos, contudo, são mais acessíveis à maioria da população. Fixos, comunicam permanentemente mensagens¹². Os monumentos, em realidade, foram concebidos e construídos para cumprir algumas funções que, via de regra, necessitam de decodificação (CORRÊA, 2007b, p. 10).

Assim, as noções em torno das formas simbólicas e dos monumentos estão interligadas pela própria concepção de simbolismo e de linguagem, uma vez que inferimos que a vivência do ser no espaço só é possível por intermédio dos recursos simbólicos: arte, linguagem, ciência e mito. Acrescenta-se, ainda, que os monumentos são criações simbólicas que encandeiam sentidos e significados, unindo o passado, o presente e o futuro, além de estarem integrados com historicidade e elementos identitários, políticos, culturais e religiosos.

⁸ Rowntree e Conley (1980, p. 460).

⁹ Rowntree e Conley (1980, p. 465).

¹⁰ Duncan (1990).

¹¹ Livingstone e Harrison (1982) e Duncan (1990).

¹² Johnson (1994).

CAPÍTULO II

REVISÃO TEÓRICA: POLÍTICA DA MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E MONUMENTOS¹³

2.1 Políticas memoriais e patrimoniais

As discussões engendradas e publicadas no campo das ciências humanas e sociais têm dado destaque para análises que discorrem acerca da política da memória. É, portanto, um debate vigente para compreender como as ações políticas e governamentais impactam indireta ou diretamente no esquecimento ou no fortalecimento das práticas culturais e das memórias coletivas ou individuais, principalmente por meio de instrumentalizações que contestam ou ratificam fatos históricos e lembranças. Nesse sentido, ao se tratar da política da memória, é necessário discorrer sobre os estudos que versam a respeito desse tema, destacando e associando os debates acerca de memória política ou política da memória ou política memorial, termos usados como sinônimos.

Esta seção utiliza principalmente literatura internacional, que foi traduzida de forma autônoma, pois os temas abordados (política, memória, monumento, racismo e xenofobia) e sua aplicação prática em exemplos históricos notáveis e outros recentes são influenciados pelos pensamentos de pesquisadores estrangeiros. Isso também reflete o fato de que a ciência do centro capitalista impacta frequentemente nas discussões do hemisfério sul.

Sem corroborar com o eurocentrismo acadêmico, os artigos selecionados foram fundamentais para a análise dos monumentos da capital tocantinense, pois forneceram uma interpretação mais crítica e reflexiva sobre os elementos em estudo. Além disso, há a oportunidade de conhecer como as importantes temáticas estão sendo desenvolvidas em outras realidades, havendo uma bibliografia atualizada. O horizonte teórico, assim, se amplia e se inter-relaciona.

Para iniciar, Grunebaum (2018) argumenta que a política da memória possui estreita ligação com as discussões que pautam a violência do Estado, o genocídio e as guerras. Tais contextos, em que florescem memórias individuais ou coletivas, agem como uma espécie de negociação, na qual o Estado seleciona e integra acontecimentos que devem ser esquecidos ou rememorados. O autor em questão alude que, para além de uma política da memória, há ainda

¹³ Capítulo publicado parcialmente na *Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos*. Disponível em: LIMA, W.; LOPES, J. R.; PIZZIO, A. Revisão narrativa da literatura sobre o uso e a aplicação do termo “Política da Memória”. *Revista Baru - Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos*, Goiânia, Brasil, v. 8, n. 1, p. 18, 2022. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/baru/article/view/12159>. Acesso em: 18 fev. 2022.

um movimento contra memória, isto é, um movimento que visa esfacelar memórias por intermédio do esquecimento, sendo, portanto, um “processo tenso e contestado em que atores concorrentes são participantes ativos na negociação e construção de significados [...], interesses econômicos, elites políticas nacionais e globais estão profundamente implicados nessas contestações” (GRUNEBAUM, 2018, p. 2, tradução nossa).

Segundo Maurice Halbwachs (1992), cujos estudos para a compreensão sobre memória coletiva são um marco para esta área de pesquisa, enfatiza que “é na sociedade que as pessoas normalmente adquirem suas memórias. É também na sociedade que eles lembram, reconhecem e localizam suas memórias” (HALBWACHS, 1992, p. 38, tradução nossa).

2.2 Políticas memoriais e patrimoniais no contexto europeu

A Europa, sob o olhar geopolítico global, é um continente cuja análise memorial se revela bastante útil, principalmente por conta de o seu território ter sido fruto das grandes guerras da contemporaneidade e por ter abarcado os horrores que certos projetos de poder discriminatórios podem causar à sociedade, com suas práticas de terror e de supremacia promovidas pelo próprio Estado (como pelo nazismo e fascismo). A política voltada à memória, como se poderia esperar, continua forte e influente nesses países centrais.

Copley (2019), em seu artigo “As pedras não falam por elas mesmas: desvendando o palimpsesto de Berlim”, faz uma análise sobre as disputas políticas envolvendo a memória de três edifícios monumentais de Berlim, quais sejam: o Ministério da Aviação, o Estádio Olímpico e o Aeroporto de Tempelhof. Como esses edifícios foram construídos na época nazista, o autor lança o olhar sobre quais são as respostas pós-unificação da Alemanha (pós-guerra fria, portanto,) ao rastro nacional-socialista em Berlim (referência ao antigo partido de Hitler). Em outras palavras, o autor problematiza a memória política trazida pelos debates a respeito desses monumentos, entendendo que esta memória é um processo que nem sempre está ligado ao próprio contorno estético das obras.

Cabe destacar o trocadilho que Copley (2019) faz ao usar a palavra *palimpsesto*, tanto no título quanto nas suas ponderações ao longo do texto. Isto porque palimpsesto, em sua definição própria, significa “pergaminho que teve sua escrita raspada para ser reaproveitado outras vezes” (MICHAELIS, 2021). Ao fazer esse trocadilho, Copley (2019) expressa essa necessidade dos alemães de reescrever a história dessas obras monumentais, numa tentativa de criticar os acontecimentos passados com o auxílio de uma nova roupagem estética (minirreformas), apesar de suave, que lhes mantivessem um aspecto mais perto do original.

Mesmo com as críticas de setores da sociedade alemã, o governo, em suas variadas intervenções visando de atender aos chamados sociais, manteve as construções em seus espaços originais, sem tantas modificações significativas, mas apenas acrescentando a eles o que Copley (2019) chama de uma “abordagem de palimpsesto” — a mesma história contada de forma diferente. De certa forma, obras ressignificadas com sentido crítico. Isto é, foi uma tentativa de modificação da memória política materializada nos edifícios monumentais.

Ainda no contexto europeu, em outra ótica, Knudsen e Kølvråa (2020) articulam um importante debate pautado nas práticas com o patrimônio em Nantes, cidade de França, atreladas à questão racial. Importa destacar que Nantes fora estabelecida como ponto principal de sujeitos escravizados no Estado francês. Por conta disso, sua herança colonial remete às práticas patrimoniais estabelecidas em outrora, como as de repressão, remoção, reenquadramento e reemergência. Enquadradas como um sistema simbólico colonial, tais práticas eram articuladas a uma noção de poder e soberania de um grupo sobre outro.

Salienta-se que os citados autores compreendem repressão como silenciamento, isto é, como uma forma de negar o passado colonial, com destaque para o passado colonial patrimonial, por conta da remoção do patrimônio. Por sua vez, entende-se por reenquadramento aquilo que é apontado para situações que objetivam incorporar o patrimônio a novas estruturas. Já a reemergência parte das “práticas que [...] abrem o espaço social a novas vozes, afetos e corpos, forjando relações ou ‘zonas de contato’ entre os atores, e que transcendem tanto as dicotomias antagônicas de remoção quanto as pressões” (KNUDSEN; KØLVRAA, 2020, p. 11, tradução nossa).

Nesse aspecto, destaca-se que as práticas patrimoniais constituem outro elemento de análise para a desenvoltura e aplicação das narrativas que tratam da memória política, uma vez que essas práticas de patrimônio:

[...] enfatiza[m] que, embora em muitos casos tratemos de patrimônio verdadeiramente material, as práticas que deveriam ser analisadas englobam também sua dimensão imaterial: a discursividade, a performatividade e a afetividade em jogo em torno das diversas formas de patrimônio colonial (KNUDSEN; KØLVRAA, 2020, p. 11, tradução nossa).

Esta desenvoltura nos campos da afetividade, do discurso e da performance são, portanto, práticas simbólicas do passado que podem ser interpretadas como fantasmas. Dito de outro modo, a dimensão simbólica do patrimônio e suas práticas ritualísticas agem principalmente através dos atores sociais, isto é, de governos que tentam controlar e estimular afetos coletivos utilizando esses cenários materiais (ANDERSON, 2014). Nesse contexto:

Quer seja raiva, orgulho nacional, simpatia pelas vítimas de horrores históricos ou empatia pelas dificuldades das gerações anteriores por meio de cenários de reconstituição, todas as formas de comemoração podem ser analisadas como meios de comunicação que sintonizam o público afetivamente. Uma análise afetiva das práticas patrimoniais coloniais trabalha investigando as conexões entre a vida afetiva e os processos de mediação, representação e performance; perguntando como diferentes mídias comemorativas exercem poder afetivo sobre o público e que tipos de capacidades corporais emergem desses encontros. Como esperamos deixar claro, a mediação patrimonial, a representação das comunidades, as atuações da luta política e — por conseguinte — os níveis de intensidade afetiva evocados, diferem entre as diferentes modalidades de prática patrimonial (KNUDSEN; KØLVRAA, 2020, p. 12, tradução nossa).

Tem-se, assim, o aprofundamento de experiências e afetividades, baseado na raiz das práticas patrimoniais que geram, em certa medida, representações que, mediadas por estas estruturas coloniais, conectam vidas e evocam memórias, fazendo vibrar no imaginário os fatos de outrora. Cabe destacar que, segundo Collins (2009), os rituais eficazes, além de criarem símbolos de pertencimento grupal, infundem energia emocional em seus participantes, ao passo que os rituais fracassados drenam essas mesmas energias. Assim, pode-se dizer que as práticas de reenquadramento e reemergência são tão mais eficazes quanto mais bem sucedidos forem os processos de ritualização simbólica/patrimonial.

2.3 Poder, Direito e memória no contexto europeu

Assim como faz o patrimônio, o direito e suas leis também exercem o papel de produzir uma política memorial. Bucholc (2019) discute essa questão em seu artigo “Legislação Comemorativa: recortes de memória do retrocesso democrático na Polônia após 2015”, demonstrando como a noção de legislação comemorativa pode ser implantada a fim de explorar técnicas de governança jurídica da memória. Entre os exemplos dessa manipulação, o autor cita a bricolagem (ilustrado pelo caso da Constituição polonesa de 1997); o retoque (exemplificado por reforma recente do judiciário polonês); e a reestilização (análise que faz com base na Lei de Instituto Nacional da Memória de 2018).

A referida autora explica a bricolagem utilizando o conceito emprestado de Lévi-Strauss (1966), para quem o termo se define como “a habilidade de usar ‘tudo o que está à mão’ (...), não obstante a sua natureza original e âmbito de aplicação, a fim de criar uma solução para qualquer problema que possa surgir” (BUCHOLC, 2019, p. 94, tradução nossa). Dessa forma, narrativas históricas alternativas poderiam facilmente ser criadas pelas instituições responsáveis.

Já o retoque “consiste essencialmente em melhorar a matiz do item em questão (...), dotando-o de certo excedente de significado, muitas vezes apresentando o retoque como um

ato de justiça e restauração de justiça histórica” (BUCHOLC, 2019, p. 99, tradução nossa). Para a autora, a reforma do judiciário polonês foi um exemplo de retoque, dadas as mudanças sutis havidas.

A chamada reestilização, por sua vez, segundo Bucholc (2019), é um fator que vem junto com a bricolagem e o retoque. O exemplo dado é o seguinte:

Um exemplo muito recente de reestilização é o caso muito debatido da legislação polonesa de 26 de janeiro de 2018 que penaliza a atribuição da participação no Holocausto à nação polonesa do estado polonês. O ponto de partida foi o problema de longa data da descrição imprecisa dos campos de extermínio nazistas na Polônia como “campos de extermínio poloneses”. O parlamento dominado pelo PiS [partido conservador “Lei e Justiça”] decidiu penalizar as expressões nas quais a participação no Holocausto seria atribuída ao estado polonês de nação polonesa. Essa típica lei da memória foi posteriormente moldada para se tornar uma instância de legislação comemorativa, o que mostra que é possível que um mesmo ato jurídico funcione como um elemento da política da memória em duas capacidades distintas (BUCHOLC, 2019, p. 101, tradução nossa, inclusão nossa).

A autora, portanto, faz uma ligação entre a ameaça ao Estado de Direito na Polônia e a política de memória do atual governo polonês, mostrando a força que a política da memória exerce em democracias frágeis, e a manipulação da História pelas mãos estatais.

2.4 União Europeia, crises e políticas da memória

A União Europeia surge no contexto pós-Guerra Fria, no início da década de 1990 pelo Tratado de Maastricht, para integralizar os países da região de forte geopolítica global. Apesar da força como bloco, nas últimas duas décadas (2000-2020) na União Europeia, por exemplo, sucederam intensas crises e políticas de memória que contribuíram para os debates sobre cidadania e xenofobia. Vale comentar que, nesse cenário, o Reino Unido, em um conturbado plebiscito, votou pela saída do bloco em 2016, sendo oficializada em 2020.

A decorrência dessas intersecções complexas está pautada principalmente na crise financeira global ocorrida em 2008 e na crise de migrantes no território da União Europeia, que entrou no noticiário mundial. Acerca disso, Hallgrimsdottir et al. (2020) pontuam que, em consequência dessas crises, a política da memória introduziu nos debates contemporâneos o fundamento do pertencimento nacional, ou seja, invocou a natureza de cidadão do sujeito que reside na União Europeia.

Nesse aspecto, destaca-se que essas duas crises no contexto Europeu agiram com um mecanismo acionado que cruzou narrativas com a política da memória, de maneira que se aumentassem e se intensificassem as ansiedades xenofóbica e nacionalista (HALLGRIMSDOTTIR et al., 2020). De modo consequente, atesta-se que as situações de

crises nacionais ou internacionais, no âmbito político, econômico ou até mesmo no demográfico, culminam para a produção de narrativas que perpassam o campo da identificação, logo, da cidadania. Isso acontece principalmente por dar espaço ao ressurgimento de um ideal nacionalista identitário, manifestando-se, outra vez, pela integração ou não recepção de novos migrantes em um território que preza pelo ideal nacionalista vinculado a partidos de extrema-direita.

Hallgrimsdottir et al. (2020), por sua vez, ponderam que a memória política articula referências às crises econômicas e sociais de alguns países, citando como exemplo a União Europeia e sua crise de 2015, juntamente com a crise econômico-financeira global iniciada em meados de 2017 e que na atualidade ainda se difunde. Entre essas questões relacionadas à memória política, tem-se muito fortemente uma questão discriminatória e xenofóbica quando se trata de imigrantes que buscam refúgio em outros territórios que não de sua nacionalidade originária, na tentativa de fugir da crise econômica.

É necessário ressaltar que, no contexto da União Europeia, o termo aqui entendido como crise só passa a ser notado devido ao cenário evidenciado pela mídia.

No entanto, o termo “crise” só se tornou mais comum após cobertura significativa da mídia sobre as trágicas mortes de migrantes que tentavam entrar na UE através do Mar Mediterrâneo. O termo logo passou a conotar não apenas os riscos inerentes às travessias, mas também o risco aos europeus e às instituições europeias, apresentado pelos migrantes assim que chegaram. Como muitos estudiosos notaram, esta representação do movimento de pessoas através das fronteiras e para a União Europeia fomentou mais representações dos migrantes como perigosos, indignos e como uma carga insustentável para os serviços sociais das nações receptoras (HALLGRIMSDOTTIR et al.; 2020, p. 3, tradução nossa).

Dado ao cenário desafiador de “crises” que perpassaram os diversos cenários, tanto o econômico quanto o social e político, os migrantes buscavam refúgio e asilo na União Europeia. Evidentemente que as travessias do Mar Mediterrâneo e de outras fronteiras não eram seguras, o que acarretou trágicas mortes dos que ousaram realizá-las. Posteriormente, o acolhimento dado a esse grupo de refugiados gerou uma onda de xenofobia atrelada à crise política e financeira da época. Ademais, esses fatos fortaleceram a construção de novos relatos acerca da Europa e da União Europeia, a necessidade de construção de uma memória transnacional e de práticas de políticas de memória que relatassem estas experiências em torno dos fatos socioeconômicos e políticos.

Acerca disso, Kaiser (2015) pontua que as novas narrativas sobre a Europa, que abarcam a tessitura das questões políticas e sociais, constituem normas e fragmentos de memória para um futuro. Com isso, o autor destaca o objetivo do projeto criado entre 2013-2014, intitulado “Nova narrativa para a Europa: a mente e o corpo da Europa”, que teve como

função primordial compartilhar as nuances, as declarações e as experiências que foram gestadas na Europa por conta dessas grandes crises, associando-as a uma memória transnacional.

Narrativas são relatos, ou histórias, de eventos ou experiências conectadas que são projetadas para dar sentido aos desenvolvimentos culturais, socioeconômicos e políticos. Eles são um dos vários modos retóricos de discurso para criar, disseminar e alinhar formas de pensamento entre as pessoas - neste caso, entre os cidadãos na política transnacional da UE. A lembrança coletiva depende de tais narrativas, ou histórias, que são compartilhadas dentro de uma comunidade social e política. Assim, o enquadramento de uma 'nova narrativa para a Europa' faz parte e pode potencialmente contribuir para o que os editores da edição especial chamam de "práticas de memória transnacional". A produção narrativa já desempenhou um papel crucial na construção da nação europeia, na integração nacional e nos processos de formação do Estado no século XIX. As narrativas nacionais da época criaram e estruturaram tradições e buscaram alinhar e nacionalizar a memória coletiva para legitimar estados e sistemas políticos recém-formados e objetivos de política interna e externa (KAISER, 2015, p. 365, tradução nossa).

É notável como os debates pautados sobre memória política na Europa são latentes e recorrentes nas pesquisas que tratam sobre o referido tema. A necessidade de produzir uma memória ou narrativas sobre fatos históricos demonstra como a experiência e a memória coletiva podem contribuir para a permanência, a manutenção ou para a fabricação dessas memórias culturais, políticas e econômicas. Ademais, o objetivo é reforçar tradições e legitimar práticas e ações¹⁴, sobretudo, ao se tratar de práticas políticas internas e externas.

Enfatiza-se, portanto, como a produção de narrativas, logo, de memórias, tiveram um destaque na construção da ideia de nação europeia, sobretudo na formação do Estado durante o século XIX. Assim, o autor reforça que há uma estruturação que, na época, criou tradições alinhadas a uma memória coletiva.

No século XIX, as elites culturais inventaram, moldaram, disseminaram e conectaram essas narrativas aos objetivos dos partidos e movimentos políticos emergentes. Escrever novas narrativas para a nação foi em grande parte um processo social impulsionado pela elite, no qual as instituições estatais só assumiram maior controle - especialmente por meio de suas políticas educacionais - após a formação de novos Estados como Itália e Alemanha ou a consolidação de novos sistemas políticos como na Terceira República francesa. Invariavelmente, as elites culturais, incluindo historiadores, construíram suas narrativas como a evolução de longo prazo da cultura nacional, ou da civilização, e da nacionalidade (KAISER, 2015, p. 365, tradução nossa).

A invenção dessas narrativas é gerida em totalidade por um grupo detentor de poder, seja ele poder político ou econômico. De igual modo, do que houve no século XIX, no qual as

¹⁴ A perpetuação de práticas e tradições é considerada por Hobsbawn e Ranger (2002), que a afirma como: "[...] um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade com o passado" (HOBSBAWN; RANGER, 2002, p. 9).

elites culturais moldaram e inventaram narrativas, associando-as a partidos políticos ou ao poderio político, a Europa atual busca fixar os acontecimentos recentes que marcaram a nação na memória política e social dos indivíduos pertencentes a esta.

Na pesquisa feita por Krawatzek (2020), foram analisadas as narrativas que são difundidas por uma elite e como estas afetam e moldam os jovens cidadãos. Seu estudo concentrou em compreender a história sobre os efeitos da política memorial em ambientes autoritários, como, por exemplo, na Rússia. Krawatzek (2020) destaca que sempre houve uma elite política na Rússia interessada nas narrativas históricas. Esse grupo tem como propósito fortalecer essas narrativas, sobretudo a partir de uma educação patriótica. Uma preocupação latente para o referido autor parte da questão acerca das narrativas criadas pela elite, uma vez que estas podem estar sendo trabalhadas para impregnar as mentes dos cidadãos.

Os autores Levi e Rothberg (2018) discutem a política da memória atrelada às narrativas fascistas, pós-fascistas e o imaginário político contemporâneo. Para os autores, a política atual está passando por um momento de perigo, isto é, o retorno e o crescimento de memórias fascistas e de cunho nazista, principalmente entre os movimentos políticos de direita e de extrema direita. Na análise produzida por Levi e Rothberg (2018), é esboçado o papel e a importância dos símbolos que derivam da era fascista e nacional-socialista. Com isso, elaboram-se e constituem-se novos sujeitos políticos em momento de perigo e de crise política. Nesse aspecto, frisa-se como

a questão da memória é urgente, não apenas por causa dos altos riscos políticos envolvidos no confronto do imaginário político dos movimentos de extrema-direita, mas também porque muitos dos discursos que respondem a esses movimentos mobilizam memórias do Holocausto e do fascismo europeu entre as guerras (LEVI; ROTHBERG, 2018, p. 356, tradução nossa).

Mäliksoo (2009; 2015) tece ressalvas de uma política da memória europeia atrelada à memória coletiva, discorrendo também que a memória política deve ser defendida. A autora parte de uma análise que examina uma narrativa hegemônica construída em volta de uma memória coletiva que coloca o núcleo europeu como definição suprema do que é a Europa. Por outro ângulo, a mesma autora pondera sobre a securitização da memória política, esta que deve ser assegurada e protegida, sobretudo, por fornecer elementos de identidade, de memória, de simbologias e referências. Essa securitização da memória histórica evitaria a posse de memórias pela elite e a fabricação de recordações como se fossem de todos. Assim, legitimaria as lembranças regionais e nacionais e viabilizaria os questionamentos desses fatos como genuínos ou não. Assim, a autora defende uma política da memória democrática e que possa gerar dúvidas, sendo, portanto, passível de contestação ou afirmação.

Marselis (2016), ao tratar da política da memória, constrói uma importante análise acerca de eventos históricos mediados e retratados pela televisão. A autora examina o sequestro de jovens holandeses em 1977 e investiga como este evento retratado em documentários televisivos gerou uma memória inclusiva e ao mesmo reabriu uma memória violenta para os sujeitos que vivenciaram tal experiência. Nesse aspecto, circunscreve-se na análise construída por Marselis (2016) que a política da memória alinhada a recursos midiáticos fornece uma massificação de narrativas e transfigura memórias individuais em memórias coletivas, ou seja, sensações e sentimentos que só foram receptados pelos jovens sequestrados passaram a ter um sentido, isto é, um significado emblemático para os espectadores desses documentários.

2.5 Para além da Europa: breves recortes de políticas memoriais na África e na Ásia

2.5.1 Um breve recorte de políticas memoriais na África

O papel da memória também é foco de análise para Roy Morom (2020). O referido autor explora as memórias e/ou lembranças que são consideradas remanescentes e marginalizadas durante a Guerra dos Aliados, ocorrida na Palestina, durante a Segunda Guerra Mundial, a qual contou com a participação de trabalhadores judeus e árabes. Juntando a micro história e a história social, o autor traça as nuances e contrastes da história de vida desses trabalhadores. Utilizando de metodologia robusta, que inclui diários, correspondência e entrevistas, o autor observa que a memória política acerca da Guerra dos Aliados unificou dois grupos diversos que utilizaram do campo para concretizar seus anseios em múltiplas escalas, seja de hierarquia social ou de emprego.

Beshkinkaya e Miller (2020) apresentam um estudo no qual ressaltam a organização das celebrações do 75º aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial. Concidentemente, a data de celebração festiva culminou em um momento de incertezas globais, no que tange à pandemia do novo coronavírus, como também em um momento em que as relações políticas internacionais estavam incertas e intensificadas por debates que ensejavam por uma nova política. Entre essas discussões que objetivavam celebrar o fim da guerra mundial, as incertezas e os discursos fascistas e violentos tomaram conta do cenário, o que, no primeiro momento, modifica a memória política de um acontecimento histórico.

Milosevic (2017), Davydova-Mingue (2021) e Neumayer (2015, 2017) argumentam que as guerras, os conflitos bélicos e as relações de política internacional elaboram uma

atuação em torno da memória política social. Passando pela Segunda Guerra Mundial, indo de encontro à Guerra Fria, tem-se a produção massiva de narrativas e representações que objetivavam fortalecer, criar ou modificar memórias coletivas e públicas. Nesse aspecto, a política da memória assume um papel social extremamente relevante que proporciona a fixação das coisas, a preservação histórica e a autenticidade dos fatos. Por outro lado, quando essas memórias não são forjadas e manipuladas pelo poder político, sobretudo a elite, constata-se o acondicionamento de representações sociais, políticas e econômicas necessárias para a formação política e cidadã de uma nação e do seu povo.

A respeito destas contestações, ressalta-se como na África do Sul, em meados da década de 1990, ocorreram intensos debates pautados pela violência do Estado, incluindo alterações sobre a política da memória, impunidade e justiça. Essas discussões também geriram novos argumentos, o que Grunebaum (2018) articula como práticas de contra memória. As nuances acerca dessas discussões traziam ao repertório temas como o movimento da apartheid (segregação racial) e, ao mesmo tempo, apresentavam o contramovimento, o de luta antiapartheid.

2.5.2 Um breve recorte de políticas memoriais na Ásia

No Japão e na China as narrativas retornam para uma política da memória que exemplifica como as memórias de guerra e embates entre a China e o Japão impactaram de forma negativa as relações sino-japonesas. Essas memórias coletivas “continuam a perturbar as relações interestatais, embora sejam feitas tentativas para melhorar as relações e superar as diferenças sobre como o passado é lembrado” (GUSTAFSSON, 2020, p. 1047, tradução nossa). Os desentendimentos e os atritos que levaram ao rompimento relacional entre China e Japão estão datados no período que corresponde às décadas de 1930 e 1940, relacionados à guerra direta entre os países (em especial a chamada Segunda Guerra Sino-Japonesa).

Tais confrontos, marcados por extrema violência, tiveram impacto direto nas relações sino-japonesas. Contudo, ocorreram intensas movimentações políticas e governamentais que objetivaram retornar ao clima pacífico de outrora, dado que “os primeiros-ministros japoneses e outros representantes do governo deram inúmeras desculpas. No entanto, os problemas relacionados à história não desapareceram” (GUSTAFSSON, 2020, p. 1048, tradução nossa). O autor ainda pondera que a relação entre memória e esquecimento é necessária, uma vez que o esquecimento também é útil para entender a política da memória sino-japonesa.

Esse fato lança luz à política da memória internacional, visto que a memória coletiva tende a ratificar acontecimentos considerados impactantes e marcantes para uma nação, um grupo ou uma comunidade. Acerca disso, destaca-se que a memória coletiva pode ser manipulada segundo sua utilidade política, assim como apontado por Gustafsson (2020, p. 1048), que afirma que “a memória coletiva é usada para conveniência política, por exemplo, pelo governo chinês ou por políticos japoneses de direita [...] sendo, portanto, ‘a chave para atender às necessidades de identidade’” (tradução nossa). Nessa perspectiva, acerca do que o estrangeiro percebe como traço de uma nação, Herzfeld (2008, p. 10) já sugeriu também que, frente aos desmentidos, tais “reações são manifestamente o diagnóstico de uma política de significância na qual muita coisa depende do que se considera importante e do que é relegado ao limbo do ‘meramente’”. Já para Sztop-Rutkowska e Białous (2014), existe um processo de memória coletiva alinhado à construção de uma memória oficial, em que a política da memória é desenvolvida no campo social e político sobre a condição de novidade. Em outro viés, há nesse cenário plural de debates sobre política da memória algumas concepções-chaves que sempre são notadas e enfatizadas, tais como: cultura, identidade, memória e esquecimento. Enfatiza-se, principalmente, que a linha entre memória e esquecimento é tênue, como apontado nos trabalhos de Augé (2004), Connerton (2008), Whitehead (2008) e Plate (2016).

Portanto, ao nos referirmos à memória coletiva, associamos a política memorial como estratégia de manutenção da primeira, seja em locais que remetem à memória de extrema direita (ZAVATTI, 2021), à ditadura portuguesa (SILVA; FERREIRA, 2019), aos movimentos de contra memória na África (GRUNEBAUM, 2018), ou mesmo à idealização e à construção de memoriais e patrimônio (KOPLVRRAA, 2021).

Em todos esses debates, as conexões entre política e memória estão presentes e latentes, denotando, portanto, a necessidade e, de igual modo, a preocupação governamental para a perpetuação ou o esquecimento de atos e movimentos socioculturais.

2.6 Espaços públicos e monumentos: representação e identidade racial¹⁵

Nos últimos anos, os monumentos têm sido pauta de debates sociais, seja na mídia ou na academia. Entre várias discussões que colocam os monumentos como uma polêmica da

¹⁵ Subcapítulo publicado parcialmente na *Revista Continentes*. Disponível em: LIMA, Wesley. As formas simbólicas das cidades: breve análise internacional da literatura sobre monumentos em espaços públicos. *Revista Geográfica - Continentes*, [S.l.], n. 24, p. 236-254, set. 2024. Disponível em: <https://revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/389>. Acesso em: 02 set. 2024.

atualidade, tem-se a representação de sujeitos políticos em estátuas, a construção de memoriais, monumentos religiosos e de personagens de guerra, entre outros, que foram edificadas e fixadas em espaços públicos das cidades. Essas edificações monumentais representam quase que em totalidade a figura masculina, personagens de outrora que foram escravistas, ditadores e/ou sexistas. Dito isso, verifica-se que no Brasil e fora dele essas representações ainda estão presentes nos espaços públicos, ratificando o poder de alguns grupos e emitindo mensagens que destas se esperam.

Em maio de 2020, diversos protestos e manifestações ocorreram após a violenta e brutal morte de George Floyd, homem negro de 46 anos, assassinado pelo policial Derek Chauvin. Foi a partir do assassinato de Floyd, em Minneapolis, Estados Unidos, que o levante de diversos movimentos sociais antirracistas e anti-imperialistas pelo mundo ganhou as ruas em protesto. Na ocasião, monumentos foram derrubados, estes que faziam homenagem a escravistas e ao colonialismo (CHOKSEY, 2020; EDMONDS, 2021). Posto isso, evidencia-se que esses objetos iconográficos situados em espaços abertos portam memórias nacionais ou locais, sendo que “a memória é considerada crucial para a coesão social e cultural da sociedade, sendo que, todos os tipos de identidade dependem dela” (HUYSEN, 2014, p. 157). Nesse sentido, em se tratando dos protestos realizados pelo movimento #BlackLivesMatter, deve-se observar que estes “mostraram como as grandes narrativas históricas assinaladas por monumentos são desafiadas e subvertidas” (EDMONDS, 2021, p. 804, tradução nossa).

Acerca disso, Choksey (2020) destaca que a estátua do escravocrata Edward Colston (1636-1721), edificada no centro da cidade de Bristol, na Inglaterra, veio ao chão após manifestantes do grupo Black Lives Matter organizarem o ato que culminou na derrubada do monumento (Figura 4). Este foi lançado por uma corda e jogado ao rio do Porto de Bristol. Ações como esta geram reflexão acerca dos monumentos públicos excludentes, isto é, de estruturas simbólicas que representam uma minoria social, ou mais, edificação que faz menção a personas que se utilizaram da escravidão de outros grupos para constituírem suas fortunas. Há, portanto, ressalvas que devem ser colocadas para se ponderar até que ponto o espaço público é realmente público, uma vez que as edificações espalhadas pelo tecido urbano das cidades não refletem os grupos sociais existentes nelas.

Ainda na esfera representativa, Adamu, Castelo e Cukier (2019) destacam que no Canadá é notável como alguns monumentos foram erguidos para perpetuar no devir da cidade a supremacia branca, o eurocentrismo e a colonização. A partir da análise de dois monumentos, o monumento o *The Volunteers/Les Bénévoles* e o monumento o *The Emigrant*

— ambos localizados do lado de fora do Museu Canadense de Imigração, situado no Píer 21, em Halifax, Nova Escócia, local que é considerado porta de entrada dos imigrantes —, os autores ponderam que os monumentos nos espaços públicos são capazes de produzir implicações intencionais por aqueles que os idealizaram.

Figura 4 - Estátua de Edward Colston sendo lançada no Rio do Porto, Bristol



Fonte: BOGOSSIAN, 2021.

Assim, compreender como o espaço público pode ser utilizado por grupos detentores do poder torna-se uma análise necessária para se observar o papel das formas simbólicas como artefatos artísticos e iconográficos. Nesse sentido, os monumentos o *The Volunteers/Les Bénévoles* e o *The Emigrant* exprimem que “a arte, talvez mais do que o texto, tem o poder de inspirar ou oprimir, para sinalizar quem pertence e quem não pertence, para celebrar as contribuições dos diversos imigrantes que construíram o país” (ADAMU; CASTELO; CUKIER, 2019, p. 127, tradução do autor).

Destarte, ao analisar o primeiro monumento, *The Volunteers/Les Bénévoles*, Adamu, Castelo e Cukier (2019) chamam atenção à representação que este monumento possui. Destacam inicialmente que sua fixação foi utilizada para romper “com a presença esmagadora de monumentos masculinos na cidade da costa leste” (ADAMU; CASTELO; CUKIER, 2019, p. 129, tradução nossa). Esse monumento, traduzido para “os voluntários”, segundo os autores, simbolizam mulheres que foram voluntárias durante a Segunda Guerra Mundial, e é constituído por três figuras femininas retratadas da seguinte forma: uma senhora sentada tricotando; uma moça afro-nova-escocesa em pé com uma bandeja com café e sanduiche; e, por fim, uma jovem segurando a corda de uma carroça com itens destinados à reciclagem (Figura 5).

O monumento em referência foi apresentado em seu ato inaugural realizado em 2017 como um modo de inserir as mulheres em um papel de destaque como o que tiveram durante a

segunda guerra, por meio da colaboração que estas produziram, seja pelo tricô, pela reciclagem, ou pelo auxílio alimentício aos soldados canadenses. Entretanto, por outro viés, enxerga-se, na verdade, uma posição de servidão na qual essas três representações simbólicas estão caracterizadas.

Figura 5 - Monumento The Volunteers/Les Bénévoles



Fonte: MOORE, 2017

Este monumento foi inaugurado em 2017, no que muitos chamam de sociedade “pós-racial”, mas o subtexto racial é muito pronunciado em *The Volunteers*. Neste monumento, o corpo negro está preso em um papel de servidão, visível para todos verem aquele corpo desempenhando da maneira que se espera dele (ADAMU; CASTELO; CUKIER, 2019, pp. 129, tradução nossa).

Observa-se, portanto, que a tentativa de inclusão consegue provocar ainda mais exclusão dessas mulheres canadenses. O monumento está imbuído por uma polivocalidade, isto é, por múltiplos significados. Se por aqueles que o idealizaram representa inclusão, por aquelas que estão representadas simboliza e ratifica fortemente uma subserviência que é racializada. E este significado é potencializado a partir do momento em que apenas uma escultura encontra-se identificada pela raça e pela etnia (ADAMU; CASTELO; CUKIER, 2019).

Partindo para o segundo monumento (*The Emigrant*), o destaque dos autores está pautado não necessariamente naquilo que é visível, mas, sim, naquilo que não está visível na obra. *The Emigrant* representa inicialmente uma homenagem a todos os imigrantes que se firmaram no Canadá. Dessa forma, vale ressaltar que a localização em que este monumento está fixado, o Cais Píer 21, foi rota de entrada para toda a população de imigrantes.

A nova escultura referida apresenta, por sua vez, um rapaz, uma moça e duas crianças pequenas. O que chama atenção é o fato de que:

[...] o homem está de pé numa plataforma que enumera os nomes **dos cinco continentes do mundo**. Ele está de **frente para a Europa** e na sua frente-direita está a Ásia e na frente-esquerda está a América, enquanto atrás dele, na sua retaguarda-esquerda, está a África e, na retaguarda-direita, está a Oceânia. Vale a pena notar que o texto que é desobstruído e visível para os transeuntes são Oceânia, Américas e a Europa. **Os outros continentes são obstruídos por arbustos e um grande caixote de lixo devido à sua posição de encurralamento** (ADAMU; CASTELO; CUKIER, 2019, pp. 130, grifo do autor).

Estrategicamente, é notável como a exclusão e a invisibilidade dos continentes africano e asiático conotam o controle de um sistema hierárquico e de hegemonia de um território sobre outro. A centralização de um continente ou a exclusão de outro potencializa a narrativa de qual região é passível de imigração ou não. Ademais, os monumentos públicos em espaços abertamente visíveis são constructos utilizados por uma elite política que objetiva, entre outros tantos anseios, manter a sobrepujança cultural e econômica dos seus grupos. Dessa forma, símbolos em concreto, por mais silenciosos que sejam, expressam signos e significados para a posteridade.

Ainda sobre os trabalhos no âmbito internacional, têm-se as importantes contribuições de Dresser (2007). A autora investiga a relação dos monumentos públicos em Londres e sua relação com a escravidão e a abolição. Para isso, parte da premissa de que Londres foi um grande porto de escravidão durante os séculos XVII e XVIII e que tal acontecimento histórico levou à construção de “estatuas que comemoram indivíduos escravistas principalmente ao longo do século XVIII” (DRESSER, 2007, p. 164). Desse modo, retoma-se na análise realizada pela autora que os monumentos com figuras humanas em Londres possuem a representação de homens que eram comerciantes de escravos. Assim, a autorrepresentação de escravistas como Sir John Cass (1660–1718), Sir Robert Clayton (1629–1707), Thomas Guy (1645–1724) entre tantos outros, que antes eram vistos como filantropos, “transmitem uma autoimagem higienizada, que, por sua vez, influenciou a noção da nação em si mesma” (DRESSER, 2007, p. 169). Nesse aspecto, coloca-se em questão o papel dos monumentos como artefatos feitos para lembrar, nos quais a memória coletiva e a identidade estão em jogo pelo acionamento de memórias pretéritas remetidas por tais monumentos. No caso de Londres, são descritos pelo menos seis monumentos dedicados à memória desses personagens que tiveram ligação direta com o comércio escravista.

Por outro lado, no espaço público londrino encontram-se monumentos de sujeitos anti-escravidão. Pelo menos cinco memoriais explicitam esses indivíduos, como é o caso do monumento ao ativista britânico Granville Sharp (1752-1806), a Charles James Fox (1749-1806), a Thomas Fowell Buxton (1786-1845), a Zachary Macaulay (1768- 1838) e a William Wilberforce (1759-1833) (DRESSER, 2007). O intrigante nas colocações está pautado no

contraste existente entre o período escravista, o levante dessas estátuas e o período da abolição da escravidão em Londres: “apesar, ou talvez por causa da ‘explosão virtual de estátuas heroicas entre 1880-1914’, nenhuma nova estátua de Londres marcou o centenário em 1907 da Lei que aboliu o comércio de escravos britânico” (DRESSER, 2007, p. 187).

Nesse cenário, pondera-se sobre a reavaliação e o papel desses monumentos nos dias atuais e como a escravidão e a abolição devem ser lembradas nas datas que marcam esses períodos. Por outro lado, também se pondera sobre a importância e a relevância desses monumentos para a memória coletiva e para a identidade de grupos relacionados. Salienta-se, em adição, que junto aos monumentos de figuras escravistas não há nenhuma inscrição que os nomeiem enquanto tais. Desse modo, para aqueles que desconhecem a história, essas figuras em pedra passariam despercebidas, lidas de modo equivocado e sem nenhuma relação com os atos do passado.

2.7 Arte Pública e monumentos

Na pesquisa realizada por Hajdu (2014), é elaborada uma importante reflexão pautada na memória da cidade de Budapeste. Partindo de uma análise sobre os nomes das ruas, das avenidas, dos edifícios públicos e dos monumentos no centro de Budapeste, capital da Hungria, o referido autor constatou que as descrições e as representações nos espaços públicos da cidade “constituem, acima de tudo, um instrumento para o conteúdo político” (HAJDU, 2014, p. 43, tradução nossa). Outrossim, frisa-se como o espaço público dessa cidade e, portanto, a “paisagem urbana [,] pode expressar mensagens ideológicas de muitas formas diferentes, desde a organização do espaço público através dos nomes e a localização de edifícios importantes” (ibidem, 2014, p. 44, tradução nossa). Estes elementos locacionais são orquestrados tecnicamente com a finalidade de verbalizar, por meio da paisagem, a importância e a potência de tais construções ou nomenclaturas, no caso do nome de ruas e avenidas.

Lehtinen (2019) destaca que a arte pública e todo o conjunto arquitetônico das cidades necessitam ter uma função e um papel. Não somente, mas também requer uma mudança e uma resignificação nas obras expostas em espaços públicos, dado que a experiência cotidiana e o vislumbre dos transeuntes devem ser levados em consideração, porque aquilo que está edificado publicamente foi encomendado ou idealizado para proporcionar alguma experiência, isto é, para “perpetuar a compreensão histórica e a memória” (LEHTINEN, 2019, p. 37). É nesse aspecto que os monumentos são lidos como parte da arte pública e corroboram

a estética urbana das cidades e, por conseguinte, fazem parte da experiência cotidiana dos indivíduos.

Nos estudos sobre monumentos urbanos, comumente nos deparamos com representações de monumentos portadores de sentido político, como as figuras de personagens que marcaram a política de um local, ou com monumentos com significados religiosos: crucifixos, bíblia, anjos, entre outros.

Nessa configuração descritiva, a pesquisa de O'Mahony (2016) desperta curiosidade, por abordar um monumento não muito habitual nos espaços públicos: figuras de personagens do esporte e a potencialidade destas de se tornarem símbolos monumentais no tecido urbano. Acerca disso, considera-se que o monumento ao goleiro russo Lev Yashin, que faleceu em 1990, foi construído em memória à sua contribuição ao futebol do respectivo país, tendo a edificação e a fixação de uma estátua autorrepresentativa como constituintes da homenagem. Para O'Mahony (2016), a:

morte de Yashin passou a simbolizar muito mais do que apenas a morte de um grande esportista. Simbolizou potencialmente a passagem da própria União Soviética. Na década que se seguiu à dissolução da União Soviética em dezembro de 1991, a nação russa passou por uma dramática transformação social, política e econômica (O'MAHONY, 2016, p. 642).

Isto porque a figura de Yashin tinha grande relevância no cenário do esporte nacional, acentuado pelo fato de que sua morte ocorreu pouco tempo depois da queda do Muro de Berlim. Nesse cenário de mudanças, com o colapso da União Soviética, o monumento ao goleiro passou a ter outros valores estéticos para a memória nacional, que estava passando por grandes mudanças culturais. Com efeito, a relevância social, cultural, estética e até mesmo política desse monumento pode apresentar múltiplos sentidos e significados. Para a população local que viveu o processo histórico ativamente, apresenta-se simbolicamente de uma forma; já para outros grupos este monumento é mera homenagem à memória de Yashin.

2.8 SISTEMATIZANDO ALGUNS PONTOS

Notou-se como a questão patrimonial tem relações nítidas com a política memorial, uma vez que o patrimônio pode ser concebido como uma forma de materialização da memória coletiva. No mesmo sentido, viu-se também que o patrimônio é capaz de carregar heranças históricas bem definidas pelos governos, através de práticas ritualistas no campo simbólico.

Salienta-se, portanto, que não só o patrimônio, mas também as legislações podem servir à política da memória, através da chamada governança jurídica da memória, uma verdadeira manipulação legal, seja por bricolagem, retoque ou reestilização, por exemplo.

Além disso, percebeu-se que a política da memória também está relacionada com a discussão sobre guerra e violência, seja em perspectiva geral ou situacional, ou em negociações políticas nas quais o Estado pode selecionar ou integrar acontecimentos que devem ser esquecidos ou rememorados, como a questão da apartheid na África do Sul, que foi contraposta por um articulado contramovimento.

Nesse sentido, a memória passou a ser, como descrito, uma conveniência política, já que é extremamente clara a relação entre memória coletiva e política. A memória pode ser, então, gerida de acordo com os anseios e interesses da elite. O exemplo dado da União Europeia recente reforçou que a política memorial conseguiu suscitar novas narrativas e debates sobre identidade nacional e xenofobia, ao se moldar novos ideais futuros de nação europeia como contraposição.

Tem-se, por tudo isso, que a memória é muito bem estruturada pelos detentores de poder, que promovem tradições alinhadas a ela, difundidas por múltiplos fatores em toda a sociedade. Por conta de todos esses fatores, foram demonstradas, em outro viés, ideias contemporâneas de securitização da memória política, como forma de proteger a história dos povos e evitar a manipulação desta pela elite. Dessa forma, preza-se por um movimento de democratização da memória, esta que passaria a ser passível de contestação ou afirmação pelos cidadãos.

Em conclusão às narrativas apresentadas, constata-se que os monumentos são instrumentos poderosos para imortalizar personagens (tornar estes em mitos), manter tradições e ratificar o poder daqueles que atuaram ou que atuam na esfera pública ou religiosa. O espaço público transforma-se, então, em um local de disputas ideológicas e iconográficas. Ademais, como apontado, a função motriz que perpassa a fixação de um monumento está diretamente vinculada à construção de memórias e de identidades, estas que podem ser forjadas. Assim, devido às recentes discussões sobre esse campo, faz-se necessário reivindicar esses locais públicos que estão marcados pela presença de personagens escravistas e impregnados de noções imperialistas. Transformar o significado desses monumentos é, sobretudo, dar novos significados ao espaço público.

CAPÍTULO III

OS MONUMENTOS RELIGIOSOS DA CIDADE DE PALMAS

A respeito da multiplicidade de significados que um mesmo monumento pode abarcar, encontram-se, em Palmas - Tocantins, edifícios e monumentos que portam sinteticamente valores e significados religiosos e, portanto, também políticos. Esses monumentos datam de uma história recente que ainda está sendo escrita, tendo em vista a curta temporalidade da fundação da cidade referida. De certo, a construção de monumento com significados tacitamente religiosos encontra-se vinculada à produção e, portanto, à construção de uma memória material, seja individual ou coletiva, e de uma identidade que tenha um status popularmente reconhecido, no caso da identidade religiosa. Portanto, este capítulo objetiva descrever os monumentos que apresentam sentidos religiosos imbuídos, com a identificação da localização espacial dessas construções no tecido urbano da cidade e das intenções políticas que porventura estiverem correlacionadas a estas formas simbólicas espaciais. No intuito de desenvolver o emaranhado dessas questões, este capítulo está fracionado em cinco tópicos, estes seguidos pelas considerações parciais.

No primeiro tópico, tem-se brevemente uma descrição do primeiro monumento erigido na cidade de Palmas, o Cruzeiro, seguida da apresentação do Monumento à Bíblia e do monumento Súplica dos Pioneiros. Inicialmente, os argumentos desdobram-se nos detalhes que esses monumentos possuem, pontuando-se o período em que estes foram construídos. Posteriormente, estabelecem-se algumas relações entre os sentidos desses símbolos e a criação de uma identidade religiosa palmense, abordagem que conta com o auxílio de autores como Reis (2011), Rodrigues (2019), Silva (2010) e Rosendahl (2013).

No segundo tópico, as reflexões e as descrições estão pautadas no monumento religioso da Catedral Católica do Divino Espírito Santo e da Praça Católica da Nossa Senhora de Fátima. Neste tópico realizam-se algumas considerações sobre a forte presença do catolicismo em solo palmense. Para isso, destaca-se o projeto urbanístico da cidade, que já previa a construção de um templo católico, e os embates que envolveram a construção desse templo em um espaço público que foi doado pela gestão governamental da época.

No terceiro tópico, o debate é aprofundado teoricamente e consideram-se os apontamentos realizados por Corrêa (2018) no retrato do potencial desses monumentos a partir da localização em que estão situados. Assim, importa nesse tópico a realização de uma análise centrada no domínio simbólico que esses monumentos adquiriram no espaço urbano

da cidade, associando-se a esta discussão as relações entre religião e política, e como estas duas esferas transitam num percurso ideológico contíguo.

No quarto tópico, argumenta-se em torno da laicidade do Estado e da liberdade religiosa que alguns grupos detêm em detrimento de outros. Os apontamentos, nesse tópico, estão pautados pelas reflexões realizadas por Giumbelli (2004; 2008) e Mariano (2011). Por fim, no quinto e último tópico, concebem-se as ponderações realizadas ao longo dessa terceira parte. Portanto, neste tópico os monumentos são analisados como símbolos criados no intuito de se construir um imaginário social que envolva os significados remetidos pelos primeiros. Desse modo, consideram-se os trabalhos de Durkheim (1996) e Gil Filho (2012) na concatenação das ideias que ratificam os monumentos como discursos materializados que associam memória e identidade.

3.1 Símbolos políticos e religiosos: Monumento o Cruzeiro, Monumento à Bíblia e o Monumento Súplica dos Pioneiros

Durante o primeiro mandato como governador do estado do Tocantins, José Wilson Siqueira Campos, eleito para o cargo por dois anos, entre 1989 e 1991, realizou grandes feitos simbólicos no período em destaque. A criação da capital, Palmas, sanciona sua autoridade política, por meio da qual logrou grandes feitos estruturais na tessitura historiográfica do estado. Resultante do projeto urbanístico desenvolvido pelo GrupoQuatro (Arquitetura Sociedade Simples Ltda), a capital do Tocantins se instala de modo definitivo no dia 20 de maio de 1989. Nesta data, tem-se o lançamento da pedra fundamental da cidade, fixada no espaço e programada para se tornar a futura Praça dos Girassóis.

Na ocasião em que se instalou a pedra fundamental, realizou-se também a celebração da primeira missa católica em solo palmense. Nesta celebração, ergueu-se uma Cruz e junto a esta a Primeira Missa foi realizada, vista como “o ‘batismo espiritual’ da cidade vindoura” (REIS, 2011, p. 114). Assim, “a missa foi rezada em torno de uma grande cruz de pau-brasil, com a presença ‘exótica’ de índios Xerente junto aos convidados oficiais e às pessoas da região” (Ibidem, p. 117) (Figura 6 e 7). Tal acontecimento reuniu um grande contingente populacional — estima-se que cerca de 10 mil pessoas estiveram presentes nessa celebração inaugural.

O local em que ocorreu a primeira missa preserva até a presente data o memorial do Cruzeiro, que foi considerado, “por meio do Decreto Municipal nº 22, de 29 de fevereiro de 2000, um patrimônio cultural tombado, obtendo, assim, seu valor cultural oficializado na capital tocantinense” (LIMA, 2021, p. 53). Nas palavras de Brito (2010b, p. 81) “o cruzeiro

foi erguido para simbolizar a cristandade na criação de Palmas, religião homogênea”. O Cruzeiro erguido em 1989 torna-se, então, um dos primeiros monumentos construídos durante a gestão de Siqueira Campos.

Figura 6 - Palmas. Celebração da Primeira Missa e fixação do Monumento O Cruzeiro



Fonte: Jornal O Popular, 1989.

Figura 7 - Palmas. Celebração da Primeira Missa em solo palmense com o erguimento do Monumento o Cruzeiro em 1989 e Missa Campal em comemoração ao aniversário de Palmas em 1991



Fonte: Casa da Cultura, 2019.



Fonte: Secom, TO, 2020.

Nota-se que, apesar da novidade do nascimento da cidade, nada se tem de novo no ato inaugural, haja vista que a fixação de cruzeiros em espaços públicos das cidades brasileiras e,

principalmente, em atos incipientes, tornou-se historicamente uma ação simbólica religiosa e expressiva socialmente. Acerca desse ato simbólico em torno de uma cruz, destaca-se a celebração da primeira missa ocorrida no Brasil após a chegada dos portugueses em 1500, na enseada de Coroa Vermelha, extremo sul do estado da Bahia, localizada entre Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro. Acerca disso, pontua-se que:

Conta-nos a História que a esquadra de Cabral saiu de Portugal com destino à Índia. Lá, pretendiam os portugueses comprar especiarias e comercializar outros produtos. Além dessa incumbência comercial tinham, também, como propósito, **implantar a religião cristã**. Afastados da costa para evitar as calmarias, a esquadra de Cabral perdeu o rumo e, atravessando o oceano Atlântico, chegou ao litoral brasileiro, pensando seus tripulantes terem chegado à Índia. Por isso, ao avistarem os habitantes naturais da terra, os chamaram de “índios”. Ao desembarcar em terra firme, os soldados ostentavam uniformes coloridos e, muitos, carregavam suas armas. A tudo isso, os silvícolas assistiam ariscos e deslumbrados. **Logo, uma grande cruz foi erguida. Esta cruz foi feita pelos carpinteiros da esquadra, utilizando madeira da terra. Junto a ela foi colocado o escudo de Portugal e, em frente, armaram um altar coberto com toalha de renda portuguesa. Ali, em terra firme, seria rezada a primeira missa no Brasil e, para celebrá-la, foi designado o capelão da esquadra, Frei Henrique, da cidade de Coimbra.** Mansos e curiosos, os selvagens acorriam de todos os lados. Em torno, pela praia, por entre as moitas, sobre os galhos das árvores surgiam homens, mulheres e crianças totalmente nus. Silenciosos, assistiam à cerimônia, tentando, alguns, imitar os gestos dos brancos. **Após a cerimônia litúrgica, o almirante Pedro Álvares Cabral declarou portuguesa e cristã a terra que descobrira. Este episódio religioso foi o batismo cristão da terra brasileira [...]** (MORAIS, 1950, p. 36 – 37, grifo nosso).

Salienta-se que, assim como em Coroa Vermelha - BA, tem-se em Palmas - TO, a fixação do monumento o Cruzeiro como artefato mnemônico da primeira missa ocorrida. A partir dessa cena, observa-se a continuidade da história, que foi, portanto, reescrita. Nesse aspecto, ao se fixar o monumento Cruzeiro e realizar a primeira missa no novo estado, houve, então, um simulacro, isto é, uma reprodução demonstrativa, que envolve as ações dessa celebração, o público presente e o objetivo almejado. Percebe-se, portanto, uma prática simbólica reiterada envolvendo religiosidade, mas carente de originalidade. Ademais, pode-se inferir que esta ação introduz uma demanda por modelar o imaginário social. Portanto, a capacidade de manipulação de ideias e imagens, assim como apontando por Carvalho (2017, p. 11), “a manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas”. Visto que, desempenha uma função primordial de transformação em períodos de mudanças ou de rupturas, estas modificações atuam como modeladores de percepções e comportamentos, assim como, na aceitação de novas práticas e realidades políticas e sociais.

Desse modo, os elementos religiosos e os discursos emitidos, de modo pertinaz, formam um lugar de memória cujas “[...] práticas se sustentam em ações passadas, de que se extraem símbolos capazes de legitimar as ações do presente, como se ali estivessem desbravando novas terras e tomando posse do lugar” (REIS, 2011, p. 114). Essa prática simbólica, em que a missa e a cruz marcam o início de uma nova cidade, determinou como o território seria ocupado e moldado. Nas palavras de Rosendahl (2013, p. 173), “o certo é que a posse do território é seguida de um ritual que simboliza o ato de criação. O território é ocupado e, dessa forma, consagrado, protegido e reconhecido pela comunidade”.

Nesse sentido, Rodrigues (2019) tece ressalvas ao analisar o simbolismo do Cruzeiro e da celebração religiosa. Desse modo, considera-se que a realização da missa ocorrida em 26 de abril de 1500 é expressiva por consolidar a chegada dos portugueses como “ato fundante da nação brasileira, quais sejam, o próprio ato, celebrado por Frei Henrique de Coimbra” (RODRIGUES, 2019, p. 13).

Este objeto, a cruz, pode ter significações diferentes para pessoas diferentes. Sua conotação exprime valores subjetivos ligados ao signo, resultante da sua forma e da sua função. Para uns, o signo cruz tem a significação de sofrimento, de morte, para outros, de vitória, para outros, ainda, significação religiosa. Para os nazistas, a cruz suástica é o signo de sua ideologia política, mas, para os judeus, é o signo da tirania, do sofrimento, do terror. Para aborígenes da Amazônia, provavelmente, não quer dizer nada. Quanto ao valor de um signo, ele depende de seu entorno, isto é, do tempo e do espaço (ROCHA, 2003, p. 32).

Observam-se, dessa forma, alguns elementos associativos entre a primeira missa ocorrida no Brasil e a primeira missa ocorrida em Palmas. A cruz e sua produção em madeira de pau-brasil (Figura 8) constituem o primeiro exemplo, seguido da presença de religiosos, mais especificamente de um líder católico para celebrar o ato, e da fixação de um objeto religioso que se consagra como um monumento póstico dessas novas terras. Essa fusão simbólica robusta de carga simbólica provoca, portanto, reminiscências do “Brasil Colônia [...] a partir de seu conteúdo estético-celebrativo e mítico-político, na celebração da primeira missa, na imagem do cruzeiro” (SILVA, 2010, p. 252). Por isso, a cidade se emerge a partir do entrelaçamento político e religioso. Dessa forma, destaca-se que no Brasil a Igreja sempre “esteve presente como força determinante em todo processo de formação do Brasil e, sempre, como elemento de apoio e como reflexo do poder colonial” (RUTGERS, p.279).

Figura 8 - Palmas. Memorial da Primeira Missa, Monumento o Cruzeiro, e o mapa do Tocantins esculpido no monumento juntamente com a representação de duas mãos erguidas aos céus no seu centro



Fonte: Lima, 2022

Posteriormente ao evento com o Cruzeiro e durante a terceira gestão de Siqueira Campos como governador do Tocantins, em 10 de dezembro de 2000 tem-se a instalação do Monumento à Bíblia. É o segundo monumento de cunho religioso fixado na cidade de Palmas e na referida Praça. Sua localização encontra-se em frente ao Palácio Araguaia e no centro da Rosa dos Ventos, local relatado como o centro geodésico do Brasil. Essa forma simbólica, produzida a partir do material de granito escuro, representa a parte superior de um corpo humano (um tronco), tendo uma cabeça e dois braços erguidos para alto, o qual sustenta alegoricamente uma bíblia. Na escultura, tem-se em destaque um versículo bíblico, “*Deus enviou seu filho não para condenar, mas para salvar o mundo*”, retirado do livro de João 3:17 (Figura 9).

Acerca desse monumento, salienta-se a discrepância entre o público presente na celebração da primeira missa de Palmas, com o levantamento do Cruzeiro, e o na inauguração do Monumento à Bíblia, evidenciada por meio das palavras de Brito (2010b, p.81):

Diferentemente do cruzeiro, o monumento à Bíblia foi prestigiado por uma multidão de evangélicos, a maioria absoluta de pentecostais. Apenas o arcebispo, acompanhado por um padre e duas freiras, se fizeram presentes na inauguração. Foi realizado um culto de ação de graça pelo monumento à bíblia e uma expressão de agradecimento pelo reconhecimento à importância destes para a cidade. Este monumento foi feito no momento em que os principais veículos de comunicação propagavam Palmas como capital evangélica do Brasil. Alguma relação podemos tecer frente ao assunto, pois ao se construir um monumento no efervescer de uma discussão de Palmas capital evangélica, criou-se uma resistência por parte do povo católico em aceitar o monumento como uma expressão apenas cristã; a este o monumento era para os evangélicos.

Figura 9 - Palmas. Monumento à Bíblia instalado a frente do Palácio Araguaia e no local considerado o centro geodésico do Brasil



Fonte: Lima, 2022.

Ademais, nas entrelinhas da edificação do Monumento à Bíblia, evidencia-se a necessidade de se agradar a população palmensa. Se no início da cidade uma missa católica marcou seu nascimento, anos depois, um culto com presença massiva de evangélicos no ato celebrativo pela inauguração do referido monumento conotaria a indispensabilidade, por parte do primeiro governador, de se agradar “gregos e troianos”, ou melhor, católicos e evangélicos. Desse modo, “[...] constitui-se a representatividade de religiões monopolistas hegemônicas em monumentos” (ANJOS, 2017, p. 112). Para a entrevistada 8, o Monumento à Bíblia é um símbolo da capital, e as pessoas reconhecem isso. Assim, não há objeções quanto à sua fixação.

[...] Tem o Monumento da Bíblia. Palmas, a gente sabe, são várias religiões. Vivemos num país democrático. Tem várias religiões. Mas por que o Monumento à Bíblia? Existem muitas igrejas aqui. Isso, para mim, está tranquilo. Eu consigo observar isso. Para mim, é super coerente (Entrevista 8).

Ato contínuo, em 18 de março de 2002 ocorre a fixação do Monumento Súplica dos Pioneiros. Assim como os outros dois monumentos destacados anteriormente, Súplica dos

Pioneiros também se imbuí de um alto valor representativo religioso, havendo também a presença marcante de uma autoridade política, que paira o esboço desse monumento. O monumento em questão está representado por nove esculturas, estas que aludem a uma família de retirantes, sendo estes a figura paterna, a materna, seis filhos e um carneiro (TOCANTINS, 2013).

Chama atenção os apontamentos realizados por Bittecourt, (2005, p. 3)¹⁶, que interpreta que um dos pioneiros retratados no monumento representa o próprio ex-governador Siqueira Campos com sua família. Para Lima (2021, p. 57), das nove esculturas, “quatro personagens têm as mãos erguidas aos céus, como se estivessem fazendo referência ou agradecimento”. A linguagem gestual desse monumento pode ser interpretada pelo viés religioso, já que o ato de erguer as mãos aos céus tem um valor potencialmente simbólico no contexto bíblico e nas relações de culto, tanto no catolicismo como no protestantismo.

Além desse fator, a localização desse monumento chama bastante atenção, pois, a partir de um determinado ângulo, a escultura com maior dimensão escalar, que seria a figura do pai, parece ostentar o Brasão do estado do Tocantins que está fixado acima do Palácio do Araguaia, sede do poder executivo estadual (Figura 10).

Para Silva, Rocha e Soares (2013), há uma opinião corrente acerca desse monumento que é compartilhada pelos sujeitos que residem em Palmas. É sobre uma nítida relação de cunho político para a criação de um monumento autorrepresentativo, e principalmente uma relação de cunho religioso, “a partir do momento em que as figuras significantes trazem compleição física semelhante a Siqueira Campos” (SILVA, ROCHA, SOARES, 2013, p. 220). Essa compreensão foi mencionada por alguns entrevistados que discutiram esse monumento, destacando que, para o entrevistado 4, ele evidencia a família do primeiro governador, “*Olha, os monumentos que eu lembro nessa praça, por exemplo, tem aquele Monumento da Bíblia. Aí tem aquele que é a família do Siqueira em Dourado (...) os pioneiros. Para mim é a família do Siqueira em Dourado (Entrevistado 4)*”.

Assim, os personagens entalhados como retirantes e interpretados como os pioneiros a chegar nessa nova terra que seria de Palmas, emolduram-se como figuras notórias e dignas de preservação (Figura 11). Tal ato fortalece a produção simbólica do espaço e, mais do que isso, elabora uma memória política na qual o então primeiro governador e sua família são fixados na historiografia oficial de criação capital e no imaginário social.

¹⁶ No caderno Arte & Vida do JTo, com assinatura da jornalista Paula Bittecourt. Discussão já realizada por Anjos (2017).

Figura 10 - Palmas. Monumento Súplica dos Pioneiros, com destaque para o enquadramento do monumento, em que as mãos da escultura, atribuídas a Siqueira Campos, seguram o Brasão do Estado ao fundo e, acima, a bandeira do Brasil no mastro



Fonte: Lima, 2022.

Figura 11- Palmas. Monumento Súplica dos Pioneiros e, ao fundo, o Memorial a Primeira Missa, o Cruzeiro



Fonte: Lima, 2022.

3.2 O edifício monumental da Catedral Católica do Divino Espírito Santo e a Praça Católica da Nossa Senhora de Fátima

A presença da religião sob o espaço urbano de Palmas existe desde o planejamento da cidade, uma vez que em 1989 já estava prevista a construção de uma catedral católica no espaço simbólico da Praça dos Girassóis. De acordo com Reis (2011), o projeto arquitetônico da Catedral foi elaborado pelos arquitetos Ernani Vilela e Maria Luci, mas não foi concretizado, sendo posteriormente substituído por outro, o atual elaborado pelo arquiteto João Martins Doris Vilas Boas.

O planejamento desse edifício simbólico não agradou parte da população religiosa de Palmas, inicialmente pelo fato da área ter sido doada pelo então governador, José Wilson Siqueira Campos, em seu segundo mandato político (1995-1998). A partir dessa doação do chefe do executivo, surge a Lei Estadual de nº 789, de 16 de novembro de 1995, que corrobora a doação do terreno e autoriza a construção da futura Catedral Católica do Divino Espírito Santo.

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a doar áreas urbanas de terras de propriedade do Estado, destinadas à edificação das sedes de órgãos da União e do Estado, da Catedral desta capital e da Federação Tocantinense de Futebol conforme o abaixo descrito: [...] **VII - à Paróquia São José (Para a Construção da Catedral de Palmas): o imóvel localizado na Praça dos Girassóis** na Quadra AASE com os seguintes limites e confrontações: em todo o seu entorno com áreas da Quadra AA-SE, possuindo área circular com raio de 66,00 m com centro cravado no ponto P1 de coordenadas N= 3873568,52461 e E=218.438,42624, distante 210,00 m do eixo da Avenida NS-2 e 212,99 m do eixo da Av. LO-1, descrevendo um perímetro circular de 414,69 m e área de 13.684,78 m² [...])TOCANTINS, 1995, p. 2, grifo nosso)

A futura Catedral Católica (Figura 12) foi formulada para ter um local de destaque, já que a Praça dos Girassóis é apontada como “o marco inicial da nova capital do Tocantins” (GRUPOQUATRO, 1989). Diante disso, “a construção do prédio tornou-se objeto de grande polêmica dentro da comunidade religiosa de Palmas, devido ao privilégio de sua localização na principal praça da cidade, servindo a apenas uma crença religiosa” (REIS, 2011, 157). Tornando-se uma religião hegemônica na nova capital, o catolicismo foi sendo reforçado a partir de decisões políticas, tendo como consequência a mobilização social por parte de outros grupos religiosos, os quais, não satisfeitos com a doação do terreno, entraram na justiça com uma ação popular¹⁷.

Figura 12 - Palmas. Edifício monumental da Catedral Católica do Divino Espírito Santo, em fase final de construção



Fonte: Wesley Lima, 2022.

A ação popular (prevista no art. 5º, inciso LXXIII, da Constituição Federal de 1988), iniciada em 2004, questionava principalmente a questão da laicidade do Estado, tendo como fundamento dessa discussão o Artigo 19, inciso I, da CF/88¹⁸. Neste sentido, os autores da ação argumentavam sobre a localização da Catedral em um espaço público, o qual só deveria ser utilizado para construção e obras da administração pública. Uma das exigências da ação era o embargo das obras que estavam em andamento e o pagamento de danos ao patrimônio público. Nas palavras de Silva (2016, p. 164):

¹⁷ Ação popular é uma ação constitucional que se refere ao Art. 5º, LXXIII, da CF/88: “qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência”.

¹⁸ “É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público”.

Primeiramente, deve-se levar em consideração que, quando falamos de laicidade, estamos nos referindo à separação entre religião e Estado. Essa separação implica dizer que o Estado não é confessional. Não ser confessional significa não optar por uma religião específica. E não optar significa também não impor essa crença a todos os cidadãos. A segunda consideração é a de que o Estado não pode privilegiar nenhum grupo religioso, visto que são interesses do Estado e dinheiro público que estão em jogo.

Nesse aspecto, observa-se uma dimensão política que se interliga com a prática territorial da religião, conforme nos aponta Rosendahl (2013), posto que, apesar da caracterização do Brasil com um Estado laico, a religião sempre esteve além das esferas privadas. Isto é, o catolicismo como religião nacionalmente reconhecida sempre se fez presente nos espaços públicos, seja por meio de símbolos, práticas ou edificações: “de fato, o campo religioso brasileiro é marcado por uma hegemonia cristã, mas também apresenta diversidade religiosa” (SILVA, 2016, p. 164).

As narrativas dos entrevistados apresentam consonância a respeito desse monumento, o entrevistado 1, observa que na cidade de Palmas alguns espaços apresentam símbolos religiosos, para ele há um incômodo quanto a Catedral Católica construída dentro da Praça, *“Uma grande catedral dentro da praça. Diversos pontos na cidade estão relacionados a religião, como terços, entre outros. Acredito que como um estado laico, não deveria se tomar um lado religioso, enquanto abandona outros (Entrevistado 1).*

Os entrevistados 4 e 7, junto à entrevistada 6, concordam sobre a laicidade do estado e compartilham pontos semelhantes em suas narrativas:

“Eu acho que a catedral é muito forte. Porque... É o único terreno... É o único edifício religioso dentro daquela praça. Então, eu acho que está no lugar errado. O espaço deveria ser laico. Mas é (...) o Niemeyer também fez a mesma coisa em Brasília. Geralmente sempre tem isso, então... É uma posição meio radical minha. É... Eu acho que é esse prédio que está em desacordo ali, sabe? Ele não deveria ser tão grande a ponto de chamar atenção para si, em vez de respeitar o que importa ali, que são os três poderes (Entrevistado 4, grifo nosso).”

“[...] ter na praça uma catedral e ser de uma religião específica me causa um incômodo. A cidade possui... Qualquer, né? Acho que o país, né? São várias religiões. Então, ter dentro de uma praça, que é um centro de... Representa, de alguma forma, o centro de um estado, de uma cidade, a partir de onde flui também, né? Um ponto de encontro de avenidas e tudo mais. Então, ter só de uma religião... Isso me incomoda um pouco pela diversidade, né? Por saber que existem várias religiões e que Palmas tem várias populações, né? De vários locais, de várias culturas. Então, ter um marco na cidade, num estado tão grande e bonito, e ter uma religião lá predominando, me incomoda. Pela diversidade. Eu não senti essa representação [...] (Entrevistada 6, grifo nosso).”

“[...] só pendendo para o catolicismo. Tem também, na própria Praça dos Girassóis, tem também [...], mas o que é titulado religioso é todo católico mesmo. Eu acho desnecessário esses monumentos religiosos em espaços públicos, sei lá, se fosse de outras religiões sofria um hate enorme (Entrevistado 7, grifo nosso).”

Já a entrevistada 8, compreende essa forma simbólica no centro da Praça de um ponto de vista diferente. Para ela:

Agora nós temos a Catedral aqui no centro, né? No centro da praça. Também um grande edifício. Passou muito tempo... particularmente, quando eu cheguei aqui, ela estava começando uma reforma e tal, mas agora já está na parte final. E eu acho muito interessante... acho brilhante a ideia. Interessantíssimo ter, assim, no centro de Palmas, no centro da capital, bem na praça principal da cidade e também do estado. Você tem ali ao redor prédios públicos do governo estadual e uma representação religiosa ali. E está tudo bem. E há um reconhecimento, há uma visitação, há um respeito. Então, para mim, isso é valioso (Entrevistada 8).

A soma dessas narrativas permanece viva desde a doação do terreno nos primórdios da criação da capital. O resultado de tais insatisfações levou a doação do terreno a uma ação judicial. À vista disso, a ação popular movida contra a doação do terreno da Praça para a construção da Catedral foi julgada no início de 2016 (TOCANTINS, 2016). O Juiz da 4ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Palmas julgou a ação como insustentável, alegando que a doação agradava boa parte da população de Palmas, sendo que essa se definia como uma maioria católica¹⁹, acrescentando, ainda, que:

[...] a laicidade do Estado não impede o mesmo de colaborar com as instituições religiosas por motivo de interesse público, conforme se infere da leitura completa do art. 19, inciso I, que, em sua parte final, ressalva tal possibilidade. 2.5 Embora seja questionável a doação de área disponível do Estado, situada na principal praça pública da cidade, para construção de uma catedral - justamente por envolver um tema longe de ser pacificado no âmbito jurídico - a referida doação, a meu ver, está imbuída de interesse público, uma vez que atendeu ao anseio da grande maioria da população, notadamente católica. Não se pode olvidar que o Brasil foi colonizado por um povo português, cuja cultura e religião estão aqui ainda fortemente arraigadas, tanto assim que, não raro, encontramos na principal praça pública das cidades brasileiras uma igreja católica construída. O Estado é laico, mas não se pode aplicar o direito longe de fatores históricos e culturais da sociedade, que devem ser considerados pelo magistrado na sua atividade jurisdicional, a fim de realizar a justiça. 2.6 Não se diga que o Estado, praticando o ato em tela, faz uma aliança com o catolicismo, de modo a infringir a laicidade estatal [...] (TOCANTINS, 2017, p. 7).

Assim sendo, a decisão do citado juízo válida que a discussão acerca da laicidade do Estado é ampla e por vezes pluralizada, o que abre margem para se considerar o que deve ou não ser desanexado quando o assunto é política, religião e espaço público. Com efeito, a predominância do catolicismo na capital tocantinense, além de estar presente no espaço simbólico da Praça central da cidade, também passou a ganhar os contornos da cidade.

Em sequência, em agosto de 2014 inaugurou-se uma praça na quadra 308 Sul. Essa praça, nomeada de Praça do Santuário Nossa Senhora de Fátima – Via Sacra (Figura 13), foi construída no intuito de estimular o lazer e o turismo religioso na cidade, como também de

¹⁹ Disponível em: <https://conexaoto.com.br/2017/04/03/justica-decide-que-terreno-foi-legalmente-doadado-a-catedral-do-divino-espirito-santo-em-palmas>. Acesso em: 07 jul. 2022.

compor o cenário religioso da quadra em questão, tendo em vista que a Igreja de Nossa Senhora de Fátima está a poucos metros da localização da Praça.

Figura 13 - Palmas. Santuário de Nossa Senhora de Fátima, 308 Sul



Fonte: Lima, 2022

Importa salientar que a construção foi resultado da parceria entre a prefeitura e a empresa de Foz/Senatins (PALMAS, 2014) e sua inauguração deu-se após quatro meses da renúncia de Siqueira Campos ao cargo de governador. Desse modo, sob a gestão do prefeito Carlos Amastha e do governador Sandoval Cardoso, a Praça Católica foi estreada. O projeto arquitetônico da Praça conta com 14 painéis fincados no chão da praça, que aludem à Via Sacra de Jerusalém, caminho percorrido por Jesus Cristo até o calvário (Figura 14). Além desses, tem-se o santuário Nossa Senhora de Fátima, uma pequena capela com a imagem da Santa.

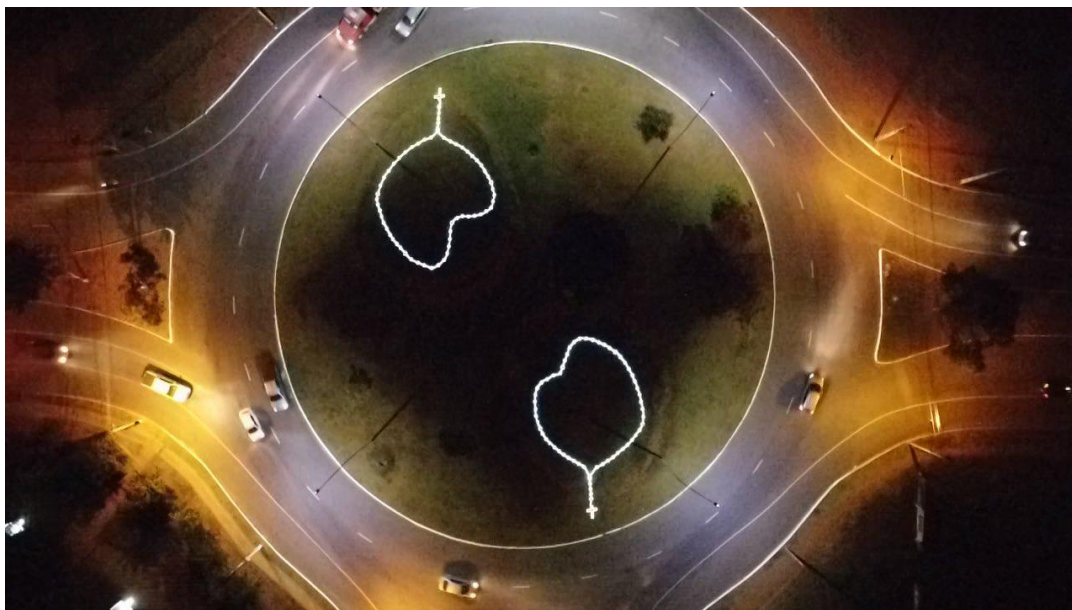
Figura 14 - Palmas. Painéis sacros na Praça de Nossa Senhora de Fátima



Fonte: Lima, 2022

Em decorrência da construção da Praça Católica, em 2018 constrói-se um enorme Rosário feito a partir de duzentos metros de cordão luminoso e que foi instalado na rotária ao lado da Praça. Após a instalação dos terços, a rotatória passou a ser chamada de “Rotatória dos Terços de Fátima” (Figura 15). Assim, o simbolismo e a representação do poder religioso católico sobre o espaço urbano da cidade de Palmas ratificam-se cada vez mais.

Figura 15 - Palmas. Rotatória dos Terços: Vista aérea entre as avenidas LO-05 e a NS-04.²⁰



Fonte: Amilson Carlos, 2022

Dessa forma, a construção desses monumentos viabiliza que as discussões e as reflexões em torno destes sejam ramificadas, possibilitando a análise e a discussão dos significados e dos intuitos que permeiam essas formas simbólicas espaciais. Assim, analisa-se a seguir o campo de forças da religião e a disputa ideológica entre a espacialidade e visibilidade de templos religiosos, bem como, a questão da localização desses monumentos, evidenciando sua acessibilidade e visibilidade para os transeuntes, bem como se discute a laicidade do estado e as relações com os monumentos de cunho religioso, problematizando-se a construção identitária do povo palmense alusiva às religiões hegemônicas nacionais.

3.3 Católicos versus Evangélicos: disputa ideológica e simbólica no espaço urbano de Palmas, TO

Considerando a espacialidade dos monumentos religiosos da cidade de Palmas, nota-se como estes foram edificados em espaços importantes da cidade. A centralidade e a grandiosidade ratificam a mensagem que estas produções monumentais religiosas querem reforçar e transmitir. Nos bastidores da configuração monumental que caracteriza os templos religiosos na capital tocantinense, é evidente a influência de ações políticas que se entrelaçam em momentos específicos. Um exemplo dessa dinâmica pode ser observado na Catedral Católica do Divino Espírito Santo, cujo terreno de construção foi adquirido mediante a

²⁰ A instalação dos Terços ocorreu em 04 de maio de 2018.

iniciativa de doação promovida pelo primeiro governador. Paralelamente, algumas igrejas evangélicas também se beneficiaram de favores políticos concedidos por prefeitos e governadores.

Dentre os líderes políticos que se destacam por iniciativas que entrelaçam o âmbito político e religioso, destaca-se o ex-prefeito da capital tocantinense, Raul Filho, que, em 2006, empreendeu a doação de vários terrenos destinados à edificação de templos evangélicos. Por meio do Decreto N° 88, de 8 de maio de 2006, concedeu o direito real de uso de uma área urbana de 500,00 m² para a Igreja Pentecostal Brasa Viva, localizada na Quadra 407 Norte. Simultaneamente, por intermédio do Decreto N° 97, conferiu também o direito real de uso de uma área de 2.000 m² para a Igreja Nacional do Senhor Jesus Cristo em Palmas, situada na Quadra Arso 31, no Plano Diretor Sul. Na mesma data, ocorreu a doação de uma área de 1.915,70 m² para a Igreja Evangélica Assembleia de Deus – Ministério Madureira, sendo tal concessão publicada no Diário Oficial por meio do Decreto N° 291.

No ano subsequente, o ex-governador Marcelo de Carvalho Miranda concedeu a doação de uma área de terreno urbano com uma dimensão total de 549,51 m², por meio da Lei N° 1.870, de 20 de dezembro de 2007. Essa doação de área foi destinada à construção da Igreja Evangélica Congressional de Palmas.

Nota-se, portanto, que a presença da religião no espaço urbano de Palmas sempre esteve muito vívida, desde a sua criação. Tais concessões de terreno são questionadas por diversos setores da sociedade palmense, contudo, sem muito efeito para a revogação desses decretos. E, dessa forma, emoldura-se no espaço urbano um campo de forças que disputa, em certa medida, um público religioso no divisionismo entre católicos e evangélicos. Não obstante, essa disputa é percebida pela aproximação dos templos evangélicos e católicos e pela dimensão escalar desses edifícios monumentais.

Um exemplo notável disso foi a construção da Catedral Evangélica da Igreja Universal do Reino de Deus em Palmas, construída em menos de dois anos e considerada uma das obras mais relevantes da Universal no Estado do Tocantins. A Igreja Evangélica Universal do Reino de Deus foi inaugurada no dia 8 de setembro de 2019 e possui capacidade para mais de 1.700 pessoas, com uma área de 7 mil m², possuindo também estúdio de rádio e televisão. Destaca-se que entre os presentes no culto de inauguração estava a ex-prefeita da cidade de Palmas (2018 – 2024), Cinthia Ribeiro, acompanhada da Secretária de Desenvolvimento Social, Valquiria Rezende. Além delas, também esteve presente o prefeito de Gurupi, Laurez da

Rocha Moreira²¹ (UNIVERSAL, 2019). A Catedral Evangélica da Igreja Universal do Reino de Deus (Figura 16) em Palmas está localizada a uma distância de 1,8 km da Praça dos Girassóis, onde também está situada a Catedral Metropolitana Divino Espírito Santo, como já mencionado. Com isso, esses dois templos “são marcas no espaço geográfico, que transformam a paisagem e as dinâmicas socioespaciais” (LEITE, 2019, p. 84). Assim, como afirmado por Braga (2013, p. 156), “a forma material mais visível de controle do espaço pelos grupos religiosos é o templo”.

Figura 16 - Palmas. Edifício Monumental Catedral Igreja Evangélica de Palmas da Universal do Reino de Deus, na quadra 101 Norte, proximidades da Praça dos Girassóis



Fonte: Wesley Lima, 2024

Embora a proximidade desses dois edifícios monumentais religiosos seja passível de ser considerada uma mera coincidência espacial na trama urbana da cidade, é crucial recordar

²¹ Laurez Moreira é o atual vice-governador do Estado do Tocantins para o mandato 2023 – 2026.

e destacar que, em Palmas, seus símbolos, sua identidade e seus monumentos foram deliberadamente concebidos. Nesse contexto, nada é natural, sendo todos esses elementos cuidadosamente moldados. A respeito da Catedral Evangélica da Igreja Universal do Reino de Deus, Leite (2019) tece algumas ressalvas:

“A articulação entre as práticas socioespaciais revela-nos como as Igrejas neopentecostais direcionam sua expansão demográfica, institucional e territorial e propaga sua mensagem religiosa. Tais eixos possuem articulação entre si, o que permite entender o modo como se expressam as estratégias, uma vez que possuem uma intencionalidade. Assim, o templo revela-se enquanto uma estratégia territorial, que só se consolida com a mídia, a rua e a política, elementos da territorialidade, que atuam simultaneamente. A Igreja Universal disputa hegemonia e, justo por isso, precisa alimentar e conectar práticas sociais da verticalidade [...]” (LEITE, 2019, p. 79).

É nessa circunstância que, ao situar os dois maiores templos religiosos do Estado do Tocantins e, por conseguinte, da capital, tem-se notoriamente uma disputa ideológica abarcada pela dimensão escalar que esses dois templos ocupam na cidade. Os edifícios monumentais religiosos se consagram dessa forma, como marcadores simbólicos do espaço que objetivam demarcar territorialidade e poder. Dessa forma, o templo da Universal do Reino de Deus na cidade de Palmas “consolida a representatividade simbólica, espacial e arquitetônica” (LEITE, 2019, p. 83).

Sob a mesma ótica na qual a religião e a política se entrelaçam, é relevante salientar a ocorrência anual de um notável evento religioso na capital tocantinense desde 2015. Este evento, denominado “Capital da Fé”, constitui uma significativa celebração gospel realizada durante o período de Carnaval. Anualmente, apresenta diversas atrações da música gospel brasileira, com a participação de artistas tanto evangélicos quanto católicos. Destaca-se como um evento de considerável proeminência no cenário religioso local, tendo sido instituído por meio da Lei nº 2.357, datada de 30 de outubro de 2017, quando o então prefeito Carlos Enrique Franco Amastha, em exercício na época, decretou a Semana da Promoção da Fé. Conforme estabelecido por esta legislação, a referida semana é programada para coincidir com os dias de celebração do feriado nacional de Carnaval no Brasil. Um dos propósitos primordiais dessa legislação consiste em promover a divulgação da cultura gospel e consagrar Palmas como a “Capital da Fé” por meio da realização de diversas atividades religiosas.

Ademais, por intermédio dessas ações que consistem em doar terrenos públicos para a construção de templos religiosos, tanto evangélicos, como católicos, nota-se a ratificação do poder político que molda os espaços urbanos da cidade e a sociabilidade dos sujeitos que

ocupam. O evento, denominado “Capital da Fé”, é mais um dos elementos políticos que objetiva determinar qual religião deve predominar, isto é, qual religião deve ser hegemônica.

3.4 A política locacional dos monumentos religiosos

Dos monumentos descritos, acentua-se que quatro deles estão presentes na Praça dos Girassóis, local que possui visibilidade, acessibilidade e escala amplas, consideráveis. Para Corrêa (2018), as formas simbólicas espaciais são concebidas com o objetivo de fornecer mensagens direcionadas para grupos específicos. Nesse aspecto, para a instalação de monumentos em locais de ampla visibilidade, considera-se, entre outros fatores, a importância dada ao local; se este foi palco de uma alguma celebração histórica; se é um marco referencial; ou se “[...] é considerado adequado ou eficaz para a celebração, contestação ou memorialização, ou ainda [se] porque o local já é dotado de algum atributo simbólico que valorizaria os objetos simbólicos fixos [...] (CORRÊA, 2018, p. 228)”.

Além disso, tem-se em vista que esses monumentos foram edificadas e fixadas na referida Praça durante as gestões governamentais do primeiro governador, José Wilson Siqueira Campos, sendo que a Praça Católica Nossa Senhora de Fátima, foi a única construção religiosa construída após esse mando político. Outro lado acerca da presença dessas formas simbólicas em locais públicos trata-se de um entrave ideológico que perpassa o campo da laicidade e do lugar da religião no espaço urbano, ao pontuar-se sobre a presença de uma religião hegemônica nos espaços públicos da cidade de Palmas, qual seja: o catolicismo.

Nesse sentido, a mais nova capital do Brasil, com uma população de 302.692²² mil habitantes, soma um contingente de mais de 124 mil devotos ao catolicismo, sendo a religião com mais adeptos e predominante na capital do estado. Em segunda escala, acrescem-se os adeptos do evangelismo, somado quase 75 mil fiéis, de acordo com o último Censo de 2022²³.

A quantidade expressiva de religiosos, adeptos ao cristianismo, válida, pois, uma forte corrente simbólica que fora instaurada na cidade. Evidentemente, os símbolos do catolicismo foram instaurados de modo preeminente. Esse encadeamento no qual a religião impregna os espaços públicos fornece um amplo debate que busca determinar de modo efetivo a separação entre política e religião.

De certo, observa-se a normalidade com que esses símbolos foram amplamente aceitos pela comunidade geral. Símbolos que são reconhecidos, como a cruz, a bíblia e santuários

²² IBGE, Censo de 2022.

²³ IBGE. Censo – Amostra, Religião. 2010. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/palmas/pesquisa/23/22107?tipo=ranking&indicador=22423&ano=2010>.

Acesso em: 17 jul. 2022.

tiveram uma aceitação em torno dos significados e da relevância social que se normalizou. Dito isso, questiona-se a ausência de outros símbolos religiosos em espaços públicos para além das simbologias empregadas no cristianismo (no caso do Monumento à Bíblia). Em outros termos, será que a presença de monumentos religiosos de matriz africana seria amplamente aceita como estes? Ou melhor, teriam esses a fixação em locais privilegiados da cidade?

Nesse aspecto, os embates transcorrem nessa conjuntura que envolve, acima de tudo, o papel do Estado como uma instituição descentralizadora de decisões que possibilitam ou não a edificação de monumentos religiosos em espaços públicos da cidade. Atenta-se ao fato de que a presença de monumentos religiosos que aludem a uma única crença indica, de modo representativo, uma luta por espaços de poder, ao se considerar que a formação religiosa e a matriz cultural da nação brasileira, desde a colonização, estiveram calcadas no catolicismo.

Percebe-se que, “em algumas cidades onde o poder público construiu algum monumento, seja este alusivo à Bíblia, à imagem de Cristo, à Cruz, à Iemanjá, a Oxum, costuma haver reivindicação de outros grupos para a obtenção do mesmo direito de expor suas imagens” (SILVA, 2016, p. 160). Essas reivindicações colocam o plano do simbólico numa dimensão de luta espacial, isto é, os símbolos são reivindicados nos espaços da cidade para que se sobreponham ou mesmo aludem o poder religioso de crenças e grupos. De certo, essas representações podem determinar o grau da religiosidade de um determinado lugar, criando e estabelecendo itinerários simbólicos nos quais as práticas religiosas são concretizadas por celebrações, missas e encenações bíblicas, tal como ocorre na Praça do Santuário Católico Nossa Senhora de Fátima.

Segundo os estudos elaborados por Rosendahl (2012), Giumbelli (2014) e Corrêa (2018), a religião irrompe os espaços públicos da cidade e está presente no cotidiano dos cidadãos, seja em praças ou ruas, locais abertos ou fechados. Isso implica dizer que o sagrado e o religioso adquirem dimensões que vão além da religião, transcorrendo a esfera econômica e política. Nesse aspecto, poderíamos argumentar que a religião está fora do lugar, quer dizer, “está invadindo a esfera pública que deveria ser autônoma com relação às crenças (MONTERO, 2009, p. 8)”.

Acerca desses encadeamentos entre religião e política, Corrêa (2018) observa que é recorrente a prática de construir templos e esculturas religiosas que exaltem a importância atribuída à religião. Para isso, tem-se a escala dimensional como referencial de poder. O autor exemplifica esta ideia ao argumentar sobre a localização da Catedral Cristo Salvador, situada em Moscou – Rússia.

Este monumento foi construído rapidamente em 1990 e inaugurado em 1997, com sua construção impregnada com significados políticos, já que no mesmo local no qual se fixou já estiveram edificadas outros templos religiosos de cunho nitidamente político. Inicialmente, entre 1831 e 1881, o local abrigou o primeiro santuário consagrado a Cristo Salvador, erguido como símbolo vitorioso em consequência da retirada do exército de Napoleão do território Russo em 1812. Outro exemplo é que na mesma localização esteve situado o Convento de Santo Alexius (1360). No mesmo teor, no final de 1930 existiu o projeto do Palácio dos Soviets, tido por muitos como um projeto utópico e que se tornaria um monumento nacional, como símbolo da nova política instaurada; contaria com 495 metros de altura e ultrapassaria a medida da Torre Eiffel, de Paris, que possui 300 metros; contudo, tal Palácio nunca foi construído e, em seu lugar, foi instalada uma imensa piscina pública.

Dessa forma, ainda nessa discussão, e sob um novo período político construiu-se a Catedral Cristo Salvador, cujo “templo, monumento nacional pós-soviético, visava reafirmar a identidade religiosa do povo russo (CORRÊA, 2018, p. 255)”. Assim, por estar situado no mesmo ponto em que outrora já estiveram presentes outros templos, o monumento qualifica o espaço edificado numa perspectiva política e religiosa, criado como uma ação política para gerar sentimento religioso e representativo. Portanto, “templos, paisagens, política e identidade nacional e religiosa são, afinal de contas, faces da mesma realidade social e de seu movimento” (Ibidem, p. 255).

No Brasil, dentro desse debate locacional e escalar, a análise do monumento do Cristo Redentor é relevante. Situado no alto do Maciço da Tijuca, o monumento representa um forte símbolo religioso relacionado à identidade católica. Idealizado em 1920, esse monumento foi o resultado da proposta elaborada por um grupo de intelectuais católicos que objetivavam validar a visão do Brasil enquanto uma nação católica, sobretudo após a separação entre Estado e Igreja em 1890, pautada nos ideais positivistas da Primeira República. Para Corrêa (2018, p. 257), “a forma simbólica escolhida foi uma estátua representando Cristo Rei, uma devoção instituída pelo Papa Pio XI na década de 1920”.

Para a construção do Cristo, era necessário um local aberto, por isso o Maciço da Tijuca foi escolhido, aliado ao fato de que desde 1880 já havia uma curta estrada que lhe dava acesso. Ademais, observa-se que a escolha por um local visível resultou no objetivo almejado por meio da manifestação do monumento. Fica claro, então, que, entre outros objetivos, essa forma simbólica não só representou, mas também reafirmou a “República Católica” (CORRÊA, 2018, p. 257 apud GRINBERG, 1999).

Em concordância com os estudos realizados por Corrêa (2018), mencionam-se os apontamentos de Giumbelli (2014), para quem a inauguração do monumento do Cristo Redentor manifestou duas relações determinantes:

Como a consagração de Aparecida, a inauguração do monumento ocorreu no ano de 1931, na então capital da República. Sua construção iniciara em 1926, a partir de projetos cultivados desde 1921, no âmbito de um grupo de leigos católicos. A ideia é logo encampada pela hierarquia, cabendo a Sebastião Leme, que se tornaria, à frente da Arquidiocese carioca, a figura de referência do catolicismo brasileiro nas duas décadas seguintes, um protagonismo decisivo. Ou seja, **assim como Aparecida, o Cristo Redentor foi objeto de um claro incentivo eclesiástico**. A imagem está associada ao culto do Sagrado Coração de Jesus, devoção fortemente patrocinada pelo clero desde as últimas décadas do século XIX. **Como Aparecida, o Cristo Redentor foi saudado para “imperar” sobre o povo brasileiro. Como Aparecida ainda, o Cristo Redentor foi apresentado como representante da nação, mais apropriadamente do que qualquer outro ideal secular. A mensagem era clara: o Estado pretendia ser laico, mas a nação era católica** (GIUMBELLI, 2014, p. 29 grifo nosso).

Já Corrêa (2018) também pondera em torno de duas relações determinantes sobre esse monumento, de modo que:

No dia 12 de outubro de 1931, a estátua foi inaugurada. **A data é duplamente simbólica, sendo o dia do descobrimento da América e o dia dedicado a Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil**. A inauguração se fez à noite, com a cidade às escuras: da Itália o famoso inventor Marconi ligou as luzes que iluminaram a estátua, vista por toda cidade (CORRÊA, 2018, p. 257 grifo nosso).

A representatividade atribuída a este monumento fornece, assim, algumas ligações que podem ser verificadas no simbolismo, na data da inauguração, no período instalado e também na sua localização. O monumento instalado no alto de um morro tornou-se “um geossímbolo que identifica a cidade, tornando-se presente no cotidiano (ibidem p. 257)”. Caracteriza-se, entretanto, como uma referência de localização, já que sua implantação no mesmo dia em que é considerado o descobrimento da América e em que se celebra o dia de Nossa Senhora de Aparecida, consagrada como rainha do Brasil, possibilitou sua elevação como um dos principais monumentos do Brasil, reconhecido internacionalmente.

3.5 O estado é laico, mas a cidade não? Monumentos religiosos e laicidade

As relações entre espaço público e religião são dotadas de nuances que ultrapassam fronteiras, sendo diversos os estudos que envolvem o tema da laicidade do Estado, assunto tratado por meio de pontos de vistas comuns e conflitantes, a depender da ótica interpretativa. Do ponto de vista legal e nacional, vale observar que a atual Constituição Federal, de 1988,

impõe o princípio da laicidade do Estado brasileiro, insculpido em seu artigo 19, inciso I, que afirma que:

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:
I - Estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público; [...] (BRASIL, 1988).

Nesse sentido, ao debater-se sobre a legitimidade da religião no espaço público, é interessante traçar uma perspectiva histórica e jurídica do Brasil. Conforme relata Giumbelli (2008), o princípio da laicidade nasceu com a primeira Constituição republicana, a de 1891. Neste contexto, “rompe-se com o arranjo que oficializava e mantinha a Igreja Católica; o ensino é declarado leigo, os registros civis deixam de ser eclesiásticos, o casamento torna-se civil, os cemitérios são secularizados [...]” (GIUMBELLI, 2008, p.81 -82). Porém, interessante observar que “ao mesmo tempo, incorporam-se os princípios da liberdade religiosa e da igualdade dos grupos confessionais, o que daria legitimidade ao pluralismo espiritual” (GIUMBELLI, 2008, p. 82).

Contudo, pelo empenho dos líderes e representantes católicos, o princípio em tela foi suavizado pela Constituição de 1934, “na qual, por exemplo, o ensino religioso é permitido e o casamento religioso volta a ter validade civil” (GIUMBELLI, 2008, p. 82), com fundamento principalmente no pressuposto da colaboração, que até hoje se mantém no texto da atual Carta Magna. No entanto, como o autor citado infere, trata-se apenas da oficialização de um fato real, já que sempre houve essas aproximações entre religião e Estado.

Ainda nesse aspecto jurídico, nota-se como o Código Civil de 1916 (que vigorou de 1917 a 2003) conseguiu estabelecer a autonomia jurídica das associações religiosas, principalmente quanto à vida econômica destas, sem restrições específicas, com uma expectativa de autorregulação.

Em síntese, existe uma separação jurídica clara (ao menos constitucionalmente) entre os papéis do Estado e da religião/Igreja/cultos em sentido amplo, princípio este que é compartilhado com vários dos Estados contemporâneos, como o francês. No tocante à França, nesse sentido, tomam-se outros estudos de Giumbelli (2004), em que se debate com afincos a questão da relação entre religião e escolas (um espaço público, portanto cabível a análise), trazendo à tona um importante debate sobre os limites entre a atuação protetiva do Estado na esfera religiosa e a sua neutralidade.

O autor supracitado utiliza como fonte de pesquisa o relatório da Comissão sobre a Laicidade, de 2003, criada pela Presidência da República francesa para servir como

orientação de medidas públicas. Trata-se, portanto, da “configuração de um diagnóstico sobre a realidade atual levando em conta a presença da religião e seu tratamento na sociedade francesa” (GIUMBELLI, 2004, p. 49), composto por três pontos principais: pluralismo, desigualdade na presença pública de cada religião, e uma espécie de denúncia do “comunitarismo”.

Nesse contexto, o principal tema do relatório citado recai sobre o entendimento de laicidade. Assim, chama atenção a ideia embutida de neutralidade do Estado, pois, com base neste fundamento, duas medidas podem ser interpretadas de forma paradoxal: ora como aplicação da exigência de ordem pública; ora como o Estado sendo um fator direto de intervenção no campo religioso. Como exemplos, Giumbelli (2004, p. 51) traz a proposta do relatório de “criação de uma ‘escola nacional de estudos islâmicos’” e proposta de “inclusão de mais dois feriados no calendário nacional (correspondentes a datas sagradas no judaísmo e no islamismo)”.

O tema concernente às relações entre religião e escola pública na França adquire um papel acentuado porque a escola é um foco central de discussão no campo da religião. Um exemplo de polêmica nesse sentido foi o uso do véu por alunas muçulmanas em escolas públicas, suscitada desde 1989 (GIUMBELLI, 2004). Desta vez, “a Comissão sobre a Laicidade fez sua recomendação mais categórica a propósito exatamente dessa questão. Embora reconhecendo que a liberdade de consciência estava em jogo, a comissão tomou o partido da ordem pública” (GIUMBELLI, 2004, p. 49). Por isso, por recomendação dessa comissão, foi proposta uma lei que alterou o Código da Educação na França, promulgada em 2004, proibindo o porte de trajes e signos religiosos por alunos, o que gerou revolta e até sequestro de jornalistas franceses no Iraque, de tão sensível que é o tema (GIUMBELLI, 2004).

Quanto à questão do ensino religioso, um exemplo de polêmica no Brasil ajuda a compreender os contornos dessa relação entre espaço público e a esfera religiosa. A Constituição brasileira atual coloca como facultativa a matrícula desse ensino na fase de ensino fundamental, em seu art. 210, § 1º (BRASIL, 1988), com raiz histórica nas influências da Igreja Católica na sociedade (GIUMBELLI, 2004). Um exemplo discutido pelo autor é o que aconteceu nos anos 2000, com a aprovação e promulgação da Lei 3459/00, que colocava o conteúdo do ensino religioso no Rio de Janeiro a cargo de autoridades religiosas. A situação decorrente desta lei, um concurso realizado em 2004, escancarou uma desigualdade na distribuição das vagas também, já que a maioria era reservada a católicos (342), seguida de evangélicos (132), sobrando pouco espaço para as demais (26); sem contar o fato de que o

pertencimento religioso se provava com um credenciamento expedido pela respectiva autoridade religiosa (GIUMBELLI, 2004).

As reações a este caso, como era de se esperar, vieram de todos os lados, inclusive com uma movimentação legal pelo deputado carioca Carlos Minc, como relata Giumbelli (2004):

Minc juntou-se a outros parlamentares e propôs outro projeto de lei, finalmente aprovado em 2003 pela Assembleia Legislativa (PL 1840/2000). Nele, atribui-se ao Sistema Estadual de Ensino tanto a definição dos conteúdos curriculares, “ouvida entidade civil constituída pelas diferentes denominações religiosas”, quanto o estabelecimento das normas para a habilitação, a admissão e a capacitação dos professores. O texto, no entanto, foi vetado por Rosinha Garotinho e definitivamente arquivado em março de 2004 depois de a Assembleia Legislativa ter se resignado à decisão da governadora (GIUMBELLI, 2004, p. 54).

Percebe-se que a tentativa de retirar o poder concentrado das autoridades religiosas sobre os currículos da disciplina restou frustrada, o que demonstra a plena influência do cristianismo nas ações estatais, justificada pela necessidade de combater uma suposta crise de valores por meio de um moralismo. Assim, a separação entre Estado e Igreja demonstra-se repleta de contradições.

A alternativa ao caso carioca pode ser vista em São Paulo, no caso em que o Departamento de Pós-Graduação em História da Unicamp elaborou uma proposta que coloca o ensino das religiões “[...] como parte de um patrimônio cultural histórico coletivo e como constitutivas das identidades pessoais [...] discutir ‘valores’ e ‘princípios éticos’, estimulando-se a ‘tolerância ativa’ e a ‘compreensão do ‘outro’” (GIUMBELLI, 2004, p. 55). Isto é, o aprendizado objetivo das religiões, longe de subjetividades.

A abordagem desses imbróglios deu-se apenas para demonstrar que o debate que envolve religião e espaço público é realmente amplo, cheio de controvérsias. Como Giumbelli (2004, p. 52) sugere, os diagnósticos “oscilam entre os referenciais modernos de restrição do religioso e o reconhecimento da sua incontornabilidade atual”.

Agora no campo simbólico e cultural, crucial para a pesquisa que se desenvolve, também existe uma ampla discussão acerca da legitimidade da manutenção de objetos que fazem referência direta à religião, consideravelmente a católica, no espaço público brasileiro. Giumbelli (2011, p. 77), em seu artigo, dedica-se ao estudo das “polêmicas recentes sobre a legitimidade da presença de cruzeiros e crucifixos em recintos estatais”. A crítica principal feita pelos defensores da retirada é que a ostentação de símbolos religiosos em repartições públicas ofende o princípio da laicidade estatal, constitucionalmente assegurado. Por outro lado, os defensores da permanência afirmam que não existe proibição expressa ao uso dos símbolos e que estes são parte da tradição, da história brasileira, como se isso desse a eles legitimidade

por si só. Nesse aspecto, a entrevista 2, por exemplo, ressalta como em Palmas esses símbolos também estão presentes nas repartições públicas.

*[...] Dá pra notar com clareza uma influência cristã muito forte. Tanto na própria Praça dos Girassóis, né? Tem um monumento lá... o monumento à Bíblia [...] com uma carga cristã muito forte. **E até dentro dos edifícios a gente percebe, né? No Tribunal de Justiça mesmo... tem a sala de audiência, tem uma cruz na parede, né? Então, assim... é muito clara a influência cristã. E dá pra perceber, assim, que a gente tem uma influência cristã que, claramente... obviamente, você vê logo de cara** (Entrevistada 2, grifo nosso).*

O ápice contemporâneo dessa polêmica de símbolos religiosos no espaço público, nos estudos do citado autor, ocorreu em 2005, no Rio Grande do Sul, época em que “um juiz propôs, em um congresso estadual de magistrados, uma moção que sugeria a retirada do crucifixo e de outros símbolos religiosos das salas de audiência de tribunais gaúchos” (GIUMBELLI, 2011, p. 77). Porém, saiu perdedor, apesar da repercussão de sua proposta. Ato contínuo, em 2007 o CNJ se pronunciou pela presença dos objetos religiosos. Em 2009, também o Ministério Público Federal (MPF) em São Paulo tentou fazer valer os argumentos pela retirada dos símbolos religiosos em uma Ação Civil Pública, mas igualmente a justiça federal rejeitou.

Interessante observar que os símbolos principais visíveis em repartições públicas são símbolos cristãos. O cidadão Daniel Sottomaior, que provocou a atuação do CNJ e do MPF, argumentou principalmente que “a fim de proteger todas as religiões, o Estado não pode dar preeminência a uma, representada por símbolos apostos em prédios públicos” (GIUMBELLI, 2011, p. 80). A situação se complica, porém, quando a própria decisão da justiça federal quanto à Ação Civil Pública de 2009 tenta naturalizar a presença dos símbolos religiosos no espaço público e suavizar o seu significado, afirmando que “para os agnósticos ou que professam crença diferenciada, **aquele símbolo nada representa**, assemelhando-se a um quadro ou escultura, adereços decorativos” (GIUMBELLI, 2011, p. 81, grifo nosso).

Nas palavras de Vechiatti (2008, apud GIUMBELLI, 2011, p. 83), “a ostentação de símbolos religiosos em órgãos estatais implica inequívoca relação de aliança com a religião em questão”. Isto porque, de certa forma, há uma preferência estatal clara pela fé cristã, uma vez que não se esforça no sentido da neutralidade e na maioria das vezes os argumentos seguem o senso comum, utilizando uma visão enviesada da história como elemento justificador e imortalizador dessa relação entre Estado e Igreja, com destaque privilegiado às religiões cristãs.

Cabe considerar que a desigualdade no tratamento das religiões vem de há muito tempo. Como assente Mariano (2011):

A separação Igreja-Estado no Brasil, estabelecida com o advento da República, não pôs fim aos **privilégios católicos** e nem à **discriminação estatal religiosa** às demais crenças, práticas e organizações mágico-religiosas, sobretudo às do gradiente espírita. Neutralidade estatal zero em matéria religiosa. Mas a discriminação não restringiu-se de modo algum à atuação de agentes e instituições estatais. **Agentes públicos e privados, cada qual à sua maneira, discriminaram abertamente os cultos espíritas e afro-brasileiros** (MARIANO, 2011, p. 246, grifos nossos).

Nesse aspecto, Sottomaior (2009) e Sarmento (2008), citados por Giumbelli (2011, p. 86), argumentam: “o que é equivocada é a crença de que o papel do Direito seja o de avalizar e legitimar acriticamente as tradições existentes numa sociedade, por mais excludentes que elas sejam”. Em contrapartida, existem argumentos simplistas que dizem “Numa democracia, é a maioria que deve decidir os seus destinos. E a maioria acredita em Deus” (MARTINS, 2009a; MARTINS, 2009b apud GIUMBELLI, 2011, p. 86). É preciso, então, se repensar essa visão de democracia, porque não existe sociedade homogênea. Como arremata Sottomaior (2009, apud GIUMBELLI, 2011, p. 88): “A presença de símbolos religiosos em repartições públicas deixa claro quem tem o poder de estabelecer os símbolos, e a quem só resta aceitar os símbolos que não lhe dizem respeito”.

No caso tocantinense, a exemplo da capital, Palmas, são os monumentos religiosos que mais chamam atenção, ainda mais por ostentarem presença na maior praça não só da própria cidade, como da América Latina, e em lugares estratégicos da cidade. São eles: Praça Católica de Nossa Senhora de Fátima, Cruzeiro (1989), a Catedral Católica do Divino Espírito Santo (1994), Monumento à Bíblia (2000) e o Monumento Súplica dos Pioneiros (2002), praticamente todos fazendo referência a uma só fé, a católica, cristã, até no nome, e não por acaso, demonstrando que a relação entre Estado e religião continua viva. Parafraseando Lorea (2005, apud GIUMBELLI, 2011, p. 90), este panorama “reproduz, no plano simbólico, a aliança entre o Estado e a igreja [...] abolida com a Proclamação da República [...] Essa aliança não é apenas simbólica, traduz-se nas práticas do Poder Judiciário”. Neste raciocínio, basta recordar da improcedência da ação popular que questionava a doação pelo Estado do Tocantins de uma área na Praça dos Girassóis para a Catedral Católica, sinalizando “[...] para toda a sociedade que o Judiciário tem premissas jurídicas calcadas em uma fé específica” (LOREA, 2005, apud GIUMBELLI, 2011, p. 90).

3.6 Construindo o imaginário social: os monumentos religiosos no espaço público como símbolos identitários

A discussão sobre a presença dos monumentos religiosos sob o tecido urbano da cidade de Palmas mostra-se fundamental para se compreender a construção da hegemonia política dos grupos detentores do poder e, sobretudo, para se compreender como esses utilizaram do seu poderio para elaborarem símbolos, narrativas e monumentos que ratifiquem a identidade religiosa, política e para a fabricação de um imaginário social forjado a partir da edificação de formas simbólicas no espaço.

Nessa perspectiva, a cidade é vista como um campo de forças políticas em que o poder necessita ser organizado e os grupos políticos, legitimados. Essa legitimação se dá primeiramente no campo simbólico, por meio da construção de monumentos e da modificação da paisagem. Dessa forma, “os monumentos são poderosos meios de comunicar valores, crenças, utopias e de afirmar o poder daqueles que os construíram” (CORRÊA, 2013, p. 76).

De certo, a produção de monumentos religiosos nos atos iniciais da cidade de Palmas visava demarcar o território com princípios relacionados à fé cristã, visto que os símbolos do catolicismo, como o cruzeiro, a catedral e a própria Bíblia como um livro sagrado adotado pelas religiões cristãs possuem um forte potencial simbólico, “veiculadas pela tradição e pela herança” (GIL FILHO, 2012, p. 17), o que oportuniza a legitimação de discursos e de ações político-religiosas. Acerca dos monumentos religiosos, reitera-se que Brito (2010b, p. 81) argumenta que estes foram erguidos “no momento em que os principais veículos de comunicação propagavam Palmas como a capital evangélica do Brasil”.

Nas palavras de Gil Filho (2012), o homem tem a capacidade de impregnar o mundo conforme seus intentos. Assim, aqueles que dispõem do poder simbólico constroem espaços de representação que manifestam valores e desejos pessoais ou coletivos. É no espaço urbano que a relação entre homem e objeto se faz existente, suscitando-se, desse modo, o controle sob as alegorias fundamentadas no religioso e no político. Ora, as representações monumentais como construções que partem inicialmente do desejo político daquele que detém o poder são concebidas para ocasionar ligações entre os sujeitos e os objetos erguidos. Desse modo, têm-se os monumentos religiosos como representações coletivas. Conforme nos aponta Durkheim (1996, p. 16), “as representações religiosas são representações coletivas que exprimem realidades coletivas” e os símbolos religiosos mencionados constituem elementos do cotidiano social, o que faz com que, por isso, acabem sendo incontestavelmente acolhidos pela população.

Em complemento, pode-se argumentar em torno de uma geografia da religião, na qual o sagrado, as representações e os símbolos impregnam o espaço em busca da territorialização

da religião e, conseqüentemente, da formação de uma identidade religiosa. Neste intuito, para o planejamento da capital tocantinense, logo nos anos iniciais, as ações políticas visavam incutir no imaginário social um sentimento de pertença. A identidade religiosa foi, então, o primeiro discurso a ser difundido, tornando-a materializada e espacializada.

Nota-se que, entre os monumentos descritos no desenvolvimento dessa discussão, apenas a Praça Católica de Nossa Senhora de Fátima não foi edificada sob o governo de José Wilson Siqueira Campos, enquanto que os demais monumentos — o Cruzeiro (1989), a Catedral Católica do Divino Espírito Santo (1994), o Monumento à Bíblia (2000) e o monumento Súplica dos Pioneiros (2002) — foram erguidos sob o mando político do ex-governador, numa clara imposição de poder e, essencialmente, como tentativa de formar uma identidade religiosa, constituindo, por meio dessas formas simbólicas, aquilo que Rosendahl (2013) chamou de política espacial da Igreja Católica.

Diante do exposto, esses monumentos corroboraram para ratificar a crença e para afirmar a identidade religiosa, entendida como “uma construção histórico-cultural e socialmente reconhecível do sentimento de pertença religiosa” (GIL FILHO, 2012, p. 73) — principalmente do povo católico. Essa construção acontece por meio de uma memória individual ou coletiva, na qual a religião é materializada, representada, e que gera identificação no próprio grupo religioso e nos indivíduos.

Ainda nesse aspecto, em outros termos, “a identidade religiosa refere-se a uma imagem institucional necessária e demonstra a materialidade da religião e a representação pela qual o indivíduo e o grupo se identificam” (Ibidem, 2012, p. 73). O supracitado autor argumenta ainda que a formação da identidade religiosa está vinculada à transmissão do discurso religioso, como produto que perpassa tempo e espaço, isto é, que se determina a partir de certa historicidade e que, portanto, parte da própria materialidade histórica.

A identidade religiosa difundida pela cidade de Palmas é assentada pelo viés da introdução, isto é, é elaborada por grupos políticos e instituições dominantes que visam legitimar essa identidade. No caso do território brasileiro, por estar caracterizado como um território em que a instituição Igreja é dominante, interpreta-se que, por intervenção da “Igreja Católica Romana no Brasil, permitem-nos caracterizar a identidade religiosa católica como a identidade legitimada” (GIL FILHO, 2012, p. 74). Assim, tendo essa premissa de base identitária, as discussões voltadas para a compreensão do que é pertencer a um grupo religioso ou ter uma identidade religiosa podem ser asseguradas pelo suporte apontado.

Por conseguinte, religião e território constituem elementos chaves para a compreensão desse processo de formação identitária:

Atualmente, o território, impregnado de significados, símbolos e imagens, constitui dado segmento do espaço – via de regra delimitado – **que resulta da apropriação e do controle por parte de determinado agente social, um grupo humano, uma empresa ou uma instituição.** Na realidade, **o território é um importante instrumento da existência e da reprodução do agente social que o criou e o controla.** Apresenta, além do caráter político, um nítido caráter cultural, especialmente quando os agentes sociais são grupos étnicos, religiosos ou de outras identidades [...] o território religioso é, assim, dotado de estruturas específicas, incluindo um modo de distribuição espacial e de gestão de espaço (ROSENDAHL, 2013, p. 174, grifo nosso).

Em acréscimo, destaca-se que “o poder político de grupos nacionais e a religião podem estar interligados na construção de mitos de identidade nacional em cumplicidade com a comunidade, em sua busca de fortalecimento dos novos símbolos e signos” (ROSENDAHL, 2013, p. 172). Logo, é possível observar uma nítida demarcação religiosa na análise da edificação dos monumentos que foram erguidos durante o mando político do primeiro governador do estado, além de uma apropriação espacial com teor político. Com isso, enfatiza-se que tais ações até hoje garantem a perpetuação do controle simbólico e, essencialmente, da permanência do nome de Siqueira Campos como idealizador desses símbolos religiosos, que continuarão perdurando tanto no tempo como no espaço, constituindo, assim, uma fixação histórica para os que projetaram essas formas simbólicas.

Voltando-se à relação entre política e religião, pode-se aferir que “as relações de poder que se estabelecem no território remontam às mais antigas civilizações, nas quais a dimensão espacial já era reconhecida como instrumento de manutenção, conquista e exercício do poder” (ROSENDAHL, 2013, p. 175). Portanto, enquanto prática política, a edificação dos monumentos que expressam valores religiosos na cidade de Palmas, ramificam-se duas observações dignas de serem explicitadas.

A primeira gira em torno de uma política espacial que coloca o agente social planejador como um personagem de destaque, porque possibilita a instauração de formas simbólicas religiosas por meio das quais os grupos que se identificam e possuem a mesma crença também serão rememorados, por meio de discursos e práticas do idealizador desses monumentos. Já a segunda observação situa a Igreja Católica como uma instituição que conquistou um espaço de representação, fazendo com que as práticas religiosas e o controle hegemônico fossem instituídos sem nenhuma arbitrariedade visível, dado que tal poder foi cedido pelos grupos políticos.

Desse modo, essas práticas e a proeminência de monumentos que valorizam uma única crença vão de encontro com as análises realizadas por Rosendahal (2013, p. 176):

Territorialidade religiosa, por sua vez, significa o conjunto de práticas desenvolvidas por instituições ou grupos no sentido de controlar certo território, onde o efeito do poder do sagrado reflete uma identidade de fé e um sentimento de propriedade mútuo. A territorialidade é fortalecida pelas experiências religiosas coletivas e individuais que o grupo mantém no lugar sagrado e nos itinerários que constituem seu território. De fato, é pelo território que se encarna a relação simbólica que existe entre cultura e espaço.

Por conseguinte, as práticas investidas pelos detentores do poder, associadas a uma crença religiosa, lograram êxito no imaginário coletivo dos cidadãos logo nas primeiras décadas da criação da capital, resultado de uma estratégia política que interliga “religião e território, e a dimensão política do sagrado” (ROSENDAHL, 2013, p. 172). Com isso, a política territorial e o sentido simbólico dos monumentos expressam uma identidade religiosa que foi instaurada e que rapidamente houve representação e junção dessas formas simbólicas como o sentimento de pertença dos sujeitos. Dessa forma, o espaço público concebe a geração de uma extensa produção simbólica em que política e religião se imbricam para moldar o imaginário social e para urdir uma comunidade imaginada (ANDERSON, 2008)²⁴ que assimile e estabeleça os valores e significados em torno desses símbolos arquitetônicos.

Charaudeau (2018), por sua vez, trata da noção concernente ao discurso político e à formação de imaginários. Partindo da narrativa de que todo ato de discurso tem um propósito, o autor discorre sobre o discurso político concatenado ao imaginário social, uma vez que os monumentos são tidos como um texto em pedra e, portanto, suscetíveis de interpretação e análise. Pondera-se que os monumentos são como elementos petrificados do discurso político que opera no imaginário social. Ademais, para o referido autor, o imaginário faz parte da realidade social, construído a partir da imagem e das relações que o sujeito tem do mundo e no mundo. Assim, tem-se um universo de significados que são reescritos por símbolos que fornecem sentido à vivência humana no espaço. Portanto, “o imaginário é efetivamente uma imagem da realidade, mas imagem que interpreta a realidade, que a faz entrar em um universo de significações” (CHARAUDEAU, 2018, p. 203), ao passo que a produção do imaginário social em torno de alguma imagem do mundo exprime significados que possibilitam ao sujeito sensação de ser e pertencer a um determinado lugar, cultura, crença e identidade.

É assim que, enquanto conceito, o imaginário social é “um universo de significações fundador da identidade do grupo” (CHARAUDEAU, 2018, p. 203). Nesse aspecto, as

²⁴ Conforme o historiador Benedict Anderson (2008), uma comunidade imaginada é constituída por meio de práticas culturais, representações e símbolos elaborados por um grupo político ou ideológico hegemônico, que visa fornecer elementos identitários e classificatórios. Assim, os indivíduos criariam uma afinidade que possibilitaria a formação de laços sociais em uma sociedade imaginada, mediante a utilização de símbolos e práticas valorizadas.

relações e o envolvimento dos grupos sociais que dão sentido e, portanto, significado, para consolidar o entendimento a cerca de um imaginário comum. À vista disso, “um grupo é construído pela soma das relações que os indivíduos estabelecem entre si, relações que, ao se autorregularem, terminam por construir o universo de valor, portanto imaginários comuns” (Ibidem, p. 204).

É, pois, pelo estabelecimento das imbricações da relação do homem com o espaço que ocorre a formação de imaginários comuns, em que uma relação dicotômica está envolvida para dar significado às interações que são produzidas.

[...] O imaginário resulta de uma dupla interação: do homem com o mundo, do homem com o homem. No cruzamento dessa dupla interação, produzem-se implicações complexas em que os gestos, as pulsões, as práticas, os atos, as representações se misturam e se instruem mutuamente. Isso leva a pensar que os imaginários não são todos conscientes. Alguns podem ser racionalizados por discursos-textos que circulam nas instituições (escolas, constituições de Estados, religiões, justiça etc.), lugares de ensino desses imaginários com os fins identitários [...] (Ibidem, 2018, p. 205).

A simbologia cristã satura os monumentos religiosos e há, conforme apontado por Charaudeau (2018), uma consciência que envolve as relações que fornecem potencial para a elaboração do imaginário, principalmente quando estas estão envolvidas com uma instituição de poder, ou mais, uma consciência que se mostra pela petrificação de discursos-textos. Com isso, verifica-se que o propósito basilar que estabelece essa relação social, política e o imaginário é a formação identitária.

Em relação às imbricações entre espaço, política, imaginário social e símbolos, Carvalho (2017) realiza uma importante discussão voltada para a elaboração do imaginário social no período corresponde ao Brasil República. O referido autor argumenta que, para além dos discursos políticos, fez-se necessária a fabricação de alegorias, imagens e monumentos que pudessem impactar a população e construir, ou melhor, forjar uma identidade do brasileiro associada ao sentimento de pertencimento. Nessa perspectiva, destaca-se como “o imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias [...], elementos poderosos de projeção de interesses e aspirações” (CARVALHO, 2017, p. 11).

Neste caso, pondera-se que, enquanto um elemento do discurso político, seja ele governamental ou religioso, os monumentos que aludem aos símbolos católicos em Palmas recorrem ao imaginário da tradição, isto é, são reafirmados sob uma ótica histórica em que a longa duração da tradição católica sob o território brasileiro — que produziu representações, símbolos e discursos que perpassam a estrutura política-religiosa —, propicia o reconhecimento dessas formas simbólicas pelos sujeitos que residem na cidade tocantinense.

Portanto, o imaginário da tradição é reafirmado em proveito da ausência de identidades e de símbolos que necessitam ser criados e/ou inventados. Em torno disso, destaca-se que:

O imaginário da “tradição” é sustentado por discursos que se referem a um mundo longínquo no tempo [...] É então descrita a história da comunidade em questão, uma história às vezes inventada, mas necessária para estabelecer uma filiação com os ancestrais, com um território ou uma língua [...] Esses discursos reclamam para si uma verdade que exige uma busca espiritual de retorno a um estado primeiro, fundador de um destino (CHARAUDEAU, 2018, p. 211).

Foi, então, com a celebração da primeira missa em solo palmense, com a presença de inúmeros religiosos, e com a fixação do Cruzeiro, além do ato simbólico de soltar pombos brancos como um gesto ritualístico religioso que alude à paz, que se teve um evento traduzindo um ato concreto pela busca do estabelecimento de um imaginário da tradição. Logo, todos os elementos simbólicos situados na celebração da primeira missa fortificam esse intuito de relacionar o político e o religioso, além do de evocar uma identidade religiosa nos participantes da celebração.

Dessa forma, os outros monumentos religiosos, como o edifício da Catedral Católica, o Monumento à Bíblia, o Monumento Súplica dos Pioneiros e a Praça Católica Nossa Senhora de Fátima, reverberam simbolismos que são tradicionais, reconhecidos e, portanto, formadores de uma história social que perpassa o tempo presente. Assim, as ações que idealizam esses monumentos visaram monopolizar o discurso por meio de formas simbólicas, além de terem visado legitimar e perpetuar as ações políticas da entidade religiosa e de quem introduziu esses primeiros (GIL FILHO, 2012).

3.7 SISTEMATIZANDO ALGUNS PONTOS

As discussões iniciais apresentadas até aqui confirmam a assertiva proposta, de que o poder político articulou a produção simbólica de monumentos que reforçassem uma identidade religiosa. Dos cinco monumentos mencionados e analisados, isto é: o monumento o Cruzeiro; Monumento à Bíblia; Monumento Súplica dos Pioneiros; o edifício monumental da Catedral Católica do Divino Espírito Santo; e a Praça Católica da Nossa Senhora de Fátima; somente esta última, como observado, não está localizada no espaço simbólico da Praça dos Girassóis, lugar considerado a maior expressão política sob o comando do primeiro governador do estado, José Wilson Siqueira Campos, bem como apenas a Praça Católica não foi edificada durante a gestão política de Siqueira Campos.

Esses monumentos, portadores de potentes cargas simbólicas religiosas e, por vezes, políticas, se instauraram, como se observou, em espaços privilegiados da cidade. Nesse aspecto, verificou-se como a fixação de formas simbólicas está vinculada a uma política locacional, que visa, entre outros objetivos, que os monumentos erguidos sejam visíveis e facilmente acessíveis para a comunidade. Essa acessibilidade locacional desperta olhares e vislumbres que fazem dessas produções simbólicas ícones de demarcação geográfica no território, pois por meio delas há referências e estabelecimento de itinerários. Desse modo, os monumentos obtêm êxito em seus propósitos pretendidos, o de produzir significados e o de estabelecer relações de pertencimento e de identidade religiosa.

Além disso, a elaboração desses monumentos religiosos em um território novíssimo indica que as ações do primeiro governador durante seus mandatos políticos estavam baseadas na necessidade de se produzir símbolos que despertassem algum sentimento de pertencimento na nova cidade que acabava de se erguer. Não por acaso, o Cruzeiro é considerado o primeiro monumento erguido e marcado pela carga simbólica a ele relacionada e nele reconhecida. Com isso, também se observou que os símbolos religiosos da cidade de Palmas são atos políticos que afirmam a predominância de sujeitos do passado e a permanência desses mesmos sujeitos no devir da cidade. Essa continuidade com o passado garante que os atos políticos que promoveram a idealização dos monumentos religiosos estejam sempre vinculados a grupos políticos específicos. Portanto, tem-se uma hegemonia simbólica religiosa, construída e fixada para o futuro da cidade e para a memória de seus habitantes, associada principalmente aos atos de José Wilson Siqueira Campos.

Ressalta-se que, além desses monumentos instalados com a carga simbólica religiosa, outros monumentos de caráter cultural, identitário e político também foram construídos

durante o mandato do primeiro governador, em suas gestões políticas. Desse modo, diante deste panorama, e nos capítulos seguintes, as reflexões estarão voltadas para compreender outras formas simbólicas espaciais de Palmas, analisando-se as relações entrelaçadas a partir da construção dos monumentos e das relações produzidas por essas estruturas. Assim, visa-se, além de descrever, analisar os significados e os propósitos políticos que favoreceram a idealização desses monumentos, interpretar também esses ícones, com destaque para os grupos políticos que planejaram essas produções e para como estes estabeleceram uma hegemonia política a partir dos símbolos monumentais.

CAPÍTULO IV

CIDADE ARTEFATO: OS EDIFÍCIOS MONUMENTAIS DA CAPITAL TOCANTINENSE

“Tá vendo esse morrinho aí? Eu quero meu palácio em cima”.

— José Wilson Siqueira Campos

A escolha do centro geográfico do Estado para a construção da capital tocantinense foi uma iniciativa do primeiro governador José Wilson Siqueira Campos. Tido como o responsável por definir e ordenar a edificação dos primeiros edifícios públicos monumentais que sediarão os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário estaduais, bem como as secretarias do estado. Em 1988, Siqueira Campos já havia decidido sobre a localização da nova capital e, a partir disso, convidou o arquiteto Luiz Fernando Cruvinel para gerenciar a “Comissão Especial de Estudos da Nova Capital”. Cruvinel, por sua vez, associou-se ao arquiteto Walfredo Antunes Oliveira Filho para conduzir a comissão e planejar os próximos passos (PASTORE, 2012).

Conforme argumentado por Pastore (2012), a comissão técnica encarregada da avaliação da região para a instalação da capital executou uma primeira inspeção aérea, identificando quatro potenciais locais: Mangues, Carmo, Santa Luzia e Canela. Considerando os critérios de topografia, acessibilidade e disponibilidade de recursos hídricos, os sítios de Mangues e Canela emergiram como as opções preferenciais. Posteriormente, a comissão técnica inclinou-se para a seleção de Mangues. Entretanto, é relevante mencionar que o governador Siqueira Campos interveio no processo, solicitando que os arquitetos revissem sua decisão e optassem pelo local de Canela. Sua justificativa baseou-se em uma visão estratégica da futura zona urbana que se projetava na margem direita do rio Tocantins, situada aos pés da Serra do Lajeado e em frente à área alagada planejada da futura “Represa do Lajeado”, posteriormente denominada Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães.

Após a definição da área, deu-se início ao processo de construção da capital, sendo que, houve como prioridade a edificação dos primeiros edifícios públicos monumentais que abrigariam os poderes estaduais, a saber: o Palácio Araguaia (1990), renomeado para Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos em 2023²⁵, sede do Executivo estadual; o

²⁵ A Lei nº 4.201/2023, que homenageia o ex-governador José Wilson Siqueira Campos ao mudar o nome do Palácio Araguaia para Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, foi sancionada pelos 24 deputados estaduais e já entrou em vigor, conforme publicação no Diário Oficial do Estado em 20 de julho de 2023.

Palácio Feliciano Machado Braga (1990), sede do Judiciário estadual; o Palácio João D’Abreu (1990), sede do Legislativo estadual; e as secretarias do estado.

Portanto, este capítulo tem como objetivo descrever os principais edifícios monumentais da capital tocantinense, considerando a localização e a escala, a função simbólica desses edifícios, além do impacto desses na configuração da cidade, que se transfigura como um artefato.

Para isso, o capítulo está dividido em quatro tópicos. No primeiro, descrevem-se os edifícios públicos monumentais, sua localização e o simbolismo associado a eles. No segundo, discute-se a relação entre a política locacional dos monumentos e a idealização do primeiro governador sobre essas formas simbólicas. No terceiro, apresentam-se as modificações ocorridas na capital após o falecimento do ex-governador José Wilson Siqueira Campos e como isso afetou a alteração e a nomenclatura de edifícios públicos. Por fim, no quarto, são feitas algumas considerações sobre o futuro da cidade e como esses monumentos foram projetados para perpetuar as ações governamentais de Siqueira Campos, relacionando os elementos simbólicos e ícones consagrados como elementos definidores de identidade territorial e cultural.

4.1 Edifícios públicos monumentais de Palmas

O Museu Palacinho e o Palácio Araguaia

Como já apontado, anteriormente, após a criação do estado do Tocantins e com a decisão do planejamento de uma nova capital, a cidade de Miracema foi sede do governo de modo provisório. Esse cenário se modificou rapidamente quando a sede foi transferida para Palmas. Enquanto ocorria a construção dos edifícios governamentais, o governo necessitou de um local temporário para gerir o estado que acabara de se criar. Desse modo, o Museu Histórico do Tocantins, também denominado Museu Palacinho (Figura 17), foi o primeiro edifício monumental erguido na capital tocantinense, sendo a primeira estrutura governamental desta nova unidade federativa. Sua edificação ocorreu em 1989 e, entre 1990 e 1991, abrigou a sede do governo estadual, além da Casa Civil e da Casa Militar. Acerca deste primeiro edifício monumental, apresenta-se a narrativa do entrevistado 5 e a entrevistada 8, para quem essa forma simbólica representa, em certa medida, um elemento definidor da identidade cultural de Palmas.

[...] Eu considero um patrimônio. Eu acho o Palacinho interessante. [...] Acho o Palacinho muito interessante. É o primeiro, né? Eu acho muito interessante ele. Eu

acho que... Bom, não é que ele é... Ah, meu Deus!!! Mas acho interessante. De madeira, né? Bonitinho. Muito legal (Entrevistado 5, grifo nosso).

[...] eu vou citar o Palacinho. Elas chegam lá... [...] elas... olha, elas reconhecem, e eu percebo uma aceitação. **Olha, isso aqui é o primeiro monumento edificado, o primeiro prédio edificado de Palmas. Foi a primeira sede do governo na nova capital do Tocantins. E elas reconhecem, e há uma aceitação [...]** (Entrevistada 8, grifo nosso).

Figura 17 - Palmas. Museu Histórico do Tocantins – Palacinho



Fonte: Museu Palacinho, 2021.

Conforme Anjos (2017, p. 84), o Museu Palacinho:

[...] construído em 1989 e, devido à antecipação da transferência da Capital provisória para a definitiva, Palmas, fora adaptado para sediar a administração de governo até a conclusão das obras do Palácio Araguaia. Assim, de 1º de janeiro de 1990 a 9 de março de 1991, sediou a Casa Civil e C. Militar, as secretarias de Estado do Interior, da Comunicação e da Agricultura, além de residência oficial do governador. Em 1992, pela Lei nº 431, fora tombado e integrado ao Patrimônio Histórico e Cultural do Estado pelo Governo de Estado. Em 18 de março de 2002, fora transformado em museu. Entre janeiro de 2009 e março de 2010 foi restaurado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan. Uma curiosidade é que na Lei Estadual nº 431 de 28 de julho de 1992 há o tombamento de outros prédios que abrigaram provisoriamente os poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, na cidade de Miracema, além do “barracão de palha” [Lei nº 431, de 28 de julho de 1992], no qual fora realizada a primeira reunião com o povoado do Canela para a construção de Palmas, mas esse último tombamento foi revogado pela Lei Estadual nº 1.171 de 02 de agosto de 2000.

É relevante mencionar que, além do Museu Histórico do Tocantins, há outros edifícios tombados na localidade de Palmas. Entre eles está a Casa Suçuapara (Figura 18), situada no

Parque Cesarmar, com uma área construída de aproximadamente 219,64 m². Sua edificação precede a fundação de Palmas, remontando ao ano de 1987, quando foi concebida como sede da Fazenda Triângulo. O projeto arquitetônico foi idealizado por Jaime Batista Pereira para seu filho, Batista Pereira. O tombamento desse edifício ocorreu nos anos 2000 de modo provisório e em 2005 de forma definitiva, a partir do Decreto nº 67, de 16 de março de 2005 (PALMAS, 2010). Atualmente, a Casa Suçuapara abriga um pequeno museu com exposição de imagens e objetos que remetem à construção da capital.

Figura 18 - Palmas. Edifício da Casa Suçuapara



Fonte: Fundação Cultural de Palmas, 2023.

Ademais, após a conclusão dos edifícios oficiais e permanentes, a sede do Executivo estadual passou a ser o Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos (Figura 19), edifício monumental localizado na Praça dos Girassóis, junto com outras construções simbólicas do estado. É importante destacar que, no projeto da capital, elaborado pelo GrupoQuatro e coordenado pelos arquitetos Walfredo Antunes e Luiz Fernando Cruvinel, a previsão da sede do Executivo era situá-la no cruzamento das principais avenidas da cidade: a Avenida Teotônio Segurado e a Avenida Juscelino Kubitschek, que Reis (2011, p. 75) considerou como “eixos em forma de cruz”.

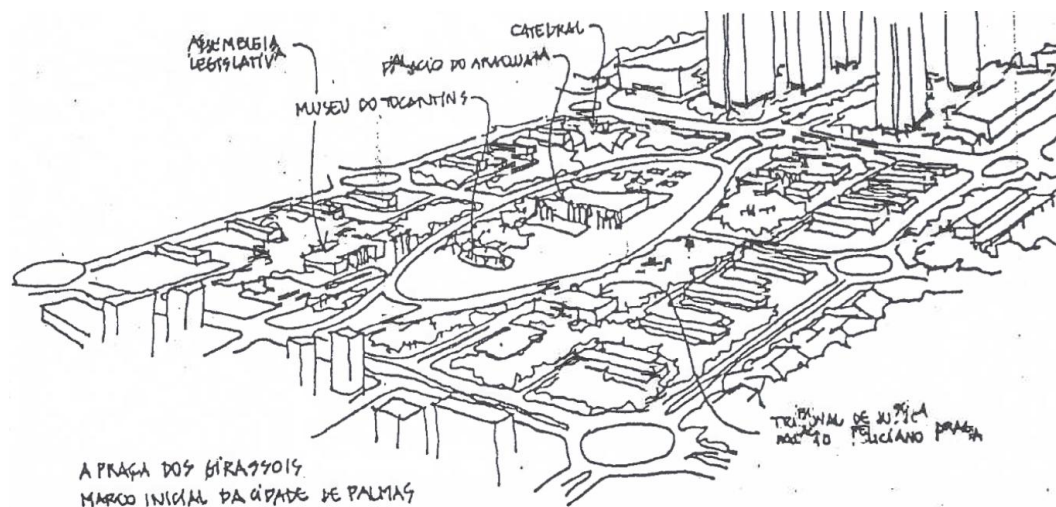
Figura 19 - Palmas. Edifício Monumental do Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos



Fonte: Márcio Vieira/Secom

Essas avenidas foram projetadas como parte essencial do sistema viário da capital. Inicialmente, no plano urbanístico, a Avenida Juscelino Kubitschek contornaria o Palácio Araguaia, mas essa configuração mudou em 1998, quando a Praça dos Girassóis passou por reformas que eliminaram a rotatória interna de circulação e, conseqüentemente, interromperam o cruzamento das avenidas Teotônio Segurado e Juscelino Kubitschek. Para Reis (2011, p. 139), a eliminação da rotatória elíptica de circulação da Avenida Teotônio Segurado “foi interrompida [...], pois o prédio estava muito próximo da movimentada avenida e esta conformação gerava vulnerabilidade e possibilitava reivindicações e manifestações públicas indesejadas” (REIS, 2011, p. 139) (Figura 20).

Figura 20 - Palmas. construção do Palácio Araguaia no centro da rotatória elíptica, retirada em 1998



Fonte: GrupoQuatro, 1989a.

Pode-se considerar que o edifício monumental da sede do Executivo estadual é o principal monumento erguido no espaço simbólico da Praça dos Girassóis, pela sua função simbólica, monumentalidade e visibilidade. Situado no centro da Praça, em relevo superior por determinação do primeiro governador, o palácio deveria ser visto pelos quatro cantos da cidade. Autores como Reis (2011), Anjos (2017) e os próprios arquitetos do projeto, Alfredo Antunes e Luiz Fernando Cruvinel, afirmam que Siqueira Campos interferiu na localização do Palácio Araguaia, exigindo que este fosse construído “no topo daquele morro”, parte, portanto, mais elevada do espaço. Para Junior (2008), a elevação do terreno onde se situa a sede do Executivo estadual evidencia a sua importância como o principal órgão do poder estadual, que se impõe sobre as demais partes da cidade, como se exercesse uma vigilância constante. Anjos (2017, p. 137) considera que:

[...] que, para além de deliberações estéticas, a construção de Palmas a partir do Palácio Araguaia é, sobretudo, uma questão política. Assim, pode-se inferir que a escolha para edificação do Palácio Araguaia está localizada, previamente, no centro de um espaço urbano que ainda seria construído e detém poder político, estético e simbólico (ANJOS, 2017, p. 137).

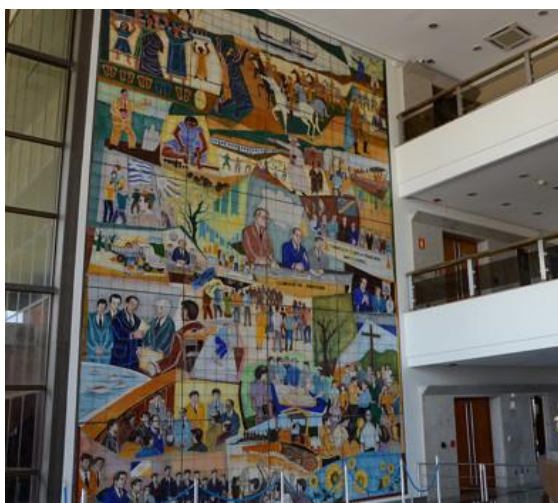
O edifício do Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, além de possuir ampla visibilidade para quem perpassa pelas duas principais avenidas da cidade, também dispõe de escala e acessibilidade amplas, como já apontadas. O Palácio do Araguaia, projetado pelos arquitetos Maria Luci da Costa e Ernani Vilela, apresenta grandes arcos na entrada principal, nas laterais e na saída do edifício, que fazem referência à estrutura da Igreja Nossa Senhora dos Pretos, situada em Natividade, TO. Além disso, na parte superior do

edifício, há um conjunto de 144 placas que compõem o monumento denominado por as Frisas. Acerca desse edifício monumental, Cavalcante (2003, p. 44) argumenta que:

No Palácio do Araguaia – primeira construção pública do Governo do Tocantins, e expressão concreta do autogoverno do Norte goiano –, parte do discurso está transcrito em marco de concreto, em posição de destaque, logo à frente do edifício, sacralizada como monumento simbólico, como uma ponte que intersecciona o tempo histórico dos anos 20 do século XIX à década de 80 do século XX, e como um testamento para novas gerações [...].

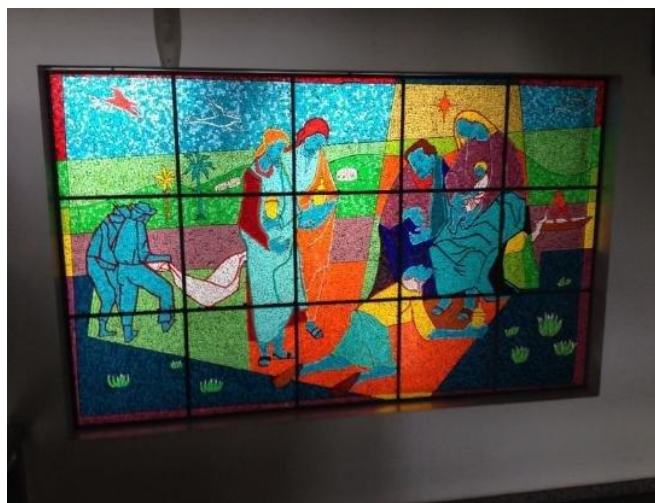
No interior do Palácio, encontram-se: a Rosa dos Ventos, que representa o centro geodésico do Brasil²⁶, situado no Hall de entrada do Palácio; além dos imponentes painéis de lutas e conquistas instalados em 18 de março de 2002 e em outubro de 2002 respectivamente — estes que narram a história do Tocantins, outrora parte do antigo norte goiano; bem como vitrais com temática religiosa católica que representam “a visita dos três reis magos ao menino Jesus e o Batismo no Rio Jordão” (TOCANTINS, 2013, p.10) (Figuras 21 e 22).

Figura 21 - Palmas. Palácio Araguaia: Painel de Lutas



Fonte: Washington Luiz/Governo do Tocantins, 2021.

Figura 22 - Palmas. Palácio Araguaia: Vitrais religiosos



Fonte: SECOM, 2019.

É relevante mencionar que, acima do monumento frisas, localizado na fachada superior do edifício, está o brasão do Estado do Tocantins. O Palácio do Araguaia possuía

²⁶ A narrativa de que a cidade de Palmas e, consequentemente, a Praça dos Girassóis, são o centro geodésico do Brasil não é uma afirmação científica; no entanto, tal fato foi amplamente divulgado durante as gestões do primeiro governador do Estado. O monumento que representa o centro do Brasil é, portanto, mais um elemento para reforçar o poder territorial dessa nova unidade federativa. Assim, o centro geodésico e a rosa dos ventos podem ser interpretados como um marco histórico no estado do Tocantins e em sua capital, considerando a centralidade geográfica de Palmas em relação às outras capitais do Brasil, mas não como um fato cientificamente comprovado.

também os frontispícios, duas grandes esferas douradas na parte superior do edifício, feitas pelo artista Maurício Bentes e chamadas popularmente de “bolas de Siqueira”, que foram removidas em outubro de 2006 (Figuras 23, 24 e 25) (SILVA, 2010).

Anjos (2019) faz alguns comentários sobre os frontispícios. As esferas foram instaladas a partir dos anos 2000 e inauguradas em 2002, na terceira gestão do governador José Wilson Siqueira Campos. Em outubro de 2006, as esferas foram removidas da fachada principal do Palácio Araguaia na gestão do ex-governador Marcelo de Carvalho Miranda. A remoção do monumento provocou insatisfação de parte da população e de políticos, resultando em uma ação no Ministério Público do Estado. Conforme Anjos (2019, p. 264), a ação foi protocolada pela “ex-presidente da Funcult, Kátia Rocha, que pedia uma justificativa para a retirada dos frontispícios do Palácio Araguaia e que não se removesse nenhum outro monumento da Praça dos Girassóis”.

É importante enfatizar que as autoridades governamentais não apresentaram qualquer justificativa documentada para a remoção dos frontispícios, o que suscitou significativa insatisfação pública. Em data de 29 de janeiro de 2010, o periódico “Conexão Tocantins”²⁷ veiculou uma nota informativa que relatava a redescoberta das esferas ornamentais anteriormente instalados no Palácio Araguaia. O mencionado artigo esclareceu que as duas esferas metálicas, retiradas de sua localização original em 2006, permaneceram desaparecidas até aquele momento, sendo eventualmente localizadas em uma residência de madeira.

²⁷ Frontispícios que adornavam o Palácio Araguaia são encontrados. Disponível em: <https://conexaoto.com.br/2010/01/29/frontispicios-que-adornavam-o-palacio-araguaia-sao-encontrados> Acesso em: 18 set. 2023.

Figura 23 - Palmas. Palácio Araguaia com os Frontispícios



Fonte: João Di Pietro, 2011.

Figura 24 - Palmas. Palácio Araguaia com os Frontispícios iluminados, vista lateral



Figura 25 - Palmas. Palácio Araguaia com os Frontispícios iluminados, vista frontal



Fonte: Tocantins no Ar, 2023.

Cumprе ressaltar que a busca por esses monumentos foi conduzida pela Casa Militar, resultando na localização de fragmentos de metal distribuídos em dois compartimentos distintos. Contudo, o processo de identificação das partes que compunham os frontispícios revelou-se ineficaz, deixando uma incerteza quanto à reconstrução completa das estruturas ornamentais. É importante notar que a matéria jornalística salientou que a desmontagem das esferas ocorreu sem a devida observância das práticas de conservação e manuseio apropriadas.

Sobre a retirada de monumentos, a pesquisadora Giselle Beiguelman discute o impacto dessas ações como uma forma de apagar memórias. Desse modo, circunscreve que “ao mudar de lugar, os monumentos perdem a escala e, em diversos casos, perdem também sua carga simbólica, seja naquilo que representam oficialmente, seja mais cognitivamente, do ponto de vista afetivo e como referência do sujeito no espaço urbano” (BEIGUELMAN, 2020, p. 16).

No contexto dos frontispícios, torna-se clara a manifestação de uma disputa política pela representação, por simbolismo e por controle do espaço. Enquanto uma administração governamental instala monumentos durante seu mandato com o propósito de eternizar seus feitos, outra gestão subsequente, por sua vez, opta por retirá-los, destruí-los ou ocultá-los, engendrando, assim, uma reinterpretação do espaço simbólico. Essas deslocções de monumentos efetivamente resultam em um tipo de “exílio” da memória ou na implantação de políticas de obliteração intencional.

Nesse contexto, monumentos que são removidos e abandonados, como as esferas douradas, acabam por se tornar verdadeiros “monumentos sem-teto”, ou seja, desprovidos de um local de exposição acessível e visível, relegados a depósitos que se assemelham mais a áreas de descarte. Essa prática de conceber monumentos e colocá-los em espaços públicos, bem como a decisão de removê-los, está intrinsecamente vinculada ao discurso de poder, o qual dita “o que é permitido ser visto e o que pode ser dito sobre aquilo que é visto”, implicando, por conseguinte, o controle sobre o direito à memória do espaço público (BEIGUELMAN, 2020, p. 16).

Em substituição aos Frontispícios, instalou-se o Brasão de Armas do Estado do Tocantins²⁸. A obra é de autoria do artista Gilberto França (Figura 26) sendo que o brasão da entrada norte foi fixado em setembro de 2011, após quase cinco anos em que a fachada ficou vazia; e o brasão da entrada sul em maio de 2012. Confeccionados em fibra de vidro e ferro, cada brasão mede 5,50 metros e está a 14 metros do solo. Além desses monumentos fixados na parte superior do Palácio, o brasão também está presente no piso institucional da Praça dos

²⁸ O Brasão de Armas foi concebido em 1989 pelo heraldista José Luiz de Moura Pereira e possui diversos elementos simbólicos que representam o Estado do Tocantins. O sol presente no brasão simboliza o Estado nascente, denotando sua promissora e fecunda ascensão. Os traços brancos presentes no brasão representam a paz divina que impera na terra tocaninense. A cor amarela é uma referência ao solo rico do Tocantins. As faixas azuis, orientadas para cima, simbolizam os rios Araguaia e Tocantins, importantes recursos naturais da região. A estrela de cinco pontas no brasão representa a condição do Estado do Tocantins como parte integrante da Federação Brasileira. A coroa de louros presente no brasão é um reconhecimento ao valor dos tocaninenses que transformaram o sonho de autonomia em uma realidade. No brasão, também está gravada a data “1 DE JAN 1989”, marcando o momento em que o Estado do Tocantins foi efetivamente estabelecido. Além disso, em língua Tupi-Guarani, encontra-se a frase “CO YVE ORE RETAMA”, que se traduz como “Esta terra é nossa,” destacando a importância histórica e a identidade do território tocaninense (TOCANTINS, 2013).

Girassóis, na entrada sul da sede do Executivo estadual, medindo 29 metros de altura por 21 metros de largura (Figura 27) (TOCANTINS, 2013).

Figura 26 - Palmas: Brasão de Armas fixado acima da fachada do Palácio Araguaia



Fonte: SECOM, 2019.

Figura 27 - Palmas: Brasão de Armas do Estado no piso institucional da Praça



Fonte: SECOM, 2019.

Entre os monumentos que também foram removidos²⁹, destaca-se o Monumento à Lua Crescente (Figuras 28 e 29), edificado durante o governo de Moisés Nogueira Avelino e removido³⁰ em 1995, quando José Wilson Siqueira Campos foi eleito para seu segundo mandato como governador do Estado. De acordo Anjos (2017, p. 147), “o monumento foi inaugurado em 1991, quando o [então] presidente Fernando Affonso Collor de Melo visita o Tocantins pela segunda vez e, na ocasião, também recebe a comenda de Ordem de Mérito – Grã-Cruz”.

²⁹ Salienta-se que em 2015 foi instalado na Avenida Teotônio Segurado o Monumento União e Força, que possuía 15 metros de altura e 5 metros de largura, criado pelo engenheiro Hebert Veras. O monumento era composto por um círculo e uma lança e foi instalado para homenagear a primeira edição dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas. Contudo, este monumento também foi removido da cidade em 2017, dois anos após sua fixação (PALMAS, 2015; BONATTO, 2019).

³⁰ “Na gestão do governador Moisés Avelino, foi instalado o monumento à lua crescente, caracterizado pelo entrelaçamento de três meias-luas, evocando o conceito holístico, bastante comum à população... O monumento foi retirado, então, pelo governador Siqueira Campos, porque foi implantado quando o ex-presidente Fernando Collor de Mello esteve aqui, mas depois que ele caiu associaram a lua ao C de Collor e derrubaram o monumento” (SILVA, 2010, p. 69 -70, grifo nosso).

Figura 28 - Palmas. Morador do Povoado do Canela com sua viola de Buriti, sentado no Monumento à Lua Crescente



Fonte: Casa da Cultura de Palmas, 2023.

Figura 29 - Palmas. Monumento à Lua Crescente retirado da Praça dos Girassóis



Fonte: Anjos, 2017.

4.2 O Monumento as Frisas

O monumento em questão, composto por um total de 144 placas, se sobressai como a obra com o maior número de peças entre todas as localizadas na Praça dos Girassóis. Essas placas têm a função de narrar a história abrangente do estado do Tocantins, desde períodos geológicos até os eventos que culminaram na realização da primeira missa que marcou a implantação da capital tocantinense.

As placas, conhecidas como frisas, são criações do renomado artista plástico Maurício Bentes. Elas foram elaboradas com resina reforçada com fibra de vidro, o que resulta em figuras esculpidas em alto relevo. As dimensões das peças são variadas, sendo a maioria delas com medidas de 2 metros de comprimento e 2,60 metros de altura. No entanto, é importante destacar que o acervo também inclui placas mais extensas, com mais de 4 metros de comprimento e 1,15 metros de altura. A disposição das placas segue uma ordem cronológica cuidadosa, começando no pórtico central da entrada norte e seguindo à direita, circundando todo o Palácio. Das 144 peças, cinquenta e seis delas retratam cenas históricas que abrangem desde a chegada dos exploradores europeus até o processo de catequização dos povos indígenas, além da expansão da pecuária, da exploração do ouro, da vida nos arraiais, das lutas políticas, dos conflitos armados e outras importantes transformações que moldaram o território tocantinense ao longo da história (TOCANTINS, 2013). O entrevistado 3 nos relata

sua percepção sobre esse monumento. Para ele, Siqueira Campos realizou um resgate histórico de todos os personagens que contribuíram para a autonomia territorial do Tocantins.

*[...] Siqueira Campos foi inteligente ao resgatar essas figuras históricas que lutaram pela autonomia do estado. Ele fez com que todos fossem representados na capital. O Teotônio Segurado está na principal avenida, o Brigadeiro Ulisses Rodrigues deu nome ao aeroporto de Palmas, e o Feliciano Machado Braga está retratado no painel das conquistas no Palácio Araguaia. **Esse painel simboliza a história do Tocantins no período republicano, enquanto o painel das lutas retrata a história da região durante as épocas colonial e imperial** (Entrevistado 3), grifo nosso).*

Chama atenção o número de placas que fazem alusão ao primeiro governador do Estado e suas realizações em prol da emancipação do Tocantins. Das 144 frisas dispostas no monumento, José Wilson Siqueira Campos é representado em pelo menos 11 delas. Em uma dessas placas, há uma referência a um momento específico da vida de Siqueira e de sua família: a chegada deles à Vila de Colinas de Goiás, no Município de Tupiratins – GO, em 10 de julho de 1963. Nesse contexto, a placa descreve como Siqueira chegou acompanhado de sua esposa, Dona Aurenny, e seus filhos, José Wilson, José Eduardo, Regina, Stela, Thelma e Ulemá, transportando sua mudança na carroceria de um caminhão (Figuras 30 e 31) (VILLAS BOAS, 2002).

Figura 30 - Palmas. Frisas retratando a chegada de Siqueira Campos à Vila de Colinas de Goiás, município de Tupiratins – GO, 1963; e Siqueira Campos eleito em 03 de outubro de 1965, sendo o vereador mais votado



Fonte: Acervo Pessoal, Rivair Tavares de Moraes, 2021

Figura 31 - Palmas. Frisas, retratando cena histórica, faz alusão aos vultos tocantinenses, a exemplo do ouvidor Theotônio Segurado que está recostado sobre a cabeceira da cama onde repousa Siqueira Campos, no momento em que o mesmo faz greve de fome



Fonte: Acervo Pessoal, Rivair Tavares de Moraes, 2021.

Essa placa em particular guarda uma notável semelhança com o monumento conhecido como “Súplica dos Pioneiros”, uma vez que ambos representam o exato número de filhos do primeiro governador do Estado quando chegaram à cidade de Colinas, em Goiás. Essas representações, moldadas em placas de resina e fibra de vidro, corroboram a ideia de que o monumento “Súplica dos Pioneiros” e as frisas mencionadas aqui descrevem a trajetória tanto política quanto pessoal de José Wilson Siqueira Campos.

Nesse sentido, é importante destacar que, quando as frisas foram concebidas, a nova capital ainda estava em processo de desenvolvimento territorial. No que diz respeito a monumentos que retratam figuras políticas, Corrêa (2018) argumenta que essas construções são elaboradas com base em um projeto ideológico, e, portanto, têm uma dimensão política. Dessa maneira, ao representar personagens reais ou fictícios como formas simbólicas espaciais, cria-se a possibilidade de que esses personagens sejam percebidos como “pais fundadores” ou heróis que personificam atributos pelos quais todos devem se guiar. Em um curto espaço de tempo, esses símbolos passam a representar ideais regionais, que podem ser disseminados por meio do discurso e da simbologia.

Além das frisas que retratam a trajetória de José Wilson Siqueira Campos, existem também placas que fazem referência a diferentes aspectos históricos e culturais do território tocantinense. Estas incluem representações de fósseis de animais, remetendo ao período geológico da região, bem como as expedições portuguesas que adentraram o território do

norte goiano. Além disso, as placas abordam a miscigenação entre os povos colonizadores e indígenas, as missões religiosas lideradas pelo padre capuchinho francês Yves d'Evreux, que tinham como objetivo catequizar os indígenas locais. Outros elementos representados nas placas incluem o ciclo da mineração, a presença de negros escravizados na região e figuras, como o escravocrata Bartolomeu Bueno da Silva, conhecido como o Anhanguera, e Joaquim Teotônio Segurado, que inicialmente ocupou o cargo de Ouvidor-Geral da Capitania de Goiás na antiga capital, Vila Boa (Goiás Velho), e posteriormente tornou-se Desembargador da Comarca de Goiás, entre outros (SILVA, 1996; VILLABOAS, 2002) (Quadro 1).

Quadro 1 - Palácio Araguaia. Monumentos Frisas – Placas principais e suas representações mais notórias

PERSONAGENS RETRATADOS	QUANTIDADE DE PLACAS (FRISAS)
Escravizados	2
A Era Mesozoica	2
Ícones Religiosos	6
Invasores Europeus	4
Indígenas	6
José Wilson Siqueira Campos	11
Outros personagens	30

4.3 O Tribunal de Justiça, Assembleia Legislativa e as Secretarias do Estado

Na Praça dos Girassóis, há ainda outros edifícios monumentais. Entre eles, destacam-se o Tribunal de Justiça — Palácio da Justiça Rio Tocantins (Poder Judiciário estadual) (Figura 33); a Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins — Palácio Deputado João D'Abreu (Poder Legislativo estadual) (Figura 32); e os doze edifícios das secretarias do Estado, sendo elas: Secretaria do Planejamento; Secretaria do Esporte, Lazer e Juventude; Secretaria de Cidadania e Justiça e a Secretaria do Meio Ambiente no mesmo edifício; Secretaria da Fazenda; Secretaria da Administração; Secretaria da Educação; Secretaria da Saúde; Secretaria da Segurança Pública; Secretaria da Comunicação Social; Secretaria da Cultura; Secretaria do Estado do Trabalho e Desenvolvimento; e o edifício da Procuradoria Geral do Estado.

Figura 32 - Palmas. Edifício Monumental do Palácio Deputado João D’Abreu



Fonte: SECOM, 2023.

Figura 33 - Edifício Monumental do Palácio da Justiça Rio Tocantins



Fonte: SECOM, 2023.

Sobre essas construções monumentais erguidas no mesmo local simbólico, elas ostentam uma representatividade vinculada ao poder estadual, conferindo, assim, à Praça dos Girassóis o status de Praça dos Poderes. Essas manifestações arquitetônicas guardam notável semelhança com a organização espacial observada na Praça dos Três Poderes, localizada na capital federal, Brasília.

De maneira análoga à configuração em Brasília, os edifícios governamentais da República se encontram situados em um espaço simbólico unificado, exemplificado pelo Palácio do Planalto (Executivo), pelo Congresso Nacional (Legislativo) e pelo Supremo

Tribunal Federal (Judiciário). Na concepção de Reis (2011, p. 77), os edifícios idealizados na primeira gestão governamental de Siqueira Campos demonstram que já havia uma finalidade de perpetuação da imagem, do nome e dos feitos do primeiro governador. Nesse aspecto, “a arquitetura e o urbanismo monumentais assumem a mesma função. O planejamento estabelece um maior controle do Estado sobre o espaço, além do que é uma grande representação de força de quem está no poder”.

Com relação ao edifício da Assembleia Legislativa, este foi inaugurado em 3 de outubro de 1995 e está situado na ala norte da Praça dos Girassóis. Ele foi concebido de acordo com os princípios arquitetônicos modernos adotados no Palácio Araguaia. É importante destacar que todos os edifícios que compõem o espaço da principal Praça do Estado foram construídos utilizando tijolos de tonalidade marrom e apresentam uma arquitetura uniforme e padronizada. Atualmente, abriga um corpo de 24 deputados estaduais, responsáveis pela formulação de leis e pelo monitoramento das ações do governo estadual. Por sua vez, o edifício do Tribunal de Justiça do Tocantins, igualmente situado na ala norte da Praça dos Girassóis, foi inaugurado em 1 de fevereiro de 1995, após o TJ ter ocupado duas instalações temporárias como sede (TOCANTINS, 2013). Cabe destacar que as secretarias estaduais foram projetadas para serem dezesseis, contudo apenas doze foram edificadas, sendo compostas por dois pavimentos dispostos de forma regular em fila, alinhando-se ao redor da Praça dos Girassóis com oito edifícios na sua face oeste e quatro na face leste, os quais definem os limites do espaço e servem como pano de fundo para os edifícios centrais da Praça.

4.4 O Edifício do Tribunal Regional Eleitoral e da Prefeitura de Palmas

O antigo edifício da Prefeitura Municipal de Palmas (Figura 34), inaugurado no dia 20 de maio de 1990, está situado em uma área institucional nas proximidades da Avenida Teotônio Segurado, na quadra 502 sul, originalmente destinada a abrigar o Paço Municipal da cidade. Este edifício foi projetado pelo GRUPOQUATRO e até 2013 foi sede da prefeitura municipal de Palmas.

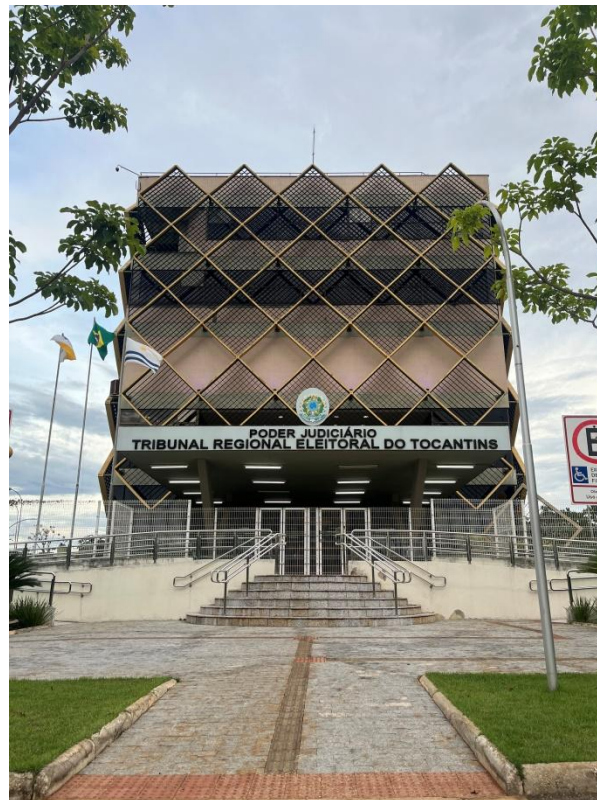
Já o edifício do Tribunal Regional Eleitoral do Estado (Figura 35), está situado na Avenida Teotônio Segurado, na quadra 202 Norte. Teve seu projeto realizado entre os anos de 1996 e 1997 e obteve sede própria em 2001. Os arquitetos responsáveis por essa edificação foram Edison Eloy de Souza e Pedro Lopes Junior (CARDOSO e REIS, 2016).

Figura 34 - Palmas. Antiga Sede do Edifício da Prefeitura de Palmas



Fonte: Wesley Lima, 2024.

Figura 35 - Palmas. Edifício Monumental do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins



Fonte: Wesley Lima, 2024.

4.5 O Edifício do Memorial Coluna Prestes e do Espaço Cultural

Inaugurado em 5 de outubro de 2001, o edifício arquitetônico do Memorial Coluna Prestes (Figura 36) foi concebido sob a direção do renomado arquiteto Oscar Niemeyer. A referida construção encontra-se situada na ala sudoeste da Praça dos Girassóis, constituindo um componente adicional deste espaço de natureza simbólica e política. Com uma área de ocupação total de 570 m², o edifício presta homenagem à trajetória da Coluna Prestes durante sua passagem pelo território do antigo norte goiano entre os anos 1925 e 1927³¹. Característica marcante nos projetos arquitetônicos concebidos por Niemeyer, o edifício ostenta formas curvas em sua fachada típica dos projetos de Niemeyer.

Na área externa, observa-se uma rampa de acesso à entrada principal, bem como uma escultura em bronze representando o “Cavaleiro da Luz”, mais conhecido como Luiz Carlos Prestes, um dos líderes do movimento revolucionário que liderou a mencionada marcha. A escultura foi elaborada pelo renomado artista plástico Mauricio Bentes e encontra-se posicionada sobre um pedestal de concreto, que se encontra adjacente à referida rampa e

³¹ A marcha da Coluna Prestes cruzou o território brasileiro em protesto contra as administrações dos presidentes Artur Bernardes e Washington Luís.

circundado por um espelho d'água. Ademais, o edifício do Memorial Coluna Prestes desempenha a função de abrigar um acervo composto por 81 peças originais, as quais se encontram em exposição, narrando a história da Coluna Prestes e de seus integrantes através de uma diversidade de materiais, incluindo fotografias, documentos e objetos de cunho pessoal. Acresce-se que o edifício acomoda, igualmente, um teatro de pequeno porte localizado em seu subsolo, com capacidade para acomodar até 87 espectadores (REIS, 2011; TOCANTINS, 2013; ANJOS, 2017; LIMA e BESSA, 2021).

Acerca desse monumento, Reis (2011, p. 131), aponta que o edifício do Memorial Coluna Prestes foi originalmente projetado por Oscar Niemeyer para ser construído na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, mas, como o projeto não foi executado nessa localidade, acabou sendo implantado no Tocantins, em sua capital. É importante destacar a influência do ex-governador Siqueira Campos também na concepção deste memorial, uma vez que o movimento político da Coluna Prestes não possui uma conexão histórica direta com o estado do Tocantins ou com sua capital. Essa desconexão é sentida no relato de um dos entrevistados.

O do Niemeyer, que é o da Coluna Prestes, né? Bom, ele é bonito. Não tem como dizer que ele não é bonito. Ele é muito belo. Mas eu não sei bem direito o que aquilo faz aqui, sabe? Pouco que eu conheço da Coluna Prestes... eu sei que ela passou por aqui. Inclusive, a gente, quando vai lá, entra no monumento, tem uma explicação lá no edifício. A gente lê tudo aquilo, mas eu não sei se... aquilo lá, de fato, representou historicamente esse desenvolvimento na nossa região, sabe? Essa tentativa de... Eu até enxergo a Coluna Prestes como uma tentativa de, talvez, olhar, bem forçosamente, de olhar pro interior do Brasil. Mas como era um movimento assim... Enxergo essa tentativa de integração nacional. Mas eu acho que é meio que uma coisa que... Também acho muito contraditório, sabe? [...] (Entrevistado 5, grifo nosso).

Por outro lado, o entrevistado 3 nos relata que essa forma simbólica espacial é caracterizada por um forte símbolo turístico, além de manter viva parte da história do Tocantins. Para isso, ele relaciona os monumentos aos dezoito do forte de Copacabana com o edifício da Coluna Prestes.

[...]Alguns estão ligados à história do Brasil, como o Memorial Coluna Prestes e o monumento 18 do Forte. O 18 do Forte e o Memorial Coluna Prestes são dois símbolos da história nacional, e não apenas estadual. E por que foram incluídos na história do Tocantins? O processo foi porque a Coluna Prestes passou por aqui, tirou fotos, imprimiu um jornal em Porto Nacional... tudo isso. E o 18 do Forte está ali para deixar registrado o início dos movimentos tenentistas. Tivemos três: o 18 do Forte Copacabana, a Revolta de São Paulo, que foi dois anos depois, em 1924, e, por último, a Coluna Prestes. Então, nós temos o Memorial Coluna Prestes e o 18 do Forte ali porque são o início desses movimentos tenentistas que ocorreram no Brasil na década de 1920 [...] eu acho que o mais importante e simbólico de Palmas é o Memorial Coluna Prestes. Primeiro, porque foi projetado por um dos maiores arquitetos do século XX, que é o Oscar Niemeyer. Segundo, porque ele ajuda a

*preservar uma parte da história do Tocantins de 1924. Ele retrata muito bem a passagem da Coluna Prestes pelo Estado. Dentro do Memorial Coluna Prestes, tem vários objetos que ajudam a demonstrar os lugares que a Coluna passou, o que a Coluna fez, como ela passou pelo Tocantins, e principalmente registros do jornal O Libertador, que foi impresso em Porto Nacional. A gráfica de Porto Nacional, inclusive, foi destruída pelos soldados e pela polícia do Arthur Bernardes. **Para mim, ele é um grande marco na história do Brasil, do Tocantins, e, principalmente, é um ponto turístico e artístico que embeleza a Praça dos Girassóis com um pouco da história do Tocantins e do Brasil (Entrevistado 3, grifo nosso).***

No entanto, em 1996, as relações foram estabelecidas por meio de negociações entre Luiz Carlos Prestes Filho e o então governador Siqueira Campos, resultando na decisão de construir esse projeto arquitetônico em Palmas, em vez de na cidade do Rio de Janeiro, como inicialmente planejado.

[...] O Memorial faz parte de um projeto político/cultural incentivado por Luiz Carlos Prestes Filho, **com o apoio do governador**. Filho, na viagem de 1995 para conhecer o percurso realizado pela Coluna, entrevistou os últimos combatentes e testemunhas daqueles acontecimentos [...] Os argumentos de Campos a respeito dessa construção foi o seguinte: “Esta homenagem é um resgate à memória brasileira e nada melhor do que a nova capital Palmas para dar este exemplo à Nação” (REIS, 2011, p. 131 – 133, grifo nosso).

Este fato contribui para a construção de uma política de memória que transcende o evento histórico associado ao movimento da Coluna Prestes. Prestes (1985) e Vitor (2021) oferecem algumas observações críticas em relação a esse movimento político.

A Coluna Prestes (1924 – 1927) foi um movimento liderado por militares de patentes inferiores, sobretudo tenentes e capitães, além de contar com uma significativa participação de civis e das massas populares (PRESTES, 1985). Esse movimento revolucionário travou uma luta contra o então chefe do Executivo federal, o presidente Artur Bernardes. Sob a liderança de Luís Carlos Prestes e Miguel Costa, este último conhecido como o “Cavaleiro da Esperança”, o movimento percorreu o Brasil, acompanhado pelos jovens oficiais Juarez Távora e Antônio de Siqueira Campos, em busca de apoio popular para a derrubada do governo estabelecido.

O movimento almejava contrapor-se à supremacia exercida pelas oligarquias regionais, as quais detinham o monopólio das riquezas e acentuavam a concentração de recursos nas mãos de uma minoria. Atravessando diversos estados do território brasileiro, incluindo o Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso e Goiás, a Coluna Prestes frequentemente se deparava com resistência por parte das forças militares governamentais e de milícias locais nas respectivas localidades. O movimento protestou contra o governo

autoritário e repressivo de Artur Bernardes à época. A Coluna percorreu extensivamente o território brasileiro antes de se exilar na Bolívia em fevereiro de 1927 (VITOR, 2021).

Dito isso, destaca-se a interrogação acerca de um monumento histórico político em um território novíssimo que se quer existia na época do movimento que deu origem à Coluna Prestes. De acordo com Reis (2011, p. 128), “a passagem da Coluna por terras goianas seria um motivo representativo para uma justa homenagem, sugestão aceita pelo governador do Tocantins”.

Figura 36 - Palmas. Memorial Coluna Prestes: área externa em fase de construção e após sua inauguração; abaixo se tem a parte interna do memorial com exposição de painéis



SECOM, 2021

Já o edifício da Fundação Cultural de Palmas - José Gomes Sobrinho (Figura 37) foi solenemente inaugurado em 27 de setembro de 1996, recebendo o nome em reverência ao poeta e membro da ATL - Academia Tocantinense de Letras, ocupante da cadeira 28, bem como da Academia Palmense de Letras, ocupante da cadeira 09. José Gomes Sobrinho foi

autor de 13 obras literárias publicadas e exerceu a presidência do Fórum Nacional de Conselheiros Estaduais de Cultura.

Figura 37 - Palmas. Edifício do Espaço Cultural José Gomes Sobrinho



Fonte: SECOM, 2023.

A concepção arquitetônica do edifício foi confiada ao arquiteto Paulo Henrique Paranhos e merece destaque por sua privilegiada localização às margens da Avenida Teotônio Segurado, bem como por sua arrojada estrutura de cobertura metálica, alinhando-se às diretrizes da arquitetura moderna. O entrevistado 5 narra que o edifício do Espaço Cultural fez e faz parte de suas vivências em Palmas, sendo, em sua percepção, um dos monumentos mais marcantes da cidade, além de ser um local de lazer e encontros.

[...] mais marcantes pra mim, sem dúvida, é o espaço cultural [...] eu era criança, mas o espaço cultural já tava lá, e eu, de criança, já vi ele e achei muito bonito. E depois, à medida que a vida vai acontecendo, eu vou tendo experiências lá também, né? Também já namorei lá, já assisti filme no Cine Cultura. Já fui na biblioteca. É muito interessante. Espaço muito bom (Entrevistado 5).

O edifício do Espaço Cultural alberga o Teatro Fernanda Montenegro, com capacidade para acolher até 500 espectadores. Adicionalmente, abriga a Sala de Cinema Sinhozinho - Cine Cultura, a Biblioteca Jaime Câmara, o Centro de Criatividade, e uma vasta praça que

serve de palco para apresentações de shows, feiras e eventos artísticos e culturais, além de abrigar sede da Fundação Municipal de Cultura (CARDOSO e REIS, 2016; IBGE, 2023).

4.6 O primeiro-construtor: Siqueira campos como idealizador

Todos os edifícios monumentais citados e os ornamentos que compõem esses edifícios são datados de um período recente. As construções dessas edificações se deram principalmente durante as três primeiras gestões governamentais de José Wilson Siqueira Campos, respectivamente entre os anos de 1989-1991, 1995-1998 e 1999-2002. O GRUPOQUATRO – Projetos de Arquitetura e Urbanismo, empresa contratada por Siqueira Campos, edificou boa parte desses edifícios, juntamente com os arquitetos associados, como Ernani Vilela e Maria Luci da Costa, responsáveis pelo projeto do Palácio Araguaia; Luiz Fernando Teixeira Cruvinel, Manoel Balbino de Carvalho Neto, Maria Esther Souza, Roberto Lecomte, Thirza Pacheco, Mônica Tormin Crosara, responsáveis pelo projeto do Palácio da Justiça Rio Tocantins e o do Palácio Deputado João D’Abreu.

Contudo, o idealizador político desses edifícios monumentais na última capital planejada no século XX foi José Wilson Siqueira Campos. Portanto, é imperativo que façamos uma breve contextualização sobre a trajetória política de Siqueira.

O nordestino José Wilson Siqueira Campos, nascido em Crato - Ceará, em 1º de agosto de 1928, começou sua carreira como seringueiro na região amazônica e, em 1963, mudou-se para o norte de Goiás, onde deu início à sua jornada política. Em 1965, foi eleito vereador pelo município de Colinas do Norte, atualmente conhecido como Colinas do Tocantins. Naquela época, ele estava afiliado ao partido ARENA - Aliança Renovadora Nacional, que representava os interesses militares durante o período da ditadura militar no Brasil, que abrangeu os anos de 1964 a 1985. Em 1971, Siqueira Campos ascendeu ao cargo de Deputado Federal e manteve-se nessa função por cinco mandatos consecutivos. Durante esse período, desempenhou um papel fundamental na articulação política visando à divisão do Norte de Goiás e à criação do Estado do Tocantins. Ele apresentou três projetos de lei para concretizar a formação desse novo estado, tornando-se uma figura histórica e influente nesse processo emancipatório (REIS, 2011; ANJOS, 2017).

Quadro 2 - Palmas: Principais edifícios monumentais

Edifícios Monumentais	Ano de Construção	Governador em exercício
Palacinho	1989	José Wilson Siqueira Campos (1989-1991)
Edifício da Prefeitura de Palmas	1990	José Wilson Siqueira Campos (1989-1991)

Palácio Araguaia	1991	José Wilson Siqueira Campos (1995-1998)
Tribunal de Justiça - Palácio da Justiça Rio Tocantins	1995	José Wilson Siqueira Campos (1995-1998)
Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins - Palácio Deputado João D'Abreu	1995	José Wilson Siqueira Campos (1995-1998)
Edifício do Espaço Cultural	1996	José Wilson Siqueira Campos (1995-1998)
Tribunal Regional Eleitoral	2001	José Wilson Siqueira Campos (1999-2002)
Memorial Coluna Prestes	2001	José Wilson Siqueira Campos (1999-2002)
Fonte: Tocantins, 2013.		

A contribuição política de José Wilson Siqueira Campos na fundação do Estado do Tocantins e na concepção de sua capital transcendeu a mera formalização de um projeto escrito, manifestando-se de maneira eloquente através de decisões e direcionamentos pessoalmente determinados por ele. Não é sem razão que a principal praça simbólica da cidade, a Praça dos Girassóis, ostenta monumentos que retratam sua história pessoal esculpida em pedra, perpetuando-a.

Alguns entrevistados identificam que houve uma influência política na construção desses monumentos, sendo que, para alguns, Siqueira Campos, apenas fez aquilo que outros governantes já fizeram na história política. Conforme relatos:

A influência política, ela existiu na época da construção dos monumentos. E, ao meu ver... ela foi bem construída. Não foi apenas isso, né? Teve um viés político muito claro de preservar a figura de Siqueira Campos, de colocar o nome dele em quase todos os monumentos. E, principalmente, a maioria dos monumentos foi inaugurada durante o governo dele. As obras começaram em 1989, no início da criação do estado, e seguiram até 1992. Depois, tivemos o governo de Moisés Avelino, que governou entre 1992 e 1994, mas a maior parte das inaugurações aconteceu no segundo mandato do Siqueira Campos. Mas, veja bem... Esse viés político foi muito bem estruturado, muito bem pensado. Ele cercou isso de uma equipe cultural muito boa, com profissionais qualificados, estudiosos, artistas, historiadores, sabe? Então, o Siqueira Campos criou e reinventou a história do Tocantins por meio desses monumentos. E eu vou mais longe: como político que estava à frente, ele não fez isso sozinho, claro, mas liderou o movimento da melhor maneira possível. Ele foi fiel aos passos históricos na construção dos monumentos. Ele não usou os monumentos para endeusar a própria figura. Certo? É isso que eu quero dizer. Ele não exagerou a presença dele nos monumentos. Teve, sim, uma interpretação branda, isso teve, mas ele não se colocou como personagem principal. Ele destacou a luta de cada pessoa, de cada grupo político, em seus respectivos contextos históricos. Por exemplo, o juiz de direito Feliciano Machado Braga, de Porto Nacional, foi um personagem importante e está retratado [...] (Entrevistado 3, grifo nosso).

[...] Eu acho que qualquer capital que é feita do nada, ela... Necessariamente ela vai ter que representar o poder do centro. É natural isso aí vem desde sempre. Então eu não acho que seja tipo uma posição pessoal de alguém. Nem mesmo do Siqueira. Eu acho que isso é uma coisa natural (Entrevistado 4, grifo nosso).

[...] eu acho que consigo ver a influência política do Siqueira. O Siqueira teve uma influência política muito forte, principalmente considerando que Palmas é uma capital planejada, a última do país, seguindo um pouco os passos de Brasília. Apesar de Palmas não ser, no meu ver, uma cópia de Brasília, só o fato de ser planejada já traz algumas semelhanças. Eu acredito que ele e o grupo dele queriam se projetar no Tocantins de forma semelhante ao que o grupo do JK fez. Acho que eles tinham essa ambição. Eu vejo uma mistura entre o modernismo e a tentativa de construir a história do Tocantins por meio das edificações e dos projetos que foram realizados (Entrevistado 5, grifo nosso).

[...] Olha, com nove anos em Palmas, no Tocantins, eu não poderia deixar de passar a figura emblemática do governador... Siqueira Campos. Não poderia deixar de mencioná-lo. Ele como grande figura política, pessoal, é inegável. Você está lá no 18 do Forte, ali no Memorial, e uma das carinhas ali é o que o povo reza a lenda, e o rostinho é dele todinho, mais novo. Aí você vai lá no outro monumento, acho que é dos pioneiros, e também há uns comentários de que é a família dele, e você olha assim e o rostinho realmente é similar ao rosto dele. Então assim, para mim ele é uma figura muito forte. Eu já entendi que tem pessoas que têm grande respeito por ele, tem pessoas que têm o respeito, tem pessoas que amam ele, mas assim, é inegável que ele é uma figura muito forte, muito forte aqui em Palmas. Não é o único, mas ele é uma pessoa, foi uma figura muito forte aqui para a cidade e para o estado. Então para mim é figura emblemática de Palmas, de Tocantins, aqui em termos políticos, é o Siqueira (Entrevistada 8, grifo nosso).

Em relação aos edifícios previamente mencionados, todos eles foram erguidos sob sua administração (conforme indicado no Quadro 2 e 3), com a exceção do Edifício do Espaço Cultural.

Quadro 3 - Gestões Governamentais do Estado do Tocantins e seus representantes

Governador	Período de Gestão	Filiação Partidária	Observações
José Wilson Siqueira Campos	1989 – 1991	PFL	-
Moisés Nogueira Avelino	1991 – 1995	PMDB	-
José Wilson Siqueira Campos	1995 - 1998	PDC	-
Raimundo Nonato Pires dos Santos	1998 - 1999	PDC	-
José Wilson Siqueira Campos	1999 – 2003	PFL	-
Marcelo de Carvalho Miranda	2003 – 2007	PMDB	-
Marcelo de Carvalho Miranda	2007 – 2009	PMDB	Reeleito e cassado
Carlos Henrique Amorim	2009 – 2011	PMDB	Eleito indiretamente
José Wilson Siqueira Campos	2011 – 2014	DEM	Renunciou, assumindo Sandoval Cardoso
Sandoval Cardoso	2014	SD	-
Marcelo de Carvalho Miranda	2015 – 2018	PMDB	Cassado
Mauro Carlesse	2018 – 2022	PSL	Renunciou, assumindo Wanderlei Barbosa
Wanderlei Barbosa Castro	2022 - 2024	Republicanos	Reeleito em 2022 e novamente em 2024 para o mandato de 2025 –

			2028
--	--	--	------

Fonte: Jornal O Estado do Tocantins, 2023.

Contudo, é importante ressaltar que, embora não tenha sido concebido por Siqueira Campos, esse monumento foi edificado durante o mandato municipal de Eduardo Siqueira Campos, filho do primeiro governador (conforme detalhado no Quadro 4).

Quadro 3 - Gestão Municipal de Palmas, TO

PREFEITOS	PERÍODO DE GESTÃO	FILIAÇÃO PARTIDÁRIA
Fenelon Barbosa	1989 - 1992	PFL
Eduardo Siqueira Campos	1993 - 1996	PPB
Odir Rocha	1997 - 2000	PPB
Nilmar Ruiz	2001 - 2004	PFL
Raul Filho	2005 - 2008	PT
Raul Filho	2009 - 2012	PT
Carlos Amastha	2013 - 2016	PP
Carlos Amastha	2017 – 2018*	PP
Cinthia Ribeiro	2018 - 2020	PSDB
Cinthia Ribeiro	2021 - 2024	PSDB
Eduardo Siqueira Campos	2025 - 2028	PODE

Fonte: Prefeitura de Palmas, 2023.

*Deixou o cargo, após 1 anos e três meses, assumindo sua vice, Cinthia Ribeiro.

Com essas ações, a figura de Siqueira Campos ganha contornos poderosos que o consagra como o primeiro construtor, conforme apontado por Reis (2011, p. 109), para quem “a denominação de pioneiro-construtor vem sendo cotidianamente moldada desde o nascimento de Palmas, intensificada e estimulada nos monumentos da cidade, nos prédios públicos, escolas, museus, hino, citações e aparições na mídia local”. É por meio desses atos que o nome do primeiro governador é espacializado por toda a capital tocantinense e, consequentemente, por todo o Estado. Isso ocorre em virtude dos edifícios monumentais, que configuram um conjunto simbólico de estratégias políticas vinculadas às administrações de um único líder político. Nesse contexto, essas formas simbólicas espaciais conferem legitimidade a toda uma estrutura de poder que está associada a elas (CORRÊA, 2018). No caso de Palmas, não há como desassociar a figura do líder político Siqueira Campos da construção dos principais monumentos da cidade, tendo em vista que:

A relação entre mito, poder e estética é oportuna para pensarmos na construção da imagem e cidade de Palmas, porque é impossível dissociá-lo do seu ‘idealizador’, mesmo que haja diversas críticas em relação às posturas assumidas, o seu nome está inscrito na criação/construção da cidade. A atuação do Siqueira Campos compareceu em todas as falas e por mais força que a ideia da cidade como uma criação coletiva tenha adquirido, não é possível divorciá-la do caráter personalista que esta adquiriu, gerando inclusive equívocos interpretativos pela inscrição imaginária que esta bricolagem apresenta (SILVA, 2008, p. 198).

Portanto, quando se aborda a concepção de monumentos por parte de um líder do Poder Executivo, é possível refletir sobre o sentido político subjacente a essas representações simbólicas e seu impacto no âmbito estadual. Nesse contexto, Corrêa (2018) enfatiza que os monumentos, palácios e edifícios podem conter significados e polivocalidades, isto é, “representações sujeitas a diferentes significados” (CORRÊA, 2018, p. 224). Nesse contexto, a cidade de Palmas assume a forma de uma composição textual suscetível de ser interpretada, questionada e submetida à análise. Adicionalmente, os edifícios monumentais, enquanto emblemas do exercício do poder e das administrações governamentais, posicionam-se estrategicamente em pontos-chaves do tecido urbano. Esse arranjo resulta de uma política de inserção que leva em consideração os objetivos dos seus idealizadores, as dimensões dos edifícios monumentais, bem como a sua visibilidade e a sua acessibilidade.

4.7 Cidade artefato e histórias em pedras

Desde tempos remotos, os monumentos têm constituído elementos integrantes da paisagem urbana das cidades. Na qualidade de representações do poder, líderes, governantes, monarcas e líderes autoritários têm empregado essas manifestações simbólicas tanto para validar seus desejos como para destacar a extensão de sua autoridade. É nesse aspecto que a cidade se torna um artefato, visto que:

A cidade é coisa feita, fabricada. Artefato, no sentido mais genérico, é um segmento da natureza física socialmente apropriado, isto é, ao qual se impôs, segundo padrões sociais, uma forma ou uma função ou um sentido (seja conjuntamente, seja isoladamente ou em diversas combinações) [...] à cidade tratada como artefato complexo: é a história dos padrões locacionais, das configurações topográficas, dos traçados urbanos e das formas arquitetônicas, dos arranjos espaciais, das estruturas, equipamentos, infinitos objetos. Mas tal artefato não se gerou numa atmosfera abstrata: foi produzido no interior de relações que os homens desenvolvem uns com os outros (MENESES, 2006, p. 36).

Alois Riegl, em sua obra “O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem”, elabora uma rica síntese que perpassa a evolução histórica dos monumentos desde a antiguidade até a atualidade. Nesse contexto, de acordo com o autor mencionado, os monumentos são concebidos como estruturas destinadas a eternizar o passado, com essa perpetuação sendo alcançada através de expressões nas artes plásticas, obras arquitetônicas, edificações, esculturas e inscrições, que são transmitidas ao espectador.

O autor inicia abordando que o monumento num sentido mais amplo pode ser entendido como uma obra de arte ou de escrita. Nesse aspecto, tal sinalização está em consonância com o pensamento de Le Goff (1990), quando este apresenta os documentos

escritos, coleções de documentos, principalmente até o século XIX, como monumentos. Por outro lado, Riegl (2014) categoriza os monumentos em classes, sendo elas: monumentos volúveis/volitivos, isto é, obras arquitetônicas que foram idealizadas com finalidade de virem a ser monumentos. De modo geral, essas obras arquitetônicas foram edificadas inicialmente como ato de homenagear algum fato ou alguém, “que deveriam lembrar um determinado momento (ou vários momentos) do passado” (RIEGL, 2014, p. 38). Os idealizadores dessas obras elaboram, com fito proposital, edificações que preservam memória e significado. Dessa forma, são construções planejadas e perpassam pelo tempo histórico pela sua durabilidade. Exemplos disso são as construções monumentais edificadas durante a Idade Média, na qual o valor intencional dos monumentos estava relacionado a atos comemorativos e que deveriam ser rememorados.

Já os monumentos não volúveis — ou monumentos não volitivos — são obras concebidas sem necessariamente existir uma intenção de valor ou de significado. Por outro lado, essas obras tornam-se monumentos devido aos valores históricos que os sujeitos rementem a ele e às mudanças espaciais. Constrói-se, então, um valor de memória que “não é relacionado à obra no seu estado de criação, mas à representação do tempo transcorrido desde sua origem e que revela os traços da antiguidade” (RIEGL, 2014, p. 37). Assim, no período da Renascença, por exemplo:

[...] dentro de seu espírito de **valorização da Antiguidade clássica**, os monumentos são considerados a partir de seu valor artístico e histórico. Pode-se **dizer que a intencionalidade, ou fato gerador da obra perde importância para o fato em si**. Mais ainda, neste momento, estas obras são assumidas como cânones artísticos, o que passaria a vigorar então seria o valor não intencional. Os monumentos não intencionais teriam permanecido dado que seu significado é determinado não por aqueles que o fizeram, mas por quem o percebe, desvinculado de seu sentido original, atribuindo uma outra significação, incorporando-o na memória de seu tempo “ (ROMEIRO, 2012, p. 62).

Dessa forma, monumentos não volúveis adquirem significados monumentais devido à importância histórica e cultural. É, portanto, uma modificação não planejada, mas, sim, natural, através de mudanças sociais e políticas que os cercam. Riegl (2014), portanto, esclarece que nem toda obra edificada é construída com a intenção de se tornar monumento, mas que a alteração nesse status conceitual é devido a processos históricos subjetivos. Na antiguidade e na Idade Média, por exemplo, predominaram os monumentos volúveis como forma de expressão dessa concepção memorial. Também no “Oriente antigo, os monumentos eram principalmente volúveis por indivíduos, ou famílias, enquanto à época dos gregos e dos romanos apareceu o monumento patriótico, que desde o início foi colocado sob a proteção de

grandes associações de interesse” (RIEGL, 2014, p. 39). Essa proteção garantiria, portanto, a durabilidade e a permanência desses monumentos para o futuro e para memória de um grupo social, de uma cidade ou de um Estado, o que torna esses monumentos como indestrutíveis e imperecíveis.

Esse panorama que perpassa a evolução histórica dos monumentos é interessante para compreendemos a posição política e ideológica de uma sociedade em um determinado fragmento do tempo histórico, porque os monumentos, além de meras construções de cimento e ferro, podem também assumir a posição de poder, de memória e de pertencimento. Diante disso, observa-se que, além das sociedades antigas e modernas, as sociedades contemporâneas também utilizaram dessas edificações para modificar o espaço geográfico e, de certa forma, para deixar registrados feitos e nomes na história.

O historiador britânico Richard John Evans (2011) ponderou sobre o uso da arte alemã e a construção de monumentos durante a República de Weimar (1919-1933) e posteriormente durante a ascensão do regime nazista sob Adolf Hitler. É importante destacar que durante o período da República de Weimar a Alemanha vivia uma época conturbada, tanto no cenário político quanto no social. Esse período propiciou novos experimentos para as classes artística e cultural, destacando-se o movimento expressionista e modernista na arte alemã. A gestão de Weimar promovia liberdade criativa e diversidade cultural para a classe artística. No entanto, com a ascensão do regime nazista sob a liderança de Adolf Hitler em 1933, ocorreu um rompimento dessa liberdade artística.

Nesse cenário, o regime nazista transformou o aspecto artístico e utilizou a arte como uma ferramenta de propaganda e controle social, o que se refletiu na perseguição aos escultores da época e na construção de monumentos denominados “arte alemã autêntica”. É importante ressaltar que durante esse período o desejo de construir monumentos que expressassem a ideologia nazista era essencial como uma demonstração de poder. Nesse contexto, artistas tornaram-se contratados oficiais do Estado, como Arno Breker, que foi nomeado “escultor oficial do Estado” durante o “aniversário de Hitler em 1937 e recebeu um estúdio enorme com 43 empregados para ajudá-lo no trabalho” (EVANS, 2011, p. 232).

A contratação de Breker como artista oficial do Estado chegou ao conhecimento do público simpático ao regime do Terceiro Reich. Para esses simpatizantes, as esculturas de Breker representavam o fim da arte abstrata e degenerada do período modernista. Nesse contexto, notava-se que os monumentos refletiam os gostos pessoais de Hitler. O que é curioso nesse cenário é que o próprio Adolf Hitler havia tentado seguir uma carreira como artista, e talvez seja daí que venha seu apreço pela construção de monumentos e pela arte. Em

1933, durante um comício, Hitler anunciou o advento de uma nova arte alemã, coincidindo com o início do Terceiro Reich. Dessa forma, o movimento político vigente deveria ser expresso também na arte.

[...] arte devia refletir a alma racial do povo. A ideia de que a arte era internacional deveria ser rejeitada como decadente e judaica. Ele condenou o que via como expressão disso “no culto ao primitivismo cubista-dadaísta” e no bolchevismo cultural e anunciou em vez disso “uma nova Renascença artística do ser humano ariano” (EVANS, 2011, p. 233).

Nesse aspecto, durante esse período, a idealização de monumentos passou a ser concebida com finalidade puramente política e ideológica. O resultado dessa nova renascença artística é o “expurgo maciço de artistas judeus, artistas abstratos, artistas semiabstratos, artistas de esquerda e na verdade de quase todos os artistas da Alemanha que possuíam qualquer tipo de reputação internacional na época” (EVANS, 2011, p. 234).

O historiador britânico aponta que a arte alemã tinha uma grande importância no cenário histórico daquele período. Dessa forma, filtrar aquilo que era considerado arte pura (alemã) e arte degenerada (feita por artistas não adeptos ao regime) era um modelo eficiente de impor a ideologia política e autoritária.

Com o propósito específico de servir como testemunho da afirmação de poder, diversos edifícios públicos e monumentos foram concebidos e construídos durante o período nazista. Um notável exemplo desse empreendimento é o Museu Casa das Artes, cuja construção visava abrigar uma extensa exposição de arte alemã. A arquitetura alemã da era nazista, marcada pela sua espacialidade e visibilidade distintas, se destacava pela presença de imponentes colunas pesadas e angulares que avançavam a partir de um sólido bloco retangular, característica compartilhada com outros edifícios da mesma época. Essas estruturas arquitetônicas, incluindo o museu em questão, constituíam, primordialmente, um veículo para a expressão do poder do líder nazista, conforme analisado por Evans (2011).

Hitler imaginava-se um arquiteto mais ainda do que um pintor, e **dava mais atenção à arquitetura do que a qualquer outra arte.** “Toda grande obra encontra a expressão conclusiva de seus valores em seus prédios”, ele declarou em 1938: “Quando os povos vivenciam grandes momentos interiores, também concedem expressão externa a esses tempos. Sua palavra então é mais convincente do que quando falada: é a palavra em pedra! Os novos prédios públicos do Terceiro Reich foram todos concebidos no estilo pseudoclássico maciço e monumental. A exemplo dos prédios que Hitler havia observado e desenhado na Ringstrasse de Viena em sua juventude, esses pretendiam projetar permanência e durabilidade. **Todos foram influenciados pelos planos arquitetônicos e projetos pessoais de Hitler.** Ele passava horas trabalhando com arquitetos no aprimoramento de ideias, estudando modelos em minúcia e discutindo os pontos mais sutis do estilo e decoração (EVANS, 2011, p. 248, grifo nosso).

O representante do partido nazista era um grande adepto e entusiasta da arquitetura como expressão de poder. Observa-se que, ideologicamente, a arquitetura da cidade se modificava juntamente com o cenário político. Isso demonstra que os discursos de poder da época eram, em certa medida, petrificados, ou seja, a autoridade do governante transformava-se em pedra, garantindo, conseqüentemente, a durabilidade histórica de seus atos e ações. Nesse contexto, prédios foram demolidos para dar lugar a novas construções que representassem os anseios da época. Evans (2011) relata a substituição da antiga sede do Partido, a Casa Parda, que posteriormente deu lugar a um imenso edifício monumental do líder nazista e a um enorme edifício da administração.

Além das modificações em edifícios que já estavam sendo implementadas, houve também a idealização de novos edifícios, principalmente prédios públicos, os quais eram considerados a verdadeira paixão de Hitler. Os novos edifícios monumentais construídos durante a Alemanha nazista possuíam dimensões escalares exorbitantes, um traçado espacial poderoso que era um símbolo do discurso da gestão governamental. Essas imponentes construções são consideradas “declarações em pedra do poder e da permanência do Terceiro Reich” (EVANS, 2011, p. 249). Todas as edificações desse período são descritas como imensas, extensas, grandiosas e longas, adjetivos utilizados para descrever a série de edifícios idealizados como portadores de uma ideologia política e de um gigantismo nos projetos arquitetônicos. É dessa forma que os edifícios monumentais do Terceiro Reich são interpretados como um artifício ideológico em histórias de pedra.

Por trás de toda narrativa que envolve o desejo do próprio Hitler para a construção desses edifícios, destaca-se a historicidade e a permanência de seus atos na história e na memória das futuras gerações, tendo em vista que essas construções perduraram ao longo do tempo cronológico e estão presentes até o tempo vigente, possibilitando, assim, a perpetuação do legado do líder autoritário político, mesmo depois que este não estava mais em cena.

Do ponto de vista histórico, observa-se que o espaço urbano de uma cidade é moldado de acordo com os objetivos e aspirações de seus líderes políticos. Construções monumentais, edifícios, praças públicas, estátuas e outros elementos simbólicos têm sido e continuam a ser concebidos como componentes destinados a enriquecer o ambiente urbano. Como evidenciado, esses elementos podem ser planejados com a intenção de se tornarem monumentos, mas também é possível que algumas construções sejam erigidas sem essa finalidade explícita. No entanto, ao longo do tempo histórico e em relação às interações sociais com essas edificações, significados e atribuições são fornecidos a elas, transformando-as em verdadeiros monumentos. Assim, as cidades se transformam em artefatos que

incorporaram em sua dimensão estética a história de ações, eventos e personalidades que estão perpetuados em pedra. Esse fenômeno ocorreu na antiguidade, na modernidade e continua a se manifestar na atualidade.

4.8 Alterações e reivindicações ao fim de uma era: a morte do Sr. Tocantins

A influência de José Wilson Siqueira Campos no traçado urbano da capital tocaninense é manifesta e inegável. Seus anseios e ideologias sobre como a cidade iria se formar foram atendidos e estabelecidos estrategicamente ao longo de suas gestões. Considera-se, portanto, que o conjunto de artifícios construídos ao longo de suas gestões como governador garante a durabilidade do nome e dos atos de Siqueira. Essa durabilidade apresenta-se principalmente pela relevância política que o primeiro governador detém até a atualidade.

Destaca-se que sua predominância política foi reforçada ainda mais em 2023, ano em que José Wilson Siqueira Campos veio a óbito. No dia 4 de julho de 2023, José Wilson Siqueira Campos faleceu na capital tocaninense, aos 94 anos, após não resistir a uma infecção generalizada.

Sua partida foi bastante noticiada pelos jornais locais, nacionais e pelas redes sociais. Algumas notas informativas destacavam a relevância política de Siqueira para a criação do Estado do Tocantins. O site da Câmara dos Deputados e do Senado de Brasília escreveu no dia 05 de julho de 2023 a seguinte nota: “*Morre Siqueira Campos, ex-deputado, ex-governador e **idealizador** do estado do Tocantins (grifo nosso)*”. O portal G1-Tocantins destacou: “*Morre Siqueira Campos, governador e **criador** do Tocantins, aos 94 anos (grifo nosso)*”. O Jornal Nacional, da Rede Globo, um dos maiores telejornais do país, noticiou uma matéria com a chamada “*Siqueira Campos, criador do estado do Tocantins, morre aos 94 anos*”. Outros sites de notícia também noticiaram a partida do primeiro governador, como CNN Brasil, Exame, Carta Capital, UOL. Todos trouxeram como título das matérias a figura de Siqueira Campos como idealizador, criador, fundador do estado do Tocantins.

Na esfera das redes sociais, a partida de Siqueira Campos suscitou expressiva atenção e engajamento, com cidadãos tocaninenses e figuras políticas de todo o país demonstrando solidariedade e prestando homenagens póstumas. A ex-senadora e ex-ministra da Agricultura, Kátia Abreu, utilizou sua plataforma nas redes sociais para registrar: “Exemplo de coragem e audácia: Siqueira Campos, o criador do Tocantins”. O governador do estado de Goiás, Ronaldo Caiado, também fez eco a esses sentimentos na mesma plataforma, ao lamentar a perda de Siqueira e proferir: “Hoje, perdemos uma destacada liderança política. Siqueira

Campos governou e foi um dos visionários responsáveis pela concepção do estado do Tocantins [...]”. Por sua vez, o governador do Maranhão, Carlos Brandão, expressou seu pesar ao afirmar: “Manifesto meu luto pelo falecimento, aos 94 anos, do ex-governador de Tocantins, Siqueira Campos, o idealizador do estado [...]”. O vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, também se uniu a esse coro de solidariedade e declarou: “Recebi com profunda tristeza a notícia do falecimento do governador Siqueira Campos, que desempenhou um papel proeminente na defesa dos estados brasileiros durante a Assembleia Constituinte e liderou o movimento pela criação do estado do Tocantins [...]”.

Simbolicamente, o velório do primeiro governador ocorreu no Palácio Araguaia, localizado na Praça dos Girassóis, e contou com a presença de populares e autoridades políticas. Por outro lado, a missa de corpo presente foi celebrada em frente ao Palácio Araguaia. Numerosas pessoas prestaram homenagens, apresentando flores de girassol como símbolo marcante que permeou a trajetória de Siqueira e que é amplamente reconhecido como um emblema identitário da capital. Ademais, as flores de girassol adornaram o caixão de Siqueira, fortalecendo ainda mais a construção simbólica do girassol como um ícone representativo da cidade de Palmas e do estado do Tocantins, processo que se desenvolveu ao longo das gestões de Siqueira. O próprio governador, ao longo de sua vida, enfatizava como o girassol era um símbolo da capital. Em uma entrevista concedida à TV ANHANGUERA, afiliada da Rede Globo, Siqueira explicou por que os girassóis são um símbolo da capital e o motivo pelo qual a praça recebe o nome de Praça dos Girassóis:

“Eu fui visitar a Terra de Teotônio Segurado, que fica além do rio Tejo. Até os dias de hoje, encontram-se vastas plantações de girassóis na região, e eu tenho um grande apreço por essa flor, porque o girassol representa algo como o símbolo da prosperidade para todos. Além disso, temos uma comprovação de que Tocantins e o girassol estão conectados há muito tempo. Isso ocorreu quando um auditor do Tribunal de Contas foi a Goiatins durante suas férias, às margens de um rio próximo a uma serra que, na última figura, assemelha-se a um cachorro de cócoras. Enquanto ele estava tomando banho ali, pisou em uma pedra que ele julgou ser diferente das outras. Em seguida, mergulhou e a recuperou. Esta é a pedra que vou lhe mostrar agora; você entenderá que havia algo nos guiando para isso... Observe como ela é perfeita. O jovem a encontrou às margens da Serra do Cachorro de Cócoras. Veja o outro lado dela para que você possa apreciá-la melhor; o valor dela é tão significativo que, se eu tivesse um diamante nas mãos, poderia pensar em vendê-lo, mas esta pedra é única. Pode chegar aqui e oferecer dez milhões, mas eu não a entregaria... é um fóssil, e se você a dividir, verá o interior com a figura de um girassol (CAMPOS, 2016, Entrevista ao G1 TOCANTINS).

A rocha (Figura 38) entregue a Siqueira Campos pelo auditor e encontrada na Serra do Cachorro de Cócoras, no Município de Goiatins, foi a clareza para que o primeiro governador acreditasse que a flor do girassol era uma planta presente na região em períodos muito anteriores à criação do Estado (BESSA, et. al, 2017). Dessa forma, tem-se o girassol como um

elemento simbólico poderoso quando associado à criação da última capital planejada do século XX e ao político José Wilson Siqueira Campos. Esse símbolo também é reificado nos portões do Palácio Araguaia, o qual se encontra repleto de girassóis dourados percorrendo toda a grade de segurança; bem como na fonte luminosa presente na Praça dos Girassóis, uma vez que quando esta fonte é vista do alto, é possível visualizar o formato de um girassol.

Figura 38 - Girassol de Pedra: Rocha misteriosa que tornou-se símbolo da capital tocantinense e fonte d'água vista do alto com girassol desenhado



Fonte: SECOM, 2023.

A presença do girassol também foi massiva nas gestões de Siqueira, durante as quais, ao se percorrer pela cidade palmense, era possível notar as plantações de girassóis nas rotatórias da cidade e canteiros das avenidas, tal ato simbólico é ratificado por outros gestores até os dias atuais (Figura 39).

Figura 39 - Palmas. Plantações de Girassóis na Avenida Teotônio Segurado e ao fundo o prédio do Fórum da Comarca de Palmas



Fonte: Wesley Lima, 2024.

No dia do velório do primeiro governador, surgiram especulações acerca da modificação de denominações de vias públicas importantes e edifícios governamentais da capital, a fim de prestar homenagens a esse governante pioneiro. As discussões em torno dessas alterações alcançaram esferas administrativas nos âmbitos federal, estadual e municipal. Já em 05 de julho de 2023 cogitava-se a mudança do nome de uma das principais avenidas da cidade, a Avenida Teotônio Segurado, para Avenida Governador Siqueira Campos. Além disso, contemplava-se a nomeação da ponte em construção sobre o Rio Araguaia, que conectará os municípios de Xambioá (TO) a São Geraldo do Araguaia (PA), em honra ao primeiro governador. Paralelamente, considerava-se a alteração da denominação do Palácio Araguaia para Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos. Também se projetava a construção de um mausoléu na Praça dos Girassóis, juntamente com a modificação do nome da referida praça (PREFEITURA DE PALMAS, 2023; T1 NOTÍCIAS, 2023; AGÊNCIA PALMAS, 2023).

No que diz respeito à mudança do nome da Avenida Teotônio Segurado, é relevante destacar que um projeto de lei a respeito dessa alteração já estava em vigor desde 2009,

elaborado durante a gestão do prefeito Raul Filho e aprovado pela Câmara Municipal. A Lei municipal Nº 1611, datada de 7 de maio de 2009, previa a modificação da denominação da Avenida Teotônio Segurado para Avenida Governador Siqueira Campos, embora, até então, não tivesse sido institucionalizada. No entanto, após o falecimento de Siqueira Campos, as discussões acerca dessa mudança ressurgiram. A prefeita em exercício no ano de 2023, Cinthia Ribeiro (PSDB), declarou sua intenção de resgatar o projeto de lei e efetivar a alteração. Paralelamente, em 18 de julho de 2023, efetivou-se a mudança de nome do Palácio Araguaia para Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, por meio da Lei Nº 4.201, conforme publicado no Diário Oficial nº 6.373 de 20/07/2023. Da mesma forma, em 8 de maio de 2024, a principal ponte da cidade, que liga Palmas ao município de Luzimangues e até então era chamada de Ponte Fernando Henrique Cardoso, foi renomeada em homenagem ao ex-governador, passando a ser denominada Ponte José Wilson Siqueira Campos, por meio da Lei nº 4.392, sancionada pelo Governador do Estado, Wanderlei Barbosa (Republicanos).

4.9 SISTEMATIZANDO ALGUNS PONTOS

Observa-se que os edifícios monumentais da capital tocantinense, juntamente com os seus símbolos iconográficos inscritos, desempenham um papel significativo na representação do exercício de dominação política sobre o território. Os monumentos abordados neste capítulo possuem uma notável conotação política e ideológica, sendo erigidos em sua maioria durante as administrações de um único líder político. Estes monumentos, por conseguinte, expressam os desejos pessoais e as diretrizes deste líder no que diz respeito à evolução da cidade, bem como à preservação da memória e da identidade de seus habitantes.

As edificações, como os palácios, foram estrategicamente posicionadas em locais proeminentes e de fácil acesso, com o propósito de demarcar o território da cidade de forma ostensiva. Além disso, é notável como José Wilson Siqueira Campos deixou sua marca pessoal na construção dos edifícios institucionais da capital, de modo que sua história pessoal e trajetória política estão gravadas em pedra, projetadas para perdurar no futuro e, em certa medida, imortalizadas na historiografia que delineia a fundação do Estado do Tocantins e da cidade de Palmas.

Nesse contexto, buscando dar continuidade a esta narrativa, no próximo capítulo será abordada a interligação dessas reflexões em torno dos monumentos de caráter político e identitário, os quais foram concebidos com o intuito de forjar uma tradição em um território que demandava a criação de uma identidade coletiva reconhecida.

CAPÍTULO V

INVENTANDO A TRADIÇÃO: IDENTIDADE E POLÍTICA NA IDEALIZAÇÃO DOS MONUMENTOS

*Criamos nosso mito. O mito é uma crença, uma paixão.
Não é necessário que seja uma realidade. É realidade
efetiva, porque estímulo, esperança, fé, ânimo. Nosso
mito é a nação; nossa fé, a grandeza da nação.
FRANCISCO CAMPOS, 1940*

Os historiadores britânicos Eric Hobsbawm e Terence Ranger, ao escreverem a obra “A invenção das tradições”, consagram o conceito fulcral que determina o sentido da tradição e da herança cultural. Nessa perspectiva, ao associar a criação da cidade de Palmas - TO aos seus monumentos simbólicos, identifica-se, entre outros sentidos, a tentativa de inventar uma tradição³² por intermédio da idealização das formas simbólicas espaciais que foram forjadas para construir a identidade de um território novíssimo, para estabelecer associações entre eventos históricos nacionais com a história local, como também para manifestar os anseios do idealizador como tentativa de fazer parte da memória coletiva.

Para isso, tem-se a idealização de monumentos expressivos e monumentos inexpressivos, isto é, monumentos invisíveis que só podem ser notados a partir de ângulo, altura e posição determinados, como o monumento Praça Indígena Krahô e o monumento de pedras Jacaré de Siron, os quais foram projetados em uma dimensão espacial de tal forma que só podem ser avistados com precisão em plano alto, uma vez que a espacialização de ambos é rente ao chão. Deste modo, qualquer transeunte desavisado não poderia identificar esses monumentos.

Destarte, a inexistência de aparatos históricos que trouxessem elementos identitários e culturais para a nova capital do país fez com que uma série de monumentos fossem produzidos a partir de uma dimensão ideológica e puramente política. Idealizados para virem a ser, cada um, marco referencial, tais monumentos agem como objetos simbólicos manipuláveis; tecidos, idealizados e construídos por meio das relações estabelecidas entre o homem e o seu meio (GALLOIS; 1908; DARDEL, 1952; LOWENTHAL; BERQUE, 2000, BERDOULAY, 2012).

³² Nesta pesquisa, o termo tradição está em consonância com a definição apontada por Hobsbawm e Ranger, para quem as tradições, embora aparentem ser antigas, como práticas sociais e culturais, muitas vezes são forjadas, construídas ou até mesmo reinventadas com o propósito único de atender a interesses particulares de grupos hegemônicos. É a partir dessas tradições inventadas que se criam vínculos simbólicos que remetem ao passado, conectando práticas atuais a ações pretéritas.

Monumentos dessa natureza, com fito ideológico, marcam a história inicial do traçado urbano de Palmas - TO. Dessa forma, ao se falar de ideologia, pelo termo atribui-se toda e qualquer representação que tem a “função de mascaramento da realidade, uma representação falsa imposta pelas classes dominantes para facilitar sua dominação sobre as outras” (BERDOULAY, 2012, p. 112). Por dominação, compreende-se o papel político de atribuir signos e significados para as formas, edifícios e símbolos que remetem e provocam a reminiscência de atos e ações que são associados a figuras e personagens específicos.

Posto isso, o presente capítulo tem como objetivo identificar os significados dos monumentos identitários e políticos, edificadas na tentativa de inventar uma tradição e, conseqüentemente, de criar uma identidade territorial com o propósito de construir e forjar narrativas históricas. Nesse contexto, são problematizadas e pontuadas as relações entre memória, patrimônio, desenvolvimento regional, política e identidade.

5. Tessitura Memorial: Os monumentos invisíveis, silenciados, antimonumentos e contramonumentos

A Praça Krahô

O aspecto político dos monumentos presentes em Palmas - TO apresenta diversos significados, como já mencionado anteriormente. No entanto, é importante destacar que o sentido político se torna mais evidente ao observar as relações que permitiram e idealizaram a produção desses monumentos. Esse significado político emerge quando se considera a interrelação entre a produção e a circulação de significados, por um lado, e as condições de existência e reprodução social, levando em consideração suas variações espaciais.

Estruturas rígidas erigidas a partir de aço e pedra, os monumentos da capital tocantinense se inserem no discurso ideológico daqueles que planejaram e concretizaram a fundação da capital. Robustos de simbologias que perpassam o campo político e o campo religioso, apresentam-se também imbuídos de alto valor simbólico identitário. Nesse aspecto, há tantos monumentos que chamam atenção devido à sua grandiosidade, espacialidade, visibilidade, como também monumentos que não despertam atenção ou mesmo que não são percebidos como monumentos.

Dessa maneira, mais uma vez a Praça dos Girassóis se destaca como sendo o espaço no qual a maior parte dos monumentos presentes na capital tocantinense encontram-se construídos. Entre esses monumentos tem-se a Praça Indígena Krahô (Figura 40 e 41). Construída como forma de homenagem aos povos indígenas que habitam o Estado, a Praça

Krahô leva o nome da etnia de língua Krahô, autodenominados de Mehin, grupo que habita a região nordeste do Estado do Tocantins, na Terra Indígena Kraolândia, mais especificamente nos municípios de Goiantins e Itacajá. Essa forma simbólica espacial está localizada no lado sudeste da Praça dos Girassóis e sua construção ocorreu simultaneamente com a grande praça.

Figura 40. Palmas. Praça Indígena Krahô: As homenagens aos povos Krahô, Apinajé, Karajá, Javaé, Xambioá e Xerente também aparecem no calcamento em vários outros pontos da Praça. Cada etnia tem os seus traços específicos.



Fonte: Tocantins, 2013.

Figura 41. Vista panorâmica da Aldeia Pedra Branca



Fonte: Centro Cultural Kàjre, 2023.

Segundo o material oficial divulgado pelo governo do Estado do Tocantins, o formato da Praça Krahô é:

[...] inspirado no equilíbrio da organização social e política do povo Krahô. Nas aldeias Krahô, as casas ficam na parte mais larga do círculo chamado de Kri, ligadas pelos caminhos prikarã ao centro da aldeia, onde fica o círculo menor, chamado de pátio ou Ká. Neste círculo menor acontecem as reuniões para tomar decisões e realizar as atividades coletivas. O calcamento é em pedra portuguesa predominando a tonalidade clara. O tom escuro é para traçar os três círculos que perfazem 65 metros de diâmetro e os caminhos que levam ao centro da Praça Krahô (TOCANTINS, 2013, p. 20).

Produzidos para garantir a perpetuação da imagem, do discurso e do poder daqueles que outrora detiveram prestígio e visibilidade, os monumentos são artefatos que exemplificam o domínio espacial dado aos sujeitos tipificados na personalidade de líderes ou políticos. Nesse raciocínio, ao planejar os monumentos no espaço público objetiva-se que estes sejam ostensivos dentro da escala urbana. Contudo, quem determina a escala conhece muito bem o que deseja emitir a partir dessas produções. Portanto, nem toda construção monumental será visível: dependerá de sua carga simbólica, do seu significado político e cultural e de sua representação ou reconhecimento dentro da história que deva ser lembrada oficialmente.

Dito isso, destaca-se que os monumentos como a Praça Krahô, o mapa do Estado do Tocantins, a Rosa dos Ventos/Centro Geodésico e o monumento Jacaré de Siron são formas simbólicas silenciadas e, em certa medida, invisíveis. Acerca do primeiro monumento, a Praça Krahô, pode-se argumentar que este é o único monumento com escala significativa³³, representativo e identitário, presente na capital Tocantinense que faz menção aos povos indígenas que habitam o Estado.

O Estado do Tocantins possui em seu território mais de cento e cinquenta aldeias indígenas, pertencentes a grupos étnicos distintos, sendo que a “população indígena no estado do Tocantins, atualmente, é formada pelos povos Karajá, Karajá de Xambioá, Javaé, Krahô, Krahô-Kanela, Xerente, Apinajé e Avá-Canoeiro” (GRÁCIO, MORAIS NETO E DEMARCHI, 2016, p. 637 – 638). Sendo que o último censo IBGE (2022) mostrou que no Estado do Tocantins há pelo menos 20 mil pessoas autodeclaradas indígenas (TOCANTINS, 2023). Com esses dados, fica evidente como a causa indígena é importante no território tocantinense, considerando principalmente que essas comunidades têm suas origens nesse local, indicando que sua presença na região atualmente conhecida como Tocantins remonta a períodos anteriores ao estabelecimento do processo de ocupação não indígena (GRÁCIO, MORAIS NETO E DEMARCHI, 2016).

Contudo, a mesma relevância história, cultural e identitária desses povos, não é representada nos monumentos públicos da capital do Estado. A invisibilidade dada a esses grupos que historicamente foram e são massacrados e exterminados aos milhões, como aponta Ribeiro (2006), é evidenciada quando se observa que, entre os monumentos espacializados na cidade, temos um grande número de esculturas que fazem menção a personagens políticos e religiosos, mas apenas sete monumentos (considerando as seis frisas e a praça Krahô)³⁴ retratam os indígenas do Tocantins.

O silenciamento e a invisibilidade simbólica dos monumentos indígenas em território que originalmente pertence aos povos originários constroem-se de modo estruturado. A opção por delimitar um espaço geográfico abaixo dos pés como forma de homenagear os povos indígenas do Tocantins revela significativamente as memórias e narrativas que se pretendem estabelecer tanto no presente quanto no futuro da cidade. De igual modo, essa escolha configura um silenciamento que reflete diretamente a posição política daqueles que concebem

³³ O monumento as frisas também mencionam os povos indígenas do território tocantinense, contudo, essa menção está presente apenas em 6 placas das 244 frisas, número ínfimo, dado a historicidade e importância dos povos originários desse território.

³⁴ Além desses monumentos, na cidade de Palmas – TO, há seis estações de transporte coletivo que levam o nome de etnias indígenas do Estado, sendo elas: estação Apinajé, Krahô, Javaé, Xambioá, Xerente e Karajá.

os símbolos oficiais da cidade e que, a partir desses símbolos, buscam determinar o que deve ser recordado, celebrado e fixado na memória coletiva dos cidadãos e na paisagem simbólica da cidade, fornecendo elementos culturais e identitários aos sujeitos que ocupam esse território.

Nesse contexto, a interconexão entre memória, identidade e símbolos emerge como um ponto crucial. No tocante à discussão contemporânea sobre a memória, o historiador italiano Paolo Rossi (1933-2012) enfatiza que este debate não se restringe ao passado, mas está intrinsecamente vinculado à identidade e, de certa forma, mesmo que indiretamente, “com a própria persistência no futuro” (ROSSI, 2010, p. 24). Assim, a escolha de homenagear os povos indígenas e a configuração da memória na cidade não apenas refletem uma concepção do passado, mas também alimentam a construção da identidade coletiva e estabelecem projeções para o futuro, como indicado pelo entendimento de Rossi acerca da persistência da memória.

Portanto, os monumentos edificados e sinalizados nos espaços urbanos das cidades corroboram para manter viva alguma memória, para construir uma narrativa, ou mesmo para associar histórias do passado, dando continuidade real ou forjada para o presente. Essas produções simbólicas são postas em locais nos quais a vida cotidiana se desdobra em produzir, reproduzir, ruminar e despejar imagens e símbolos que servirão como referências mnemônicas no espaço.

Huyssen (2014) também argumenta sobre o uso da memória como um artifício de resistência. O autor pondera sobre a cultura contemporânea, que tem fetiche pela memória. O autor apresenta fundamentação com base na semiótica, discorrendo sobre como o uso da arte pode contrapor a memória, sendo, portanto, utilizada para o esquecimento. Nesse senso, para o referido autor, “o esquecimento precisa ser situado num campo de termos e fenômenos como silêncio, desarticulação, evasão, apagamento, desgaste, repressão – todos os quais revelam um espectro de estratégias tão complexo quanto o da própria memória” (HUYSEN, 2014, p. 158).

É pertinente ressaltar algumas considerações elaboradas por Paul Ricœur, que se alinham ao propósito deste texto. Ao ponderar sobre memória e esquecimento, o filósofo estabelece uma classificação de relevância, convergente com a temática que estamos desenvolvendo. Primeiramente, destaca-se uma distinção fundamental entre o esquecimento enquanto *mémoire empêchée* (memória impedida), vinculado a uma memória de repetição, por sua vez associada ao inconsciente freudiano e à compulsão à repetição, e o esquecimento enquanto *mémoire manipulée* (memória manipulada), relacionado à narratividade, ou seja, a

qualquer narrativa seletiva que possibilita a recontagem de uma história de maneira alternativa. Também distingue, por fim, o esquecimento enquanto *oubli commandé* (esquecimento obrigatório), o qual é abordado de maneira mais específica, sendo intrinsecamente político, pois trata-se de um esquecimento institucional, que ocorre em casos de anistia (Ricœur, 2007).

A tarefa da memória, portanto, não é apenas de lembrar, mas de lembrar respondendo a uma interpelação [...] Todas as estratégias de impedimento da memória, “Memória impedida, memória manipulada, memória comandada de modo abusivo” [...] portanto, não visam simplesmente uma falsificação da lembrança, mas muito mais: elas tendem a impedir a escuta dessa interpelação e a resposta que lhe poderia ser dada no presente, dentro do presente e para o presente” (GAGNEBIN, 2020, p. 208).

Nessas três especificações, a política da memória está inclusa, isso é, uma memória cultural que encarna artefatos, monumentos, esculturas, pinturas e a própria arquitetura (HUYSEN, 2014), ou seja, objetos simbólicos que ocupam a cidades e constituem-se em uma memória pública. Dessa forma, é importante enfatizar que tanto as lembranças produzidas e fornecidas pela visualização de monumentos quanto a memória e o esquecimento são passíveis de múltiplas formas de abuso pelo poder público e por aqueles que determinam a implantação dos símbolos monumentais na cidade (HUYSEN, 2014, p. 15).

Portanto, as reflexões tencionadas por Ricouer (2007) e Huyssen (2014) nos leva para outro ponto chave dessa análise: a problematização de contramonumentos e antimonumentos. Uma vez afirmado que a idealização dos monumentos públicos é determinada por agentes detentores do poder e que estes agem conforme intentos próprios para manipular os símbolos e a história da cidade, coloca-se, portanto, a necessidade de reivindicar locais de permanência e de resistência por monumentos e esculturas que não estão presentes no tecido urbano da cidade.

É nesse aspecto que o debate acerca dos contramonumentos torna-se necessário na atualidade. Nobler (2020) salienta que os contramonumentos representam, na realidade, uma tentativa de reivindicação discursiva, isto é, a tentativa de ocupação simbólica por monumentos que outrora nunca puderam representar a história e a identidade de um povo.

[...] *contramonumento* reivindica artefatos discursivos a esses infundáveis sujeitos rapinados, cujos corpos e forças foram secularmente parasitados, mantidos à deriva de qualquer relação com a cultura natal, com um vínculo original. Sujeitos que, massacrados e/ou escravizados, tiveram suas peculiaridades culturais desconsideradas, silenciadas ou tiveram seus dizeres desvirtuados pelas classes dominantes de cada época, e ainda hoje lutam por um espaço. Como pilares de uma grande muralha, os *monumentos* levantados em honra dos vencedores emparedam

seus construtores. Esses que, por fim, ao constituírem a ossatura de cada colosso, tornam-se invisíveis ou grifam tal invisibilidade já latente não apenas aos olhos dos passantes, mas, sobretudo, àquela figura que os encima e até então segue a lhes pesar os ombros (NOBLER, 2020. p. 173 – 174).

O autor delinea o *contramonumento* como uma expressão representativa de esperança destinada aos povos historicamente marginalizados e negligenciados pelas elites detentoras do poder. Ao observar que na segunda maior praça do mundo há espaço para símbolos religiosos, políticos e até mesmo para elementos desvinculados da história do Estado e de sua capital, argumenta-se que esse mesmo espaço deve ser destinado a monumentos que genuinamente representem a identidade cultural dos povos tocantinenses e palmenses. No mesmo sentido, assim como os povos indígenas do Tocantins, que foram sutilmente lembrados e representados em monumentos praticamente invisíveis na cidade, torna-se imperativo reivindicar, neste espaço reflexivo, a criação de *contramonumentos* dedicados aos povos quilombolas, negros e indígenas. Em certa medida, há essa percepção de que não existem monumentos que representem esses grupos, e alguns entrevistados não apenas argumentaram sobre isso, como também sugeriram a edificação de alguns contramonumentos.

Olha, o que eu vejo, o que eu sinto falta na Praça dos Girassóis, falando especificamente... dar um monumento ou de alguma construção, alguma placa que lembre os quilombos, a população negra, o trabalho deles. Se você observar bem na praça, retirando uma ou duas placas lá dos frontispícios do Palácio Araguaia, não tem nenhuma representação sobre a importância da cultura negra para os Tocantins [...]. A importância do trabalho dos negros na principal festa dos Tocantins em todo o estado, que é a vaquejada, ou seja, os vaqueiros, os vaqueiros que trabalhavam nas fazendas, que tocavam o gado. Então, eu senti falta aqui em Palmas da representação da importância da cultura negra e do negro enquanto trabalhador. Enquanto escravizado e mesmo depois de liberto. Sobre Índio tem a Praça de Krahô [...] dentro da Praça dos Girassóis, tem as pinturas indígenas. As pedras portuguesas, elas são dispostas para que representem símbolos indígenas dentro da Praça dos Girassóis. Mas os negros, que é a maioria da população do estado do Tocantins, eles estão muito sub-representados nos monumentos da Praça (Entrevistado 3).

[...] Pensando na diversidade da população [...] A gente tem a diversidade da fauna, da flora, né? Então, não sei se é, na verdade, cuidar, cuidar mais desses espaços do que construir algo. Não sei, né? Mas talvez tornar isso mais evidente, dessa beleza e dessa riqueza. Se vai colocar a religião em evidência, eu acho que seria interessante, talvez, algo... não sei se a palavra ecumênica é uma boa palavra, mas... algo mais aberto a todas, assim, do que focar em uma. Então, talvez algo nesse sentido, de representação. E acho que evidenciar mais, também, os povos indígenas, né? Eu sei que os desenhos, por exemplo, da praça, eles têm referência a esses diferentes povos, né? Mas acho que tornar mais evidente, pra além do chão, algo mais, talvez, a nível do olhar de... Acho mais, talvez, mais visível. A nível do... o olhar de altura, não sei, mas que... Que não fique só no chão, assim, né? Tipo, é muito bonito, eu acho muito bonito. Mas, talvez, evidenciar mais os povos indígenas mesmo, aqui do... Talvez identificação também, então, dos monumentos. Talvez algo mais acessível pra gente. Ah, isso aqui é isso aqui. Ah, eu

tô nesse lugar e quer dizer isso. Eu não sei, realmente, se tem e onde tá. Talvez falta, da minha parte, frequentar mais esses espaços [...] (Entrevistada 6, grifo nosso).

[...], mas eu acho que se houver algum projeto de se construir mais monumentos na capital que fale sobre que se refira a essas outras comunidades (referindo as comunidades quilombolas e indígenas), seria perfeito, valoroso. Gosto dessa palavra. E eu acho que seria representativo. Mais representativo ainda. A comunidade aqui no Tocantins é grande. Não tem uma população imensa. Acho que somos o quê? Um milhão de habitantes do Tocantins, um pouco mais. Mas que tem esses povos. Então representá-los na capital seria muito bom. Eu ficaria muito feliz de vê-los representados aqui nos outros parques e até mesmo em rotatórias grandes, fazer algum tipo de intervenção, alguma coisa artística. Temos tantos artistas, bons artistas aqui no Tocantins. Eu acho que se tivesse um projeto, alguma coisa da Secretaria de Cultura, de Urbanismo, que fizesse um trabalho de seleção, seria muito bom [...] dois ou três monumentos aqui na cidade, na parte central da cidade de Palmas, seria muito bacana [...] (Entrevistada 8, grifo nosso).

Destaca-se que o Estado do Tocantins possui 44 comunidades remanescentes de quilombos (DPE, 2016), e não há sequer uma forma simbólica que represente esse grupo dentro da capital. Entre estes, desataca-se:

Kalunga de Mimoso e Lagoa de Prata, em Arraias; Malhadinha e Córrego Fundo, em Brejinho de Nazaré; Barra do Aroeira, em Santa Teresa; Redenção, em Natividade; Cocalinho, em Santa Fé; Baviera, em Aragominas; Comunidade do Prata, em São Félix do Tocantins; São Joaquim e Lajinha, em Porto Alegre do Tocantins; São José e Chapada, em Chapada da Natividade; Mumbuca, em Mateiros; e São João, em Santa Rosa no Tocantins (LOPES, 2009, p. 100).

Por outro lado, antimonumentos inserem-se em uma política de alerta para os equívocos do passado, notadamente em eventos como massacres, genocídios, traumas e violência. No âmbito dos antimonumentos, a abordagem visa recordar o passado como um meio de advertência, visando evitar a repetição de erros históricos (GIAVENCCHIO, 2015).

O antimonumento pode se instaurar a partir da arte, pela possibilidade de revelar a catástrofe e a ruína. A arte pode ser compreendida como uma resistência que nos faz questionar até que ponto as memórias oficiais produzem sentidos ou são apenas formas de manipulação e controle. A partir da arte, podemos compreender que o acesso ao passado, ainda que mantido pela memória individual e pela resistência, não cabe somente ao Estado, o qual embora tenha como função garantir à sociedade o trato com a memória histórica, sempre apresenta um olhar parcial e tendencioso (GIAVENCCHIO, 2015, p. 126).

A importância dos antimonumentos reflete a mesma necessidade observada nos contramonumentos, ou seja, proporcionar um espaço simbólico e viabilizar narrativas de grupos historicamente silenciados. No contexto específico do Tocantins, consideramos a pertinência e a relevância da concepção de pelo menos dois antimonumentos que perpassam a história territorial dessa região, anteriormente ao seu desmembramento.

O primeiro deles seria dedicado à memória da Guerrilha do Araguaia, ocorrida no norte do Estado entre 1972 e 1974, resultando na morte de diversos participantes da guerrilha, bem como de residentes locais não envolvidos na situação. A Guerrilha do Araguaia é um evento inserido no contexto histórico brasileiro e na esfera regional do norte goiano, sendo que, quase cinquenta anos após, muitos dos corpos dos guerrilheiros permanecem não localizados.

[...] a guerrilha objetivou lutar contra a ditadura militar e fomentar, a partir do campo, uma democracia popular no Brasil [...], a maior dimensão da guerrilha tem a ver, principalmente, com o massacre promovido pelo Estado – ainda que executado pelo relativamente autônomo setor de informações –, ao torturar impiedosamente centenas de camponeses da região e executar prisioneiros rendidos, em clara violação aos direitos humanos e em total desacordo com tratados internacionais (PEIXOTO, 2011, p. 482).

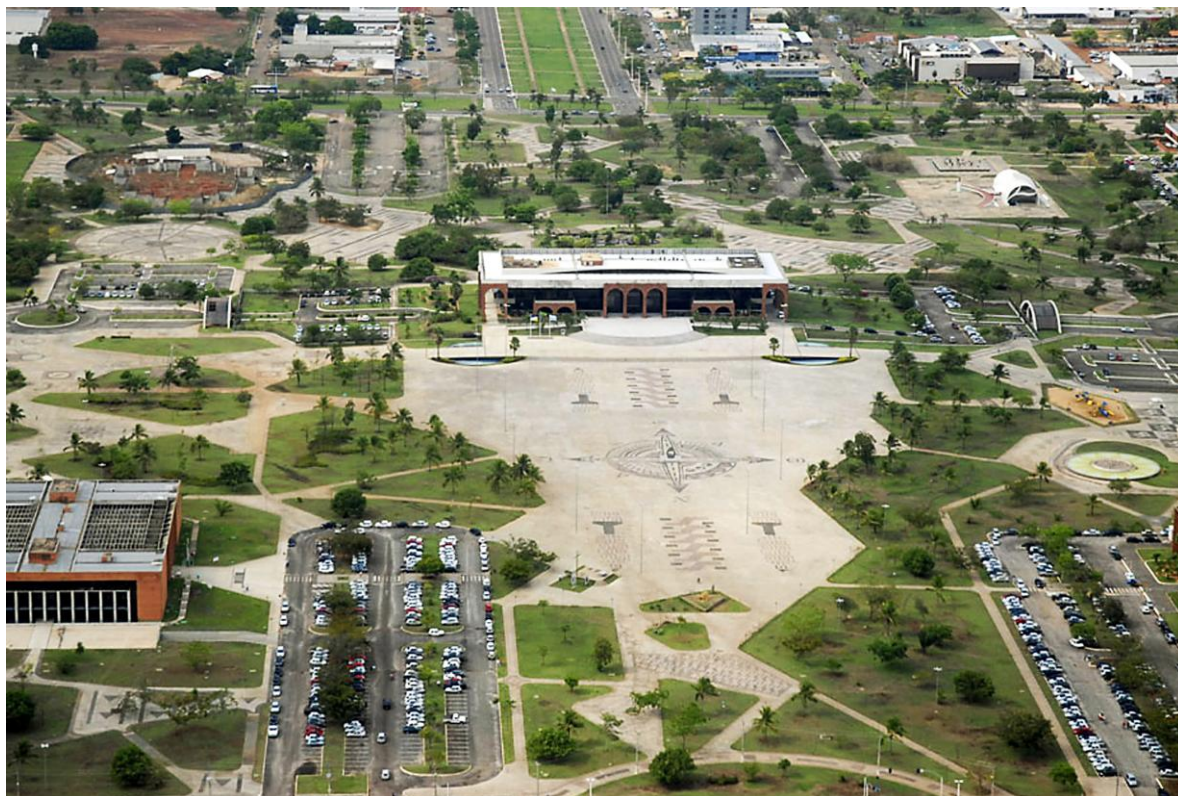
Em um contexto semelhante, poderíamos também contemplar a concepção de um antimonumento em homenagem aos povos indígenas Krahô, que foram massacrados em 1940 na região de Pedro Afonso - GO, atual Pedro Afonso - TO. Ribeiro (2023) discorre sobre esse doloroso episódio no território tocantinense, indicando que o massacre foi liderado por jagunços e fazendeiros da região mencionada anteriormente. Embora as estimativas quanto ao número exato de vítimas variem, estima-se que aproximadamente 80 indígenas foram assassinados, sendo a maioria composta por crianças e idosos.

Mapa do Tocantins no Calçamento da Praça

O mesmo material utilizado na construção da Praça indígena também compõe todo o calçamento da Praça dos Girassóis. As pedras portuguesas em tonalidade escura percorrem toda a extensão de chão institucional³⁵, sendo que algumas delas possuem grafismos indígenas. No chão, tem-se o monumento simbólico do mapa do Tocantins desenhado na entrada principal da Praça dos Girassóis, ala norte, na frente do Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos. Tal forma simbólica também só pode ser notada quando vista do alto, por isso os transeuntes caminham sobre o mapa do Tocantins sem ter o conhecimento da função simbólica abaixo deles (Figura 42).

³⁵ Para compreender melhor o uso da terminologia "chão institucional", consulte Lima e Bessa (2022).

Figura 42. Palmas. Mapa do Tocantins no calçamento da Praça dos Girassóis



Fonte: Marcio Di Pietro, 2009.

Rosa dos Ventos e o Centro Geodésico do Brasil

Importa-nos destacar que no meio do mapa do Tocantins, tem-se o monumento Rosa dos Ventos, que simboliza o centro geodésico do Brasil (Figura 43). No centro desse, encontra-se o monumento à Bíblia, que também se faz presente no hall de entrada do Palácio Araguaia. Este cenário visa incutir a ideia de que Palmas, a Praça dos Girassóis e o Palácio Araguaia são os pontos centrais entre os extremos do Brasil (Norte-Sul, Leste-Oeste): “A rosa dos ventos, com os pontos cardeais e colaterais, foi feita em três cores e é enriquecida por grafismos dos povos indígenas” (TOCANTINS, 2013, p. 14).

Sobre esse monumento no calçamento do chão da Praça e na parte interior do Palácio, há algumas observações a serem tecidas, principalmente quanto à veracidade da narrativa construída que posiciona a cidade de Palmas como centro geodésico do Brasil. O próprio ex-governador do Estado, em entrevista cedida, afirmou que a escolha da capital perpassou pela necessidade de centralidade e pela demarcação da última capital planejada do século XX como centro geodésico do Brasil. Questionado sobre a delimitação e sobre a escolha da capital, Siqueira Campos argumenta:

*"[...] Eu quis realmente colocar porque, na minha cabeça, estava alguma coisa assim: de **colocar no centro geodésico do Brasil**, e eu brincava com os brasilienses, dizendo assim, 'vocês não são o centro do Brasil, o centro do Brasil vai ser a nossa capital'. Eu fui atrás dos órgãos mais importantes do Brasil e descobrimos depois de sobrevoar e descer e andar por terra, nos encontramos o marco zero do centro geodésico do Brasil. Que foi feito em forma de Palácio, o Palácio Araguaia é o marco zero do centro geodésico do Brasil (CAMPOS, 2016 [sic], Entrevista, grifo nosso)".*

Nota-se que existiu claramente um orquestramento das ações para que a narrativa construída e repassada aos longos dos anos ganhasse forma e reverberasse que o Centro Geodésico do Brasil está situado na capital tocantinense. É interessante pontuar que a cidade de Palmas carrega outros títulos que foram construídos ao longo dos anos, tais como: o mais central dos estados brasileiros; a capital que possui a maior Praça do Brasil; a última capital planejada do século XX; e o centro geodésico do país (REIS, 2010). Alguns desses títulos são comprovados; outros, contudo, foram inventados como forma de construir um discurso de poder impregnado de simbolismo político. A questão que gira em torno da capital ser o Centro Geodésico do Brasil é, portanto, uma construção midiática e política que corrobora para a produção de uma narrativa de poder que, por chamar a atenção, é difundida e aceita.

Pesquisadores diversos já questionaram tal afirmação. Argumentou-se, inicialmente, que o uso da terminologia “centro geodésico” é um equívoco, uma vez que, dentro das ciências geográficas, o que são trabalhados são os marcos geodésicos. Anjos (2017, p. 101) pondera sobre este assunto:

Uma reportagem da mídia local (Portal Conexão Tocantins) questionou a veracidade do centro geodésico do Brasil ser no Tocantins. Para tanto, entrevistou o professor Eduardo Quirino Pereira (que ministra aulas de cartografia e topografia no curso de Engenharia Ambiental da Universidade Federal do Tocantins), o qual afirmou que não há, cientificamente, o termo centro geodésico. O professor acrescenta ainda que, na Geodésica que se trabalha com “marcos geodésicos”, os quais são demasiadamente precisos e, por isso, podem existir *centros geodésicos* dependendo da perspectiva. A matéria também recorre a vários órgãos, os quais apresentam o uníssono sobre a não existência de um documento que atribui ao Tocantins e, mais especificamente, à Praça dos Girassóis, o centro geodésico do Brasil.

Cardoso, Nobre e Sperling (2022) analisam essa visão, ressaltando a falta de comprovação científica sobre essa localização como o centro geodésico do país. Os autores ainda argumentam que, conforme os relatórios do Anuário Estatístico do Brasil, publicados entre 1994 e 2000, o centro geodésico do Brasil seria as coordenadas 10°35' de latitude sul e 52°40' a oeste de Greenwich, localizadas em São José do Xingu, no Mato Grosso. Contudo, depois de 2000, não há registros oficiais de novas informações que confirmem a existência de um novo centro geodésico no país. Ademais, nota-se como esses ditos locais referenciados

como marcos geográficos são marcados pela construção de monumentos ou obeliscos para referenciar a posição geográfica e em certa medida atrair visitação turística.

Figura 43. Palmas. Rosa dos Ventos com o monumento à Bíblia ao centro indicando o Centro Geodésico do Brasil



Fonte: SECOM, 2023.

Esse discurso de grandeza e centralidade, sempre esteve presente nas exposições públicas do primeiro governador. Conforme aludido na citação anterior, Siqueira Campos buscava, em certa medida, competir com Brasília sobre a centralidade da capital, almejando essa posição para a cidade que ele “criará”. Juntamente com o ideal de grandeza que perpassa os símbolos da capital, seus monumentos e edifícios, registra-se também a tentativa frustrada

de construir em Palmas uma estátua representativa de Jesus que seria do tamanho do Cristo Redentor.

A iniciativa e a idealização desse monumento, assim como a maioria das formas simbólicas espaciais distribuídas pela cidade de Palmas, também fora planejada pelo primeiro governador. Em 2016, em entrevista concedida a uma TV local, Siqueira Campos falou sobre o projeto do Cristo³⁶ e de sua motivação para que o projeto avançasse em outros governos. Sobre o projeto, Siqueira argumentou que “[...] *se o pessoal avançar no projeto do Cristo, vai ficar uma coisa linda também, e... fica mais expressivo é uma forma de apresentar melhor. Porque o Cristo daqui, será maior do que o Cristo do Rio de Janeiro, maior, mais bonito, mais afetivo* (CAMPOS, 2016, Entrevista ao G1 TOCANTINS). O anúncio da construção do Cristo na cidade de Palmas foi feito em 31 de dezembro de 2013, período que marca a última gestão governamental de Siqueira Campos. Na ocasião, o ex-governador anunciou que o monumento seria instalado no Morro do Chapéu, localização próxima de Palmas, bem como informou que havia conseguido recursos por parte da iniciativa privada, na ânsia de, assim, inaugurar o monumento no ano seguinte, entre março e abril de 2014.

O projeto arquitetônico desse monumento teve como responsável o arquiteto cearense Luiz Deusdara, pois o objetivo inicial era construir o monumento no Estado do Ceará e depois realizar a montagem em Palmas – TO (Figura 44). Em entrevista cedida ao portal de notícias local, T1 Notícias, o arquiteto ponderou sobre a caracterização do monumento e como este seria maior que o Cristo Redentor do Rio de Janeiro:

São 33 metros de altura, acima da base, dando 42 metros no total, maior que o do Rio de Janeiro, que é de pouco mais de 38. A estrutura é de aço, são 100 toneladas do material. O eixo do cristo do Rio é em concreto armado e o revestimento em pedra sabão, que é porosa e de vez em quando tem que fazer manutenção. A do nosso Cristo é toda esculpida e revestida de kevlar¹⁶, que é um material mais resistente que o aço, usado para fazer colete à prova de bala, muito resistente. Com isso a manutenção será feita só a cada 20 anos (Deusdara *apud* T1 Notícias, 2014).

Apesar dos esforços e da idealização, o monumento do Cristo conseguiu sair do papel apenas para ter suas obras iniciadas, já que, em 2015, a pedido do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, as obras foram embargadas, primeiramente por não ter ocorrido estudos de danos ambientais e patrimoniais, e segundo por ter sido direcionada para uma região onde há a presença de sítios arqueológicos datados de cinco mil anos atrás, os quais estavam sendo impactados por essas obras (G1 TOCANTINS, 2015). Em 2018, a obra foi embargada e, em dezembro de 2023, as obras do projeto arquitetônico foram retomadas.

³⁶ O monumento ao Cristo foi financiado por doações e apoio de setores privados, contudo, a Associação Palmas para Jesus Cristo é a responsável pelo empreendimento.

Figura 44. Base do Cristo de Palmas pronta e projeto do Cristo.



Fonte: Palmas para Jesus, 2024.

Jacaré de Pedra do Siron

Tido como cartão postal da capital e imperceptível por muitos e o marco do início da nova capital (SILVESTRI; NOLL; JACKS, 2017), o Jacaré do Siron, que faz referência ao réptil bastante presente no Tocantins, está localizado no gramado do Espaço Cultural José Gomes Sobrinho, mede 52 metros de comprimento e pesa mais de 200 toneladas de granito (Figura 45). Acerca desse monumento, apenas um entrevistado o citou durante o diálogo, talvez devido à dimensão em que ele está instalado, o que acaba impossibilitando a identificação.

Eu acho que Palmas tem monumentos muito belos. Tem alguns outros monumentos que eu não acho tão bonitos. Eu gosto muito do espaço cultural, acho ele lindo, o edifício. E do lado dele também tem um monumento que eu acho fantástico, que é aquele jacaré. É um jacaré lindo, jacaré de pedra, né? É muito bonito. E acho que tem tudo a ver, né? Jacaré com o que é a cidade e o estado [...] ao mesmo tempo, você tem ali o jacaré, que eu não gostaria que tirassem nunca. Para mim, o jacaré é um símbolo. Ele fica bem no pé do córrego, onde passa um córrego embaixo (...). Infelizmente, muita gente não conhece o jacaré. Como tive formação em engenharia, sempre tivemos acesso a essas imagens, então eu já tinha uma ideia do que era. Mas foi só quando comecei a me preparar para entrar no curso de engenharia que consegui visualizar de fato. Acho o jacaré fantástico porque ele dialoga com o rio Tocantins, que para mim é o principal símbolo do estado. O nome do estado vem do rio, que é a espinha dorsal do Tocantins. Por isso, acho o jacaré incrível [...] (Entrevistado 5, grifo nosso).

O monumento foi doado pelo artista plástico goiano Siron Franco ao então prefeito Eduardo Siqueira Campos (1993 a 1996) e é uma das formas simbólicas invisíveis presentes na capital, uma vez que o montante de pedras visto pela ótica do transeunte não possibilita compreender a função simbólica do monumento. Contudo, ao passo que é visto do alto, forma-se a figura de um jacaré.

Figura 45. Palmas. Vista aérea do Monumento Jacaré de Pedras do Siron



Fonte: Hellen Flavia, 2023.

5.1 Concreto, aço e flores: as formas simbólicas espaciais da natureza

Relógio do Sol

Edificado nos anos 2000 e situado na Praça dos Girassóis, está o monumento Relógio do Sol (Figura 46 e 47) e o Monumento Cascata (Figura 48), os quais foram idealizados durante a terceira gestão governamental de José Wilson Siqueira Campos (1999 a 2003). O primeiro monumento é mais uma das formas simbólicas que só podem ser apreendidas completamente quando vistas do alto. Sua forma tem uma estrutura circular de seis metros de altura e sessenta metros de diâmetro. É feita de pedras portuguesas e ocupa uma área de aproximadamente 700 metros quadrados. Esse monumento funciona não só como um relógio solar, indicando as horas e os meses pela sombra projetada por uma haste metálica no mostrador no chão, mas também como um observatório astronômico, pois permite a visualização da constelação do Cruzeiro do Sul à noite. O projeto do monumento foi elaborado pelo arquiteto Silêncio Martins Camargo, com a consultoria do físico Marcomede Rangel Nunes, do Observatório Nacional (TOCANTINS, 2013, p. 19).

Figura 46. Palmas. Monumento Relógio do Sol vista área



Fonte: Tocantins, 2013.

Figura 47. Palmas. Monumento Relógio do Sol vista terrestre



Fonte: SECOM, 2023.

Monumento Cascata

Já o monumento Cascata encontra-se situado na ala sul da Praça dos Girassóis, tendo como pano de fundo o Palácio Araguaia e o Brasão de Armas do Estado fixado no calçamento. Sua simbologia está relacionada às riquezas naturais do Estado e representa a diversidade dos rios e das cachoeiras que percorrem o Tocantins. O monumento foi produzido pelo artista plástico João Devair e Lúcia Bacelar e possui 1200 m². Sua construção, além de simbolizar a riqueza pluvial, também remete à Serra do Carmo, dado que as rochas da cascata buscam reproduzir as feições geomorfológicas da Serra que rodeia a capital (TOCANTINS, 2013; LIMA, BESSA; 2021).

Figura 48. Palmas. Monumento Cascata localizado na Praça dos Girassóis



Fonte: SECOM, 2023.

Relógio das Flores

Por outro lado, edificado em 2014 e situado no cruzamento da Avenida NS-02 com a LO-09, o monumento Relógio das Flores (Figura 49) foi idealizado durante a gestão municipal do prefeito Carlos Amastha (2013-2016). Trata-se de um monumento puramente estético, que tem como finalidade ornamentar o canteiro da cidade. Este monumento não apresenta nenhum significado simbólico que possa ser vinculado a uma intenção política ou identitária.

Figura 49. Palmas. Monumento das Relógio das Flores localizado na rotatória da quadra 402 Sul



Fonte: Clóvis Cruvinel, 2023.

O Monumento à Consciência

Também construído durante a segunda gestão municipal de Carlos Amastha (2017-2018)³⁷ e localizado na Orla da Praia da Graciosa, está o monumento à Consciência, inaugurado em 2017 (Figura 50). Trata-se de um obelisco com altura de quase 13 metros de altura, contendo quatro faces.

[...] Aí você afasta mais um pouquinho (do centro), você vai ali para a Praia da Graciosa, e você tem um outro monumento ali [...] O Monumento da Consciência, eu achei muito interessante. Esse final de semana [...] A gente foi ali naquele píer e eu olhei e eu vi aquele monumento. Eu achei ele muito gracioso, achei bonito e interessante [...] (Entrevista 8).

Um dos (monumentos) que eu acho mais, que eu menos gosto aqui é aquele último que fizeram lá na Orla. O Monumento à Consciência. O Monumento à Consciência, eu achei aquele lá, não ficou muito legal, não. Achei aquele lá feio. Achei sem proporção [...] (Entrevistado 5).

As quatro faces desse momento representam os seguintes elementos: a Consciência, que simboliza a responsabilidade humana sobre o meio ambiente; o Homem, que retrata a evolução da espécie humana; Água e Terra, o que mostra a interação entre esses dois elementos vitais; e Vento e Fogo, que expressam a energia e a transformação dessas forças naturais (PALMAS, 2023). Juntamente com o monumento Relógio das Flores, o monumento

³⁷ Em 2018 o então prefeito, Carlos Amastha, renuncia à prefeitura de Palmas para disputar o governo do Estado.

à Consciência trata-se de uma das raras obras monumentais da cidade que não foram idealizadas ou inauguradas pelo ex-governador Siqueira Campos.

Figura 50. Monumento Obelisco à Consciência situado na Orla da Praia da Graciosa



Fonte: Prefeitura de Palmas, 2017.

5.2 Direito à memória e monumentos políticos

O Monumento aos Dezoito do Forte de Copacabana

Além dos monumentos citados, na Praça dos Girassóis também está presente o espaço museológico e histórico-cultural da Praça dos Girassóis (Figuras 51, 52 e 53). Localizado na porção sudoeste da praça, este é composto pelo Monumento aos Dezoito do Forte de Copacabana e pelo edifício monumental da Coluna Prestes. O primeiro foi inaugurado em 5 de outubro de 2001 pelo ex-governador Siqueira Campos, em homenagem aos militares que participaram do levante tenentista de 1922.

Tal monumento consiste em dezenove esculturas de bronze, de até 2,10 m de altura, feitas pelo artista plástico Maurício Bentes³⁸, que retratam a cena de combate dos revoltosos

³⁸ O artista plástico Mauricio Bentes desempenhou um papel significativo na produção de importantes monumentos na capital tocantinense. Para além da notável contribuição ao Monumento aos Dezoito do Forte de Copacabana, destacam-se outras produções, tais como o Monumento Frisa; a estátua de bronze do Cavaleiro da Esperança, representando Luís Carlos Prestes, localizada na rampa do Memorial Coluna Prestes; as nove estátuas

na Avenida Atlântica, no Rio de Janeiro. A bandeira do Brasil em frangalhos, conduzida pelo tenente Siqueira Campos, se destaca à frente do grupo, que também inclui um civil representando o fotógrafo que documentou o episódio. O calçamento em forma de onda, que ocupa uma área de aproximadamente 1.638,04 metros quadrados, remete às calçadas de pedra portuguesa da avenida carioca. Na parte frontal do monumento, há uma inscrição com uma frase atribuída ao tenente Siqueira Campos: “À pátria tudo se deve dar, nada se deve pedir, nem mesmo compreensão”, Tenente Siqueira Campos, herói dos ‘18 do Forte’ e da Coluna Prestes” (TOCANTINS, 2007; TOCANTINS, 2013; LIMA e BESSA, 2021).

Figura 51. Palmas. Monumento Ao Dezoito do Forte de Copacabana



Fonte: Márcio Di Pietro, 2003.

Figura 52. Palmas. Monumento Ao Dezoito do Forte de Copacabana



Fonte: Flávio André, 2019.

Figura 53. Palmas. Edifício Monumental do Museu da Coluna Prestes



Fonte: João Di Pietro, 2019.

Considera-se conferir o título de mais emblemático a este monumento, visto que, de todas as formas simbólicas presentes na Praça dos Girassóis, é o único monumento que possui várias esculturas em tamanho real. Contudo, cabe a indagação dos motivos que levaram à produção de um monumento histórico e militar que retrata um período anterior à criação do Estado e de sua capital. Acerca disso, Reis (2011, p. 135) já realizou algumas observações e, entre elas, podemos aproveitar que, “por ter sido intencionalmente criada, projetada, Palmas representa um campo fértil à criação de elementos legitimadores da produção historiográfica oficial tocantinense, sobretudo a partir do imperativo desejo da construção de uma identidade”. Para a entrevistada 8, esse monumento reflete um registro extremamente significativo para o Estado do Tocantins.

[...] Você tem o monumento do 18 do Forte, ali no Memorial Coluna Prestes, que tem toda uma simbologia ao movimento dos soldados, que aconteceu em todo o Brasil, mas teve uma presença marcante aqui para o Tocantins. E o Tocantins decidiu registrar isso com a arquitetura do Memorial Coluna Prestes e com o monumento 18 do Forte. Então, você tem aqueles soldados em posição de guerra. E aí você começa a fazer associações. Poxa, como foi para aqueles soldados, em busca de um ideal? Aí você começa a pensar no norte do Goiás, tentando se firmar, ter as suas representações ali dentro de Goiás. Goiás é um território gigantesco, e você tem suas demandas aqui no Norte. E aí você... pelo menos assim, essa é a minha percepção como moradora. E você tem esse registro ali, que significa muita coisa para a população (Entrevista 8).

O entrevistado 5 questiona a instalação desse monumento, por não parecer haver um sentido de ligação entre a história de Palmas e o monumento.

*No monumento do 18 do Forte, aquele lá mesmo, é que eu não sei o que ele estava fazendo aqui, mas ele é bonito. Eu... Eu acho que é difícil desmerecer a obra, porque eu nem gostaria de fazer isso, nem falar [...]. Nossa, quando eu vou lá e vejo aquelas esculturas, aquelas pessoas, também acho bonito, é lindo. Mas eu acho que aquele lá (a história retratada no monumento) foi lá em Copacabana, Rio de Janeiro. Não aqui, né? Eu acho muito... (...) é, às vezes eu penso que... Bom, queriam remeter à integração nacional, eu acho isso interessante. Mas eu penso também que talvez quisessem só homenagear o Prestes e o Niemeyer. Eu acho legal, mas acho que poderia ter sido feito num lugar que foi mais representativo, né? E não aqui, talvez. Porque tem um memorial, acho que do Carlos Prestes, que lá no sul do país, só que... Não, é... Acho que é alguma coisa assim, não me lembro direito. Mas o Coluna Prestes, o memorial da Coluna Prestes foi feito aqui, né? E esse 18 do Forte, acho que era, né? Em virtude disso. Até que está do lado ali, simbolicamente. **Acho que tudo isso era uma tentativa, talvez, de homenagem ao Prestes e ao Niemeyer. E talvez uma tentativa do governo do estado de se apropriar desse símbolo também, né? Da época** (Entrevistado 5, grifo nosso).*

Ato contínuo, o que temos diante desse monumento é a tentativa de criar uma identidade, assim como todos os elementos já mencionados, mas, sobretudo, de inventar uma tradição para uma terra nova e para um povo que necessita de pertencimento e de memória. Antes de problematizar essas questões que abarcam o monumento dos Dezoitos do Forte de Copacabana, acerca de tradição inventada e da identidade forjada, deve-se primeiramente contextualizar o movimento histórico a que este monumento faz alusão.

O levante conhecido como movimento ou revolta do Forte de Copacabana, ocorreu no Rio de Janeiro em julho de 1922, inserindo-se, portanto, no período histórico da República Velha brasileira (FERRO, 2020; CANCELIER e SALOMÃO, 2022). O levante entrou para a história e consagrou alguns personagens-chaves que estiveram à frente dessa ação. Com apoio em Napolitano (2021), as agitações políticas que culminaram no levante de Copacabana tiveram início em 1920.

Havia, a priori, grupos hegemônicos ou facções oligárquicas que detinham o domínio sobre o Estado brasileiro e principalmente agiam conforme os interesses econômicos das duas principais regiões oligárquicas, São Paulo e Minas Gerais. Esses dois estados eram o ponto central de grupos políticos elitistas e envolviam sujeitos das elites baianas, cariocas, gaúchas e pernambucanas como personagens importantes.

Coexistia com essa situação um forte crescimento de insatisfação por parte principalmente dos militares, de membros da classe média e de intelectuais, que não se mostravam satisfeitos com esse modelo político de centralização de poder. Em consequência, no início da década de 1920, iniciou-se um período de crises dentro desse regime político.

De início, neste período, nota-se que São Paulo e Minas Gerais, os dois principais polos oligárquicos, lançaram a candidatura de Artur Bernardes, buscando um sucessor para o presidente Epitácio Pessoa (1919 – 1922). Este presidente, entretanto, não agradava boa parte dos militares. Diante disso, insatisfeitos com a indicação de Bernardes, diversos boatos começavam a surgir, como, por exemplo, o de que “Arthur Bernardes planejava extinguir o Exército”. Como tentativa de invalidar sua candidatura, ainda no mesmo período, surgiram cartas falsas atribuídas a Bernardes. Estas cartas foram publicadas e, em uma delas extraídas abaixo, Artur Bernardes supostamente fazia críticas diretas ao marechal Hermes da Fonseca:

"As missivas, a circular no segundo semestre de 1921, tiveram seu conteúdo publicado na íntegra pelo jornal Correio da Manhã, em edição de 11 de outubro, ascendendo os ânimos e provocando exaltadas proclamações que adentraram 1922. Nas cartas, Hermes da Fonseca era chamado de “sargento sem compostura” e “canalha”, lançando-se ofensas ao Clube e a classe militar (CANCELIER e SALOMÃO, 2022, p. 53)".

Salienta-se que Hermes da Fonseca era um ex-presidente da República e tinha o Clube Militar sob sua liderança. Por isso, havia grandes apoiadores do Marechal que também se sentiram ofendidos pelas cartas falsas. Junto a esse fato, os militares já vinham se mostrando insatisfeitos com a política oligárquica que beneficiava os grandes fazendeiros. Porém, entre os críticos desse sistema e apesar da figura importante de marechal, não havia um projeto que pudesse ocupar o sistema vigente, cabendo aos militares e ao próprio marechal tecer críticas quanto à atuação dessas oligarquias.

Em 1922 foi sacramentada a vitória de Bernardes à presidência. Contudo, os militares planejavam tumultuar a posse em 7 de junho de 1922, principalmente os jovens militares que acusavam os superiores de conivência política com a velha política oligárquica e clientelista, além de suspeitarem de fraude eleitoral. O clube militar que era dirigido por Marechal realizou formalmente indagações acerca dos resultados das eleições e solicitou a recontagem dos votos. Porém, “o Congresso Nacional, dominado pela presidência da República, não aceitou a proposta” (NAPOLITANO, 2021, p. 73).

Com receio de um levante militar, tendo em vista os movimentos que estavam se formando, Epitácio Pessoa, que ainda estava à frente como chefe do Executivo, realizou algumas ações urgentes. Com isso, ele solicitou que Marechal Hermes fosse preso e acabou fechando o clube militar. Essas ações de Epitácio Pessoa, somadas à intervenção política com utilização de tropas do Exército nas eleições estaduais de Pernambuco, foram, em certa medida, o estopim para o levante liderado pelos tenentistas (CANCELIER e SALOMÃO, 2022). Diante desse cenário, e contrário à prisão do marechal Hermes da Fonseca e ao

fechamento do Clube Militar, um pequeno grupo de militares se rebelou no Forte de Copacabana.

A rebelião no Forte de Copacabana contou com nomes como Eduardo Gomes e Siqueira Campos. Foi a pioneira em propagar a necessidade da reforma dos costumes políticos, e foi liderada por jovens tenentes, uma vez que a alta oficialidade recusou-se a lutar contra o status quo republicano (GRANATO, p. 5).

Insatisfeitos e revoltados com o cenário político, dezessete militares que estavam no Forte “resolveram efetivamente partir para a luta aberta contra as forças governistas, dispostos a chegar no Palácio do Catete (sede do governo) ou morrer tentando. Os dezessete militares marcharam pela Avenida Atlântica e obtiveram o apoio de um civil. Desse modo, consagra-se o movimento dos 18 do Forte de Copacabana, sendo que estes foram facilmente derrotados por não terem conseguido aliados suficientes em sua marcha. De acordo com Napolitano (2021, p. 74), os tenentes “foram sendo abatidos a tiros ou presos um a um [...] mas se consagrou na memória dos militares como o marco zero do tenentismo”.

Acerca disso, Cancelier e Salomão (2022) ainda apontam que entre os tenentes revoltosos estava o “Capitão Euclides Hermes da Fonseca, filho do marechal, tendo ao seu lado os tenentes Siqueira Campos, Eduardo Gomes, Newton Prado e outros militares que entrariam para a história como os integrantes dos “18 do Forte”.

Com o exposto, fica evidente como o monumento aos Dezoito do Forte de Copacabana, em Palmas - TO, nada faz sentido dentro do contexto histórico e político desse fato. Contudo, um dos elementos mais importantes dessa narrativa é a investida dos idealizadores desse monumento na capital, para incutir no imaginário social a participação ou a associação do primeiro governador do Estado, José Wilson de Siqueira Campos, com o Tenente Antônio de Siqueira Campos. Vale retratar que na história oficial do levante:

Siqueira Campos assumiu a liderança da rebelião, já desfalcada pelo consentimento da retirada daqueles que optassem por depor armas e salvar suas vidas. Entre os remanescentes vingou uma ideia verdadeiramente suicida: marchar ao encontro das tropas leais ao governo brandindo armas pela Avenida Atlântida. O gesto era dramático, sendo marcado por uma cerimônia de arriamento da bandeira nacional, no dia de 6 de julho, quando foram rasgados e distribuídos 29 pedaços do símbolo pátrio (CANCELIER e SALOMÃO, 2022, p. 55, grifo nosso).

Assim, a escultura que está à frente das demais no monumento aos 18 do Forte é a do Tenente Siqueira Campos, que carrega a bandeira do Brasil em frangalhos. Reis (2011, p. 129) já aludia que “estes artifícios fazem parte das batalhas ideológicas e políticas, que são travadas através de símbolos e alegorias”. E, mais uma vez, destacamos como esta forma simbólica, somada às tantas outras já descritas, fazem parte de um ideal maior que sobrepuja a

imagem do ex-governador como um símbolo de vitorioso, conquistador, mito político e criador.

A posição política de Campos, como o primeiro governador, conferiu-lhe “significativa expressão regional” que perdura até os dias atuais. O mito do pioneiro construtor configura uma história recheada de personalismos presentes nas suas falas públicas, em entrevistas ou até mesmo em autorreferências cotidianas, mormente a respeito do planejamento *ex nihilo* da cidade de Palmas, capital do Estado. **O governador do novo estado utilizou o espaço da cidade e da arquitetura oficial como forma de materializar o poder político ora exercido**, ciente do alcance que a construção de uma cidade e dos seus edifícios por si só representa a uma sociedade, sobretudo a uma sociedade nascente (REIS, 2011, p. 106, grifo nosso).

Essa associação confusa entre o homônimo do Tenente e o ex-governador, possibilita a produção de um vínculo simbólico por parte de um imaginário popular que desconhece o enredo histórico em sua totalidade, posto que não existe nenhum contexto associado à criação de Palmas ou ao desmembramento do Tocantins na produção dessa forma simbólica em um espaço de poder como a Praça dos Girassóis.

5.3 Quem escreve a história? Inventando a tradição e forjando identidades

A escrita da história como a conhecemos sempre foi trabalho intelectual de um pequeno grupo dominante. A história dos vencedores, escolhida e personalizadas pelos detentores do poder oficializa *práxis* e discursos, enraizados e sistematizados para mantê-la duradoura e intacta com o passar do tempo. É nesse aspecto que se considera tratar as formas simbólicas espaciais como parte do trabalho sistematizado por uma elite local que escreve a história oficial e a petrifica nos espaços mais importantes da cidade.

Nesse aspecto, indaga-se, portanto, sobre a veracidade das narrativas perpassadas e das simbologias erigidas. Até que ponto a *história* dos monumentos da capital tocantinense são realmente história? Poderão esses símbolos monumentais serem tentativas de invencionismo cultural e identitário, sendo, ademais, *histórias*?

Em primeiro lugar, vale delinear a diferença objetiva entre o singular e o plural da palavra. Assim, “histórias” (plural) seriam contadas para se desviar dos fatos e a “história” (singular) deveria nos restituir a verdade do passado (ARRIADA, 2003, p. 201).

Seria possível aos idealizadores dos monumentos políticos, identitários e culturais da cidade Palmas-TO manipular a história oficial do Estado, criar a história, inventarem uma tradição?

Postas as descrições e as análises, nota-se como tudo que foi erigido na última capital planejada do século XX utilizou-se do artifício criador, isto é, de manipulação simbólica na elaboração de uma historiografia oficial do Estado e da cidade na qual o mito político forjado

se inseriu como um grande vencedor. Dessa forma, os monumentos, os edifícios, os símbolos não nos contam uma história verídica, mas, sim, narram histórias que foram tecidas para ser imorredouras no vir-a-ser da cidade e, principalmente, no devir mnemônico dos habitantes desse território inventado. Essa narrativa é, portanto, entendida como a história “real”, a história dos vencedores (ARRIADA, 2003).

Nesse sentido, os monumentos da cidade, e especificamente o monumento aos Dezoito do Forte de Copacabana, analisado anteriormente, está impregnado com uma tradição inventada, portadora de um símbolo político potente, de alta carga simbólica, fornecida pela ausência de elementos identitários e culturais dessa região criada.

Assim, sem passado ou população preexistente, Palmas é uma cidade que tem sua origem no nada (*ex-nihilo*), de forma que tudo é uma construção. **A sua tradição é inventada politicamente e sua história é imaginada** como uma unidade constituída a partir da política de Estado (ANJOS, 2017, p. 82, grifo nosso).

Coube, então, ao primeiro governador do Estado criar símbolos, inventar uma história que fosse abraçada por todos e que perpetuasse por gerações. Ainda que recente a temporalidade da criação da capital e do desmembramento do Tocantins, nota-se como o intuito inicial de perpetuação simbólica e discursiva prevalece até o presente.

[...] Grande parte dos monumentos têm algo a dizer em relação ao primeiro Governador do Estado, passando uma história contada de acordo com as "palavras" dele [...] Acredito que sejam, em grande parte, muito voltados ao nosso primeiro Governador, e que foi várias vezes eleito. Sempre tentam colocá-lo no centro da história e como o "herói" (Entrevistado 1).

O viés político do Siqueira Campos é claro, mas eu não diria que foi autoritário. Ele teve muita autonomia para definir o que seria construído, mas sempre com a intenção de deixar um legado histórico. Sem esses monumentos, a criação do estado talvez não tivesse os mesmos vínculos, e a luta pela autonomia poderia se perder com o tempo. Ele não construiu isso só para si, mas para honrar aqueles que lutaram antes dele, mesmo que a autonomia não tenha sido conquistada por questões políticas e econômicas na época [...] Siqueira Campos conseguiu reunir forças políticas e sociais em uma única direção: a criação do estado. Ele conseguiu unir as lideranças, deixando de lado as divergências momentâneas, para que o Tocantins pudesse nascer. Depois disso, os debates políticos poderiam continuar, mas sem inimizades, apenas como adversários. Essa união era algo que faltava antes, porque as oligarquias do norte não se concentravam nesse objetivo, e Goiás se beneficiava disso. Mas Siqueira Campos era um grande estadista, um visionário. Eu o vi pessoalmente três vezes, e ele tinha uma paixão evidente pelo Tocantins. Inclusive, lembro de uma missa no aniversário dele, em 2017 [...], mas contou algo que nunca encontrei em livros: a Avenida Teodoro Segurado tem aquele canteiro largo no meio porque a ideia era construir ali veículos leves sobre trilhos, para conectar Palmas a Miracema, Porto Nacional e Paraíso. Isso eu ouvi da boca dele. Ele tinha umas visões muito futuristas para a cidade, e é por isso que Palmas tem esse protagonismo monumental, quase futurístico (Entrevistado 3).

[...] Acho que todo monumento tem alguma coisa por trás política. É... Eu acho que um bom monumento, ele não representa só... as elites. E nem só quem tá

demandando ele do poder. Mas eu acho que ele tenta abraçar alguma coisa que seja para todos. Que seja um... alguma coisa... Talvez... Não... Quase nunca consiga, mas em busca de um... De um... De uma coisa comum entre os humanos e a natureza [...]. Então sim, eu vejo políticos e símbolos por trás. Iniciativa política por trás daquilo ali. Apropriação de símbolos mesmo. Transformar o monumento num símbolo e, a partir daquilo, tomar [...]acho que o Siqueira foi o grupo. Como se dizia, o Siqueira e o grupo dele foram dominantes. Tanto na criação quanto nos primeiros anos de Tocantins. Então eu vejo que a maior parte desses melhores monumentos [...] pra mim, foram feitos no governo dele, durante a influência de poder dele (Entrevistado 5).

[...] Nós recebemos opiniões, sugestões e lembrando que os políticos que aqui estão, eles foram eleitos. Então, se a maioria elegeu fulano de tal, para tal cargo, significa que fulano de tal vai me representar lá. E se fulano de tal tem uma proposta de edificar algum monumento, algum prédio, ele tem algum respaldo. E ele tem o ok dos seus eleitores. Quando não tem, você vê aquela movimentação. Se conseguiu, se ergueu, significa que a maioria dos cidadãos que votaram em fulano de tal, estão de acordo com aquilo que ele determinou. Aliás, acontece muito. Os próprios eleitores, cidadãos, chegaram e falaram “olha, está na hora da gente ver um monumento assim, assim, sabe? Olha, faz assim”. E aí ele, como eleito pelo povo, ele vai lá e executa. Então, assim, para mim, o eleito está ali representando o seu eleitorado. O cidadão. Se os cidadãos vão lá e perdem, ele vai lá e executa. Esse é o meu pensamento. O político está lá, foi eleito, e aí ele vai atender as demandas dos seus eleitores, dos cidadãos. Os cidadãos querem um monumento assim assado, ele vai lá e coloca. E vai fazer. Nesse pensamento. Ele está ali, ele está executando algo que foi demandado, executando algo que foi demandado para ele. E quem demandou foi o povo. O povo aceitou, o povo quis (Entrevistada 8).

Desse modo, o inventor do Estado torna-se também um símbolo, visto que o idealizador faz gestar “[...] uma nova tradição, ele ressignifica o que veio antes e institui aí uma memória outra. É um momento de significação importante, diferenciado”. Ou, como já apontado por Rodrigues (2008) em sua tese “Estado do Tocantins: política e religião na construção do espaço de representação tocantinense”:

[...] caracteriza o discurso fundador como a instauração de uma nova ordem de sentidos cujos materiais discursivos constituem-se de diferentes naturezas: enunciados, mitos, lendas, ordens de discurso, entre outros. Sua intermediação com a realidade materializada espacialmente se dá através de uma relação estreita entre a linguagem e o simbólico (ORLANDI, 2003, p. 13).

A história de Palmas é, então, constituída por um emaranhado de fios tecidos cautelosamente. Nada foi por acaso, tudo foi premeditado. E isso é notável nas entrevistas concedidas pelo primeiro governador; na escolha do plano de urbanização inicial; na construção dos monumentos da cidade; na espacialização, na acessibilidade e na visibilidade das formas simbólicas.

Assim, tem-se um território que está em “em busca do tempo”, como apontado por Silva (2008) em sua tese “*Girassóis de Pedra: imagens e metáforas de uma cidade em busca do tempo*”. Para a referida autora, quanto aos monumentos da cidade de Palmas, e em especial à Praça dos Girassóis, “parecem não haver conexão entre eles e o lugar [...] dispostos

como se cada qual contasse uma estória, narrasse um monólogo solitário para justificar sua presença ali (SILVA, 2008, p. 140 – 141)”. A autora, enfim, pondera que esses monumentos têm como função (e como intenção) atribuir sentido à cidade.

Por todo o exposto, nota-se o sentido e a qualificação de inventar uma tradição por meio do processo de ritualização, isto é, de idealização, de erguimento e de posicionamento em um ambiente aberto e facilmente acessível para a população, principalmente quanto à simbologia do monumento aos 18 do Forte de Copacabana, “caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição (HOBSBAWM, 2002, p. 12), repetição esta de um passado que nada se articula com o presente do Estado do Tocantins e de sua capital, Palmas.

Ao tratar de tradições e de suas invenções, deve-se compreender que estas são definidas como:

[...] um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade com o passado (HOBSBAWN, 2002, p. 9).

Na elaboração dos monumentos, nota-se, portanto, essa repetição do passado como um elemento definidor para a construção de uma história inventada e apropriada. A partir das considerações de Hobsbawn (2002), intui-se que a idealização dos monumentos e as investidas do primeiro governador foram ações estratégicas para a manutenção do poder e, sobretudo, para a permanência de sua imagem e de seu nome, de modo que, hegemonicamente, ao longo de três décadas da criação de Palmas, o estado esteve sob seu domínio político e, mesmo quando este não estava gerindo o estado, seu nome já estava solidificado ao ponto deste ser consagrado como um mito político.

E, como mito político, inventam-se tradições, narrativas e símbolos que se transformam em oficiais. Nesse caso, a tradição inventada por meio das simbologias é nitidamente estruturada por um único iniciador, assim como assinalado por Hobsbawn, (2002):

Contudo, espera-se que ela ocorra com mais frequência quando uma transformação rápida da sociedade debilita ou destrói os padrões sociais para os quais as “velhas” tradições foram feitas, produzindo novos padrões com os quais essas tradições são incompatíveis; quando as velhas tradições, juntamente com seus promotores e divulgadores institucionais, dão mostras de haver perdido grande parte da capacidade de adaptação e da flexibilidade; ou quando são eliminadas de outras formas. Em suma, inventam-se novas tradições quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas tanto do lado da demanda quanto da oferta (HOBSBAWM, 2002, p. 12 - 13).

A tentativa de Siqueira Campos, ao manipular esses monumentos, através da simbologia e do próprio homônimo, principalmente referente ao monumento ao Dezoito do Forte de Copacabana, enquadra-se perfeitamente no conceito consagrado por Hobsbawn, pois o idealizador utilizou um fato histórico antigo reconhecido nacionalmente, apropriou-se da narrativa envolvida e trouxe para um território novíssimo uma simbologia cultural tradicional, como se esta, nesse novo espaço, fosse contemporânea.

O objetivo é claro e está relacionado com a grande modificação que o espaço urbano do antigo norte goiano foi acometido. Ou seja, a rápida transformação de um território e a criação de uma nova capital possibilitaram o surgimento de novos padrões sociais e de símbolos históricos e identitários para atender essas necessidades políticas e pessoais daqueles que estavam à frente das decisões.

Em suma, quando um grupo social sofre grandes transformações, seja no âmbito cultural, político ou religioso, há, portanto, a possibilidade de inventar novas tradições como uma resolução dessas modificações bruscas. Essas novas tradições que são implementadas permitem ocupar certas lacunas sociais. No caso de Palmas, as lacunas de uma cidade inventada e com múltiplas realidades, como apontado por Calvino (1998), perpassava um crivo essencial na formação dos sujeitos que viriam a ocupar esse novo território. Nesse aspecto, os monumentos agem como produções fornecedoras de aspectos históricos, identitários, políticos e religiosos. Em muitas dessas formas simbólicas há a invenção da tradição como componente dessa nova realidade.

Mas interessante, do nosso ponto de vista, é a utilização de **elementos antigos na elaboração de novas tradições inventadas** para fins bastante originais. Sempre se pode encontrar, no passado de qualquer sociedade, um amplo repertório destes elementos; e sempre há uma linguagem elaborada, **composta de práticas e de comunicações simbólicas**. Às vezes, as novas tradições podiam ser prontamente enxertadas nas velhas, outras vezes, podiam ser inventadas com empréstimos fornecidos pelos depósitos bem supridos do **ritual, simbolismo e princípios morais oficiais** [...] (HOBSBAWM, 2002, p. 14, grifo nosso).

O ponto fulcral do conceito empregado por Hobsbawn (2002) perpassa a noção de que a invenção de uma tradição nem sempre se trata da criação de práticas simbólicas e ritualistas do zero. Na verdade, ocorre um empréstimo de antigas tradições que são reconfiguradas, relidas e, a partir disso, incorporam-se antigos elementos de uma tradição em busca da formação de novas tradições ou da continuidade dessas. Ademais, destacam-se três modos por meio dos quais as tradições podem ser inventadas e implementadas por grupos dominantes.

As tradições inventadas podem se apresentar de três formas: **a) aquelas que estabelecem e simbolizam a coesão social ou as condições de admissão de um**

grupo ou de comunidades reais ou artificiais; b) aquelas que estabelecem ou legitimam instituições, status ou relações de autoridade, e c) aquelas cujo propósito principal é a socialização, a inculcação de ideias, sistemas de valores e padrões de comportamento. Embora as tradições dos b) e c) tenham sido certamente inventadas [...] pode-se partir do pressuposto de que a do tipo a) é que prevaleceu, sendo as outras funções tomadas como implícitas ou derivadas de um sentido de identificação como uma “comunidade” e/ou as instituições que a representam, expressam ou simbolizam, tais como a “nação”. [...] (HOBBSAWM, 2002, p. 17, grifo nosso).

Dentro desse sistema classificatório determinado pelo autor, percebe-se que em Palmas as três formas de tradições inventadas foram aplicadas nos primeiros anos de construção da cidade. As tradições de tipo “a”, com finalidade de admitir grupos, possibilitaram a construção de um sentido identitário que desse coesão social para os novos habitantes dessa região. Já as tradições de tipo “b” e “c” promoveram a fortificação da tradição “a”, uma vez que aquelas, desenvolvidas pelos grupos políticos hegemônicos, manifestaram-se como determinadoras de legitimação social e simbólica. E é exatamente essa legitimação que está associada a um sistema que visa inculcar valores individuais como se fossem de todos e criar padrões de comportamentos e de pertencimento em uma sociedade.

Dessa forma, ao reconsiderarem-se as tradições inventadas e os postulados apresentados por Hobsbawm, observa-se uma cidade condicionada a estabelecer relações identitárias e mnemônicas em uma história construída com o objetivo primordial de direcionar os grupos que ocupariam esse novo território a perpetuar tais práticas simbólicas. Essas práticas não apenas legitimariam as instituições responsáveis pela transmissão de valores culturais, identitários e políticos, mas também promoveriam a idealização de representações simbólicas no espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese é o resultado de discussões e reflexões aprofundadas, desenvolvidas ao longo de seis anos. O estudo apresentado está vinculado ao desenvolvimento regional da capital tocantinense, explorando as complexidades que envolvem a criação de Palmas - TO e a construção monumental de edifícios públicos, símbolos, estátuas ou, como preferi conceituar ao longo do trabalho, formas simbólicas espaciais.

A partir dos dados levantados e analisados, bem como de documentos e fotografias oficiais, observa-se que há, de fato, intenções políticas subjacentes à construção, instalação ou retirada de monumentos, anteriormente fixados ou atualmente localizados em Palmas. Esses monumentos refletem escolhas que dialogam diretamente com as narrativas históricas e políticas locais. A tese é construída por meio de uma sequência contínua de atos que narram e exemplificam os principais feitos políticos, as construções edificadas e os impasses entre o campo social e simbólico.

Nota-se que diversos agentes e figuras da historiografia desse território tentaram fragmentar o antigo norte goiano durante a luta autonomista do Tocantins. Contudo, a história recente, construída coletivamente e permeada por múltiplas narrativas, destaca a figura simbólica, por vezes mítica ou messiânica, do primeiro governador do Estado do Tocantins e fundador da última capital planejada do século XX: José Wilson Siqueira Campos. Esse ícone político idealizou as formas simbólicas espaciais mais notáveis e marcantes presentes no território tocantinense.

Assim, no primeiro capítulo desse estudo, apontou-se de forma sucinta as principais ações e políticas desenvolvimentistas que resultaram na divisão do antigo norte goiano para o atual Estado do Tocantins. Nesse contexto histórico, emerge a figura de José Wilson Siqueira, que gradualmente vai ganhando destaque na luta emancipatória pela divisão territorial do norte goiano. Observa-se, assim, a fortificação de sua imagem a partir do momento em que ocorre oficialmente a divisão territorial entre o antigo norte goiano e o atual Estado do Tocantins. No segundo capítulo, foi realizada uma ampla pesquisa bibliográfica, com fontes nacionais e internacionais, permitindo ampliar o arcabouço sobre temas relevantes que fundamentam a tese, como identidade, memória, política e patrimônio.

A análise dos monumentos simbólicos religiosos da cidade de Palmas, TO, é aprofundada no terceiro capítulo. Nesse contexto, são inseridas as opiniões de alguns entrevistados sobre os símbolos religiosos no espaço público. Tais argumentos divergentes apontam para a pluralidade de interpretações que um mesmo monumento pode suscitar.

Alguns entrevistados discordam da presença desses símbolos na cidade, enquanto outros concordam, destacando a pauta da laicidade entre o político e o religioso. Fica evidente, assim, como a capital tocaninense está impregnada de símbolos religiosos cristãos, a maior parte edificados por seus gestores políticos.

Já no quarto capítulo, o olhar volta-se para os edifícios da capital tocaninense, observando que, assim como outros símbolos monumentais, foram estrategicamente construídos em locais de ampla visibilidade, acessibilidade e grande escala no espaço urbano. Quase todos foram implantados durante as gestões de José Wilson Siqueira Campos.

Por fim, no quinto capítulo, chega-se à conclusão de que todos os símbolos monumentais, as narrativas e os artifícios implantados nos primeiros anos da criação da capital foram elaborados como uma tentativa de forjar uma identidade e memória coletiva. Apesar dos esforços políticos para tal feito, observa-se, com base nas entrevistas e documentos, que esses símbolos forjados foram gradualmente incorporados pela comunidade. Alguns moradores relatam como esses monumentos se tornaram marcos de localização, pontos de socialização e, portanto, elementos simbólicos definidores do que representa a cidade e, em certa medida, seus cidadãos.

O estudo evidenciou como os monumentos de Palmas fazem parte da vida cotidiana das pessoas que frequentam os espaços centrais da cidade. Observa-se que, entre os oito entrevistados, todos mencionam a Praça dos Girassóis como um marco referencial monumental da capital. Sendo assim, é o espaço simbólico que mais transmite a ideia de monumentalidade e poder.

Observa-se que essas formas simbólicas foram projetadas e imbuídas de significados diversos, abrangendo o campo religioso, como no caso do primeiro monumento de "O Cruzeiro"; o campo político, representado por obras como "Súplica dos Pioneiros" e "Dezoito do Forte de Copacabana"; além de outros monumentos que buscaram criar, forjar e consolidar um sentimento de pertencimento. Tais monumentos, dotados de alta carga simbólica, cultural e identitária, contribuem significativamente para a construção de uma identidade palmense.

A compreensão inicial de que esses monumentos foram estrategicamente concebidos para moldar uma identidade coletiva se confirma e se torna evidente. Contudo, os estudos que abordam os conceitos de identidade e pertencimento indicam que a identidade é uma construção dinâmica, em constante transformação e aberta à incorporação de novos elementos e símbolos. Dessa forma, por mais que a identidade de Palmas tenha sido forjada nos primeiros anos de sua construção, é importante reconhecer que os habitantes da cidade, especialmente aqueles que nasceram e cresceram nela, são influenciados por esses

monumentos. Eles os veem, frequentam seus espaços e, conseqüentemente, internalizam um sentimento de pertencimento que reforça a identidade palmense. Assim, o projeto inicial de idealização dos monumentos alcança seu propósito ao se consolidar como um pilar cultural e identitário.

Ao considerar os monumentos analisados nesta tese, nota-se que muitos foram criados durante as gestões de José Wilson Siqueira Campos. Alguns desses monumentos retratam sua própria história e representam, simbolicamente, o idealizador e seu legado. Observa-se, portanto, uma intenção clara de perpetuar a presença desse personagem histórico na memória coletiva dos tocaninenses e dos palmenses, especialmente por meio de sua oralidade, que desempenhará um papel crucial no fortalecimento de sua imagem no futuro mnemônico.

Esse movimento se intensifica após o falecimento de José Wilson Siqueira Campos, em 2023, quando diversos pontos simbólicos da cidade são renomeados em sua homenagem. Sua figura política, suas criações e seu discurso desenvolvimentista para o antigo norte goiano e para a capital do Tocantins tornam-se, assim, ainda mais presentes e emblemáticos. Esse processo reforça a consolidação de sua imagem como estadista, evidenciando seu papel central no desenvolvimento do território tocaninense. Ao mesmo tempo, ratifica-se a figura de Siqueira Campos como um mito político, com base em uma construção social aceita e vivida dentro de uma realidade concreta, visto como um grande impulsionador do desenvolvimento do Estado. Siqueira Campos torna-se esse mito político por desempenhar um papel motivador e unificador desse território. Ainda que idealizada, essa imagem construída aponta para ações necessárias à formação de uma identidade coletiva e de coesão social.

As formas simbólicas projetadas durante suas gestões moldam essa força hegemônica, perpetuando a importância desse personagem por meio de ícones monumentais estruturados em concreto, aço, bronze e ferro. Esses monumentos são, portanto, testemunhos materiais de sua influência política e de sua visão para o Tocantins.

Dessa forma, esta pesquisa representa uma contribuição valiosa para os estudos sobre desenvolvimento urbano e regional, memória, identidade e monumentos. Além disso, outros campos também podem ser explorados, como os estudos de análise simbólica, especialmente no que se refere à apropriação de símbolos oficiais, como hinos e imagens, por grupos sociais que ressignificam elementos nacionalmente conhecidos a partir de novas práticas de uso, reinventando seu sentido representativo. Da mesma forma, a análise espacial das religiões no território urbano, especialmente em Palmas (TO), revelou a concentração de templos cristãos, como igrejas católicas e evangélicas, em áreas privilegiadas da cidade. Em contrapartida,

outras religiões, principalmente as de matriz afrodescendente, encontram-se à margem do espaço urbano, muitas vezes em uma espécie de camuflagem e ocultamento de suas práticas e ritos. Essas disparidades podem servir como ponto de partida para novos debates e reflexões.

Espera-se, portanto, que esta tese sirva como referência para novos debates e interpretações sobre Palmas e outras cidades planejadas do Brasil. Além disso, propõe-se como sugestão para futuras gestões políticas a análise e possível implantação de monumentos que representem, de forma mais fiel, a identidade e a cultura do povo tocantinense, incluindo homenagens aos povos originários, comunidades quilombolas, grupos indígenas e símbolos naturais, como o capim dourado, o Rio Tocantins e a arara-canindé.

Reconhecem-se, contudo, as limitações enfrentadas durante esta pesquisa, principalmente no acesso a dados documentais em órgãos oficiais do estado e do município, frequentemente justificadas pela ausência ou perda de registros escritos e fotográficos. Além disso, o número limitado de entrevistados, que, apesar dos esforços para alcançar um maior número de participantes, resultou em sucessivas negativas. Apesar disso, a pesquisa se mantém consistente e alcança os objetivos propostos, utilizando fontes alternativas e fotografias anexadas ao longo do texto como apoio para futuras investigações.

Por fim, conclui-se que todo o aparato teórico, documental e as demais fontes, audiovisuais e transcrições, corroboram para a consolidação do pensamento central desta tese de doutorado, que aborda a hegemonia política na construção dos monumentos da capital tocantinense. Certamente, esta tese não esgota suas análises, reflexões e aprofundamentos, que ainda podem ser desenvolvidos. Contudo, evidencia que tais questionamentos podem desdobrar-se em novas reflexões e fomentar debates mais profundos, ampliando e dando continuidade ao que foi iniciado neste estudo.

A figura de José Wilson Siqueira Campos emerge como central e de extrema importância na fundação do Estado do Tocantins e da cidade de Palmas. Seus quatro mandatos políticos o tornaram uma figura hegemônica nesse solo vermelho do cerrado. Os monumentos que ele idealizou e projetou narram uma história que, ao mesmo tempo em que pode ser questionada, materializa seus feitos e suas ações de forma simbólica e duradoura.

Os resultados obtidos nesta pesquisa cristalizam o papel e a função simbólica dos monumentos no tecido urbano. Esses monumentos não apenas contam histórias e narram traçados, mas também perpetuam imagens e legados, especialmente daqueles que os conceberam. São, assim, elementos fundamentais na escala urbana, que constroem o imaginário social e moldam a identidade coletiva. Vão muito além de estruturas de concreto e aço, pois tornam-se portadores de sentidos e significados que transcendem o tempo presente.

Referências

ADAMU, Patience; CASTELLO, Deon, CUKIER, Wendy. How Public is Public Art? A Critical Discourse Analysis of the Racial Subtext of Public Monuments at Canada's Pier 21. **Open Philosophy**. v. 2, p. 126–136, 2019. Disponível em: <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/opphil-2019-0016/html>. Acesso em: 10 de mar. 2022.

ANDERSON, Ben. **Encountering Affect: capacities, apparatuses, conditions**. New York: Routledge, 2014.

ANJOS, Ana Carolina Costa dos. **Do girassol ao capim dourado: apropriação e ressignificação de elementos naturais na narrativa identitária do Estado do Tocantins**. Porto Alegre: Editora Fi, 2017.

Anjos, Ana Carolina Costa dos; Santos, Cleide das Graças Veloso dos. Frontispícios: a negação da legitimidade simbólica das esferas do Palácio Araguaia na construção do imaginário cultural do Tocantins. **Aturá Revista Pan-Amazônica de Comunicação**, Palmas, v. 3, n. 1, p. 256-281, jan-abr. 2019. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/atura/article/view/6120/14929> Acesso em: 18 set. 2023.

ARGAN, Giulio Carlo. **Clássico Anticlássico**, SP: Cia das Letras, 1999.

ARGAN, Giulio Carlo. **L'âge baroque**. Genève : Éditions d'art Albert Skira, 1994.

ARRIADA, Eduardo. “Uma história dos sem nomes”: a visão de história em Walter Benjamim. **História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel**, Pelotas, n. 14, p. 195 – 209, 2003. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4061566.pdf> Acesso em: 16 nov. 2023.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

AUGÉ, Marc. **Oblivion**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2004.

BACZKO, Bronislaw. **Los Imaginarios Sociales: memorias y esperanzas colectivas**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1984.

BAZOLLI, João Aparecido. **Dispersão urbana e instrumentos de gestão: dilemas do poder local e da sociedade em Palmas/TO**. 2012. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia – MG, 2012.

BEIGUELMAN, Giselle. Preservação experimental para desinventar a tradição. **Memoricidade**. Revista do Museu da Cidade de São Paulo V.1 - N.1 – Dezembro 2020, p. 15 – 21. Disponível em: https://repositorio.usp.br/directbitstream/98d454e0-9484-4cfc-b581-158118c98f16/preservacao_experimental_para_desinventar_a_tradicao.pdf Acesso em 11 set. 2023.

BENTO, Antonio. Como fazer uma revisão da literatura: Considerações teóricas e práticas. **Revista JA** (Associação Acadêmica da Universidade da Madeira), nº 65, ano VII, 2012, p. 42 - 44. Disponível em: <http://www3.uma.pt/bento/Repositorio/Revisaodaliteratura.pdf>. Acesso em: 06 set. 2022.

BERDOULAY, Vicent. Espaço e cultura. In: Olhares Geograficos: modos de ver e viver o espaço. Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 101 - 132.

BERQUE, A. Écouméne. Paris: Belin, 2000.

BESSA, Kelly et al. A construção política das imagens e das representações: Os girassóis do Tocantins (Brasil). *Desenvolvimento e meio Ambiente*, v. 40, 2017, p.315 - 327. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/45121> Acesso em: 27 nov. 2023.

BESSA, Kelly; OLIVEIRA, Claudia Fernanda Pimentel de Ordem e desordem no processo de implantação de Palmas: a capital projetada do Tocantins. **Geosp – Espaço e Tempo**, v. 21, n. 2, p. 497-517, agosto. 2017. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/117161>. Acesso em: 28 mar. 2022.

BITTECOURT, Paula. Estátua desaparecida está de volta à praça. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 30 de out. 2005. Caderno Arte & Vida.

BONATTO, Letícia. Monumentos de Palmas: ou a memória como experiência, gestos e conflitos. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

BOYER, Christine. **The city of Collective Memory: Its Historical Imagery and architectural entertainments**. Cambridge: MIT Press, 1994.

BRAGA, Danilo Fiani. Pentecostalismo e Política: uma geografia eleitoral dos políticos ligados à Igreja Universal do Reino de Deus no município do Rio de Janeiro – 2000 a 2006. Dissertação de Mestrado do PPGG da UFRJ. Rio de Janeiro, 2008.

BRASIL, Antônio Americano. Pela história de Goiás. Goiânia: Ed. UFG, 1980.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 jul. 2022.

BRITO, Eliseu Pereira de. Construir Palmas? Uma análise da construção da capital do Tocantins. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 4, n. 4, p. 74–90, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/16696>. Acesso em: 04 jul. 2022.

BUCHOLC, Marta. Commemorative Lawmaking: Memory Frames of the Democratic Backsliding in Poland After 2015. **Hague Journal on the Rule of Law**, v. 11, n. 1, p. 85-110, 2019. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s40803-018-0080-7>. Acesso em: 05 set. 2021.

CALDAS, Maria Aparecida Esteves. **Estudos de revisão de literatura**: fundamentação e estratégia metodológica. São Paulo: Hucitec, 1986.

CALDEIRA, Júnia Marques. **A praça brasileira - trajetória de um espaço urbano: origem e modernidade**. 2007. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP, 2007.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. (Tradução: Diogo Mainardi). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CAMPOS, José Wilson Siqueira. **Siqueira mostra pedra misteriosa e conta fatos sobre a criação de Palmas. Entrevista concedida a Sydney Neto. G1 TOCANTINS, Palmas, 20 de mai. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2016/05/siqueira-mostra-pedra-misteriosa-e-counta-fatos-sobre-criacao-de-palmas.html> Acesso em: 04 de out. 2023.**

CAMPOS, Rinaldo. O homem que enfrentou o governador do Tocantins. Observatório da Imprensa, 2005. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/armazem-literario/o-homem-que-enfrentou-o-governador-do-tocantins/> Acesso em: 15 nov. 2023.

CAMPOS, Siqueira. Siqueira Campos mostra pedra misteriosa e conta fatos sobre a criação de Palmas. G1, TOCANTINS, 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2016/05/siqueira-mostra-pedra-misteriosa-e-counta-fatos-sobre-criacao-de-palmas.html> Acesso em: 27 nov. 2022.

CANCELIER, Andriete; SALOMÃO, Eduardo Rizzatti. Os 18 do Forte de Copacabana: história e lugar de memória. Revista da Escola Superior de Guerra, v. 37, n. 80, p. 51-61, maio-ago. 2022p .51 - 61. Disponível em: Acesso em: 15 nov. 2023.

CARDOSO, Marianna Gomes Pimentel; REIS, Patrícia Orfila Barros dos. Arquitetura em Palmas - TO: Considerações sobre uma modernidade extemporânea. In: I SAMA – Seminário de Arquitetura Moderna na Amazônia. 2016, Manaus – AM. **Anais** [...]. Manaus: UFAM: 2016, p. 1 - 22.

CARDOSO, Mariene; NOBRE, Ana Luísa; SPERLING, David. Centro Geodésico do Brasil. Atlas do Chão. Disponível em: <https://www.atlasdochao.org/ponto/centro-geodesico-do-brasil/> Acesso em: 13 nov. 2023.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo, Contexto, 2019.

CARVALHO, José Murillo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CASSIRER, Ernest. Ensaio sobre o homem. Introdução a uma filosofia da cultura humana. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012 [1944].

CASTORIADIS, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

CASTRO, Iná Elias de. Espaço político. **GEOgraphia**. Niterói, Universidade Federal Fluminense, v. 20, n. 42, 2018, p. 120 – 126. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/download/13839/9042/53222>. Acesso em: 13 abr. 2022.

CATALÀ, Josep Maria. **A forma do real**: introdução aos estudos visuais. São Paulo: Summus, 2011.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. O discurso autonomista do Tocantins: primeiras manifestações. In: GIRALDIN, Odair. (Org.). **A (trans) formação histórica do Tocantins**. Goiânia: Ed. UFG; Palmas: Unitins, 2004, p. 49-88.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

CERBONE, David. **Fenomenologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo, Contexto, 2018.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 2000.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Edições 70, Portugal, 2014.

CHOKSEY, Lara. Colston falling. **Journal of Historical Geography**. v. 74, p. 77 – 83, 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305748820300864?via%3Dihub>. Acesso em: 10 de mar. 2022.

COCOZZA, Glauco de Paula. **Paisagem e urbanidade: os limites do projeto urbano na conformação de lugares em Palmas**. 2007. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo – SP, 2007.

CONNERTON, Paul. Seven types of forgetting. **Memory Studies**, v. 1, n. 1, p. 59-71, 2008. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1750698007083889>. Acesso em: 08 set. 2021.

COPLEY, Clare. Stones do not Speak for Themselves: Disentangling Berlin's Palimpsest. **Journal of Comparative Fascist Studies**, v. 8, n. 2, p. 219-249, 2019. Disponível em: https://brill.com/view/journals/fasc/8/2/article-p219_219.xml?language=en. Acesso em: 09 out. 2021.

CORRÊA, Roberto Lobato Corrêa. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano. Agentes e processos, escalas e desafios**. Contexto, São Paulo, 2019, p. 41 -53.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Caminhos paralelos e entrecruzados**. São Paulo, Editora Unesp, 2018.

CORRÊA, Roberto Lobato. Cultura, política, economia e espaço. **Espaço e cultura**, UERJ — RJ. N° 35, p. 27 — 39 jan./jun de 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/18903>. Acesso em: 07 de jul. 2021

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço e Simbolismo. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C. (orgs.). **Olhares geográficos**: modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 133 – 153.

CORRÊA, Roberto Lobato. Formas simbólicas e espaço: algumas considerações. **GEOgraphia**, v. 9, n.17, 2007a, p. 7 – 18. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13530> Acesso em: 20 abr. 2022.

CORRÊA, Roberto Lobato. Monumentos, política e espaço. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Geografia Cultural**: uma antologia, volume II. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 73-100.

CORRÊA, Roberto Lobato. Monumentos, política e espaço. **Scripta Nova**: Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona, v.9 , p. 181 – 204, 2005. Disponível em: <<https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/894>>. Acesso em: 16 jun. 2021.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Sobre a geografia cultural**. Departamento de Geografia – UFRJ, 2009. Disponível em: <https://ihgrgs.org.br/artigos/contibuiacoes/Roberto%20Lobato%20Corr%C3%AAa%20-%20Sobre%20a%20Geografia%20Cultural.pdf> Acesso em: 28 fev. 2023.

CORRÊA, Roberto Lobato. Uma sistematização da análise de monumentos na Geografia. **Terr@ Plural**, Ponta Grossa, v. 1, n. 1, p. 9-22, 2007b. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/tp/article/view/1139> Acesso em: 20 abr. 2022.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. A geografia cultural brasileira: uma avaliação preliminar. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Geografia cultural**: uma antologia, volume I. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2012, p. 87 - 104.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultural e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Geografia cultural**: uma antologia, Volume I. pp. 219 -238.

COSGROVE, Denis. Mundos de Significados: Geografia Cultural e Imaginação. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Geografia Cultural**: Um Século. Rio de Janeiro: UERJ, 2000. p. 33-60.

DARDEL, E. L'Homme et la Terre. Pais: PUF, 1952.

DAVYDOVA-MINGUET, Olga. Performing Memory in Conflicting Settings: Russian Immigrants and the Remembrance of World War II in Finland. **East European Politics and Societies: and Cultures**, v. 20, n. 10, p. 1-23, 2021. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0888325420956697>. Acesso em: 20 set. 2021.

DEELY, John. **Semiótica básica**. São Paulo: Ed. Ática, 1990.

DPE, **Quilombolas do Tocantins: Palavras e Olhares**. Organizadores: GOLÇAVES, Pedro Alexandre Conceição Aires; NOGUEIRA, Rose Dayanne Santana. Palmas, Tocantins, 2016.

DRESSER, Madge. Set in Stone? Statues and Slavery in London. **History Workshop Journal**. v.64, n. 1, p. 162 – 199, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/hwj/dbm032>>. Acesso em: 10 de mar. 2022.

DUNCAN, James. The City as Text. The Politics of Landscape Interpretation in the Kandyan Kingdom. Cambridge: **Cambridge University Press**, 1990.

DURAND, Gilbert. As estruturas antropológicas do imaginário. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo. Martins Fontes, 1996.

EDMONDS, Penelope. Monuments on trial: #BlackLivesMatter, ‘travelling memory’ and the transcultural afterlives of empire. **History Australia**, v. 18, n° 4, p. 801-822, 2021. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14490854.2021.1994862>>. Acesso em: 10 de mar. 2022.

ERNST, Cassiser. **A filosofia das formas simbólicas**. Primeira parte: A linguagem. Martins Fontes, São Paulo, 2001.

EVANS, Richard John. O terceiro Reich no Poder: o relato mais completo e fascinante do regime nazista entre 1933 e 1939. 1. ed. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

FEITOSA, Cid Olival. **Do antigo Norte de Goiás ao Estado do Tocantins: Elementos de uma economia em formação**. 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico), Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

FERRARA, Lucrécia D’Alessio. Cidade: imagem e imaginário. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; SOUZA, Célia Ferraz de (Org). **Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano**. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 1997, p. 193 – 204.

FERRO, Flávia Salles. Um liberal autoritário: trajetória política de Eduardo Gomes (1922-1981). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Juíz de Fora, 2020, Juiz de Fora – MG.

FIRMINO, Eugenio Pacelli de Moraes. **Ensino de História, Identidade e ideologia: A experiência do Tocantins**. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2003.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

G1 TOCANTINS. Obra do Cristo Redentor em Palmas é embargada a pedido do Iphan Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2015/03/obra-do-cristo-redentor-em-palmas-e-embargada-pedido-do-iphan.html> Acesso EM: 14 nov. 2023

GAGNEBIN, JEANNE MARIE. Os impedimentos da memória. *ESTUDOS AVANÇADOS* v. 34, n° 98, 2020, p. 201 – 217. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/NHCHy6vFnHnBxdP3vnmLZ8v/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 13 nov. 2023.

GAIO, Roberta Cortez.; CARVALHO, Roberto Brito de; SIMÕES, Regina. Métodos e técnicas de pesquisa: a metodologia em questão. In: GAIO, Roberta (org.). **Metodologia de pesquisa e produção de conhecimento**. Petrópolis, Vozes, 2008.

GALLOIS, L. Régions naturelles et noms de pays: étude sur la région parisiennse. Paris: A. Colin, 1908.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs.). SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIAVENCCHIO, Adriana. Presença na ausência: amnésias políticas e resistências poéticas na memória da ditadura civil militar brasileira (1964 – 1981). Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2015.

GIL FILHO, Fausto Sylvio. Geografia das formas simbólicas em Ernst Cassirer. In: BARTHE-DELOIZY, Francine; SERPA, Angelo. (orgs). **Visões do Brasil: estudos culturais em Geografia**. Salvador: EDUFBA; Edições L'Harmattan, 2012, pp. 47-66.

GIL, Antonio Carlos, **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GIUMBELLI, Emerson. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 80-101, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-85872008000200005>. Acesso em: 25 jul. 2022.

GIUMBELLI, Emerson. Crucifixos invisíveis: polêmicas recentes no Brasil sobre símbolos religiosos em recintos estatais. **Anuário Antropológico**, [S. l.], v. 36, n. 1, p. 77–105, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/7006>. Acesso em: 25 jul. 2022.

GIUMBELLI, Emerson. Religião, Estado, modernidade: notas a propósito de fatos provisórios. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 52, p. 47-62, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142004000300005>. Acesso em: 25 jul. 2022.

GIUMBELLI, Emerson. **Símbolos religiosos em controvérsias**. São Paulo, Terceiro Nome, 2014.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP. Alínea, 2001.

GRÁCIO, H. R.; MORAIS NETO, O. R.; DEMARCHI, A. L. C. Terras Indígenas e ICMS Ecológico no Tocantins: os casos Xerente e Apinajé. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, [S. l.], v. 13, n. 32, 2017. DOI: 10.21713/2358-2332.2016.v13.1024. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/1024>. Acesso em: 13 nov. 2023.

GRANATO, Natália Cristina. O tenentismo revisitado 100 anos depois: um estudo da trajetória política de suas lideranças. *Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais*. V.6, n.8. 2022, p. 54 – 67. Disponível: https://ieei.unesp.br/index.php/IEEI_MundoDesenvolvimento/article/view/116 Acesso em: 15 nov. 2023.

GRUNEBAUM, Heidi. Debates on memory politics and counter-memory practices in South Africa in the 1990s. *Education as Change*, v. 22, n. 2, p. 1-19, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.25159/1947-9417/3777>. Acesso em: 17 set. 2021.

GRUPOQUATRO. **Projeto da capital do estado do Tocantins**: plano básico/memória. Palmas: Governo do Estado do Tocantins; Novatins, 1989.

GUSTAFSSON, Karl. Understanding the persistence of history-related issues in Sino-Japanese relations: from memory to Forgetting. *International Politics*, v. 57, n. 1, p. 1047-1062, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/s41311-020-00219-7>. Acesso em: 10 out. 2021.

HAJDU, Péter. The memory of national literature in Budapest city centre. *Neohelicon*. v. 41, n. 1, p. 43 – 50, 2014. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/1a0acb546bbd8864c120a1678b091679/1?pq-origsite=gscholar&cbl=54628>>. Acesso em: 10 de mar. 2022.

HALBWACHS, Maurice. **On Collective Memory** (Edited, Translated and Introduced by Lewis A Coser). Harper & Row Colophon Books. 1992.

HALLGRIMSDOTTIR, Helga; FINNSSON, Ari; BRUNET-JAILLY, Emmanuel. Austerity Talk and Crisis Narratives: Memory Politics, Xenophobia, and Citizenship in the European Union. *Frontiers in Sociology*, v. 5, n. 14, p. 1-10, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fsoc.2020.00014>. Acesso em: 28 set. 2021.

HERZFELD, Michael. **Intimidade cultural**: poética social no Estado-nação. Lisboa: Edições 70, 2008.

HOBBSAWN, Eric. **A invenção da tradição**. RANGER, T.. (Org.). São Paulo, Paz e Terra, 2002.

HUSSERL, Edmund. **A ideia da fenomenologia**. Lisboa: Ed. 70, 1986.

HUYSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente**: modernismo, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro, Contraponto: Museu de Arte do Rio, 2014.

IBGE. Catálogo. 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=441909&view=detalhes> Acesso em: 27 set. 2023.

JOHNSON, Nuala. Sculpting Heroic Histories: Celebrating the Centenary of the 1798 Rebellin in Ireland. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 19, n. 1, p. 78-93. 1994. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/622447>. Acesso em: 24 nov. 2021.

KAISER, Wolfram. Clash of Cultures: Two Milieus in the European Union's "A New Narrative for Europe" Project. **Journal of Contemporary European Studies**, v. 23, n. 3, p. 364-377, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14782804.2015.1018876>. Acesso em: 30 set. 2021.

KNUDSEN, Britta Timm; KØLVRAA, Christoffer. Affective Infrastructures of Re-emergence? Exploring Modalities of Heritage Practices in Nantes. **Heritage and Society**, v. 13, n. 1-2, p. 10-31, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/2159032X.2021.1883981>. Acesso em: 19 out. 2021.

KRAWATZEK, Félix. Which History Matters? Surveying Russian Youth and Their Understandings of the Past. **Problems of Post-Communism**, vol. 68, n. 5, p. 402-414, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10758216.2020.1753081>. Acesso em: 04 out. 2021.

LANARI, Raul Amaro de Oliveira. Um combate em dois fronts. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 28, p. 354-359, jan./jun, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/857YSrXZDTBpqRyHWgwVSdk/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 20 abr. 2022.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 1990.
LEHTINEN, Sanna. New Public Monuments: Urban Art and Everyday Aesthetic Experience. **Open Philosophy**, v. 2, p. 30–38, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/opphil-2019-0004>. Acesso em: 10 de mar. 2022.

LEITE, Francisco Tarciso. **Metodologia científica: métodos e técnicas: monografias, dissertações, teses e livros**. Aparecida — SP, Ideais e Letras, 2008.

LEITE, Luiza Chuva Ferrari. O plano de poder da Igreja Universal do Reino de Deus: estratégias territoriais da expansão neopentecostal no Brasil. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2019.

LEVI, Neil; ROTHBERG, Michael. Memory studies in a moment of danger: Fascism, postfascism, and the contemporary political imaginary. **Memory Studies**, v. 11, n. 3, p. 355-367, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1750698018771868>. Acesso em: 08 nov. 2021.

LIMA, Antonio Balbino Marçal. **O que é fenomenologia. Ensaios sobre fenomenologia: Husserl, Heidegger e Merleau-Ponty**. Lima, Antonio Balbino Marçal (org). – Ilhéus, BA : Editus, 2014, p. 9 – 15.

LIMA, W. dos S. .; BESSA, K. C. F. de O. . Os significados político-identitários dos edifícios monumentais e das inscrições no chão institucional da Praça dos Girassóis, em Palmas, TO. **Revista Cerrados**, [S. l.], v. 20, n. 01, p. 279–312, 2022. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/cerrados/article/view/4929>. Acesso em: 27 set. 2023.

LIMA, Wesley dos Santos. Formas simbólicas espaciais os monumentos na Praça dos Girassóis em Palmas, TO. 2021. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, TO, 2021.

LIMA, Wesley dos Santos; BESSA, Kelly Cristine Fernandes de Oliveira. . Os significados político-identitários dos edifícios monumentais e das inscrições no chão institucional da Praça dos Girassóis, em Palmas, TO. **Revista Cerrados**, v. 20, n. 01, p. 279–312, 2022.. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/cerrados/article/view/4929>. Acesso em: 7 jul. 2022.

LIMA, Wesley; BESSA, kelly. Análise dos significados político-identitários dos monumentos na Praça dos Girassóis, em Palmas-TO. *Revista de Geografia, PPGeo, UFJF*. V.11, nº1, 2021, p. 48 – 75. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/geografia/article/view/33974> Acesso em: 11 nov. 2023.

LIVINGSTONE, David; HARRISON, Richard. Meaning Through Metaphor: Analogy as Epistemology. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 72, n. 1, p. 95-107. 1982. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2562686>. Acesso em: 26 set. 2021.

LOPES, Maria Aparecida de OLIVEIRA. EXPERIÊNCIAS HISTÓRICAS DOS QUILOMBOLAS NO TOCANTINS: ORGANIZAÇÃO, RESISTÊNCIA E IDENTIDADES. Patrimônio e memória. UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 5, n.1, p. 99-118 - out. 2009. Disponível em: <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/viewFile/116/518> Acesso em: 13 nov. 2023.

LOWENTHAL, D.; BOOWDEN, M. J. (orgs.) *Geographies of the Mund: Essays in historical geosophy in Honor of John Kirklan Wright*. Oxford: Oxford University press, 1975. p 89 - 118.

LUBACHEVSKI, Jorge; SAHR, Cicilian Luiza Löwen. A semiótica na análise dos marcos referenciais, do planejamento urbano e da cultura ucraniana: o caso de Prudentópolis – PR. **Revista Publicatio UEPG - Ciências Sociais Aplicadas**, Ponta Grossa, n. 13, v. 1, jun. 2005, p. 25 - 34. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/sociais/article/view/2769/2054> Acesso em: 06 set. 2022.

MÄLKSOO, Maria. “Memory must be defended”: Beyond the politics of mnemonical security. **Security Dialogue**, v. 46, n. 3, p. 221-237, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0967010614552549>. Acesso em: 29 set. 2021.

MÄLKSOO, Maria. A Baltic Struggle for a ‘European Memory’: The Militant Mnemopolitics of The Soviet Story. **Journal of Genocide Research**, v. 20, n. 4, p. 530-544, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14623528.2018.1522828>. Acesso em: 01 out. 2021.

MÄLKSOO, Maria. The memory politics of becoming european: The east European subalterns and the collective memory of europeu. **European Journal of International Relations**, v. 15, n. 4, p. 653-680, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1354066109345049>. Acesso em: 15 nov. 2021.

MARCHI, Ligia Betim. **Pontes da passagem: por uma fenomenologia do lugar**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2015.

MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Civitas**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 238-258, maio-ago, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2011.2.9647>. Acesso em: 25 jul. 2022.

MARSELIS, Randi. Remembering Dutch-Moluccan radicalism: Memory politics and historical event television. **Memory Studies**, v. 9, n. 2, p. 203-217, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1750698015596015>. Acesso em: 16 out. 2021.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de et al. **A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. [Debate]**. Patrimônio : atualizando o debate. São Paulo: IPHAN. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Magnani_JGC_76_1636193_ACidadeComoBemCultural.pdf. Acesso em: 06 nov. 2023. , 2006

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MEYER, Birgit. **Como as coisas importam: uma abordagem material da religião** – textos de Birgit Meyer. In: GIUMBELLI, Emerson; RICKLI, João; TONIOL, Rodrigo. (Org.). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2019.

MICHAELIS. **Dicionário Michaelis**. UOL, 2021. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?id=BVIWR>. Acesso em: 01 ago. 2021.

MONTERO, Paula. Secularização e espaço público: a reinvenção do pluralismo religioso no Brasil. **Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**. vol. 13, n. 1, 2009, p. 7 -16. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/1195>. Acesso em: 18 jul. 2022.

MORAIS, J. B. Leitura amena. In: GASTAL, Maria de Lourdes. Estudos Sociais e Naturais. 4.ed. Porto Alegre: Selbach, 1950. p. 36-37.

NAPOLITANO, Marcos. História do Brasil República: da queda a Monarquia ao fim do Estado Novo. São Paulo, Contexto, 2021.

NEUMAYER, Laure. Advocating for the cause of the “victims of Communism” in the European political space: memory entrepreneurs in interstitial Fields. **Nationalities Papers**, v. 45, n. 6, p. 992-1012, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00905992.2017.1364230>. Acesso em: 04 nov. 2021

NEUMAYER, Laure. Integrating the Central European Past into a Common Narrative: The Mobilizations Around the “Crimes of Communism” in the European Parliament. **Journal of Contemporary European Studies**, v. 23, n. 3, p. 344-363, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14782804.2014.1001825>. Acesso em: 04 no. 2021.

NOBLE, André Winter. Primeiras Considerações sobre o Contramonumento. **REVISTA ESCRITA (PUCRJ. ONLINE)**, v. 27, p. 173-187, 2020. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/49722/49722.PDF> Acesso em: 09 nov. 2023.

O'MAHONY, Mike. The art of goalkeeping: memorializing Lev Yashin. **Sport in Society**. v. 20, n. 5, p. 641 – 659, 2016. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17430437.2016.1158481>>. Acesso em: 10 de mar. 2022.

OLIVEIRA, Lucimara Albieri de. **Centros urbanos e espaços livres públicos: produção e apropriação em Palmas – TO**. 2016. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas**. Catalão: UFG, 2011.

OLIVEIRA, Nilton Marques de. Transição do norte de Goiás ao território do Estado do Tocantins. **Revista Tocantinense de Geografia**. v. 07, n. 17, p. 53 – 81, abr./jul. de 2018. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/geografia/article/view/4890>. Acesso em: 21 mar. 2022.

OLTRAMARI, Leandro Castro; NAUJORKS, Carlos José. A fenomenologia de Alfred Schutz como fundamento para a análise da entrevista biográfica. *Gavagai, Erechim*, v9, n1, jan/jun 2022, p. 9 - 25. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/GAVAGAI/article/view/12762>. Acesso em: 03 mar. 2023.

ORIÁ, Ricardo. Memória e ensino de história. In: BITTERN COURT, Circe (org). **O saber histórico na sala de aula**. 2º ed. – São Paulo: Contexto, p. 128 – 147, 1998.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Vão surgindo sentidos. In: _____ (org). **Discurso fundador**. A formação do país e a construção da identidade nacional. 3ª ed. Campinas : Pontes, 2003.

PALMAS, Agência. De Teotônio a Siqueira, gestão presta homenagens a criadores do Tocantins. 2023. Disponível em: <https://agenciapalmas.com/Noticia/235310/de-teotonio-a-siqueira-gestao-presta-homenagens-a-criadores-do-tocantins> Acesso em 16 de out. 2023.

PALMAS, Monumento da União e Força é fixado na Avenida Teotônio Segurado. Disponível em: <https://www.palmas.to.gov.br/portal/noticias/monumento-da-uniao-e-forca-e-fixado-na-avenida-teotonio-segurado/8856/> Acesso em: 17 nov. 2023.

PALMAS, Prefeitura. Nome da Avenida Teotônio Segurado será alterado para homenagear Siqueira Campos, 2023. Disponível em: <https://www.palmas.to.gov.br/portal/noticias/nome-da-avenida-teotonio-segurado-sera-alterado-para-homenagear-siqueira-campos/34737/>, Acesso em: 16 out. 2023.

PALMAS. Casas Sussuapara e da Cultura serão entregues nesta terça-feira, 09. Disponível em: <https://www.palmas.to.gov.br/portal/noticias/casas-sussuapara-e-da-cultura-serao-entregues-nesta-terca-feira-09/20940/>. Acesso em: 14 nov. 2023.

PALMAS. Decreto nº 67, de 16 de março de 2005. Tombamento municipal Casa Suçuapara, antiga sede da Fazenda Triângulo. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/to/p/palmas/decreto/2005/6/67/lei-organica-palmas-to>. Acesso em: 27 nov. 2023.

PALMAS. Monumento à Consciência. Disponível em: https://portalantigo.palmas.to.gov.br/conheca_palmas/praias-palmenses/praias-da-graciosa/. Acesso em: 08 nov. 2023.

PALMAS. **Praça Nossa Senhora de Fátima é entregue aos moradores nesta quinta, 14.** Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, 2014. Disponível em: <https://www.palmas.to.gov.br/portal/noticias/praca-nossa-senhora-de-fatima-e-entregue-aos-moradores-nesta-quinta-14/12421/>. Acesso em: 07 jul. 2022.

PASTORE, Júlio Barêa. A paisagem original das capitais planejadas do cerrado. *Paisagem Ambiente: ensaios* - n. 30 - São Paulo - p. 45 - 70 - 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/77868>. Acesso em: 12 set. 2023.

PEET, Richard. A sign taken for history: Daniel Shays Memorial in Petersham, Massachusetts". *Annals of the Association of American Geographers*, 1996, v. 86, n° 1, pp. 21 - 43. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1467-8306.1996.tb01744.x>. Acesso em: 28 ago. 2022.

PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 6, n. 3, p. 479-499, set.-dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/7yNB4vJFZrc5Qp5LWMGSnbp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2024.

PLATE, Liedeke. Amnesiology: Towards the study of cultural oblivion. **Memory Studies**, v. 9, n. 2, p. 143-155, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1750698015596016>. Acesso em: 23 set. 2021.

PRESTES, Anita Leocádia. A Coluna Prestes: uma proposta de trabalho. **Revista de História**, [S. l.], n. 118, p. 29-59, 1985. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v0i118p29-59. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/61327>. Acesso em: 16 out. 2023.

REIS, Patrícia Orfila Barros dos. **Modernidades Tardias no cerrado: discursos e práticas na história de Palmas – TO (1990 – 2010)**. 2011. Tese (Doutorado), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

RIBEIRO, Elizeu Lira. Um território marcado pela violência: o massacre de 1940 e a resistência territorial dos índios Krahô no nordeste do Estado do Tocantins. *Revista Tocantinense de Geografia*, v. 12. N ° 28, 2023, p. 441 - 458). Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/geografia/article/view/16655> Acesso em: 13 nov. 2023.

RICOUER, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Trad. Alain François. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem**. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

ROCHA, Lurdes Bertol. A fenomenologia, semiótica e geografia da percepção: alternativas para analisar o espaço geográfico. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral – CE, v.4/5, p. 67-79, 2002/2003. Disponível em: <https://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/79>. Acesso em: 05 set. 2022

ROCHA, Lurdes Bertol. **O centro da cidade de Itabuna: trajetória, signos e significados**. Editora da UESC, Ilhéus – BA, 2003.

RODRIGUES, Jean Carlos. **Estado do Tocantins: Política e religião na construção do espaço de representação tocaninense**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, 2008.

RODRIGUES, Jean Carlos; SANTOS, Robson Francisco Barros dos; ALVES, Cássio Fonseca. A geografia eleitoral do estado do Tocantins: análise das eleições para governador de 1988 a 2010. **GeoTextos**, v. 10, n. 2, p.119 – 142, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/10406> Acesso em: 28 mar. 2022.

RODRIGUES, Pedro Ivo Moreira Gomes. **Porto Seguro como território identitário nacional: começos e recomeços da memória indígena**. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade), Programa de Pós-graduação em Memória e Sociedade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, BA, 2019.

ROMEIRO, Bráulio. Monumento, tempo e cidade: Robert Smithson em Passaic, Nova Jersey. In: Monteiro, R. H. e Rocha, C. (Orgs.). *Anais do V Seminário Nacional de Pesquisa em Arte e Cultura Visual* Goiânia-GO: UFG, FAV, 2012, p. 60 – 69. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/778/o/2012-16_Monumento_tempo_e_cidade.pdf Acesso em: 22 de set. 2023.

ROSENDAHL, Zeny. O sagrado e sua dimensão espacial. In: CASTRO, Iná Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo Cesar da Costa (Orgs.). **Olhares Geográficos: modos de ver e viver o espaço**, p. 73 -100, 2012.

ROWNTREE, Lester; CONKEY, Margaret. “Symbolism and the cultural landscape”. **Annals of American Geographers**. vol. 70, nº 4, p. 459 — 474, 1980. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2562922>. Acesso em: 16 de out. 2021.

RUTEGERS, Jan. A importância da Igreja, como instituição, no quadro do poder político no Brasil. In: TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. In: *Brasil, violação dos Direitos Humanos – Tribunal Russel II*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

SANTAELLA, Lucia; NÖTH, Winfried. *Comunicação e semiótica*. São Paulo: Hacker Editores, 2004.

SARMENTO, Daniel. 21 anos da Constituição de 1988: a Assembleia Constituinte de 1987/1988 e a experiência constitucional Brasileira sob a carta de 1988. **Revista de Direito Público**. v. 6, n. 30, nov-dez/2010, p. 7 – 41. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/1659>. Acesso em: 21 mar. 2022.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Ano I - Número I – jul., 2009, p. 1 – 15. Disponível em: https://siposg.furg.br/selecao/download/1123/pesquisa_documental.pdf. Acesso em: 07 set. 2022.

SCHOPENHAUER, Arthur. **O mundo como vontade e como representação**, 1º tomo. 2. Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

SCHUTZ, Alfred. *El problema de la realidad*. Buenos Aires: Amorrortu, 2004.

SCHUTZ, Alfred. **Sobre a fenomenologia e as relações sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

SELIGMANN-SILVA, Marcio. Antimonumentos: trabalho de memória e de resistência. *Trivium*, v. 6, n. 1, p. 41-54, 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/trivium/v6n1/v6n1a06.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2023.

SILVA, Clemildo Anacleto. Símbolos religiosos em espaços públicos: para pensar os conceitos de laicidade e secularização. **Numen: revista de estudos e pesquisa da religião**, Juiz de Fora, v. 19 n. 2, 2016, p. 154-173. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/issue/view/930>. Acesso em: 07 Jul. 2022.

SILVA, Edna de Mello; ROCHA, Liana Vidigal; SOARES, Sérgio Ricardo. Uma praça e “seus girassóis”: As narrativas imagéticas da História de Palmas. In: COSTA, C; BUITONI, D. S. A. (orgs.). **A cidade e a imagem**. Jundiaí – São Paulo: In House, 2013, p. 207-227.

SILVA, Otávio Barros da. Breve História do Tocantins e de sua Gente – Uma Luta Secular, Araguaia, FIETO. Brasília: solo Editores, 1996. 142 p.

SILVA, Raquel da; FERREIRA, Ana Sofia. The Post-Dictatorship Memory Politics in Portugal Which Erased Political Violence from the Collective Memory. **Integrative Psychological and Behavioral Science**, v. 53, n. 1, p. 24-43, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s12124-018-9452-8>. Acesso em: 06 nov. 2021.

SILVA, Valéria Cristina Pereira da. **“Girassóis de pedra”: imagens e metáforas de uma cidade em busca do tempo**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciência e Tecnologia, Presidente Prudente – SP, 2008.

SILVA, Valéria Cristina Pereira Da. A cidade no labirinto: descortinando metáforas da pós-modernidade. **Sociedade & Natureza**. Uberlândia, n. 21, vol. 1, p.147-158, abr./2009. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/9467/5755>. Acesso em: 12 abr. 2022

SILVA, Valéria Cristina Pereira da. **Palmas, a última capital projetada do século XX: uma cidade em busca do tempo**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

SILVESTREIN, Celsi Brönstrup; Noll, Gisele, Jacks, Nilda. **Capitais brasileiras: dados históricos, demográficos, culturais e midiáticos**. Editora Appris, Curitiba - PR, 2017.

SOUZA, Célia Ferraz de. Construindo o espaço da representação: ou o urbanismo de representação. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; SOUZA, Célia Ferraz de (Org). **Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano**. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 1997, p. 107 – 126.

SOUZA, Sandoval Antunes de. **O Siqueirismo no Tocantins: Uma filosofia de vida para conduzir o povo a seu destino de grandeza**. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia), Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceara, Fortaleza, CE, 2016.

SZTOP-RUTKOWSKA, Katarzyna; BIAŁOUS, Maciej. Processes of collective memory in culturally heterogeneous cities on the examples of Białystok and Lublin. **Creativity Studies**, v. 7, n. 1, p. 11-25, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.3846/20297475.2014.915591>. Acesso em: 10 set. 2021.

T1 Notícias. Cristo terá 42 metros e braços curvado para frente como se abraçasse Palmas. 10 jan. 2014. Disponível: <https://www.t1noticias.com.br/a/55011/>. Acesso em: 14 nov de 2023.

T1 NOTÍCIAS. Prefeitura quer alterar nome da Avenida Teotônio para Siqueira Campos, 2023. Disponível em: <https://www.t1noticias.com.br/cidades/prefeitura-quer-alterar-nome-da-avenida-teotonio-para-siqueira-campos/127826/>. Acesso em 16 de out. 2023.

TEIXEIRA, Luís Fernando Cruvinel. A formação de Palmas. **Revista UFG**, Goiânia, v.6, n. 11, p. 91 - 99, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48234> . Acesso em: 30 mar. 2022.

TOCANTINS, Governo do. Com 20 mil pessoas autodeclaradas indígenas no Estado, Governo do Tocantins trabalha na elaboração de políticas públicas específicas para essa população. Disponível em: <https://www.to.gov.br/secom/noticias/com-20-mil-pessoas-autodeclaradas-indigenas-no-estado-governo-do-tocantins-trabalha-na-elaboracao-de-politicas-publicas-especificas-para-essa-populacao/812trp9c9dq> Acesso em: 09 nov. 2023.

TOCANTINS. **Inventário – Aos 18 do forte de Copacabana**. Governo do Estado do Tocantins, Secretaria da Cultura – Fundação Cultural, 2007.

TOCANTINS. Lei Estadual nº 2.596, de 11 de junho de 2012. Institui o Memorial Coluna Prestes e adota outras providências. Disponível em: <https://www.al.to.leg.br/arquivos/29998.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2023.

TOCANTINS. Lei nº 789, de 16 de novembro de 1995. Autorizar o Chefe do Poder Executivo a doar áreas urbanas nesta capital a diversos órgãos da união e do Estado, para a construção da catedral de Palmas – TO. Palmas, TO, 1995. **Assembleia Legislativa**. Disponível em: <<http://www.al.to.leg.br/arquivo/7043>>. Acesso em: 07 jul. 2022.

TOCANTINS. PROCESSO N. 5000391-62.2004.827.2729 DA 4ª VARA DA FAZENDA E REG. PÚBLICOS DA COMARCA DE PALMAS. AÇÃO POPULAR com pedido de liminar em desfavor do ESTADO DO TOCANTINS, **MITRA ARQUIDIOCESANA DE PALMAS e PARÓQUIA SÃO JOSE**, 2017. Disponível em: https://eproc2.tjto.jus.br/eprocV2_prod_2grau/externo_controlador.php?acao=valida_documento_consultar Acesso em: 12 jul. 2022.

TOCANTINS. Secretaria de Estado de Cultura. **Tocantins, seus símbolos, seu povo, sua história.** A Praça dos Girassóis. Palmas – TO, 2013.

TOCANTINS. Secretaria de Estado de Cultura. Tocantins, seus símbolos, seu povo, sua história. **A Praça dos Girassóis.** Palmas – TO, 2013.

TOCANTINS. Tribunal de Justiça. **Sentença. 5000391-62.2004.827.2729.** 4ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Palmas. Juiz Substituto Vandrê Marques e Silva. E-Proc-1, evento 44, 2016.

VANDENBERGHE, Frédéric. Do estruturalismo ao culturalismo: a filosofia das formas simbólicas de Ernest Cassirer. **Revista Sociedade e Estado**, v. 33, n. 3, 2018, p. 653 – 674. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/zZFvDTYT3967559KcgNvtmD/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 20 abr. 2022.

VIEIRA, Martha Victor. O movimento separatista do norte goiano (1821 – 1823): desconstruindo o discurso fundador na formação territorial do estado do Tocantins. **Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais.** UEG/UnU Iporá, v. 3, n.1, p. 63 – 84, jan/jun. 2014. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/sapiencia/article/view/2794>. Acesso em: 25 mar. 2022.

VILLAS BOAS, Marco. Projeto Frisa. A História do Tocantins contada em alto relevo nas vigas do Palácio Araguaia. Academia tocaninense de Letras. Acadêmico Desembargador Marcos Villas Boas, Palmas, 20 de dezembro 2002.

VITOR, Amilcar Guidolim. Memorial Coluna Prestes: Entre uma ideia de “resgate do passado” e uma política de estímulo ao turismo em santo Ângelo/RS. Patrimônios em perspectivas: histórias, memórias e identidades. In: Carmem G. Burgert Schiavon, Olivia Silva Nery, José Carlos da Silva Cardozo, Wagner Feloniuk e Laiana Pereira da Silveira (Orgs.). [Recurso eletrônico] Porto Alegre: Casaletas, 2021, p. 357 – 368.

WHITEHEAD, Anne. Memory. London: Routledge, 2008.

WUNENBURGER, Jean-Jacques. **O imaginário.** São Paulo, Edições Loyola, 2007, 103p.

XAVIER, Fernanda Oliveira Rocha. **Palmas: uma capital para todos?** 2007. 131f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciência e Terra da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

ZAVATTI, Francesco. Making and contesting far right sites of memory. A case study on Romania. **Memory Studies**, vol. 14, n. 5, p. 949-970, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1750698020982054>. Acesso em: 29 nov. 2021.

APÊNDICES

Apêndice A – Ofício – Solicitação de Autorização de Pesquisa

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
CÂMPUS DE PALMAS

Av: NS 15 ALC NO 14, Prédio Complexo de Pesquisas e Pós-Graduação Prof. Dr. Lamadrid, sala 14.

Palmas – TO/77020-210.

Fone: (63) 3229-4124 | E-mail: palma@uftoc.br



Ofício 10/2023

Palmas, 13 de julho de 2023.

Ao Sr. Márcio Anderson Raimundo da Rocha
Secretário de Comunicação do Tocantins

Assunto: Solicitação de Autorização de Pesquisa

Senhor Secretário,

Dirigimo-nos, em nome do Discente Wesley dos Santos Lima (matrícula Nº. 2021130491) ingresso no Doutorado em Desenvolvimento Regional, turma 2021, com fins de solicitar acesso à Secretaria para angariar apoio em pesquisa.

Solicitamos os seguintes dados:

Dados referentes a fotografias, revistas. O referido aluno desenvolve sua pesquisa de tese com o tema “Representações da hegemonia política: identidade e religião na espacialização das formas simbólicas em Palmas, TO (1989 – 2017)”, para a qual se faz necessário o acesso ao acervo documental da Secretaria de Comunicação do Estado do Tocantins.

Palmas, 13 de julho de 2023.

Respeitosamente,

Alex Piznio da Silva – Mat. 1783806
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Regional

Apêndice B – Termo de consentimento informado, esclarecido e livre para participação em estudo

REPRESENTAÇÕES DA HEGEMONIA POLÍTICA: identidade e religião na espacialização das formas simbólicas em Palmas, TO (1989 – 2017)

A presente entrevista faz parte de um estudo desenvolvido para a obtenção do grau de doutorado em Desenvolvimento Regional, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins. O estudo é orientado pelo Professor Doutor Alex Pizzio da Silva e pelo Professor Doutor José Rogério Lopes. O objetivo desta pesquisa é identificar e compreender o sentido e o significado dos monumentos construídos na capital tocaninense, analisando as percepções dos habitantes de Palmas e suas experiências com esses espaços. Nesse contexto, as dimensões política, religiosa e identitária se entrelaçam, uma vez que os monumentos edificadas em Palmas carregam, em sua maioria, simbologias relacionadas a esses temas. Assim, busca-se entender a relevância dessas construções edificadas pela cidade e suas relações arquitetônicas e simbólicas com os moradores, explorando o impacto que esses monumentos têm sobre a memória e identidade dos sujeitos que vivem em Palmas.

As entrevistas terão uma duração aproximada de 30 minutos, podendo ser ajustada conforme o andamento de cada sessão. Elas serão realizadas via Google Meet, WhatsApp ou Zoom, e apenas a gravação de áudio será feita, caso o/a entrevistado/a não tenha objeções. As gravações serão destruídas até 6 meses após a defesa pública da tese de doutorado. Será realizada uma transcrição parcial das entrevistas e, na apresentação dos dados ou no corpo da tese, poderão ser incluídos trechos transcritos. A participação nesta entrevista é totalmente voluntária e não acarretará qualquer tipo de prejuízo, seja assistencial ou de outra natureza, caso o/a entrevistado/a decida não participar.

Sua colaboração é de extrema importância e representa uma contribuição fundamental para alcançarmos os objetivos da pesquisa. Agradecemos profundamente por sua participação e contribuição!

Por favor, leia com atenção as informações a seguir. Se tiver dúvidas ou se algo não estiver claro, sinta-se à vontade para pedir mais esclarecimentos. Caso concorde com os termos propostos, solicitamos que assine este documento.

Assinatura(s) do/a responsável pelo consentimento:

Declaro que li e compreendi este documento, assim como as informações que me foram fornecidas. Foi-me garantida a possibilidade de recusar a participação a qualquer momento, sem que isso resulte em qualquer tipo de consequência. Dessa forma, aceito participar deste estudo e permito o uso dos dados que forneço voluntariamente, confiando que serão utilizados exclusivamente para esta pesquisa, conforme as garantias apresentadas pelo pesquisador.

Nome:

Assinatura:

Data: / /

Apêndice C- Questionário das Entrevistas

Foram elencadas sete questões semiestruturadas que, no decorrer da entrevista, poderiam ser alteradas.

1.	Como o/a senhor (a) descreveria sua percepção sobre os monumentos presentes na cidade de Palmas? Algum deles possui um significado especial para o(a) senhor(a)?
2.	O/A senhor (a) acredita que esses monumentos refletem, de alguma forma, a identidade cultural ou histórica da cidade? Se sim, como o(a) senhor(a) percebe isso?
3.	O senhor (a) acha que, em sua opinião, existe algum tipo de influência política na construção, demolição ou restauração dos monumentos em Palmas? Como o(a) senhor(a) enxerga essa influência?
4.	Como o/a senhor (a) analisa a relação entre os monumentos e os grupos ou personagens políticos que contribuíram para a construção deles? Essa relação influencia sua percepção sobre a cidade de alguma forma?
5.	O/A senhor (a) consegue identificar algum aspecto religioso, cultural ou identitário representado nesses monumentos? De que maneira esses elementos são percebidos pelo(a) senhor(a)?
6.	O/A senhor (a) acha que os monumentos contribuem para a memória da cidade de Palmas? De que forma, em sua opinião, eles impactam a história ou a identidade dos moradores da cidade?
7.	Por fim, se o/a senhor (a) pudesse sugerir algo sobre os monumentos da cidade, o que mudaria ou acrescentaria para que eles melhor representassem Palmas e seus habitantes?